



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS



Edição 2019

UMA FERRAMENTA PARA PAUTAR A AÇÃO DE LÍDERES PÚBLICOS POR UM BRASIL MAIS SUSTENTÁVEL

Fundado em 2008, o Centro de Liderança Pública - CLP desenvolve líderes públicos empenhados em promover mudanças transformadoras por meio da eficácia da gestão e da melhoria da qualidade das políticas públicas.

A necessidade de mais líderes no setor público é notável em todas as hierarquias. A difícil mobilidade do setor público, mergulhado em burocracias, exige ações enérgicas que, por sua vez, só podem ser tomadas por verdadeiros líderes públicos.

As marcas dessa crise de liderança se fazem presentes na falta de uma agenda nacional de desenvolvimento, na grande burocracia e nos projetos sem fim, que tanto marcam a política de infraestrutura nacional.

A atuação contínua de líderes públicos é o passo inicial para destravar as agruras da gestão pública nacional. Pessoas com poder de tomar decisões e que consigam mobilizar a sociedade em prol de uma agenda positiva para o País.

O Ranking de Competitividade dos Estados foi concebido pelo CLP em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos 69 indicadores contemplados.

Aliado à vontade política, o Ranking de Competitividade dos Estados é uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível.

A competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. O ranking veio oferecer as bases para a construção do legado de competitividade para aqueles governos que assim desejam fazer.

Luana Tavares

Diretora Executiva do CLP – Liderança Pública



AGRADECIMENTOS

A elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* contou com a dedicação e contribuição de diversas pessoas e organizações. Gostaríamos de agradecer ao Conselho e a toda a equipe do CLP – Centro de Liderança Pública pelo engajamento em todas as etapas do estudo, assim como aos nossos parceiros: Tendências Consultoria Integrada e *Economist Intelligence Unit*. Agradecemos também à B3 pelo apoio na divulgação e realização do evento de lançamento.

Agradecemos igualmente aos notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking, que promoveram valiosas contribuições para a concepção geral do ranking, aqui citados em ordem alfabética: Ana Maria Malik, Carlos Arruda, Dênis Mizne, Fábio de Almeida, Felipe Salto, Fiona Mackie, Guilherme Casarões, Hércio Tokeshi, Humberto Dantas, Humberto Falcão, Januário Montone, Leandro Piquet, Luciana Yeung, Mateus Bandeira, Oliver Stuenkel, Paulo Fleury, Pedro Bianchi, Renato Sérgio de Lima, Reynaldo Fernandes. Agradecemos também aos especialistas da Secretaria do Tesouro Nacional que fizeram ricas contribuições aos indicadores e discussões dentro do pilar de Solidez Fiscal.

ÍNDICE

Introdução	5
Ranking de Competitividade dos Estados	8
Pilares	23
Infraestrutura	23
Sustentabilidade Social	32
Segurança Pública	43
Educação	52
Solidez Fiscal	59
Eficiência da Máquina Pública	69
Capital Humano	76
Sustentabilidade Ambiental	82
Potencial de Mercado	89
Inovação	95
Perfil dos Estados	101
Anexos	156
Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings	156
Anexo 2: Estrutura e Metodologia	160





INTRODUÇÃO

Em um ambiente onde existe a competição saudável entre pessoas, equipes e organizações, é natural que ocorram maiores incentivos para a excelência de resultados, bem como para a inovação em instrumentos e métodos que possibilitem a superação de desafios.

O setor privado é uma esfera social competitiva por natureza. Já o setor público seria, para alguns, um ambiente não competitivo. Sob essa perspectiva, justamente por não ser regido por leis de mercado, o setor público deveria ser guiado por critérios como justiça e equidade, princípios que não são objetos-fins do setor privado. Aliás, estaria aí justamente uma das principais justificativas para a atuação estatal: sendo o mercado orientado muito mais para objetivos individuais, em detrimento de objetivos coletivos, ocorreriam as chamadas “falhas de mercado”, que seriam corrigidas pela ação do Estado.

O *Ranking de Competitividade dos Estados* surge a partir de uma visão diferente: a competição saudável no setor público, além de possível, é desejável. A competição no setor público é um elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

O elemento competitivo é compatível com a ideia de uma república federativa como a brasileira. A competição saudável faz com que Estados e municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Como mostra a literatura especializada, ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, de uma série de atributos econômicos e sociais que são comumente de difícil mensuração e avaliação, sistemas de *ranking* proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo e de *enforcement* aos agentes públicos. Também funcionam como um mecanismo de *accountability* e promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.



INTRODUÇÃO

O *Ranking de Competitividade dos Estados* tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

Ao mesmo tempo, o *Ranking de Competitividade dos Estados* pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do *Ranking de Competitividade dos Estados*, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade.

Como resultado final, foram selecionados 69 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Na seção abaixo é apresentado o ranking propriamente dito, incluindo o seu detalhamento por pilar e por indicador.

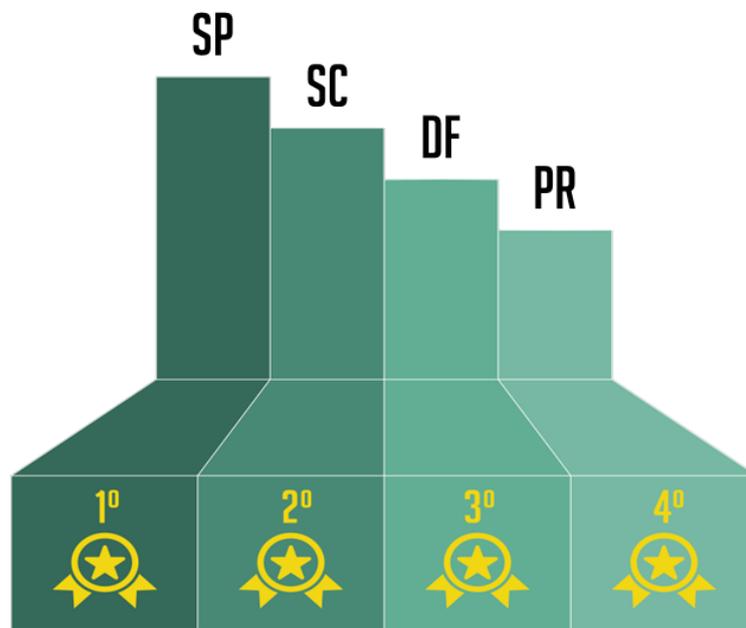
Um resumo da análise teórica sobre rankings é deixado para o anexo 1, ao passo que a metodologia de construção do ranking é descrita no anexo 2.

10 PILARES





RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS



Os Estados mais bem posicionados no *Ranking de Competitividade dos Estados de 2019* estão reportados na figura acima.

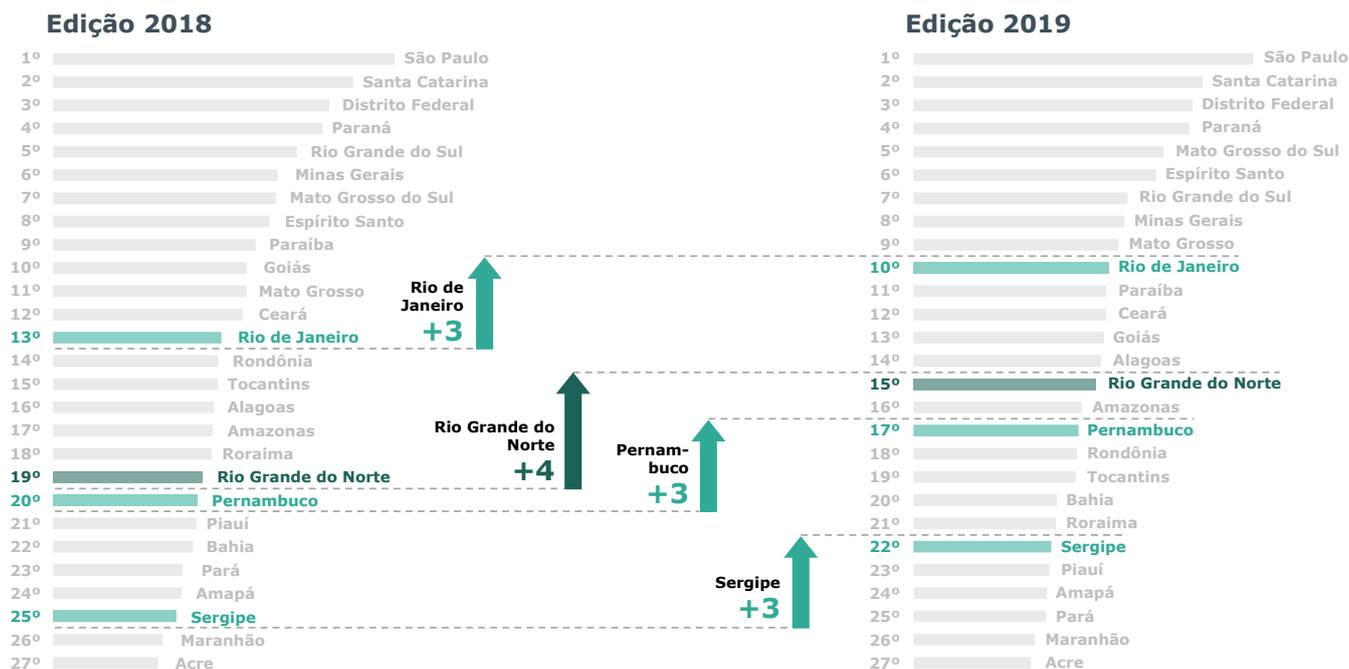
Assim como na edição de 2018, São Paulo segue na primeira colocação no Ranking de Competitividade dos Estados. Da mesma forma, Santa Catarina permaneceu na segunda posição, Distrito Federal, na terceira e Paraná, na quarta.

As UFs do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do ranking, com os estados do Norte e Nordeste ocupando as últimas posições. Paraíba e Ceará seguem como os representantes do Nordeste mais bem colocados, nas 11ª e 12ª colocações, respectivamente, à frente de Goiás.

Os últimos colocados foram Pará, Maranhão e Acre.

DESTAQUES DE 2019

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, merecem destaque as seguintes UFs: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe, por terem sido as que mais ganharam posições em relação à edição de 2018.



Rio Grande do Norte ganhou 4 posições, passando da 19ª para 15ª colocação. Dos 10 pilares do Ranking, o estado ganhou posições em 5 deles.

No pilar de Solidez Fiscal, o Rio Grande do Norte subiu 14 posições, passando da 23ª para 9ª colocação, com melhoras nos indicadores de Resultado Primário (+10 posições) e Capacidade de Investimento (+9 posições) — além das boas colocações nos novos indicadores de Poupança Corrente (2ª colocação) e Gasto com Pessoal (7ª colocação). No pilar de Eficiência da Máquina Pública, o RN subiu 10 posições em relação à edição de 2018, passando da 21ª para 11ª colocação, com destaque para o desempenho nos indicadores de Custo do Legislativo/PIB (+17 posições) e Eficiência do Judiciário (+13 posições). No pilar de Segurança Pública, o Rio Grande do Norte subiu 4 posições, passando da 24ª para 20ª colocação, com melhoras nos indicadores de Déficit Carcerário (+13 posições) e Segurança Patrimonial (+9 posições).

Pernambuco ganhou 3 posições, passando da 20ª para 17ª colocação. O estado subiu 6 posições no pilar de Infraestrutura e 4 posições nos de Educação e Potencial de Mercado. Houve ainda ganho de 3 colocações nos pilares de Segurança Pública e Capital Humano.

No pilar de Infraestrutura, Pernambuco passou da 12ª para 6ª colocação, com destaque para o desempenho no indicador de Qualidade do Serviço de Telecomunicações (+8 posições). No pilar de Educação, o estado passou da 18ª para 14ª colocação, com melhoras nos indicadores de Taxa de frequência líquida do ensino fundamental (+13 posições) e Taxa de atendimento do ensino infantil (+3 posições). No pilar de Potencial de Mercado, Pernambuco passou da 26ª para 22ª colocação, com destaque para o desempenho no indicador de Taxa de crescimento (+4 posições).

Rio de Janeiro ganhou 3 posições, passando da 13ª para 10ª colocação no Ranking Geral. O estado subiu 7 posições no pilar de Sustentabilidade Ambiental, 5 posições no de Infraestrutura e 2 no de Solidez Fiscal.

No pilar de Sustentabilidade Ambiental, o Rio de Janeiro passou da 15ª para a 8ª colocação, ao ganhar 16 posições no indicador de Destinação do Lixo e mais 4 posições no de Emissões de CO₂. No pilar de Infraestrutura, o estado passou da 21ª para 16ª colocação, com melhoras nos indicadores de Acesso à Energia Elétrica (+3 posições) e Qualidade das Rodovias (+1 posição). No pilar de Solidez Fiscal, o RJ passou da última para 25ª colocação, ao ganhar 11 posições no indicador de Resultado Primário, e mais 2 posições nos de Capacidade de Investimento e Resultado Nominal.

Sergipe ganhou 3 posições, passando da 25ª para 22ª colocação no Ranking Geral. O estado subiu 6 posições no pilar de Solidez Fiscal e mais 4 posições no pilar de Capital Humano.

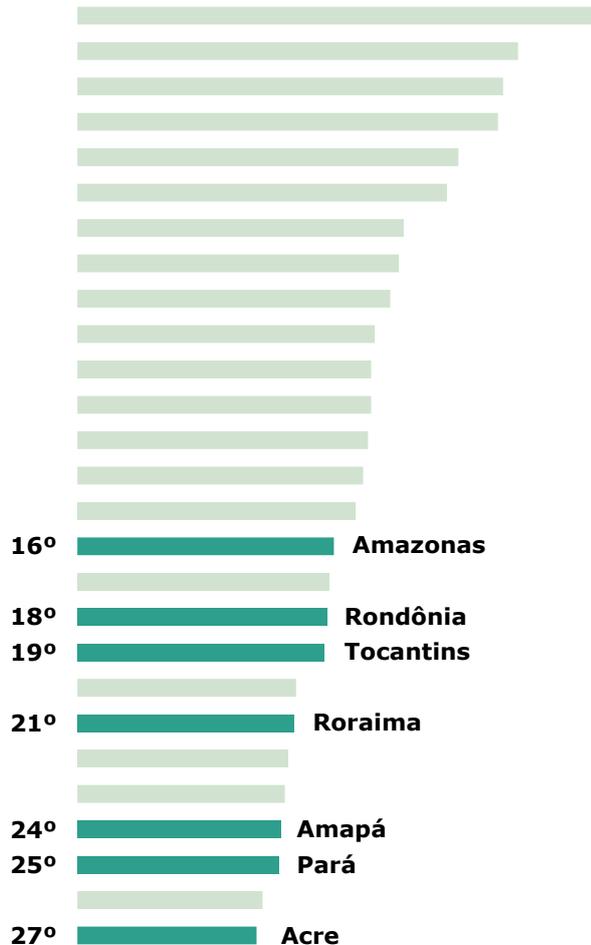
No pilar de Solidez Fiscal, Sergipe passou da 19ª para 13ª colocação, com melhoras nos indicadores de Resultado Nominal (+8 posições), Solvência Fiscal (+6) e Resultado Primário (+5). No pilar de Capital Humano, o estado passou da 24ª para 20ª colocação, ao ganhar 2 posições nos indicadores de Custo da Mão de Obra e Qualificação dos Trabalhadores, e mais 1 posição no de PEA com Ensino Superior e Produtividade do Trabalho.



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÃO NORTE



AM: ↑ 1 posição no Ranking Geral

- ↑ 8 em Inovação (5ª colocação)
- ↑ 3 em Potencial de Mercado (9ª colocação)
- ↑ 3 em Segurança Pública (14ª colocação)
- ↑ 3 em Educação (21ª colocação)
- ↓ 12 em Sustent. Ambiental (18ª colocação)

AP: → 0 posição no Ranking Geral

- ↑ 18 em Capital Humano (3ª colocação)
- ↑ 10 em Inovação (15ª colocação)
- ↓ 11 em Potencial de Mercado (21ª colocação)
- ↓ 9 em Sustentabilidade Ambiental (16ª colocação)
- ↓ 7 em Segurança Pública (18ª colocação)

AC: → 0 posição no Ranking Geral

- ↑ 9 em Capital Humano (16ª colocação)
- ↑ 4 em Inovação (22ª colocação)
- ↓ 4 em Potencial de Mercado (20ª colocação)
- ↓ 3 em Sustentabilidade Ambiental (23ª colocação)
- ↓ 3 em Eficiência da Máquina Pública (26ª colocação)

PA: ↓ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 1 em Capital Humano (25ª colocação)
- ↑ 1 em Inovação (21ª colocação)
- ↓ 9 em Eficiência da Máquina Pública (16ª colocação)
- ↓ 2 em Potencial de Mercado (3ª coloc.), Segurança Pública (21ª coloc.) e Sustent. Ambiental (25ª coloc.)

RO: ↓ 4 posições no Ranking Geral

- ↑ 14 em Solidez Fiscal (3ª colocação)
- ↑ 11 em Inovação (16ª colocação)
- ↓ 8 em Segurança Pública (13ª colocação)
- ↓ 7 em Infraestrutura (13ª colocação)
- ↓ 7 em Potencial de Mercado (18ª colocação)

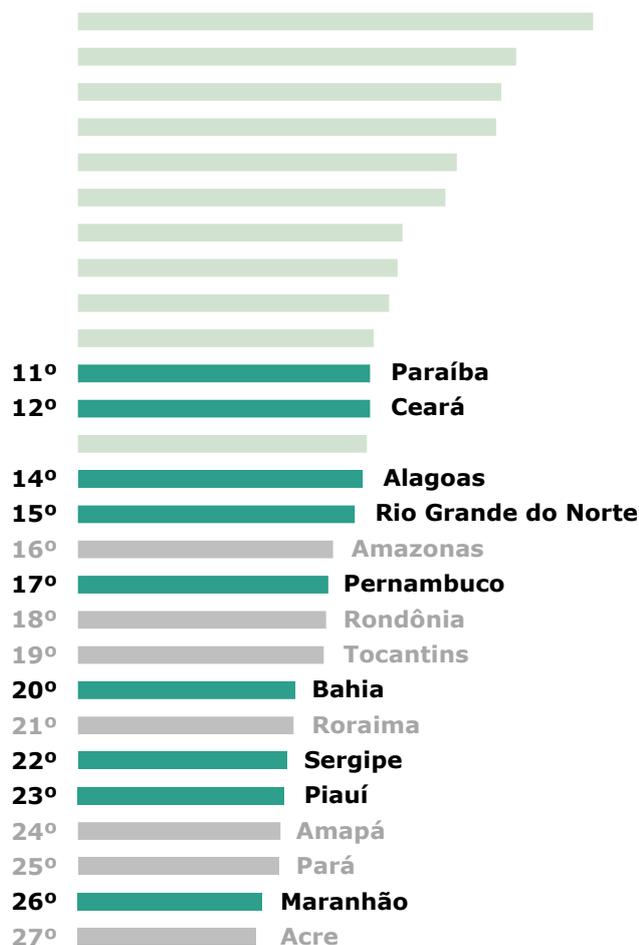
RR: ↓ 3 posições no Ranking Geral

- ↑ 9 em Solidez Fiscal (15ª colocação)
- ↑ 3 em Inovação (20ª colocação)
- ↓ 7 em Sustentabilidade Ambiental (9ª colocação)
- ↓ 3 em Sustentabilidade Social (21ª colocação)

TO: ↓ 4 posições no Ranking Geral

- ↑ 4 em Eficiência da Máquina Pública (23ª colocação)
- ↑ 3 em Sustentabilidade Ambiental (19ª colocação)
- ↓ 4 em Segurança Pública (17ª colocação)
- ↓ 2 em Capital Humano (11ª colocação)

REGIÃO NORDESTE



BA: ↑ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 8 em Sustent. Ambiental (11ª colocação)
- ↓ 12 em Inovação (26ª colocação)
- ↓ 4 em Infraestrutura (15ª colocação) e Capital Humano (24ª colocação)

CE: → 0 posição no Ranking Geral

- ↑ 1 em Educação (5ª colocação)
- ↑ 1 em Efic. da Máq. Pública (9ª colocação)
- ↓ 9 em Capital Humano (21ª colocação)
- ↓ 8 em Inovação (19ª colocação)
- ↓ 6 em Potencial de Mercado (20ª colocação)

PB: ↓ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 5 em Segurança Pública (4ª colocação)
- ↑ 4 em Solidez Fiscal (7ª colocação)
- ↓ 8 em Infraestrutura (10ª colocação)
- ↓ 7 em Capital Humano (26ª colocação)
- ↓ 6 em Potencial de Mercado (24ª colocação)

RN: ↑ 4 posições no Ranking Geral

- ↑ 14 em Solidez Fiscal (9ª colocação)
- ↑ 10 em Efic. da Máq. Pública (11ª colocação)
- ↑ 4 em Segurança Pública (20ª colocação)
- ↓ 3 em Sustentabilidade Social (18ª colocação) e Inovação (12ª colocação)

PE: ↑ 3 posições no Ranking Geral

- ↑ 6 em Infraestrutura (6ª colocação)
- ↑ 4 em Educação (14ª colocação)
- ↑ 4 em Potencial de Mercado (22ª colocação)
- ↓ 15 em Solidez Fiscal (23ª colocação)

SE: ↑ 3 posições no Ranking Geral

- ↑ 6 em Solidez Fiscal (13ª colocação)
- ↑ 4 em Capital Humano (20ª colocação)
- ↓ 6 em Efic. da Máq. Pública (20ª colocação)

AL: ↑ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 11 em Inovação (10ª colocação)
- ↑ 7 em Capital Humano (10ª colocação)
- ↑ 6 em Sustent. Social (16ª colocação) e Segurança Pública (12ª colocação)
- ↓ 7 em Potencial de Mercado (27ª colocação)

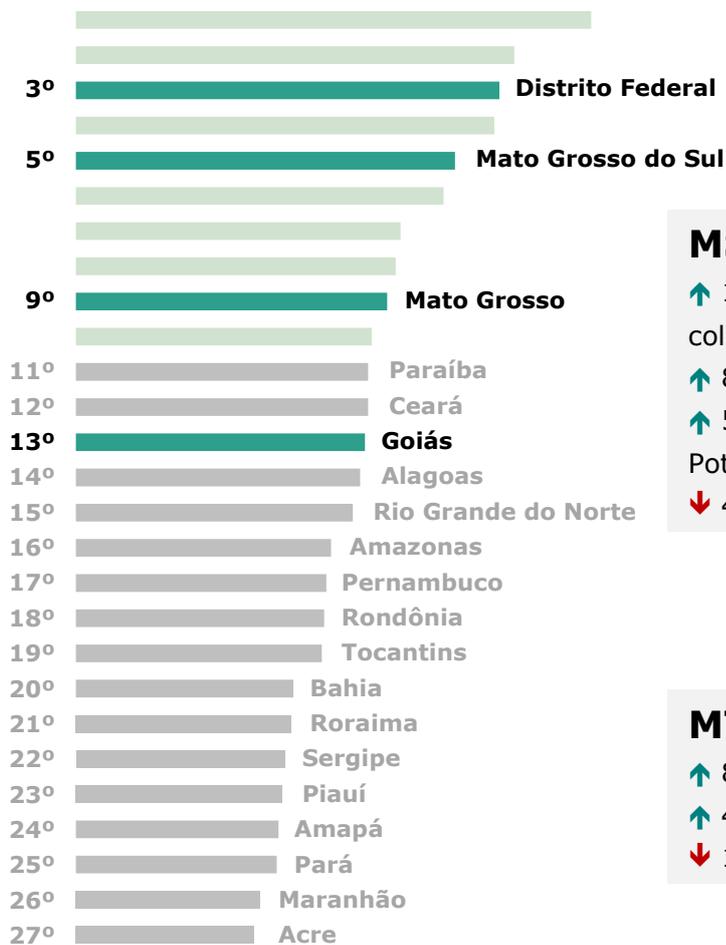
MA: → 0 posição no Ranking Geral

- ↑ 4 em Infraestrutura (20ª colocação)
- ↑ 2 em Segurança Pública (8ª colocação)
- ↑ 2 em Efic. da Máq. Pública (18ª colocação)
- ↓ 7 em Inovação (27ª colocação)

PI: ↓ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 3 em Sustentabilidade Ambiental (24ª colocação)
- ↑ 2 em Potencial de Mercado (13ª colocação)
- ↓ 4 em Infraestrutura (21ª colocação)
- ↓ 4 em Solidez Fiscal (19ª colocação)

REGIÃO CENTRO-OESTE



MS: ↑ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 12 em Sustentabilidade Ambiental (5ª colocação)
- ↑ 8 em Solidez Fiscal (12ª colocação)
- ↑ 5 em Efic. da Máq. Pública (8ª colocação) e Potencial de Mercado (4ª colocação)
- ↓ 4 em Capital Humano (17ª colocação)

MT: ↑ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 8 em Inovação (9ª colocação)
- ↑ 4 em Infraestrutura (11ª colocação)
- ↓ 10 em Solidez Fiscal (24ª colocação)

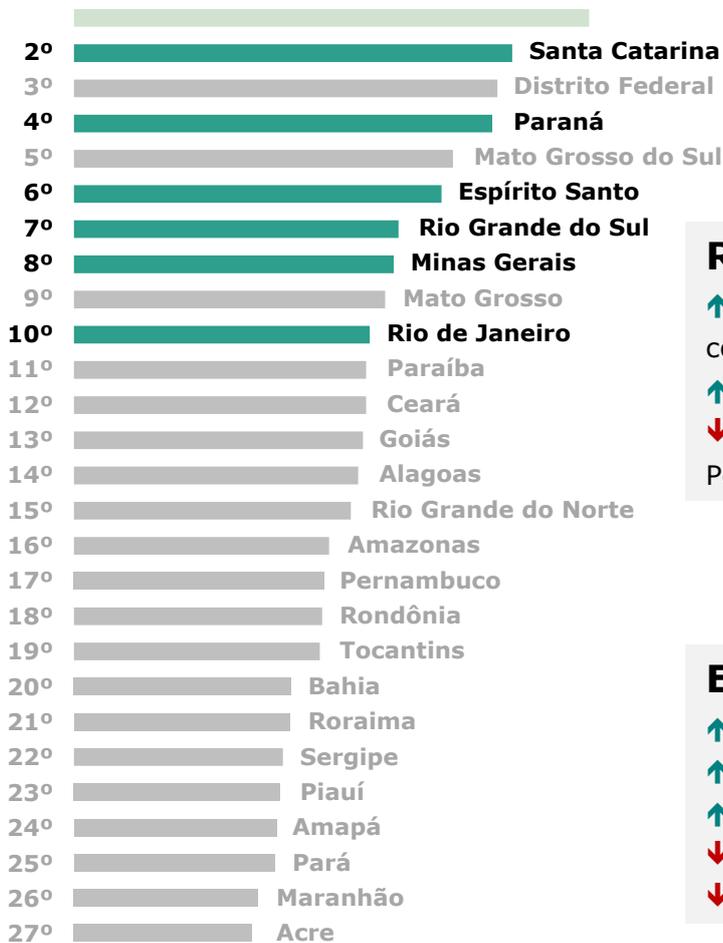
DF: → 0 posição no Ranking Geral

- ↑ 6 em Infraestrutura (2ª colocação)
- ↑ 4 em Efic. da Máq. Pública (1ª colocação)
- ↓ 7 em Inovação (14ª colocação)
- ↓ 3 em Segurança Pública (6ª colocação)

GO: ↓ 3 posições no Ranking Geral

- ↑ 1 em Educação (8ª colocação) e Sustentabilidade Ambiental (4ª colocação)
- ↓ 16 em Solidez Fiscal (21ª colocação)
- ↓ 4 em Inovação (23ª colocação)

REGIÕES SUL E SUDESTE



RJ: ↑ 3 posições no Ranking Geral

- ↑ 7 em Sustentabilidade Ambiental (8ª colocação)
- ↑ 5 em Infraestrutura (16ª colocação)
- ↓ 2 em Efic. da Máq. Pública (17ª colocação) e Potencial de Mercado (19ª colocação)

ES: ↑ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 12 em Potencial de Mercado (12ª colocação)
- ↑ 8 em Infraestrutura (8ª colocação)
- ↑ 5 em Segurança Pública (10ª colocação)
- ↓ 8 em Inovação (24ª colocação)
- ↓ 7 em Capital Humano (14ª colocação)

SC: → 0 posição no Ranking Geral

- ↑ 1 em Infraestrutura (3ª coloc.), Segurança Pública (1ª coloc.), Efic. da Máq. Pública (7ª coloc.)
- ↓ 7 em Solidez Fiscal (16ª colocação)
- ↓ 2 em Capital Humano (7ª colocação) e Sustent. Ambiental (10ª colocação)

PR: → 0 posição no Ranking Geral

- ↑ 8 em Potencial de Mercado (11ª colocação)
- ↑ 2 em Sustentabilidade Social (2ª colocação)
- ↓ 1 em Infraestrutura (4ª colocação), Solidez Fiscal (11ª colocação), Efic. da Máq. Pública (3ª colocação)

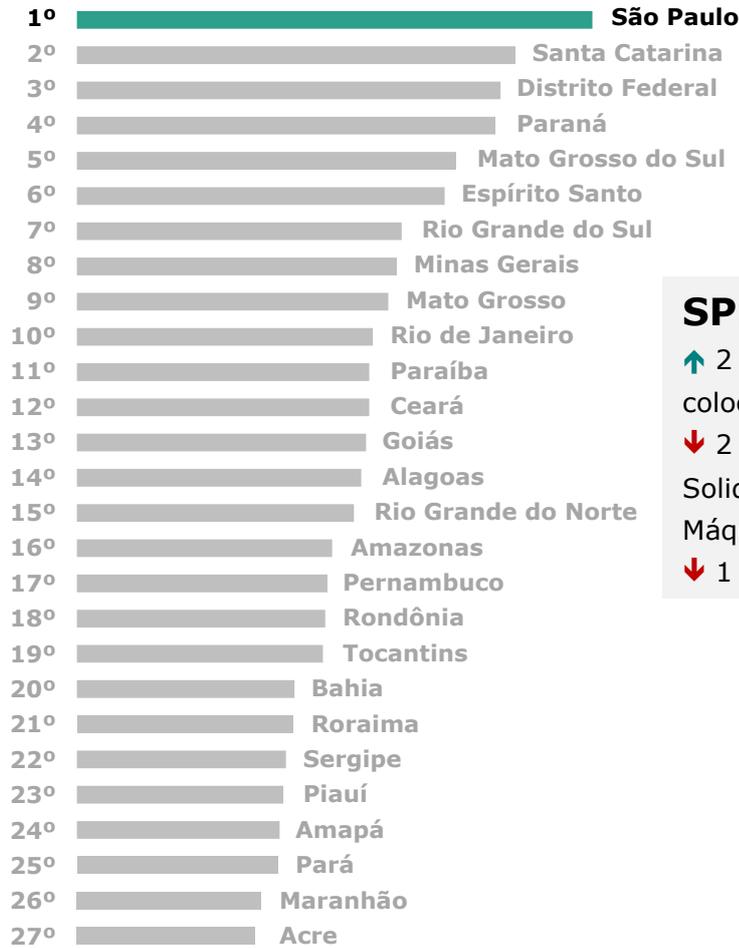
RS: ↓ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 10 em Potencial de Mercado (15ª colocação)
- ↑ 3 em Segurança Pública (5ª colocação)
- ↓ 4 em Infraestrutura (18ª colocação)
- ↓ 3 em Educação (11ª colocação)

MG: ↓ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 7 em Potencial de Mercado (14ª colocação)
- ↑ 6 em Sustentabilidade Ambiental (7ª colocação)
- ↓ 8 em Capital Humano (19ª colocação)
- ↓ 6 em Eficiência da Máquina Pública (10ª colocação)

1º COLOCADO: São Paulo



SP: → 0 posição no Ranking Geral

↑ 2 em Sustentabilidade Ambiental (2ª colocação)

↓ 2 em Segurança Pública (3ª colocação), Solidez Fiscal (14ª colocação), Eficiência da Máquina Pública (5ª colocação)

↓ 1 em Sustentabilidade Social (4ª colocação)

RESULTADO FINAL

1º		São Paulo
2º		Santa Catarina
3º		Distrito Federal
4º		Paraná
5º		Mato Grosso do Sul
6º		Espírito Santo
7º		Rio Grande do Sul
8º		Minas Gerais
9º		Mato Grosso
10º		Rio de Janeiro
11º		Paraíba
12º		Ceará
13º		Goiás
14º		Alagoas
15º		Rio Grande do Norte
16º		Amazonas
17º		Pernambuco
18º		Rondônia
19º		Tocantins
20º		Bahia
21º		Roraima
22º		Sergipe
23º		PiauÍ
24º		Amapá
25º		Pará
26º		Maranhão
27º		Acre

São Paulo segue na 1ª colocação em três pilares: Infraestrutura, Educação e Inovação. O estado perdeu a primeira colocação no pilar de Segurança Pública, passando para a 3ª colocação. Ademais, o estado também perdeu posições nos pilares de Sustentabilidade Social (da 3ª colocação para 4ª), Solidez Fiscal (da 12ª para 14ª) e de Eficiência da Máquina Pública (da 3ª para 5ª). Por outro lado, o estado ganhou posição no pilar de Sustentabilidade Ambiental (da 4ª para 2ª). São Paulo permaneceu na 2ª colocação no pilar de Potencial de Mercado e na 4ª colocação no de Capital Humano.

Santa Catarina permanece na 2ª colocação do Ranking Geral, seguindo na primeira colocação no pilar de Sustentabilidade Social e na terceira colocação nos pilares de Educação e Inovação. O estado ganhou posições nos pilares de Infraestrutura (da 4ª colocação para 3ª), Segurança Pública (da 2ª para 1ª) e de Eficiência da Máquina Pública (da 8ª para 7ª). Por outro lado, a UF perdeu posições nos pilares de Solidez Fiscal (da 9ª para 16ª), Capital Humano (da 5ª para 7ª) e de

Sustentabilidade Ambiental (da 8ª para 10ª). Santa Catarina permaneceu na 8ª colocação no pilar de Potencial de Mercado.

Distrito Federal segue na 3ª colocação do Ranking Geral. O DF apresentou melhora relativa nos pilares de Infraestrutura (da 8ª colocação para 2ª), Educação (da 7ª para 6ª), Solidez Fiscal (da 22ª para 20ª) e Eficiência da Máquina Pública (da 5ª para 1ª). O DF segue na primeira colocação nos pilares de Sustentabilidade Ambiental e de Capital Humano, e na sexta colocação no de Sustentabilidade Social. Contudo, o Distrito Federal perdeu posições nos pilares de Segurança Pública (da 3ª para 6ª), Potencial de Mercado (da 5ª para 6ª) e Inovação (da 7ª para 14ª).

Paraná permanece na 4ª colocação do Ranking Geral, seguindo na terceira colocação no pilar de Sustentabilidade Ambiental, na quarta colocação nos pilares de Educação e Inovação, na sétima colocação no pilar de Segurança Pública e na oitava, no de Capital Humano. O estado ganhou posições nos pilares de Sustentabilidade Social (da 4ª colocação para 2ª) e de Potencial de Mercado (da 19ª para 11ª). Por outro lado, a UF perdeu posições nos pilares de Infraestrutura (da 3ª para 4ª), Solidez Fiscal (da 10ª para 11ª), Eficiência da Máquina Pública (da 2ª para 3ª).

Na outra extremidade, o **Acre** segue na última colocação do Ranking Geral. O estado mostra piora no pilar de Sustentabilidade Social (da 23ª colocação para 24ª), Solidez Fiscal (da 16ª para 17ª), Eficiência da Máquina Pública (da 23ª para 26ª), Sustentabilidade Ambiental (da 20ª para 23ª) e Potencial de Mercado (da 6ª para 10ª). No pilar de Infraestrutura, o AC manteve a última colocação. Contudo, houve melhora nos pilares de Capital Humano (da 25ª para 16ª), Inovação (da 26ª para 22ª), Segurança Pública (da 20ª para 19ª) e Educação (da 19ª para 18ª).

Maranhão permanece na penúltima colocação do Ranking Geral, com pioras nos pilares de Inovação (da 20ª colocação para 27ª), Educação (da 23ª para 24ª), Sustentabilidade Ambiental (da 25ª para 26ª) e Potencial de Mercado (da 16ª para 17ª). O MA segue como o pior estado no pilar de Sustentabilidade Social e como o 18º colocado no de Solidez Fiscal. Contudo, houve melhora nos pilares de Infraestrutura (da 24ª para 20ª), Segurança Pública (da 10ª para 8ª), Eficiência da Máquina Pública (da 20ª para 18ª), Capital Humano (da 23ª para 22ª)

Já o **Pará** saiu da 23ª colocação no Ranking de 2018 para a 25ª colocação, com pioras nos pilares de Sustentabilidade Social (da 25ª colocação para 26ª), Segurança Pública (da 19ª para 21ª), Eficiência da Máquina Pública (da 7ª para 16ª), Sustentabilidade Ambiental (da 23ª para 25ª) e Potencial de Mercado (da 1ª para 3ª). O PA manteve a 4ª colocação no pilar de Solidez Fiscal, a 25ª no de Infraestrutura e a 26ª no de Educação. Contudo, houve melhora nos pilares de Capital Humano (da 26ª para 25ª) e Inovação (da 22ª para 21ª).

Os desempenhos dos Estados em cada pilar estão nas próximas duas tabelas:

Desempenhos das UFs em cada pilar – I

	Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação		Solidez Fiscal	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	100,0	1	91,0	4	82,9	3	100,0	1	70,2	14
SC	54,5	3	100,0	1	100,0	1	82,0	3	60,2	16
DF	62,2	2	84,5	6	74,2	6	69,7	6	49,4	20
PR	51,9	4	92,4	2	71,0	7	78,8	4	73,5	11
MS	49,7	5	77,1	7	89,2	2	55,6	9	73,1	12
ES	46,9	8	71,9	9	69,2	10	69,0	7	96,9	2
RS	31,5	18	92,0	3	76,0	5	54,9	11	0,0	27
MG	43,9	12	85,3	5	69,6	9	87,7	2	0,8	26
MT	44,5	11	67,7	11	64,2	11	55,6	10	38,2	24
RJ	37,8	16	74,0	8	36,0	23	51,2	12	25,3	25
PB	45,4	10	46,8	14	78,5	4	37,1	17	83,2	7
CE	45,7	9	38,3	17	34,2	26	74,9	5	90,3	6
GO	24,2	22	71,8	10	54,6	16	61,7	8	49,3	21
AL	40,1	14	39,0	16	63,0	12	31,1	20	91,5	5
RN	47,9	7	37,1	18	44,7	20	35,2	19	80,4	9
AM	0,8	26	18,5	23	56,3	14	20,5	21	100,0	1
PE	48,4	6	39,4	15	36,0	24	44,9	14	46,6	23
RO	42,1	13	47,5	12	61,4	13	40,2	15	92,4	3
TO	21,6	24	47,3	13	54,6	17	46,1	13	47,5	22
BA	40,0	15	31,3	20	38,2	22	13,6	25	75,5	10
RR	22,1	23	31,0	21	0,0	27	19,6	23	60,8	15
SE	33,2	17	32,6	19	34,3	25	20,5	22	72,8	13
PI	25,0	21	26,5	22	55,1	15	40,1	16	50,0	19
AP	26,1	19	17,2	25	50,4	18	0,0	27	81,4	8
PA	13,8	25	12,2	26	40,3	21	8,2	26	92,2	4
MA	25,2	20	0,0	27	70,3	8	16,9	24	58,1	18
AC	0,0	27	17,5	24	48,0	19	36,4	18	58,8	17

Desempenhos das UFs em cada pilar – II

	Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	88,6	5	64,4	4	89,0	2	88,0	2	100,0	1
SC	82,5	7	53,4	7	61,0	10	45,7	8	90,8	3
DF	100,0	1	100,0	1	100,0	1	49,5	6	31,9	14
PR	90,8	3	49,3	8	79,9	3	31,7	11	87,9	4
MS	80,5	8	33,3	17	69,5	5	50,4	4	46,8	8
ES	89,7	4	38,3	14	68,8	6	29,9	12	15,4	24
RS	98,7	2	35,6	15	56,6	12	25,6	15	93,6	2
MG	77,0	10	29,6	19	67,7	7	27,9	14	44,6	11
MT	82,8	6	40,9	12	36,7	22	46,1	7	46,2	9
RJ	62,7	17	87,9	2	66,4	8	20,9	19	55,0	6
PB	54,1	21	7,4	26	53,7	13	9,1	24	53,3	7
CE	78,6	9	25,9	21	51,8	14	17,7	20	21,8	19
GO	72,4	12	31,3	18	72,6	4	25,0	16	16,6	23
AL	63,7	15	46,7	10	44,3	20	0,0	27	45,6	10
RN	74,5	11	48,8	9	47,7	17	10,9	23	34,2	12
AM	56,3	19	56,2	6	46,3	18	33,9	9	55,2	5
PE	72,3	13	39,9	13	50,8	15	12,0	22	32,4	13
RO	43,3	22	0,0	27	0,0	27	21,4	18	29,7	16
TO	40,7	23	44,9	11	46,0	19	49,6	5	9,6	25
BA	68,3	14	16,1	24	58,5	11	5,7	25	8,4	26
RR	21,4	25	56,7	5	64,8	9	100,0	1	20,6	20
SE	54,8	20	28,0	20	38,5	21	2,6	26	26,1	18
PI	30,5	24	21,1	23	31,8	24	29,6	13	26,2	17
AP	0,0	27	66,7	3	47,8	16	14,5	21	30,7	15
PA	63,3	16	9,4	25	28,7	25	53,1	3	19,3	21
MA	59,9	18	25,4	22	15,0	26	22,6	17	0,0	27
AC	17,7	26	35,5	16	32,9	23	31,8	10	16,9	22

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2018 – I

Ranking Geral										
UF	Nota Geral		Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		4	-1 ▼	3	-2 ▼	1	
SC	2		3	1 ▲	1		1	1 ▲	3	
DF	3		2	6 ▲	6		6	-3 ▼	6	1 ▲
PR	4		4	-1 ▼	2	2 ▲	7		4	
MS	5	2 ▲	5	4 ▲	7	2 ▲	2	2 ▲	9	1 ▲
ES	6	2 ▲	8	8 ▲	9	-1 ▼	10	5 ▲	7	-2 ▼
RS	7	-2 ▼	18	-4 ▼	3	-1 ▼	5	3 ▲	11	-3 ▼
MG	8	-2 ▼	12	-2 ▼	5		9	-3 ▼	2	
MT	9	2 ▲	11	4 ▲	11		11	3 ▲	10	2 ▲
RJ	10	3 ▲	16	5 ▲	8	-1 ▼	23		12	-1 ▼
PB	11	-2 ▼	10	-8 ▼	14		4	5 ▲	17	-2 ▼
CE	12		9	-2 ▼	17	-1 ▼	26	-1 ▼	5	1 ▲
GO	13	-3 ▼	22	-2 ▼	10		16		8	1 ▲
AL	14	2 ▲	14	-1 ▼	16	6 ▲	12	6 ▲	20	2 ▲
RN	15	4 ▲	7	-2 ▼	18	-3 ▼	20	4 ▲	19	-2 ▼
AM	16	1 ▲	26		23	1 ▲	14	3 ▲	21	3 ▲
PE	17	3 ▲	6	6 ▲	15	2 ▲	24	3 ▲	14	4 ▲
RO	18	-4 ▼	13	-7 ▼	12		13	-8 ▼	15	-1 ▼
TO	19	-4 ▼	24	-1 ▼	13		17	-4 ▼	13	
BA	20	2 ▲	15	-4 ▼	20		22	-1 ▼	25	
RR	21	-3 ▼	23	-1 ▼	21	-3 ▼	27	-1 ▼	23	-2 ▼
SE	22	3 ▲	17	1 ▲	19		25	-3 ▼	22	-2 ▼
PI	23	-2 ▼	21	-4 ▼	22	-1 ▼	15	-3 ▼	16	
AP	24		19		25	1 ▲	18	-7 ▼	27	
PA	25	-2 ▼	25		26	-1 ▼	21	-2 ▼	26	
MA	26		20	4 ▲	27		8	2 ▲	24	-1 ▼
AC	27		27		24	-1 ▼	19	1 ▲	18	1 ▲

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2018 – II

Ranking Geral								
UF	Nota Geral		Solidez Fiscal		Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		14	-2 ▼	5	-2 ▼	4	
SC	2		16	-7 ▼	7	1 ▲	7	-2 ▼
DF	3		20	2 ▲	1	4 ▲	1	
PR	4		11	-1 ▼	3	-1 ▼	8	
MS	5	2 ▲	12	8 ▲	8	5 ▲	17	-4 ▼
ES	6	2 ▲	2	4 ▲	4	2 ▲	14	-7 ▼
RS	7	-2 ▼	27	-2 ▼	2	-1 ▼	15	-1 ▼
MG	8	-2 ▼	26		10	-6 ▼	19	-8 ▼
MT	9	2 ▲	24	-10 ▼	6	3 ▲	12	3 ▲
RJ	10	3 ▲	25	2 ▲	17	-2 ▼	2	
PB	11	-2 ▼	7	4 ▲	21	-3 ▼	26	-7 ▼
CE	12		6	-4 ▼	9	1 ▲	21	-9 ▼
GO	13	-3 ▼	21	-16 ▼	12	-1 ▼	18	
AL	14	2 ▲	5	-4 ▼	15	4 ▲	10	7 ▲
RN	15	4 ▲	9	14 ▲	11	10 ▲	9	1 ▲
AM	16	1 ▲	1	2 ▲	19	-2 ▼	6	
PE	17	3 ▲	23	-15 ▼	13	-1 ▼	13	3 ▲
RO	18	-4 ▼	3	14 ▲	22		27	
TO	19	-4 ▼	22	-1 ▼	23	4 ▲	11	-2 ▼
BA	20	2 ▲	10	-3 ▼	14	2 ▲	24	-4 ▼
RR	21	-3 ▼	15	9 ▲	25		5	-2 ▼
SE	22	3 ▲	13	6 ▲	20	-6 ▼	20	4 ▲
PI	23	-2 ▼	19	-4 ▼	24		23	-1 ▼
AP	24		8	5 ▲	27	-1 ▼	3	18 ▲
PA	25	-2 ▼	4		16	-9 ▼	25	1 ▲
MA	26		18		18	2 ▲	22	1 ▲
AC	27		17	-1 ▼	26	-3 ▼	16	9 ▲

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2018 – III

Ranking Geral								
UF	Nota Geral		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		2	2 ▲	2		1	
SC	2		10	-2 ▼	8		3	
DF	3		1		6	-1 ▼	14	-7 ▼
PR	4		3		11	8 ▲	4	
MS	5	2 ▲	5	12 ▲	4	5 ▲	8	4 ▲
ES	6	2 ▲	6	3 ▲	12	12 ▲	24	-8 ▼
RS	7	-2 ▼	12	-2 ▼	15	10 ▲	2	
MG	8	-2 ▼	7	6 ▲	14	7 ▲	11	-5 ▼
MT	9	2 ▲	22	2 ▲	7		9	8 ▲
RJ	10	3 ▲	8	7 ▲	19	-2 ▼	6	-1 ▼
PB	11	-2 ▼	13	3 ▲	24	-6 ▼	7	1 ▲
CE	12		14	-3 ▼	20	-6 ▼	19	-8 ▼
GO	13	-3 ▼	4	1 ▲	16	-3 ▼	23	-4 ▼
AL	14	2 ▲	20	-6 ▼	27	-7 ▼	10	11 ▲
RN	15	4 ▲	17	1 ▲	23	-1 ▼	12	-3 ▼
AM	16	1 ▲	18	-12 ▼	9	3 ▲	5	8 ▲
PE	17	3 ▲	15	-3 ▼	22	4 ▲	13	-3 ▼
RO	18	-4 ▼	27	-1 ▼	18	-7 ▼	16	11 ▲
TO	19	-4 ▼	19	3 ▲	5	-1 ▼	25	-1 ▼
BA	20	2 ▲	11	8 ▲	25	-2 ▼	26	-12 ▼
RR	21	-3 ▼	9	-7 ▼	1	2 ▲	20	3 ▲
SE	22	3 ▲	21		26	1 ▲	18	-3 ▼
PI	23	-2 ▼	24	3 ▲	13	2 ▲	17	1 ▲
AP	24		16	-9 ▼	21	-11 ▼	15	10 ▲
PA	25	-2 ▼	25	-2 ▼	3	-2 ▼	21	1 ▲
MA	26		26	-1 ▼	17	-1 ▼	27	-7 ▼
AC	27		23	-3 ▼	10	-4 ▼	22	4 ▲



INFRAESTRUTURA

A crônica deficiência de infraestrutura é, sem dúvida, um dos principais desafios para a melhora da competitividade do país, juntamente com a deficiência na educação.

De acordo com a edição de 2018 do *Global Competitiveness Report*, publicação do Fórum Econômico Mundial, o Brasil está apenas na 81ª colocação dos 140 países avaliados no pilar de infraestrutura, caindo oito posições em relação à edição de 2017. Segundo a publicação, a oferta inadequada de infraestrutura é um dos principais problemas para a competitividade do Brasil.

Este quadro ruim é reflexo direto do baixo nível de investimento em infraestrutura no País. Enquanto o Brasil investia mais de 5% do PIB em infraestrutura na década de 1970, nos últimos anos essa taxa recuou para pouco mais de 2% do PIB.

Além do baixo nível de investimentos, a explicação para as carências da infraestrutura pode ser encontrada também na má alocação dos recursos públicos, bem como na deficiência das políticas regulatórias para os diferentes segmentos de infraestrutura.

Por conta do atual nível de carência de infraestrutura dos Estados, bem como por sua importância decisiva para a competitividade, este pilar apresenta o segundo maior peso entre os 10 pilares que compõem o *Ranking de Competitividade dos Estados* (12,7% do cômputo geral).

Neste pilar, buscou-se compilar indicadores para os principais segmentos de infraestrutura, como rodovias, energia e telecomunicações — embora, assim como ocorre em outros pilares, nem todos os atributos dispusessem de estatísticas para a sua mensuração e inclusão no ranking.

Ao incluir indicadores de acesso, custo e qualidade dos serviços ligados à infraestrutura, o pilar também buscou contemplar as diferentes dimensões do problema (situações de *trade-off*) e que afetam a competitividade dos Estados. Em alguns casos, o problema maior está na ausência pura e simples da infraestrutura; em outros casos a infraestrutura existe, porém é de má qualidade; finalmente, pode haver casos ainda em que há disponibilidade de infraestrutura de boa qualidade, mas com tarifas muito elevadas.

Na composição do pilar, pesos maiores foram dados aos indicadores de Qualidade das Rodovias, Qualidade da Energia Elétrica e Custo da Energia Elétrica, considerados os indicadores mais críticos deste pilar (ver sobre critérios de ponderação no anexo 2). Já o indicador de Acesso à Energia Elétrica recebeu menor

peso, tendo em vista que a cobertura deste serviço já é bastante elevada em praticamente todas as UFs.

As UFs mais bem colocadas foram: SP e DF.

São Paulo segue como o melhor colocado neste pilar, pelo quinto ano consecutivo desde o novo formato deste Ranking. São Paulo apresenta destaque no pilar por estar bem posicionado em indicadores como Custo de Combustíveis, Disponibilidade de Voos Diretos, Qualidade das Rodovias e Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações. Em contraposição, SP está mal colocado em Qualidade do Serviço de Telecomunicações e Qualidade da Energia Elétrica.

A segunda colocação ficou com o Distrito Federal, que subiu seis posições neste ano, com melhoras nos indicadores de Custo de Combustíveis e Custo da Energia Elétrica.

Santa Catarina, que era o quarto melhor colocado no ranking do ano passado, subiu para a terceira colocação, por conta de melhoras nos indicadores de Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Combustíveis e Custo da Energia Elétrica.

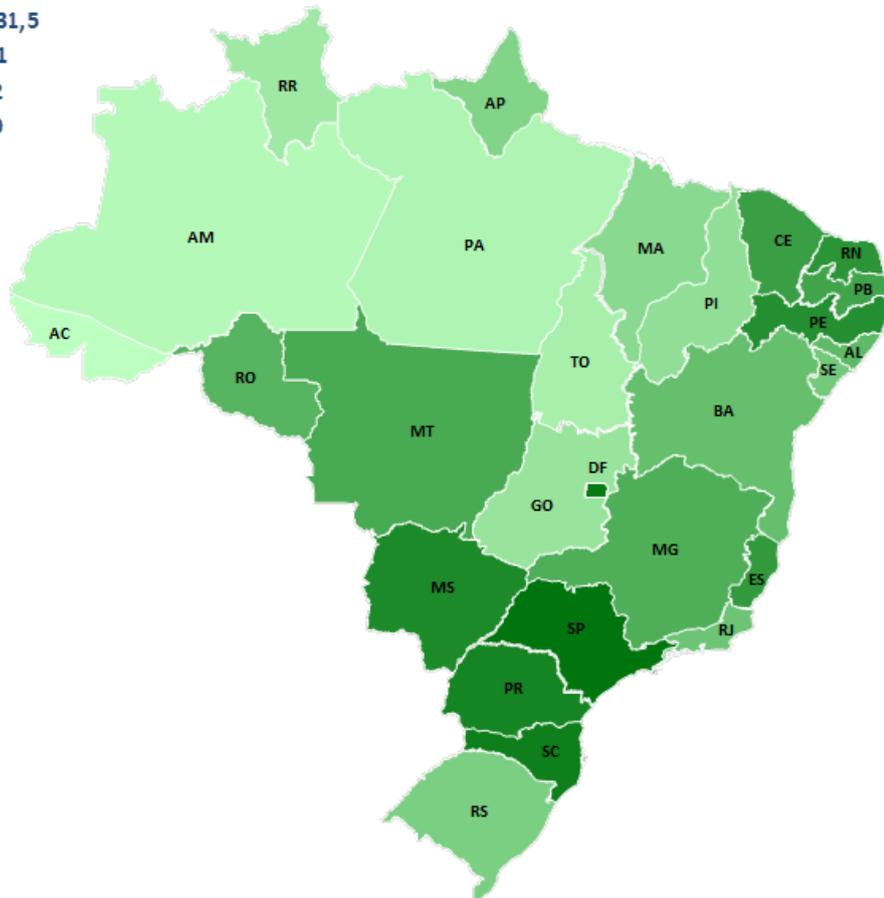
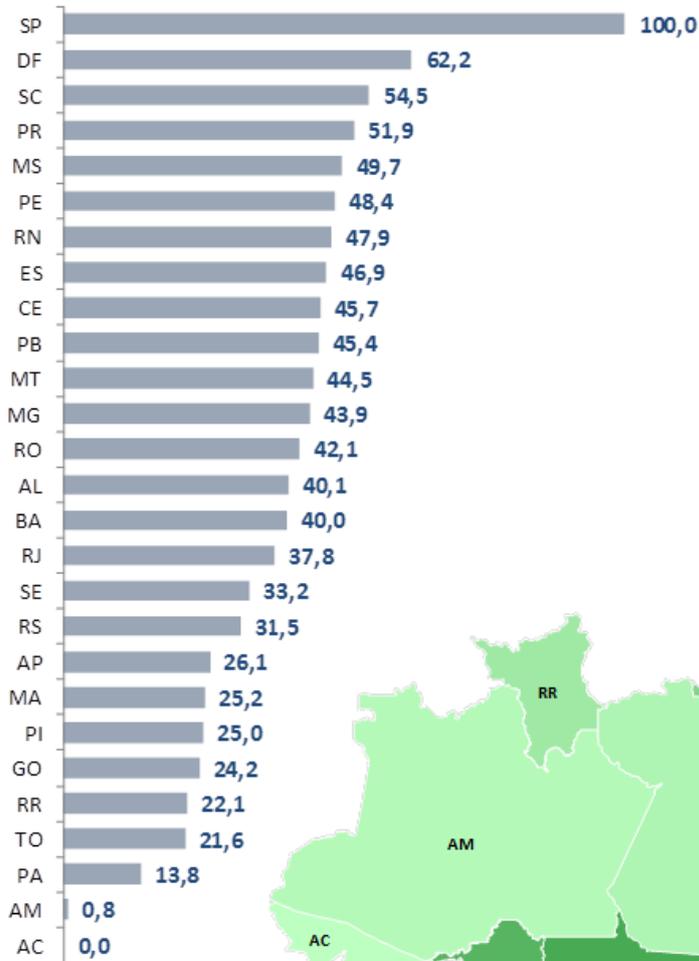
Além do Distrito Federal, os estados do Espírito Santo e de Pernambuco apresentaram os maiores ganhos de posições em relação ao Ranking de 2018. O ES subiu 8 colocações no pilar (da 16ª colocação para 8ª), com melhoras relativas na Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Combustíveis, Custo de Saneamento Básico, Acesso à Energia Elétrica e Qualidade das Rodovias. Pernambuco avançou 6 posições (da 12ª para 6ª), com melhoras relativas na Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Saneamento Básico, Disponibilidade de Voos Diretos e Qualidade da Energia Elétrica.

Este pilar é composto por 9 indicadores, listados abaixo. Nesta edição, excluimos o indicador de Mobilidade Urbana. O indicador que media o tempo gasto no trajeto entre casa e trabalho, em minutos, foi excluído do Ranking dada a descontinuidade de divulgação dos dados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.



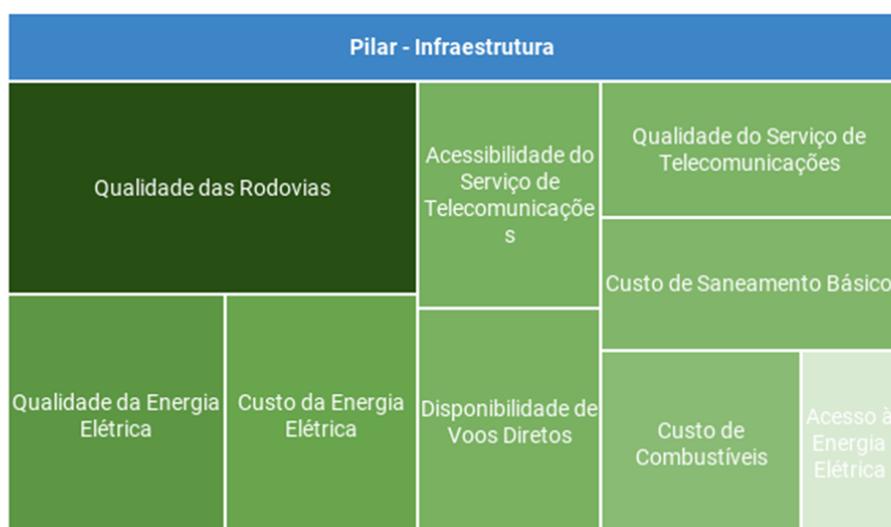
INFRAESTRUTURA

Ranking – Infraestrutura



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Densidade de acessos por 100 habitantes (telefonia móvel e banda larga).	ANATEL	2018
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Média do ranking de banda larga fixa e do de telefonia móvel (percentual de indicadores com cumprimento de metas).	ANATEL	2018
Custo de Combustíveis	Preço médio pago em reais por consumidores finais (etanol, gasolina e diesel), ponderado pela participação dos combustíveis no consumo total.	ANP	2018
Custo de Saneamento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição.	SNIS	2017
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos domésticos regulares.	ANAC	2018
Acesso à Energia Elétrica	Proporção de domicílios com acesso a energia elétrica (iluminação elétrica).	PNAD/IBGE	2018
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média praticada para o consumo comercial, residencial e industrial.	ANEEL	2018
Qualidade da Energia Elétrica	O indicador aponta o Desempenho Global de Continuidade, que considera a duração e frequência de interrupções no serviço de energia.	ANEEL	2018
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodoviárias (nota entre 1 (ruim) a 5 (ótimo) ponderada pela extensão pesquisada).	CNT	2018

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UFs em cada indicador – I

Infraestrutura - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Custo de Combustíveis	Custo de Saneamento Básico	Disponibilidade de Voos Diretos
SP	100,0	161,4	73,6%	R\$ 3,62	R\$ 3,07	242.409
DF	62,2	174,7	73,6%	R\$ 3,94	R\$ 4,75	63.567
SC	54,5	134,2	76,0%	R\$ 3,66	R\$ 4,17	27.474
PR	51,9	134,4	76,6%	R\$ 3,63	R\$ 4,14	44.806
MS	49,7	130,8	76,2%	R\$ 3,85	R\$ 4,70	7.831
PE	48,4	107,1	77,0%	R\$ 3,78	R\$ 3,49	34.846
RN	47,9	105,5	78,8%	R\$ 3,88	R\$ 3,88	8.272
ES	46,9	111,0	72,8%	R\$ 3,81	R\$ 2,98	12.937
CE	45,7	103,7	76,9%	R\$ 3,98	R\$ 2,98	24.071
PB	45,4	107,8	77,7%	R\$ 3,71	R\$ 4,01	5.777
MT	44,5	125,8	72,7%	R\$ 3,95	R\$ 2,91	15.504
MG	43,9	119,0	74,6%	R\$ 3,93	R\$ 3,04	58.838
RO	42,1	109,9	72,1%	R\$ 4,02	R\$ 3,22	4.741
AL	40,1	93,8	78,4%	R\$ 3,95	R\$ 4,61	7.333
BA	40,0	99,4	71,8%	R\$ 3,87	R\$ 3,81	38.331
RJ	37,8	131,7	71,5%	R\$ 4,07	R\$ 4,39	80.821
SE	33,2	99,1	76,4%	R\$ 3,87	R\$ 4,56	4.381
RS	31,5	131,9	73,6%	R\$ 3,95	R\$ 6,05	33.150
AP	26,1	96,5	62,0%	R\$ 3,95	R\$ 2,50	2.138
MA	25,2	81,7	66,1%	R\$ 3,73	R\$ 3,21	7.682
PI	25,0	105,1	67,3%	R\$ 3,89	R\$ 3,17	4.050
GO	24,2	121,2	75,2%	R\$ 3,91	R\$ 5,36	14.927
RR	22,1	106,1	64,6%	R\$ 3,88	R\$ 2,92	1.098
TO	21,6	110,1	74,1%	R\$ 3,98	R\$ 4,57	3.330
PA	13,8	89,9	63,7%	R\$ 4,02	R\$ 2,21	19.315
AM	0,8	98,1	63,6%	R\$ 3,92	R\$ 4,48	11.642
AC	0,0	96,5	69,9%	R\$ 4,56	R\$ 2,19	2.127

Desempenhos das UFs em cada indicador – II

Infraestrutura - II					
UF	Pilar Nota: 0-100	Acesso à Energia Elétrica	Custo da Energia Elétrica	Qualidade da Energia Elétrica	Qualidade das Rodovias
SP	100,0	100,0%	R\$ 624,7	0,82	4,3
DF	62,2	99,9%	R\$ 659,2	0,86	3,6
SC	54,5	99,9%	R\$ 653,8	0,84	3,2
PR	51,9	99,9%	R\$ 740,8	0,88	3,3
MS	49,7	99,9%	R\$ 682,0	0,73	3,4
PE	48,4	99,5%	R\$ 655,9	0,86	3,1
RN	47,9	99,7%	R\$ 586,9	0,82	2,9
ES	46,9	99,9%	R\$ 758,1	0,74	3,5
CE	45,7	99,8%	R\$ 652,1	0,82	3,0
PB	45,4	99,9%	R\$ 699,9	0,67	3,0
MT	44,5	99,8%	R\$ 753,6	0,69	3,3
MG	43,9	99,8%	R\$ 783,3	0,81	3,2
RO	42,1	99,7%	R\$ 603,6	1,39	3,3
AL	40,1	99,6%	R\$ 728,3	1,51	3,9
BA	40,0	99,3%	R\$ 672,5	0,95	3,3
RJ	37,8	100,0%	R\$ 852,9	0,94	3,6
SE	33,2	99,6%	R\$ 674,7	0,78	2,8
RS	31,5	99,9%	R\$ 752,0	1,06	3,3
AP	26,1	100,0%	R\$ 657,0	1,27	3,0
MA	25,2	99,4%	R\$ 745,0	0,69	3,0
PI	25,0	99,1%	R\$ 781,7	1,16	3,2
GO	24,2	99,9%	R\$ 754,1	1,64	3,1
RR	22,1	99,4%	R\$ 583,0	3,15	3,3
TO	21,6	98,7%	R\$ 764,2	0,76	2,8
PA	13,8	98,9%	R\$ 824,7	0,73	2,8
AM	0,8	98,3%	R\$ 720,1	0,70	2,0
AC	0,0	97,0%	R\$ 653,5	1,63	2,1

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – I

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações		Qualidade do Serviço de Telecomunicação		Custo de Combustíveis	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		2		13	-9 ▼	1	
DF	2	6 ▲	1		13	1 ▲	17	2 ▲
SC	3	1 ▲	4	4 ▲	9	1 ▲	3	3 ▲
PR	4	-1 ▼	3	3 ▲	6	2 ▲	2	
MS	5	4 ▲	7	-3 ▼	8	5 ▲	8	12 ▲
PE	6	6 ▲	15		4	8 ▲	6	-3 ▼
RN	7	-2 ▼	17	-1 ▼	1		12	2 ▲
ES	8	8 ▲	11	8 ▲	16		7	6 ▲
CE	9	-2 ▼	19	-2 ▼	5		23	-1 ▼
PB	10	-8 ▼	14	4 ▲	3	-1 ▼	4	
MT	11	4 ▲	8	-1 ▼	17	6 ▲	18	
MG	12	-2 ▼	10		11		16	-6 ▼
RO	13	-7 ▼	13	-1 ▼	18	-1 ▼	24	
AL	14	-1 ▼	25	-1 ▼	2	1 ▲	20	-5 ▼
BA	15	-4 ▼	20	1 ▲	19	-10 ▼	10	-1 ▼
RJ	16	5 ▲	6	-3 ▼	20	-6 ▼	26	-3 ▼
SE	17	1 ▲	21	1 ▲	7	-1 ▼	9	-1 ▼
RS	18	-4 ▼	5		15	3 ▲	19	-3 ▼
AP	19		23		27	-3 ▼	21	4 ▲
MA	20	4 ▲	27		23	4 ▲	5	
PI	21	-4 ▼	18	-5 ▼	22	-3 ▼	13	-6 ▼
GO	22	-2 ▼	9		10	-3 ▼	14	-3 ▼
RR	23	-1 ▼	16	-2 ▼	24	1 ▲	11	10 ▲
TO	24	-1 ▼	12	-1 ▼	12	8 ▲	22	-10 ▼
PA	25		26		25	1 ▲	25	1 ▲
AM	26		22	3 ▲	26	-4 ▼	15	2 ▲
AC	27		24	-4 ▼	21		27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – II

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Custo de Saneamento Básico		Disponibilidade de Voos Diretos		Acesso à Energia Elétrica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		9	-1 ▼	1		3	
DF	2	6 ▲	25		3		10	-9 ▼
SC	3	1 ▲	18		9		7	-1 ▼
PR	4	-1 ▼	17	-1 ▼	5		9	-7 ▼
MS	5	4 ▲	24	-1 ▼	17		4	7 ▲
PE	6	6 ▲	13	2 ▲	7	1 ▲	19	-2 ▼
RN	7	-2 ▼	15	-1 ▼	16	2 ▲	16	-9 ▼
ES	8	8 ▲	6	1 ▲	14		6	4 ▲
CE	9	-2 ▼	6		10		13	
PB	10	-8 ▼	16	1 ▲	20		5	
MT	11	4 ▲	4	1 ▲	12		14	1 ▲
MG	12	-2 ▼	8	3 ▲	4		12	-4 ▼
RO	13	-7 ▼	12	1 ▲	21	2 ▲	15	-3 ▼
AL	14	-1 ▼	23	1 ▲	19		18	-2 ▼
BA	15	-4 ▼	14	-2 ▼	6		22	1 ▲
RJ	16	5 ▲	19		2		1	3 ▲
SE	17	1 ▲	21		22	-1 ▼	17	-3 ▼
RS	18	-4 ▼	27	-1 ▼	8	-1 ▼	8	1 ▲
AP	19		3		25		2	17 ▲
MA	20	4 ▲	11	-2 ▼	18	-2 ▼	21	-1 ▼
PI	21	-4 ▼	10		23	-1 ▼	23	3 ▲
GO	22	-2 ▼	26	1 ▲	13		11	7 ▲
RR	23	-1 ▼	5	-1 ▼	27		20	2 ▲
TO	24	-1 ▼	22	-2 ▼	24		25	-4 ▼
PA	25		2	-1 ▼	11		24	
AM	26		20	2 ▲	15		26	-1 ▼
AC	27		1	1 ▲	26		27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – III

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Custo da Energia Elétrica		Qualidade da Energia Elétrica		Qualidade das Rodovias	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		4	1 ▲	11	5 ▲	1	
DF	2	6 ▲	10	2 ▲	15	-1 ▼	4	-1 ▼
SC	3	1 ▲	7	3 ▲	14	1 ▲	15	-4 ▼
PR	4	-1 ▼	17	4 ▲	17	-4 ▼	12	-5 ▼
MS	5	4 ▲	13	5 ▲	5	2 ▲	6	4 ▲
PE	6	6 ▲	8	-1 ▼	15	2 ▲	17	-3 ▼
RN	7	-2 ▼	2	1 ▲	12	-4 ▼	22	-10 ▼
ES	8	8 ▲	22		7	-2 ▼	5	13 ▲
CE	9	-2 ▼	5	14 ▲	12	-9 ▼	20	-11 ▼
PB	10	-8 ▼	14	-3 ▼	1		18	-13 ▼
MT	11	4 ▲	20	3 ▲	3	7 ▲	10	9 ▲
MG	12	-2 ▼	25		10	2 ▲	14	2 ▲
RO	13	-7 ▼	3	1 ▲	23		11	-5 ▼
AL	14	-1 ▼	16	-7 ▼	24		2	
BA	15	-4 ▼	11	-5 ▼	19		9	6 ▲
RJ	16	5 ▲	27	-1 ▼	18		3	1 ▲
SE	17	1 ▲	12	-4 ▼	9		23	1 ▲
RS	18	-4 ▼	19	-3 ▼	20		8	
AP	19		9	-7 ▼	22		19	4 ▲
MA	20	4 ▲	18	-1 ▼	2		21	1 ▲
PI	21	-4 ▼	24	-9 ▼	21		13	4 ▲
GO	22	-2 ▼	21	-8 ▼	26		16	-3 ▼
RR	23	-1 ▼	1		27		7	13 ▲
TO	24	-1 ▼	23	1 ▲	8	2 ▲	24	-3 ▼
PA	25		26	1 ▲	5	1 ▲	25	
AM	26		15	-1 ▼	4	-1 ▼	27	-1 ▼
AC	27		6	14 ▲	25		26	1 ▲



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O pilar da sustentabilidade social foi construído a partir de uma visão multidimensional para o tema da vulnerabilidade. Grosso modo, o pilar foi incorporado como ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social.

Nessa concepção, a qualidade de vida é resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais e sociais para o conjunto da população. Naturalmente, porém, há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis e que não conseguem se incorporar na economia de mercado.

Esta visão mais holística da questão social está em linha com os princípios institucionais que fundamentam a existência do Estado brasileiro. O primeiro artigo da carta constitucional coloca a dignidade humana como fundamento do pacto político criado em 1988. O pilar da sustentabilidade social, em boa medida, traz indicadores para verificar a taxa do sucesso dos entes estaduais em contribuir para diminuir as vulnerabilidades.

O pilar da sustentabilidade social é, em boa medida, uma síntese do princípio orientador do *Ranking de Competitividade dos Estados* como um todo. É um dos três pilares com maior peso no cômputo geral do ranking (12,2%), juntamente com os de infraestrutura e segurança pública. Além disso, juntamente com o pilar de educação, o pilar de sustentabilidade social é o que mostra a maior aderência com o ranking geral, marcando também um completo contraste regional, com os estados das regiões Sul e Sudeste, acrescidos do DF, dominando as primeiras posições do ranking, ao passo que os estados do Norte e Nordeste ocupam, no geral, as últimas posições.

O pressuposto do conceito de sustentabilidade social, contudo, não se limita a ações de correção de distorções, mas é composto por indicadores que medem a capacidade do governo em tomar ações que evitem a vulnerabilidade dos indivíduos. A ideia é que o Estado deve fornecer ferramentas para potencializar a capacidade dos membros da sua comunidade política, no limite, reforçando a autonomia em relação aos governos.

A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes.

Mas há também uma conexão com um conceito “mais privado” de competitividade. Muito embora o ranking contemple pilares específicos para educação e capital humano, o pilar de sustentabilidade social também tem importância crucial para o reforço da qualidade do capital humano.

A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia do mercado, reforçando a quantidade de trabalho na economia — o que potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor. A face multidimensional do pilar caminha na direção de reforçarmos um movimento que equaliza a igualdade de oportunidades e respeita as escolhas individuais dos membros dessa comunidade.

Assim, foram compilados neste pilar indicadores de saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à inserção econômica das famílias.

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram SC, PR e RS. Em relação à edição passada, Paraná passou da 4ª para 2ª posição, Rio Grande do Sul caiu da 2ª para 3ª posição e São Paulo caiu da 3ª para 4ª.

Voltando a atenção às evoluções positivas, destaca-se o estado de Alagoas, que subiu seis colocações neste pilar, com melhoras no indicador de Acesso ao Saneamento Básico – Água, Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto, Inserção Econômica dos Jovens, Mortalidade Materna e Mortalidade Precoce. Paraná, Mato Grosso do Sul e Pernambuco avançaram duas posições neste pilar em relação ao Ranking de 2018.

Por outro lado, Rio Grande do Norte e Roraima recuaram 3 colocações cada. Rio Grande do Norte mostrou piora nos indicadores de Anos Potenciais de Vida Perdidos, Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica, IDH, Inserção Econômica dos Jovens, Mortalidade Materna, Mortalidade Precoce e Mortalidade na infância. Já Roraima mostrou piora nos indicadores de Acesso ao Saneamento Básico – Água, Inserção Econômica, Inserção Econômica dos Jovens e Mortalidade Materna.

Este pilar é composto por 13 indicadores, listados abaixo. Para esta edição, não foi possível atualizar os indicadores de Inadequação de Moradia, Famílias abaixo da linha da pobreza e Desigualdade de renda.

Nesta edição, o indicador de IDH sofreu alterações metodológicas. O Radar IDHM passou a utilizar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) na mensuração do Índice de Desenvolvimento Humano, em detrimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas do IBGE.

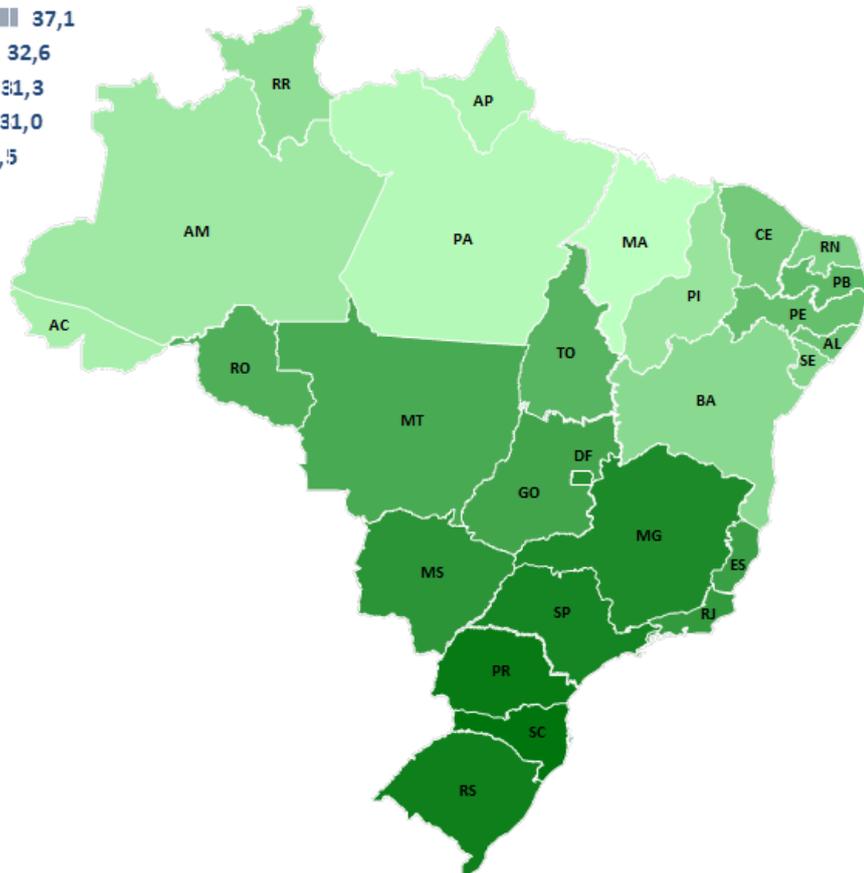
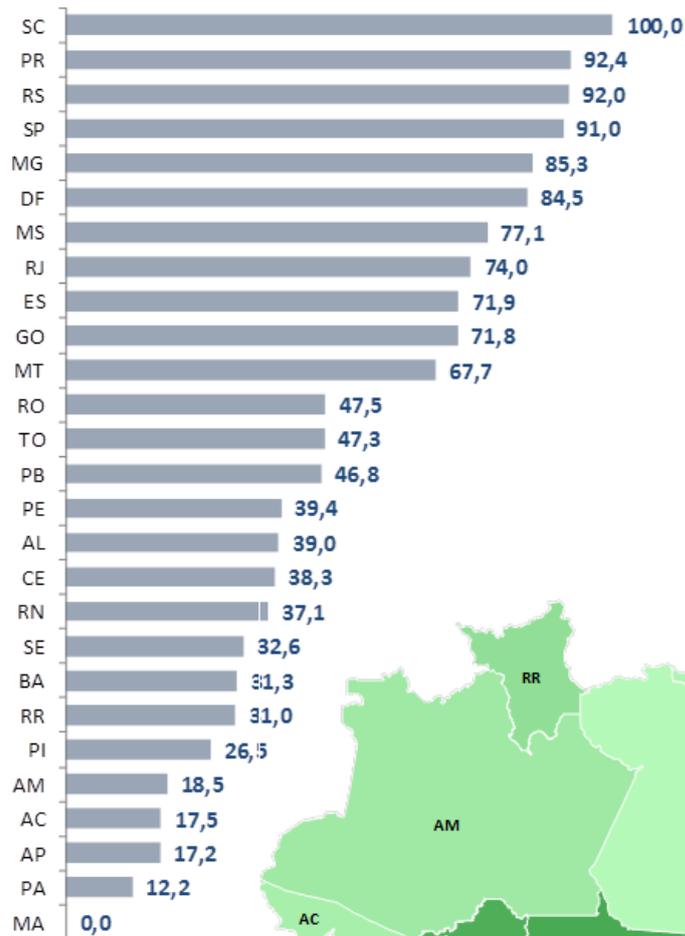
Por fim, excluímos três indicadores deste pilar:

1. Segurança Alimentar: o indicador que media a participação de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza, mensurada a partir do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, deixou de ser divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Além de sua defasagem — o último ano disponível era 2014 —, verificamos que o indicador possuía forte relação com o de Famílias abaixo da linha da pobreza, ainda mantido na atual edição.
2. Mortes Evitáveis: o indicador que mede o número de mortes abaixo de 50 anos, em relação ao total de óbitos, apresentava forte relação com o de Mortalidade Precoce, ainda mantido na atual edição.
3. Previdência Social: a proporção de idosos (mais de 70 anos) que recebem benefícios da Previdência Social não deve ser comparada entre os estados brasileiros. Os gastos previdenciários são uma despesa do governo federal, e a solicitação do benefício é feita diretamente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



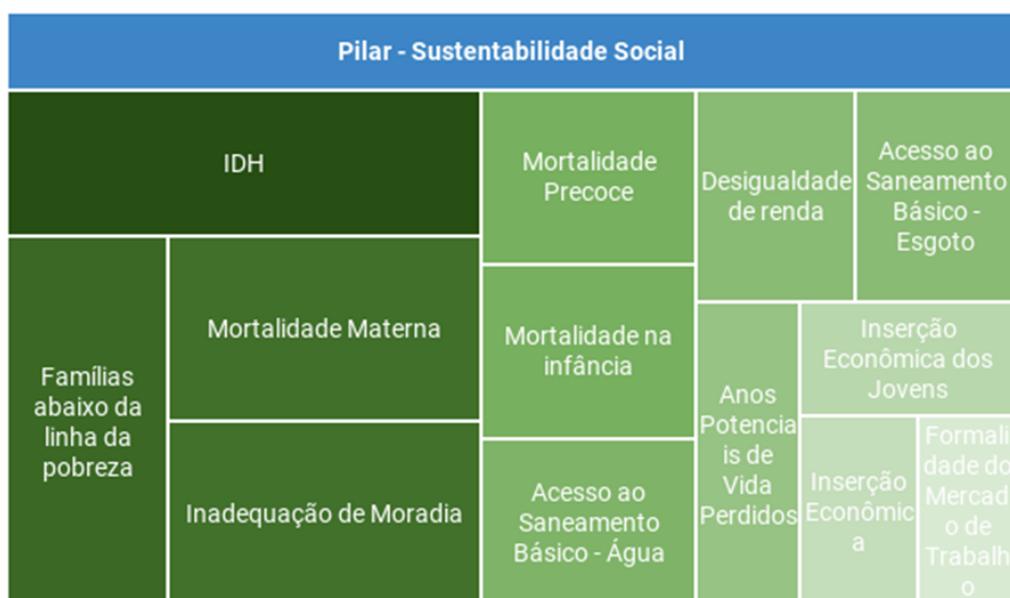
SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Ranking – Sustentabilidade Social



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Inadequação de Moradia	% de domicílios que apresentam habitação precária (domicílios rústicos ou improvisados), ônus excessivo com aluguel e/ou adensamento excessivo de domicílios alugados.	Fundação João Pinheiro	2015
Famílias abaixo da linha da pobreza	% de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza.	PNAD/IBGE	2017
Desigualdade de renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, efetivamente recebido no mês de referência, em todos os trabalhos, a preços médios do ano.	PNAD/IBGE	2017
Acesso ao Saneamento Básico - Água	% de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.	PNAD/IBGE	2018
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.	PNAD/IBGE	2018
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média da diferença da faixa etária em que os óbitos registrados ocorreram e a expectativa de vida ao nascer do Brasil.	Datasus	2017
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de ocupados de 14 anos ou mais de idade nas seguintes ocupações: 1) empregado com carteira de trabalho assinada (empregado do setor privado, trabalhador doméstico e empregado do setor público); 2) 'conta-própria', empregadores e 'trabalhador familiar auxiliar' que contribuem para instituto de previdência; e 3) 'militar e servidor estatutário'. Em relação ao total de ocupados.	PNAD / IBGE	2018
Inserção Econômica	Proporção de ocupados em relação à População Economicamente Ativa.	IBGE	2018
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	PNUD, Fundação João Pinheiro e Ipea	2017
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens (entre 15 e 22 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.	PNAD/IBGE	2018
Mortalidade Materna	Óbitos maternos em relação à população feminina em idade fértil (15-49 anos).	Datasus	2017
Mortalidade Precoce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas.	Datasus	2017
Mortalidade na infância	Óbitos de menores de 5 anos por grupo de 1.000 nascidos vivos.	Datasus	2017

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UF's em cada indicador - I

Sustentabilidade Social - I								
UF	Pilar Nota: 0-100	Inadequação de Moradia	Famílias abaixo da linha da pobreza	Desigualdade de renda	Acesso ao Saneamento Básico - Água	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	Anos Potenciais de Vida Perdidos	Formalidade do Mercado de Trabalho
SC	100,0	8,4%	1,8%	0,41	84,1%	57,0%	6,8	77,3%
PR	92,4	7,5%	2,5%	0,48	90,6%	69,7%	6,7	68,2%
RS	92,0	5,8%	2,8%	0,50	90,0%	69,9%	5,0	69,6%
SP	91,0	8,8%	2,7%	0,52	96,0%	92,6%	5,4	66,9%
MG	85,3	8,1%	3,8%	0,49	88,7%	82,0%	6,2	59,8%
DF	84,5	13,5%	2,4%	0,58	95,3%	87,3%	10,1	69,0%
MS	77,1	9,7%	2,6%	0,48	87,9%	48,2%	8,4	62,0%
RJ	74,0	7,8%	3,5%	0,47	89,2%	88,3%	6,5	65,1%
ES	71,9	8,0%	4,4%	0,49	85,8%	78,6%	8,2	55,8%
GO	71,8	9,4%	3,2%	0,48	87,7%	55,0%	9,7	57,1%
MT	67,7	8,1%	2,7%	0,45	79,6%	34,9%	12,0	59,2%
RO	47,5	8,6%	4,1%	0,44	43,6%	9,8%	12,3	54,1%
TO	47,3	9,9%	4,3%	0,47	81,3%	30,7%	11,3	47,7%
PB	46,8	9,8%	5,7%	0,58	75,7%	50,5%	6,8	43,3%
PE	39,4	9,6%	7,7%	0,53	77,3%	55,4%	9,2	48,5%
AL	39,0	9,2%	9,4%	0,47	79,2%	45,2%	10,8	51,4%
CE	38,3	10,7%	7,8%	0,55	79,6%	43,4%	8,7	42,7%
RN	37,1	10,6%	7,2%	0,51	85,2%	23,8%	9,1	48,3%
SE	32,6	12,8%	8,9%	0,54	86,1%	53,3%	11,3	47,1%
BA	31,3	10,1%	9,8%	0,60	84,5%	56,5%	9,9	43,3%
RR	31,0	14,2%	5,9%	0,52	85,7%	40,1%	19,0	48,8%
PI	26,5	10,9%	9,5%	0,57	85,0%	7,0%	8,8	37,7%
AM	18,5	14,5%	8,0%	0,57	73,5%	34,6%	16,7	41,0%
AC	17,5	11,7%	10,9%	0,53	54,9%	37,1%	16,2	43,3%
AP	17,2	14,2%	6,4%	0,54	59,8%	13,7%	20,3	46,5%
PA	12,2	13,3%	6,6%	0,53	50,0%	15,0%	14,7	35,2%
MA	0,0	20,0%	12,2%	0,55	70,4%	22,6%	12,2	35,1%

Desempenhos das UFs em cada indicador – II

Sustentabilidade Social - II							
UF	Pilar Nota: 0-100	Inserção Econômica	IDH	Inserção Econômica dos Jovens	Mortalidade Materna	Mortalidade Precoce	Mortalidade na infância
SC	100,0	93,7%	0,81	85,4%	2,0	79,3	11,0
PR	92,4	92,2%	0,79	79,7%	1,6	95,0	12,0
RS	92,0	92,6%	0,79	79,1%	1,9	101,6	12,1
SP	91,0	87,6%	0,83	76,1%	2,9	50,0	12,7
MG	85,3	90,3%	0,79	78,6%	2,1	82,9	13,3
DF	84,5	87,9%	0,85	78,1%	2,2	71,9	12,9
MS	77,1	93,0%	0,77	79,6%	2,9	89,9	12,3
RJ	74,0	85,2%	0,80	76,2%	3,9	129,8	14,5
ES	71,9	89,8%	0,77	76,6%	3,0	132,1	12,7
GO	71,8	91,8%	0,77	81,7%	2,7	136,3	14,2
MT	67,7	93,1%	0,77	77,7%	3,7	109,7	14,9
RO	47,5	91,1%	0,73	74,6%	3,7	100,7	14,5
TO	47,3	89,5%	0,74	73,2%	4,9	131,0	14,1
PB	46,8	89,1%	0,72	70,9%	3,2	110,4	15,0
PE	39,4	84,6%	0,73	67,9%	3,2	168,3	15,4
AL	39,0	84,1%	0,68	66,0%	1,7	158,3	15,9
CE	38,3	89,9%	0,74	70,5%	3,3	179,7	15,3
RN	37,1	86,6%	0,73	68,4%	3,6	187,4	14,3
SE	32,6	85,0%	0,70	71,0%	2,6	158,8	17,6
BA	31,3	82,6%	0,71	72,6%	3,1	158,3	16,4
RR	31,0	86,1%	0,75	72,9%	4,2	122,6	21,5
PI	26,5	87,8%	0,70	72,7%	3,9	93,3	19,1
AM	18,5	85,6%	0,73	69,7%	4,4	121,7	19,4
AC	17,5	86,8%	0,72	68,3%	3,6	155,3	17,7
AP	17,2	80,4%	0,74	70,9%	3,1	130,7	22,6
PA	12,2	89,8%	0,70	73,0%	5,6	142,0	17,9
MA	0,0	85,9%	0,69	66,0%	5,1	99,2	18,0

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – I

Sustentabilidade Social										
UF	Ranking do Pilar		Inadequação de Moradia		Famílias abaixo da linha da pobreza		Desigualdade de renda		Acesso ao Saneamento Básico - Água	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		7		1		1		15	-2 ▼
PR	2	2 ▲	2		3		9		3	
RS	3	-1 ▼	1		7		12		4	1 ▲
SP	4	-1 ▼	9		6		15		1	
MG	5		5		10		11		6	-2 ▼
DF	6		23		2		25		2	
MS	7	2 ▲	13		4		7		7	
RJ	8	-1 ▼	3		9		4		5	1 ▲
ES	9	-1 ▼	4		13		10		10	1 ▲
GO	10		11		8		7		8	1 ▲
MT	11		5		5		3		18	-1 ▼
RO	12		8		11		2		27	
TO	13		15		12		6		16	
PB	14		14		14		26		21	1 ▲
PE	15	2 ▲	12		19		16		20	-1 ▼
AL	16	6 ▲	10		23		5		19	1 ▲
CE	17	-1 ▼	18		20		22		17	1 ▲
RN	18	-3 ▼	17		18		13		12	2 ▲
SE	19		21		22		19		9	1 ▲
BA	20		16		25		27		14	-2 ▼
RR	21	-3 ▼	24		15		14		11	-3 ▼
PI	22	-1 ▼	19		24		23		13	2 ▲
AM	23	1 ▲	26		21		24		22	-1 ▼
AC	24	-1 ▼	20		26		18		25	
AP	25	1 ▲	24		16		20		24	
PA	26	-1 ▼	22		17		17		26	
MA	27		27		27		21		23	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – II

Sustentabilidade Social								
UF	Ranking do Pilar		Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto		Anos Potenciais de Vida Perdidos		Formalidade do Mercado de Trabalho	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		8	1 ▲	6	-2 ▼	1	
PR	2	2 ▲	7	-1 ▼	5	2 ▲	4	1 ▲
RS	3	-1 ▼	6	1 ▲	1		2	
SP	4	-1 ▼	1		2		5	-1 ▼
MG	5		4		3	3 ▲	8	
DF	6		3		16	1 ▲	3	
MS	7	2 ▲	14	1 ▲	9	3 ▲	7	
RJ	8	-1 ▼	2		4	-1 ▼	6	
ES	9	-1 ▼	5		8	3 ▲	11	-1 ▼
GO	10		11	1 ▲	14	1 ▲	10	1 ▲
MT	11		19		20	2 ▲	9	
RO	12		26		22	-2 ▼	12	
TO	13		21	-2 ▼	19		17	
PB	14		13		7	-2 ▼	20	
PE	15	2 ▲	10	-2 ▼	13	-3 ▼	15	1 ▲
AL	16	6 ▲	15	1 ▲	17	-1 ▼	13	
CE	17	-1 ▼	16	-2 ▼	10	-2 ▼	23	-2 ▼
RN	18	-3 ▼	22		12	-3 ▼	16	-1 ▼
SE	19		12	-1 ▼	18		18	
BA	20		9	1 ▲	15	-1 ▼	22	-3 ▼
RR	21	-3 ▼	17	4 ▲	26		14	
PI	22	-1 ▼	27		11	2 ▲	25	
AM	23	1 ▲	20	-3 ▼	25		24	
AC	24	-1 ▼	18		24		21	2 ▲
AP	25	1 ▲	25		27		19	3 ▲
PA	26	-1 ▼	24		23		26	
MA	27		23		21		27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – III

Sustentabilidade Social									
UF	Ranking do Pilar		Inserção Econômica		IDH		Inserção Econômica dos Jovens		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		1		3		1		
PR	2	2 ▲	5	1 ▲	5	-1 ▼	3	3 ▲	
RS	3	-1 ▼	4	1 ▲	6		5	-1 ▼	
SP	4	-1 ▼	16	1 ▲	2		11	1 ▲	
MG	5		8	4 ▲	6	2 ▲	6	1 ▲	
DF	6		14	4 ▲	1		7	-5 ▼	
MS	7	2 ▲	3		11	-1 ▼	4	1 ▲	
RJ	8	-1 ▼	22	2 ▲	4	1 ▲	10		
ES	9	-1 ▼	11	3 ▲	9	-2 ▼	9	6 ▲	
GO	10		6	1 ▲	10		2	6 ▲	
MT	11		2		8	1 ▲	8	-5 ▼	
RO	12		7	-3 ▼	19	1 ▲	12	1 ▲	
TO	13		12	-2 ▼	13		13	-4 ▼	
PB	14		13	-4 ▼	20	-1 ▼	19	-2 ▼	
PE	15	2 ▲	24	2 ▲	18	-1 ▼	25	-2 ▼	
AL	16	6 ▲	25		27		26	1 ▲	
CE	17	-1 ▼	9	4 ▲	15	1 ▲	21	1 ▲	
RN	18	-3 ▼	18	-2 ▼	17	-3 ▼	23	-7 ▼	
SE	19		23	-2 ▼	23	1 ▲	18	2 ▲	
BA	20		26	-3 ▼	22		17	2 ▲	
RR	21	-3 ▼	19	-11 ▼	12		15	-1 ▼	
PI	22	-1 ▼	15	5 ▲	25	1 ▲	16	-5 ▼	
AM	23	1 ▲	21	1 ▲	16	5 ▲	22	-1 ▼	
AC	24	-1 ▼	17	-2 ▼	21	-4 ▼	24		
AP	25	1 ▲	27		14	1 ▲	20	5 ▲	
PA	26	-1 ▼	10	1 ▲	24	-1 ▼	14	4 ▲	
MA	27		20	-1 ▼	26	-1 ▼	27	-1 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – IV

Sustentabilidade Social									
UF	Ranking do Pilar		Mortalidade Materna		Mortalidade Precoce		Mortalidade na infância		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		4	-3 ▼	3	-1 ▼	1		
PR	2	2 ▲	1	4 ▲	7	1 ▲	2	1 ▲	
RS	3	-1 ▼	3	-1 ▼	10	-3 ▼	3	-1 ▼	
SP	4	-1 ▼	9	-3 ▼	1		5	-1 ▼	
MG	5		5	-1 ▼	4		8	-2 ▼	
DF	6		6	1 ▲	2	1 ▲	7	-2 ▼	
MS	7	2 ▲	10	7 ▲	5		4	10 ▲	
RJ	8	-1 ▼	21	-5 ▼	15	2 ▲	13		
ES	9	-1 ▼	11	-8 ▼	18	-9 ▼	6	2 ▲	
GO	10		8	3 ▲	19	2 ▲	10	2 ▲	
MT	11		20	4 ▲	11	3 ▲	14	2 ▲	
RO	12		19	-5 ▼	9	-3 ▼	12	3 ▲	
TO	13		25	-4 ▼	17	-1 ▼	9	-2 ▼	
PB	14		15	7 ▲	12		15	-6 ▼	
PE	15	2 ▲	14	-5 ▼	25	-2 ▼	17	3 ▲	
AL	16	6 ▲	2	6 ▲	22	3 ▲	18	-1 ▼	
CE	17	-1 ▼	16	-3 ▼	26	-6 ▼	16	-5 ▼	
RN	18	-3 ▼	18	-3 ▼	27	-1 ▼	11	-1 ▼	
SE	19		7	3 ▲	24	3 ▲	20	1 ▲	
BA	20		12		23	1 ▲	19		
RR	21	-3 ▼	23	-4 ▼	14	1 ▲	26	1 ▲	
PI	22	-1 ▼	22	-2 ▼	6	7 ▲	24	1 ▲	
AM	23	1 ▲	24	1 ▲	13	-3 ▼	25	-1 ▼	
AC	24	-1 ▼	17	1 ▲	21	-3 ▼	21	2 ▲	
AP	25	1 ▲	13	14 ▲	16	3 ▲	27	-1 ▼	
PA	26	-1 ▼	27	-4 ▼	20	2 ▲	22		
MA	27		26		8	3 ▲	23	-5 ▼	



SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais ao longo de toda história se mostraram essenciais para a construção de um ordenamento virtuoso para o desenvolvimento.

O Estado moderno nasceu fundamentalmente para criar estabilidade interna e proteção externa para sua comunidade. A segurança pública, no limite, é a dimensão que separa os países com equilíbrio virtuoso para o desenvolvimento dos chamados “Estados falidos”. A preservação dos direitos individuais, aliada à preservação do primado da lei e à construção de mecanismos de institucionalização dos conflitos, é condição fundamental para o bem-estar social e a competitividade dos Estados.

A inclusão de um pilar específico de Segurança Pública no *Ranking de Competitividade dos Estados* é justificada por razões de duas ordens: i) constitucional: responsabilidade central da esfera estadual na garantia de segurança aos cidadãos; e ii) prática: a segurança pública no Brasil é uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos índices de violência urbana alarmantes e ainda sem sinais de reversão.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, o país assistiu a 57.341 mortes violentas intencionais — definição mais rigorosa para medir o número de homicídios. Tal incidência corresponde uma taxa de 27,5 mortos para cada 100 mil habitantes, índice que deixa o Brasil na vexatória situação de estar entre um dos países mais violentos do mundo, com um abismo de distância em relação aos países desenvolvidos (OCDE), que possuem índices de homicídios abaixo de 2 casos por 100 mil hab., em média.

Por esta razão o pilar de segurança pública recebe o maior peso (13,4%) entre 10 pilares temáticos que constituem o Ranking de Competitividade dos Estados nesta edição de 2019.

O pilar de segurança pública é composto por 9 indicadores, listados na tabela abaixo. Por representar o crime que gera os maiores danos à sociedade, por seus índices alarmantes e também por dispor das medições mais confiáveis, o indicador de Segurança Pessoal é o que possui a maior importância relativa (ver quadro no final desta seção).

Outro indicador de destaque no pilar é o de Segurança Patrimonial. Além de sua alta incidência no País, neste tipo de crime o Brasil também não tem conseguido promover avanços significativos. Outra razão que justifica a sua alta relevância

dentro do pilar é por estar fortemente ligado a crimes mais graves, como latrocínio. O indicador de Mortes a Esclarecer completa o grupo dos mais relevantes dentro do pilar de segurança pública.

As UFs mais bem colocadas neste pilar são Santa Catarina, que alcançou a primeira colocação nesta edição do ranking, após permanecer na segunda posição na edição anterior; e Mato Grosso do Sul, que passou da 4ª colocação no Ranking 2018 para a 2ª posição. Por sua vez, o estado de São Paulo perdeu 2 posições no pilar, ao cair da primeira para a terceira colocação.

Nesta edição, duas UFs sofreram quedas substanciais de colocação no pilar. Rondônia perdeu 8 posições e Amapá, 7 posições — passando para a 13ª e 18ª posições, respectivamente. Em ambos os casos, a principal motivação foi a piora de colocação no segundo indicador mais importante do pilar, Segurança Patrimonial (Rondônia perdeu 17 posições e Amapá perdeu 8).

As UFs que mais ganharam posições no pilar de segurança pública, nesta edição, foram AL (6 posições), ES e PB (5 posições), passando para a 12ª, 10ª e 4ª posições, respectivamente. Alagoas e Espírito Santo mostraram forte avanço no pilar de Segurança Patrimonial, ao avançarem 10 posições cada. Paraíba também se beneficiou da melhora no indicador de Segurança Patrimonial (6 posições), além do de Déficit Carcerário (10 posições).

Para esta edição, não foi possível atualizar o indicador de Qualidade da Informação de Criminalidade, de frequência bianual no Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Ademais, incluímos o indicador de Morbidade no Trânsito. O indicador que mede o número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre, em relação a 100 mil habitantes, é um complemento ao de Mortalidade no Trânsito, por revelar outro aspecto do ônus social gerado pela falta de segurança no trânsito.

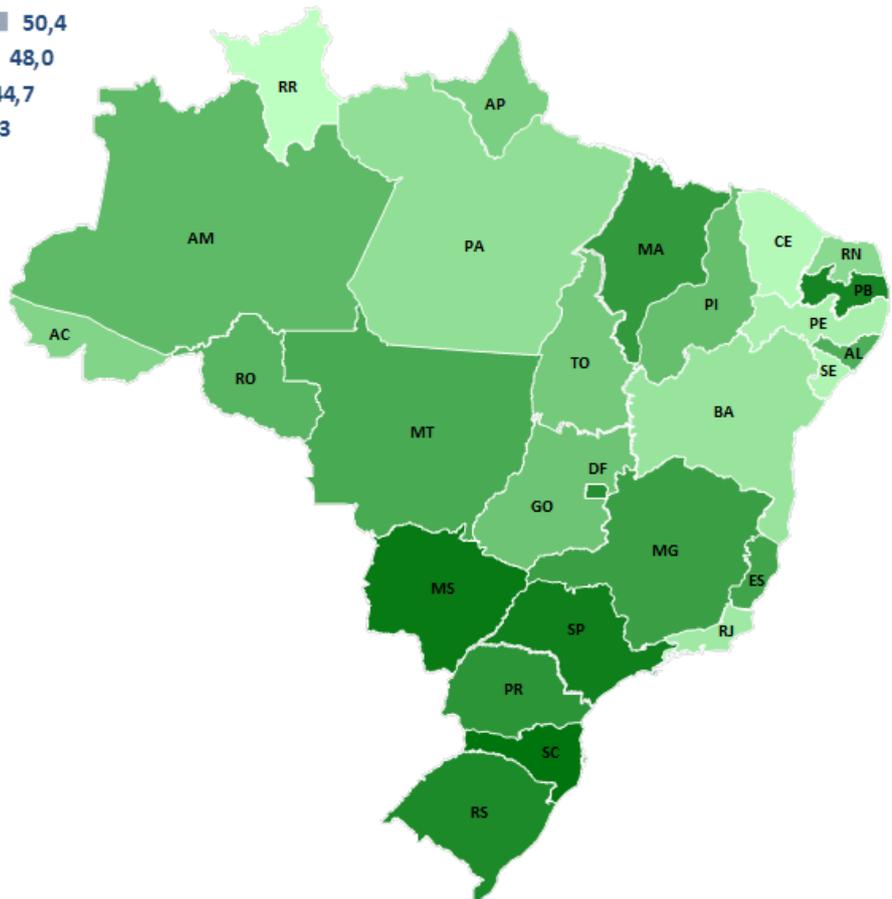
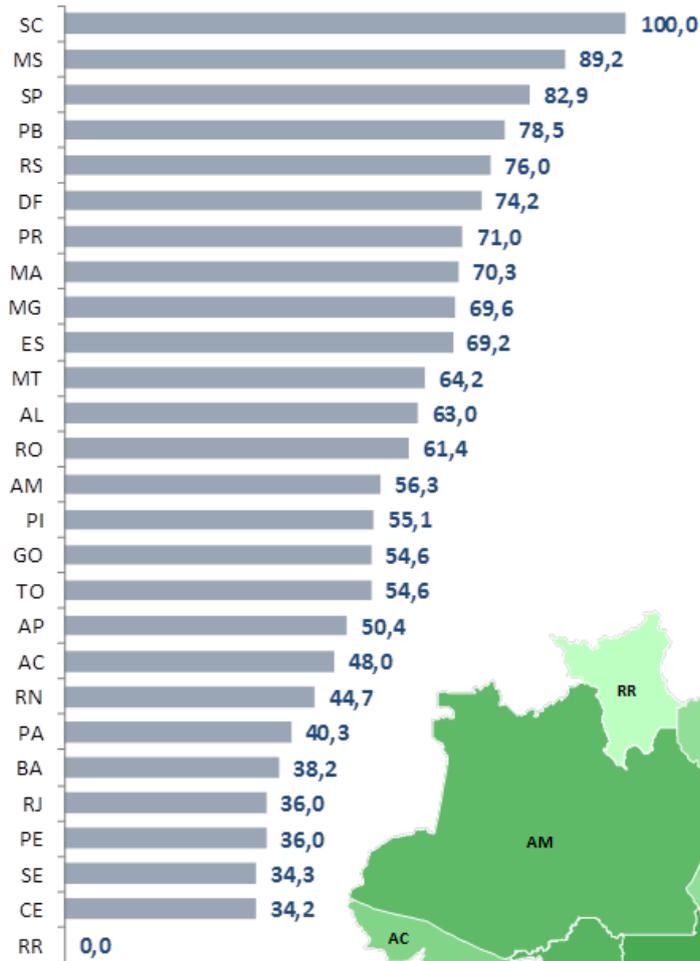
Por fim, alterações metodológicas foram feitas em dois indicadores do pilar:

1. Mortalidade no Trânsito: o nome do indicador foi alterado de "Segurança no Trânsito" para "Mortalidade no Trânsito", a fim de se equiparar ao novo Morbidade no Trânsito.
2. Segurança Patrimonial: substituiu-se o numerador "Roubo e Furto de Veículo" por "Roubo total", o qual inclui Roubo e Furto de Veículo, Roubo a estabelecimento comercial, Roubo a residência, Roubo a transeunte, Roubo a instituição financeira e Roubo de carga, conforme especificado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



SEGURANÇA PÚBLICA

Ranking – Segurança pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicídio em relação ao número de homicídios.	Departamento Penitenciário Nacional e Fórum Brasileiro de Segurança Pública	2018
Presos sem Condenação	Proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos.	Departamento Penitenciário Nacional - Infopen	2017
Déficit Carcerário	Relação população prisional pelo total de vagas.	Departamento Penitenciário Nacional - Infopen	2017
Mortes a esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes.	Datasus	2017
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus	2017
Morbidade no Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus	2018
Segurança Pessoal	Taxa de Mortes Violentas Intencionais - MVI (corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora) em relação a população total.	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	2018
Segurança Patrimonial	Roubos totais por 100 mil habitantes.	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	2018
Qualidade da Informação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais.	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	2017

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UF's em cada indicador - I

Segurança Pública - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	Presos sem Condenação	Déficit Carcerário	Mortes a esclarecer	Mortalidade no Trânsito
SC	100,0	1,7%	23,5%	1,1%	1,6	21,2
MS	89,2	4,7%	22,0%	1,8%	2,2	22,8
SP	82,9	3,5%	25,7%	2,2%	5,8	11,5
PB	78,5	1,8%	38,3%	1,5%	0,9	22,5
RS	76,0	0,3%	32,7%	1,4%	1,1	16,3
DF	74,2	2,0%	20,7%	2,2%	0,6	11,3
PR	71,0	1,8%	11,2%	2,7%	3,2	22,5
MA	70,3	0,1%	45,2%	1,4%	1,1	20,4
MG	69,6	2,1%	44,9%	1,7%	7,6	17,7
ES	69,2	2,0%	38,7%	1,5%	3,5	23,3
MT	64,2	1,8%	47,8%	1,4%	2,6	31,4
AL	63,0	0,8%	28,8%	2,2%	0,5	18,3
RO	61,4	2,9%	14,6%	1,9%	1,2	27,5
AM	56,3	1,0%	53,9%	2,0%	0,6	10,1
PI	55,1	1,4%	60,0%	1,9%	3,0	33,4
GO	54,6	1,6%	43,3%	1,8%	1,7	24,5
TO	54,6	1,5%	43,3%	1,8%	2,1	39,0
AP	50,4	2,4%	24,1%	1,8%	0,8	10,6
AC	48,0	1,4%	32,3%	2,3%	1,5	13,8
RN	44,7	0,7%	32,1%	1,4%	6,9	15,5
PA	40,3	0,5%	37,5%	1,9%	1,6	17,2
BA	38,2	0,4%	51,6%	1,6%	8,3	15,3
RJ	36,0	0,8%	42,8%	1,8%	8,2	12,7
PE	36,0	1,6%	42,7%	2,6%	6,7	18,1
SE	34,3	0,6%	51,6%	1,6%	3,2	18,4
CE	34,2	1,0%	49,1%	2,0%	5,5	17,7
RR	0,0	1,4%	44,0%	2,1%	6,2	28,8

Desempenhos das UFs em cada indicador - II

Segurança Pública - II					
UF	Pilar Nota: 0-100	Morbidade no Trânsito	Segurança Pessoal	Segurança Patrimonial	Qualidade da Informação de Criminalidade
SC	100,0	103,0	13,3	163,5	81,5
MS	89,2	126,1	17,6	338,9	57,3
SP	82,9	87,1	9,5	577,8	71,5
PB	78,5	93,8	30,3	268,3	82,5
RS	76,0	32,4	21,9	783,7	74,0
DF	74,2	71,8	16,6	1467,4	76,0
PR	71,0	93,9	21,2	528,0	68,6
MA	70,3	82,7	25,2	686,1	87,0
MG	69,6	100,3	15,4	360,4	73,5
ES	69,2	122,5	30,2	525,5	84,8
MT	64,2	159,5	28,4	541,7	82,4
AL	63,0	74,7	45,8	517,8	95,3
RO	61,4	154,5	24,5	1356,2	47,8
AM	56,3	33,6	30,0	1120,7	70,5
PI	55,1	214,3	18,9	852,7	91,8
GO	54,6	108,4	37,8	904,7	82,0
TO	54,6	106,2	27,0	414,0	40,5
AP	50,4	75,3	57,9	1113,1	68,3
AC	48,0	126,6	47,9	823,0	72,0
RN	44,7	85,6	55,4	661,2	88,4
PA	40,3	80,0	54,6	1252,5	91,8
BA	38,2	68,7	42,8	545,7	68,8
RJ	36,0	52,8	39,1	1349,7	84,5
PE	36,0	68,4	43,9	993,6	91,5
SE	34,3	95,0	49,5	898,2	55,0
CE	34,2	124,2	52,8	710,8	82,6
RR	0,0	499,2	66,6	662,5	40,5

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – I

Segurança Pública									
UF	Ranking do Pilar		Atuação do Sistema de Justiça Criminal		Presos sem Condenação		Déficit Carcerário		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1	1 ▲	11	-5 ▼	5	3 ▲	1	1 ▲	
MS	2	2 ▲	1	1 ▲	4	1 ▲	12	10 ▲	
SP	3	-2 ▼	2	-1 ▼	7	-2 ▼	23	-12 ▼	
PB	4	5 ▲	8	3 ▲	13	2 ▲	7	10 ▲	
RS	5	3 ▲	26	-1 ▼	11		3		
DF	6	-3 ▼	6	-1 ▼	3		22	-6 ▼	
PR	7		9	-5 ▼	1	3 ▲	27	-3 ▼	
MA	8	2 ▲	27	-5 ▼	21	3 ▲	4	1 ▲	
MG	9	-3 ▼	5	3 ▲	20	2 ▲	10	2 ▲	
ES	10	5 ▲	7	2 ▲	14	1 ▲	6	-5 ▼	
MT	11	3 ▲	10	8 ▲	22	-2 ▼	4		
AL	12	6 ▲	20		8	1 ▲	23		
RO	13	-8 ▼	3		2	-1 ▼	16	2 ▲	
AM	14	3 ▲	18	1 ▲	26	-1 ▼	19	8 ▲	
PI	15	-3 ▼	16	1 ▲	27	-6 ▼	17	-10 ▼	
GO	16		13	3 ▲	18	-5 ▼	14	7 ▲	
TO	17	-4 ▼	14	-7 ▼	17	-5 ▼	11	-2 ▼	
AP	18	-7 ▼	4	6 ▲	6	-4 ▼	15	-2 ▼	
AC	19	1 ▲	17	-2 ▼	10	-1 ▼	25	-17 ▼	
RN	20	4 ▲	22	1 ▲	9	-2 ▼	2	13 ▲	
PA	21	-2 ▼	24		12	6 ▲	17	-11 ▼	
BA	22	-1 ▼	25	1 ▲	25	-3 ▼	8	11 ▲	
RJ	23		21	6 ▲	16	-3 ▼	13	-3 ▼	
PE	24	3 ▲	12	2 ▲	15	4 ▲	26	-1 ▼	
SE	25	-3 ▼	23	-2 ▼	24	2 ▲	9	11 ▲	
CE	26	-1 ▼	19	-6 ▼	23	4 ▲	20	6 ▲	
RR	27	-1 ▼	15	-3 ▼	19	-2 ▼	21	-7 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – II

Segurança Pública									
UF	Ranking do Pilar		Mortes a esclarecer		Mortalidade no Trânsito		Morbidade no Trânsito		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1	1 ▲	11	-4 ▼	17	-2 ▼	17		
MS	2	2 ▲	14	4 ▲	20	1 ▲	22		
SP	3	-2 ▼	21	-2 ▼	4	-1 ▼	12		
PB	4	5 ▲	5	-2 ▼	18	4 ▲	13		
RS	5	3 ▲	7	6 ▲	9	-3 ▼	1		
DF	6	-3 ▼	2	2 ▲	3	2 ▲	6		
PR	7		17	-2 ▼	19	1 ▲	14		
MA	8	2 ▲	6	4 ▲	16	3 ▲	10		
MG	9	-3 ▼	25	-1 ▼	12	-2 ▼	16		
ES	10	5 ▲	19	2 ▲	21	-7 ▼	20		
MT	11	3 ▲	15	1 ▲	25		25		
AL	12	6 ▲	1		14	2 ▲	7		
RO	13	-8 ▼	8	-2 ▼	23	1 ▲	24		
AM	14	3 ▲	3	-1 ▼	1		2		
PI	15	-3 ▼	16	-5 ▼	26		26		
GO	16		12	-3 ▼	22	1 ▲	19		
TO	17	-4 ▼	13	-1 ▼	27		18		
AP	18	-7 ▼	4	1 ▲	2		8		
AC	19	1 ▲	9	-1 ▼	6	2 ▲	23		
RN	20	4 ▲	24	-4 ▼	8	-1 ▼	11		
PA	21	-2 ▼	10	4 ▲	10	1 ▲	9		
BA	22	-1 ▼	27		7	2 ▲	5		
RJ	23		26	-1 ▼	5	-1 ▼	3		
PE	24	3 ▲	23	3 ▲	13	-1 ▼	4		
SE	25	-3 ▼	18	-1 ▼	15	-2 ▼	15		
CE	26	-1 ▼	20	3 ▲	11	6 ▲	21		
RR	27	-1 ▼	22		24	-6 ▼	27		

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – III

Segurança Pública								
UF	Ranking do Pilar		Segurança Pessoal		Segurança Patrimonial		Qualidade da Informação de Criminalidade	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1	1 ▲	2		1	2 ▲	13	
MS	2	2 ▲	5	1 ▲	3	-1 ▼	23	
SP	3	-2 ▼	1		11	8 ▲	18	
PB	4	5 ▲	15	-1 ▼	2	6 ▲	10	
RS	5	3 ▲	8	1 ▲	16	-4 ▼	15	
DF	6	-3 ▼	4	-1 ▼	27	-9 ▼	14	
PR	7		7		8	-2 ▼	21	
MA	8	2 ▲	10	1 ▲	14	-7 ▼	6	
MG	9	-3 ▼	3	1 ▲	4	1 ▲	16	
ES	10	5 ▲	14	1 ▲	7	10 ▲	7	
MT	11	3 ▲	12	1 ▲	9	-8 ▼	11	
AL	12	6 ▲	20	3 ▲	6	10 ▲	1	
RO	13	-8 ▼	9	1 ▲	26	-17 ▼	25	
AM	14	3 ▲	13	-1 ▼	23	2 ▲	19	
PI	15	-3 ▼	6	-1 ▼	18	-5 ▼	2	
GO	16		16		20		12	
TO	17	-4 ▼	11	-3 ▼	5	-1 ▼	26	
AP	18	-7 ▼	26	-5 ▼	22	-8 ▼	22	
AC	19	1 ▲	21	5 ▲	17	6 ▲	17	
RN	20	4 ▲	25	2 ▲	12	9 ▲	5	
PA	21	-2 ▼	24	-4 ▼	24	-2 ▼	2	
BA	22	-1 ▼	18	1 ▲	10		20	
RJ	23		17		25	1 ▲	8	
PE	24	3 ▲	19	5 ▲	21	3 ▲	4	
SE	25	-3 ▼	22		19	-8 ▼	24	
CE	26	-1 ▼	23	2 ▲	15		9	
RR	27	-1 ▼	27	-9 ▼	13	14 ▲	26	



EDUCAÇÃO

As graves deficiências na educação do País, juntamente com a crônica deficiência de infraestrutura, estão indubitavelmente entre os principais desafios para a melhora da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social.

Na edição 2015 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil ficou entre os últimos colocados. Dos 70 países que participaram do exame, o Brasil ficou em 59º em leitura, 66º em matemática e 63º em ciências.

Segundo especialistas da área, há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas para reverter a situação e que vão muito além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhora da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades.

No pilar educação, foram contemplados indicadores de taxa de frequência líquida e qualidade nos ensinos fundamental e médio, além do IOEB (Índice de Oportunidades da Educação Brasileira).

Além de indicadores que medem a qualidade da educação e de universalização do atendimento, este pilar também inclui o indicador de 'avaliação da educação', premiando os estados que possuam um programa estadual de avaliação da educação básica. Este indicador premia as UFs que possuam uma avaliação estadual e que o façam de forma frequente. Assim, a pontuação varia de acordo com os últimos anos em que a prova de avaliação foi aplicada no estado: peso 20 para 2018; 50 para 2017; 30 para 2016; e 10 para "sistema de avaliação em implementação". Dessa forma, recebem nota máxima somente os estados que tenham realizado e divulgado os exames nos 3 últimos anos (2016 a 2018): 100 pontos. Vale notar que este é o único indicador que não há uma fonte única de coleta dos dados. Para a construção deste indicador, utilizamos informações dos portais de cada programa de avaliação estadual, que são checadas com as secretarias estaduais de educação.

Em razão da sua importância econômica e social, e considerando as graves carências existentes nos Estados, o pilar educação possui um dos maiores pesos do ranking (11,3% do total), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação no País, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

Da divulgação do Ranking de 2018 até o período de fechamento desta edição não houve divulgação de novos dados para o IDEB e PISA.

São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina seguem com as primeiras posições no ranking de educação.

São Paulo é o primeiro colocado nos indicadores: Avaliação da Educação, IDEB, ENEM, Índice de Oportunidade da Educação, Taxa de frequência líquida do ensino médio e Taxa de atendimento do ensino infantil.

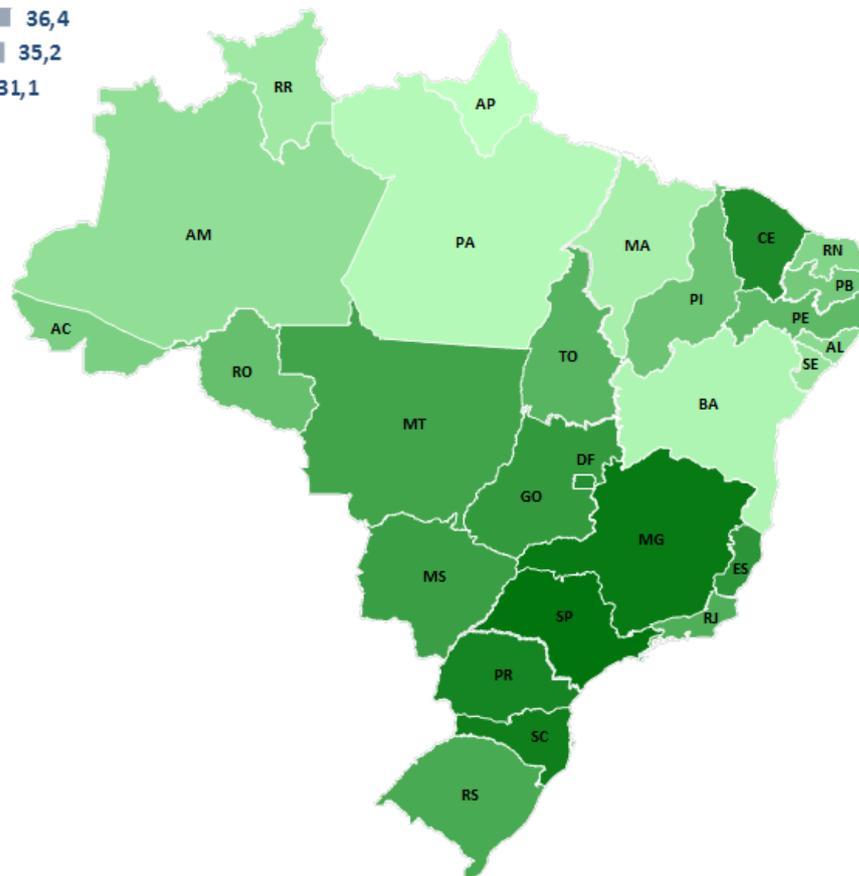
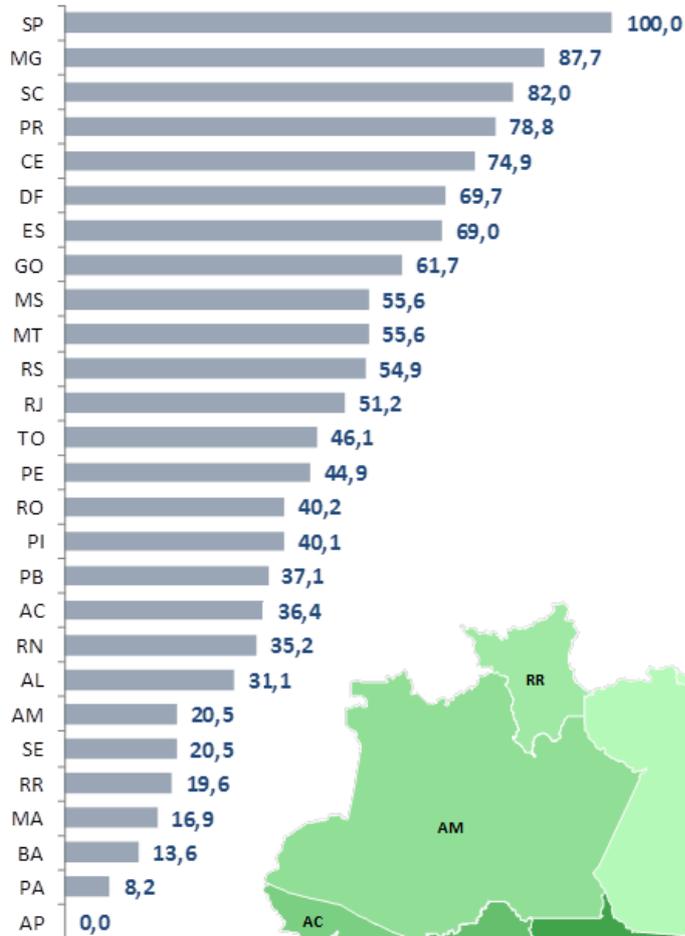
Pernambuco e Amazonas foram os estados que mais ganharam posições neste pilar, com salto de 4 e 3 posições, respectivamente. Pernambuco passou de 18º para 14º colocado neste pilar, com melhora relativa importante no indicador de Taxa de frequência líquida do ensino fundamental, passando de 23º para 10º colocado. Amazonas passou de 24º para 21º colocado no pilar, com melhora de uma posição no indicador de Taxa de atendimento do ensino infantil.

Este pilar é composto por 8 indicadores, apresentados na tabela abaixo.



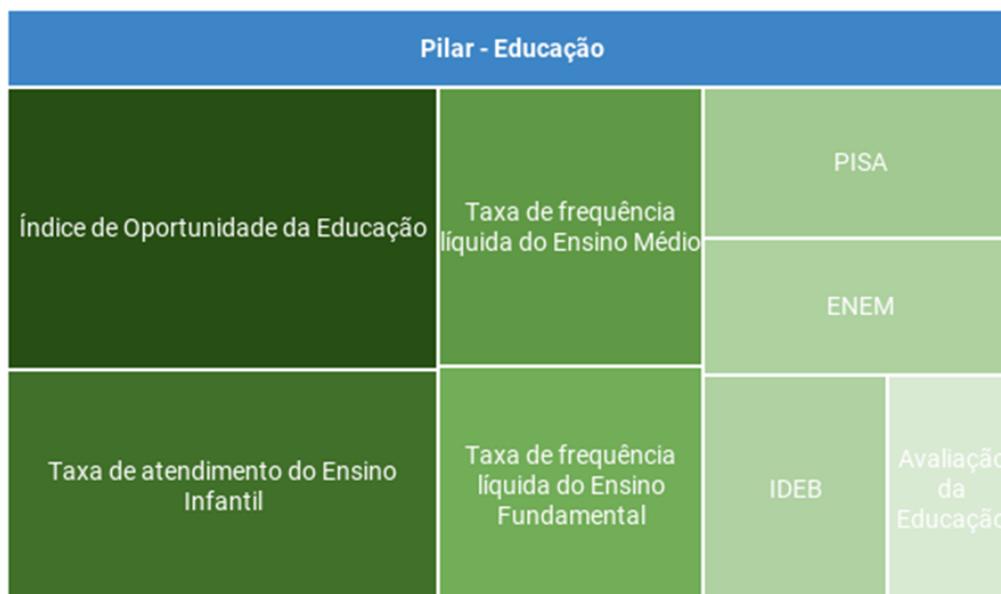
EDUCAÇÃO

Ranking – Educação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica.	Secretarias Estaduais de Educação	2019
IDEB	Qualidade da educação básica do Brasil, considera fluxo escolar e média de desempenhos nas avaliações de toda a rede de ensino.	INEP	2017
ENEM	Desempenho dos alunos do Ensino Médio para acesso ao Ensino Superior e a programas de financiamento em instituições privadas.	INEP	2018
PISA	Desempenho dos estudantes na faixa dos 15 anos no Programa internacional de avaliação dos estudantes.	PISA	2015
Índice de Oportunidade da Educação	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.	Comunidade Educativa – CEDAC	2019
Taxa de frequência líquida do ensino fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental.	PNAD/IBGE	2018
Taxa de frequência líquida do ensino médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio.	PNAD/IBGE	2018
Taxa de atendimento do ensino infantil	Proporção de crianças na faixa etária de 0 e 5 anos frequentando a creche/escola.	PNAD/IBGE	2018

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UFs em cada indicador

Educação									
UF	Pilar Nota: 0-100	Avaliação da Educação	IDEB	ENEM	PISA	Índice de Oportunidade da Educação	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Taxa de Atendimento do Ensino Infantil
SP	100,0	100	5,57	546,3	404,0	5,44	98,2%	80,9%	63,9%
MG	87,7	100	5,24	543,8	417,0	5,28	98,4%	75,8%	55,1%
SC	82,0	20	5,53	542,4	411,7	5,13	97,5%	76,1%	63,2%
PR	78,8	70	5,36	537,3	421,3	5,14	97,7%	73,2%	55,4%
CE	74,9	100	5,33	517,7	397,3	5,14	98,0%	73,4%	56,1%
DF	69,7	100	5,31	539,2	417,3	5,22	96,5%	72,4%	45,6%
ES	69,0	100	5,23	536,4	427,0	4,94	97,4%	62,3%	55,7%
GO	61,7	100	5,44	524,8	401,7	4,93	97,3%	70,4%	45,9%
MS	55,6	80	5,02	518,7	397,0	4,71	97,4%	67,1%	54,8%
MT	55,6	80	5,00	507,9	390,3	4,87	96,8%	76,8%	50,1%
RS	54,9	50	4,92	537,2	402,0	4,69	97,4%	66,7%	52,0%
RJ	51,2	0	5,00	544,2	386,0	4,84	96,7%	67,7%	51,6%
TO	46,1	50	4,88	498,5	366,0	4,57	98,1%	71,3%	54,6%
PE	44,9	100	4,69	515,6	379,0	4,61	97,4%	62,9%	52,0%
RO	40,2	0	5,16	499,0	381,3	4,83	98,6%	66,4%	38,1%
PI	40,1	100	4,65	505,5	372,0	4,56	97,8%	60,7%	50,7%
PB	37,1	20	4,35	515,3	374,0	4,52	97,1%	60,8%	51,4%
AC	36,4	30	5,04	494,6	394,3	4,75	97,3%	64,7%	40,7%
RN	35,2	100	4,20	521,7	371,3	4,36	97,6%	55,5%	55,2%
AL	31,1	80	4,52	507,2	353,7	4,50	97,3%	58,7%	51,0%
AM	20,5	0	4,69	495,0	394,7	4,49	96,1%	65,4%	38,2%
SE	20,5	10	4,32	518,2	369,3	4,39	96,9%	50,8%	50,5%
RR	19,6	0	4,63	504,4	391,3	4,27	95,0%	72,6%	42,3%
MA	16,9	10	4,22	496,3	363,0	4,04	96,7%	64,1%	53,9%
BA	13,6	10	4,16	513,1	361,0	4,19	96,1%	55,4%	52,4%
PA	8,2	50	4,08	504,0	381,3	3,98	96,4%	56,5%	42,6%
AP	0,0	0	4,05	495,2	373,3	4,12	96,6%	64,0%	28,3%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – I

Educação										
UF	Ranking do Pilar		Avaliação da Educação		IDEB		ENEM		PISA	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		1		1	3 ▲	6	
MG	2		1	7 ▲	7		3		4	
SC	3		19	1 ▲	2		4	-3 ▼	5	
PR	4		14	5 ▲	4		6	1 ▲	2	
CE	5	1 ▲	1		5		13	-2 ▼	9	
DF	6	1 ▲	1	19 ▲	6		5	1 ▲	3	
ES	7	-2 ▼	1		8		8		1	
GO	8	1 ▲	1		3		9		8	
MS	9	1 ▲	11	3 ▲	11		11	-1 ▼	10	
MT	10	2 ▲	11	16 ▲	13		17		14	
RS	11	-3 ▼	15		14		7	-2 ▼	7	
RJ	12	-1 ▼	23	-7 ▼	12		2		15	
TO	13		15	-7 ▼	15		23	-1 ▼	24	
PE	14	4 ▲	1		16		14		18	
RO	15	-1 ▼	23	-7 ▼	9		22	-1 ▼	16	
PI	16		1		18		19	-1 ▼	21	
PB	17	-2 ▼	1		21		15		19	
AC	18	1 ▲	18	-10 ▼	10		27		12	
RN	19	-2 ▼	1	7 ▲	24		10	2 ▲	22	
AL	20	2 ▲	11	-3 ▼	20		18	2 ▲	27	
AM	21	3 ▲	23	-7 ▼	17		26		11	
SE	22	-2 ▼	20	7 ▲	22		12	1 ▲	23	
RR	23	-2 ▼	23	4 ▲	19		20	3 ▲	13	
MA	24	-1 ▼	20		23		24	1 ▲	25	
BA	25		20	7 ▲	25		16		26	
PA	26		15	-7 ▼	26		21	-2 ▼	16	
AP	27		23	4 ▲	27		25	-1 ▼	20	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – II

Educação										
UF	Ranking do Pilar		Índice de Oportunidade da Educação		Taxa de frequência líquida do ensino fundamental		Taxa de frequência líquida do ensino médio		Taxa de atendimento do ensino infantil	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		3	10 ▲	1		1	
MG	2		2		2	1 ▲	4	-1 ▼	7	2 ▲
SC	3		6	-1 ▼	9	-2 ▼	3	1 ▲	2	
PR	4		4	-1 ▼	7	5 ▲	6	-1 ▼	5	2 ▲
CE	5	1 ▲	5	1 ▲	5	9 ▲	5	5 ▲	3	1 ▲
DF	6	1 ▲	3	1 ▲	23	-7 ▼	8	-1 ▼	21	2 ▲
ES	7	-2 ▼	7	2 ▲	10	-1 ▼	20	-7 ▼	4	2 ▲
GO	8	1 ▲	8	-1 ▼	14	6 ▲	10	-2 ▼	20	2 ▲
MS	9	1 ▲	13		10	-6 ▼	12	6 ▲	8	2 ▲
MT	10	2 ▲	9	-1 ▼	19	-4 ▼	2		19	
RS	11	-3 ▼	14	-4 ▼	10	-3 ▼	13	2 ▲	12	-7 ▼
RJ	12	-1 ▼	10	1 ▲	20	-2 ▼	11	1 ▲	14	-1 ▼
TO	13		16	2 ▲	4	-2 ▼	9	-3 ▼	9	6 ▲
PE	14	4 ▲	15		10	13 ▲	19	-2 ▼	13	3 ▲
RO	15	-1 ▼	11	3 ▲	1		14	10 ▲	26	-6 ▼
PI	16		17	2 ▲	6		22	-2 ▼	17	-3 ▼
PB	17	-2 ▼	18	-1 ▼	17	-7 ▼	21	1 ▲	15	-7 ▼
AC	18	1 ▲	12		14	13 ▲	16	-5 ▼	24	1 ▲
RN	19	-2 ▼	22		8	3 ▲	25	-4 ▼	6	-3 ▼
AL	20	2 ▲	19	2 ▲	14	6 ▲	23		16	2 ▲
AM	21	3 ▲	20	-4 ▼	25		15	-1 ▼	25	1 ▲
SE	22	-2 ▼	21	-1 ▼	18	-14 ▼	27		18	-1 ▼
RR	23	-2 ▼	23		27	-4 ▼	7	2 ▲	23	1 ▲
MA	24	-1 ▼	26		20	-2 ▼	17	-1 ▼	10	2 ▲
BA	25		24	1 ▲	25	-5 ▼	26	-1 ▼	11	
PA	26		27		24	-8 ▼	24	2 ▲	22	-1 ▼
AP	27		25	-1 ▼	22	4 ▲	18	1 ▲	27	



SOLIDEZ FISCAL

A solidez fiscal de qualquer governo é condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado País, Estado ou município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em resultados fiscais negativos (déficits), resultando em aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais. Um governo sem credibilidade fiscal e financeira promove retração dos investimentos e dos negócios privados, ocasionando queda na produção de produtos e serviços, além de aumento da inflação e do desemprego.

Para capturarmos o grau de solidez fiscal dos Estados, foram utilizados indicadores que levam em conta dimensões distintas, mas inter-relacionadas, de sustentabilidade fiscal. Além dos seis indicadores presentes desde a edição de 2016, foram incluídos na edição 2019 três novos indicadores, de modo que o pilar de sustentabilidade fiscal passasse a conter nove indicadores no total: 1. solvência fiscal (razão entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida); 2. resultado primário (diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano dividido pelo PIB do estado); 3. resultado nominal (variação da dívida consolidada líquida de um ano para o outro dividida pelo PIB nominal, de modo que aumentos da dívida equivalam a déficit nominal e vice versa); 4. sucesso da execução orçamentária (razão entre a despesa liquidada e a despesa total atualizada); 5. capacidade de investimento (razão entre o investimento liquidado e a receita corrente líquida); 6. autonomia fiscal (razão entre receitas correntes próprias sobre a receita corrente total); 7. gasto com pessoal (gasto bruto com Pessoal como proporção da receita corrente líquida); 8. índice de liquidez (razão entre obrigações financeiras e disponibilidade bruta de caixa) e 9. poupança corrente (saldo entre receitas e despesas correntes dividido pelas receitas correntes).

A justificativa para inclusão dos três últimos indicadores (gasto com pessoal, liquidez e poupança corrente) a partir desta edição de 2019 é baseada na importância dos mesmos para qualquer avaliação realista e precisa da situação fiscal dos entes estaduais.

O gasto com pessoal, além de ser uma variável crítica de gestão fiscal no nível estadual, abarcando todo tipo de gasto com servidores ativos, aposentados e pensionistas, é uma métrica clássica presente na LRF desde os anos 2000 e ganhou importância ainda maior em meio ao debate sobre a reforma da Previdência. Sabe-se que nos estados onde o gasto com servidores inativos representa parcela importante do gasto com a folha, esse tende a ser mais elevado em relação à receita líquida e em relação à média dos demais estados. Em outras palavras, há uma correlação positiva entre o percentual de inativos e pensionistas sobre a folha e o tamanho total da folha.

O índice de liquidez e a poupança corrente são ambas métricas presentes no atual CAPAG (Capacidade de Pagamento dos Entes Subnacionais), critério usado pela Secretaria do Tesouro Nacional para avaliação fiscal e financeira dos entes subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. A partir dessa análise, cada ente recebe uma classificação que vai de A a D. Para as classificações fiscais "A" ou "B", o ente pode receber a garantia da União para novos empréstimos, ao passo que entes classificados como "C" ou "D", não. Tais indicadores são fundamentais para se avaliar riscos de inadimplência e atrasos nas obrigações financeiras dos entes.

Os resultados para o pilar de solidez fiscal na edição de 2019 refletem os dados fiscais dos Estados para o ano de 2018. O quadro abaixo compara os resultados consolidados entre 2018 e 2017, com exceção dos três novos indicadores incluídos somente a partir desta edição.

Comparação Fiscal 2018 x 2017 (médias estaduais)

	2018	2017	2018 x 2017
<i>Solvência Fiscal (% DCL/RCL)</i>	72,4%	69,8%	2,6%
<i>Resultado Nominal Realizado (R\$ milhões)</i>	-R\$ 2.893	-R\$ 1.476	-R\$ 1.417
<i>Resultado Primário (R\$ milhões)</i>	R\$ 310	-R\$ 557	R\$ 867
<i>Sucesso da Execução Orçamentária (% Execução da Despesa)</i>	85,2%	84,8%	0,5%
<i>Capacidade de Investimento (% Investimentos / RCL)</i>	6,4%	5,8%	0,6%
<i>Autonomia Fiscal (receitas correntes próprias/receita corrente total)</i>	64,3%	65,0%	-0,8%
<i>Gasto Bruto com Pessoal (%RCL)</i>	73%	--	
<i>Índice de Liquidez (obrigações / caixa bruto)</i>	118%	--	
<i>Poupança Corrente (receitas - despesas correntes / receitas correntes)</i>	5,4%	--	

Fonte: STN. Elaboração: Tendências

Ao analisarmos o quadro acima, percebe-se que o nível de endividamento dos estados apresentou aumento (2,6 p.p.) entre 2018 e 2017, saindo de um endividamento médio de 69,8% da receita corrente líquida para 72,4%. Tal movimento de certa forma reflete a piora do déficit nominal, que atingiu R\$ 2,8 bilhões em 2018, uma alta de R\$ 1,4 bilhão ante o déficit nominal médio de R\$ 1,5 bilhão em 2017. A piora do déficit nominal ocorreu mesmo em meio à melhora do resultado primário, que atingiu um superávit médio de R\$ 310 milhões em 2018 (ante déficit de R\$ 557 milhões em 2017). Isso pode indicar que a pequena melhora do resultado primário levou Estados a assumirem novas dívidas, o que leva

à piora do resultado nominal. Importante ressaltar que ao retirarmos o superávit primário de R\$ 12 bilhões de SP da conta, a média do resultado primário dos estados cai para um déficit de R\$ 145 milhões em 2018. No tocante aos demais indicadores, não houve alterações significativas, mas vale destacar a ligeira melhora da capacidade de investimento, que apesar de ainda muito baixo para repor as necessidades de infraestrutura pública, subiu para 6,4% da RCL (ante 5,8% em 2017).

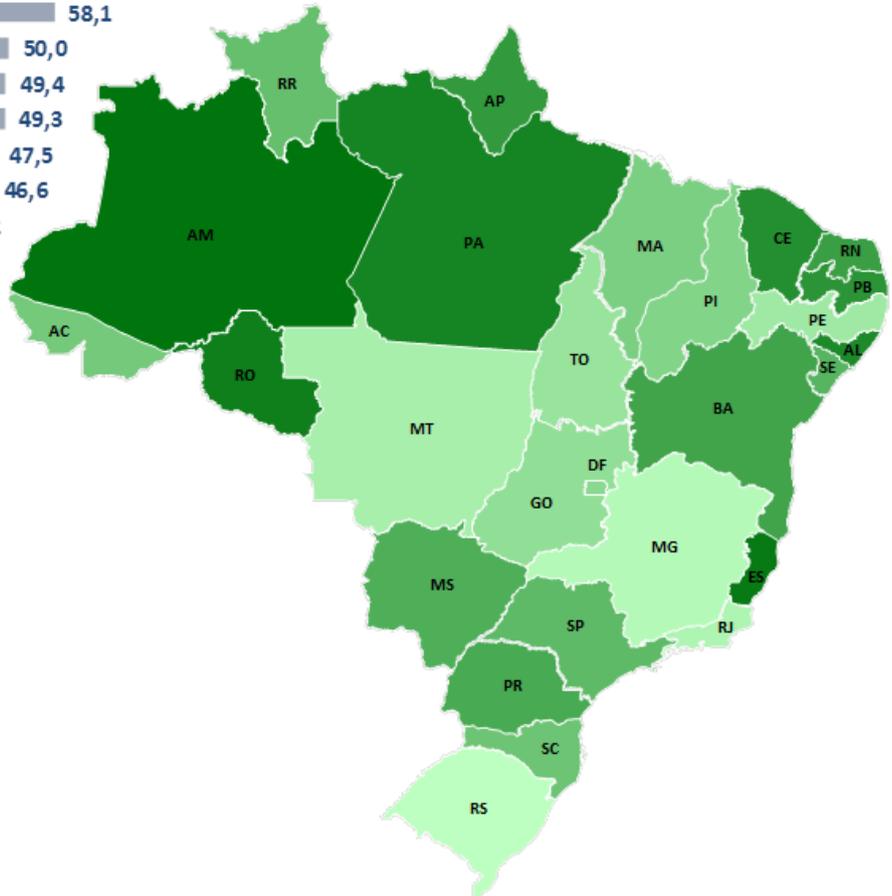
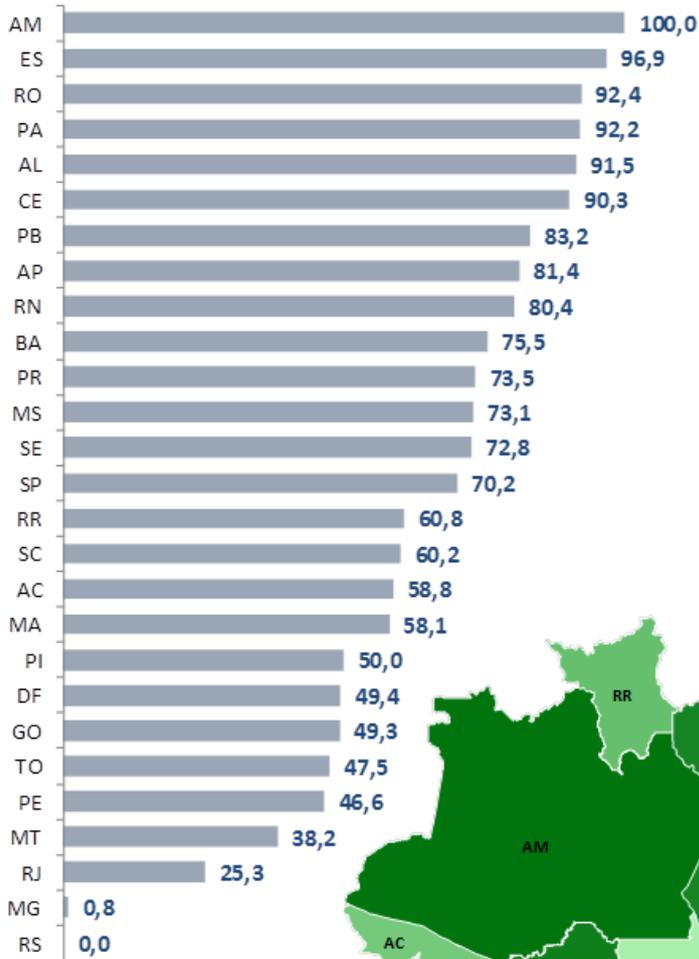
As UFs mais bem colocadas neste pilar são Amazonas, que alcançou a primeira colocação nesta edição do ranking, após permanecer na terceira posição na edição anterior; e Espírito Santo, que passou da 6ª colocação no Ranking 2018 para a 2ª posição. O primeiro beneficiou-se da melhora no indicador de Capacidade de Investimento, ao avançar 11 posições (da 18ª para 7ª colocação), e o segundo, da liderança no novo indicador de Índice de Liquidez.

Nesta edição, duas UFs contaram com altas substancias de colocação no pilar. Rondônia e Rio Grande do Norte ganharam 14 posições, passando para a 3ª e 9ª posições, respectivamente. Por outro lado, Goiás e Pernambuco sofreram fortes quedas no pilar: GO perdeu 16 posições e PE, 15 posições — passando para a 21ª e 23ª posições, respectivamente.



SOLIDEZ FISCAL

Ranking – Solidez fiscal



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Capacidade de Investimento	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2018
Resultado Nominal	Resultado nominal é a variação da dívida consolidada líquida de um ano para o outro. Variações positivas (aumento) da dívida equivalem à déficit nominal, enquanto variações negativas (queda) da dívida equivalem à superávit nominal. O resultado é dividido pelo PIB nominal e multiplicado por (-1).	Siconfi	2018
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida	Siconfi	2018
Sucesso da Execução Orçamentária	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária).	Siconfi	2018
Autonomia Fiscal	Grau de autonomia financeira do Estado tendo por base a participação das receitas correntes próprias (realizadas) sobre a receita corrente total, dado pela fórmula: $1 - (\text{transferências correntes}/\text{receita corrente total})$	Siconfi	2018
Resultado Primário	O resultado primário é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado.	Siconfi	2018
Gasto com Pessoal	Gasto Bruto com Pessoal (%RCL)	Siconfi	2018
Índice de Liquidez	Índice de Liquidez = obrigações financeiras / caixa bruto. Assim, quanto maior o indicador, pior.	Siconfi	2018
Poupança Corrente	Poupança Corrente (receitas correntes - despesas correntes / receitas correntes)	Siconfi	2018

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UFs em cada indicador - I

Solidez Fiscal - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Capacidade de Investimento	Resultado Nominal	Solvência Fiscal	Sucesso da Execução Orçamentária	Autonomia Fiscal
AM	100,0	8,6%	-0,3%	34,7%	91,4%	70,6%
ES	96,9	5,7%	-0,3%	19,0%	81,9%	64,8%
RO	92,4	8,0%	-0,3%	47,0%	84,2%	55,3%
PA	92,2	12,6%	-0,9%	13,3%	94,6%	65,1%
AL	91,5	11,4%	0,4%	85,6%	90,0%	48,6%
CE	90,3	14,2%	-1,9%	57,1%	88,7%	66,0%
PB	83,2	6,7%	-0,8%	32,5%	87,6%	51,5%
AP	81,4	2,0%	-4,9%	1,3%	70,8%	36,8%
RN	80,4	7,2%	-2,0%	26,9%	67,6%	53,4%
BA	75,5	7,7%	-1,2%	64,1%	91,6%	70,4%
PR	73,5	4,4%	-0,8%	37,9%	78,4%	80,7%
MS	73,1	11,0%	0,3%	72,4%	76,5%	73,0%
SE	72,8	5,2%	1,4%	46,1%	93,1%	46,2%
SP	70,2	5,1%	-0,9%	175,7%	94,3%	89,5%
RR	60,8	2,5%	1,4%	32,6%	69,8%	28,8%
SC	60,2	5,7%	-3,6%	92,9%	87,5%	79,8%
AC	58,8	8,3%	-2,5%	73,6%	90,3%	37,4%
MA	58,1	9,1%	-1,7%	53,7%	87,3%	53,7%
PI	50,0	9,1%	-2,3%	50,5%	87,5%	49,1%
DF	49,4	3,9%	-0,3%	35,2%	80,3%	90,5%
GO	49,3	5,3%	-0,1%	92,2%	89,4%	79,2%
TO	47,5	4,0%	1,3%	31,5%	76,7%	42,3%
PE	46,6	3,8%	-0,5%	61,1%	96,4%	68,1%
MT	38,2	4,1%	-0,4%	43,0%	85,9%	75,8%
RJ	25,3	2,5%	-2,6%	262,9%	78,7%	90,0%
MG	0,8	2,0%	-0,6%	189,0%	89,0%	84,3%
RS	0,0	2,9%	-1,7%	222,9%	92,2%	84,3%

Desempenhos das UFs em cada indicador - II

Solidez Fiscal - II					
UF	Pilar Nota: 0-100	Resultado Primário	Gasto com Pessoal	Índice de Liquidez	Poupança Corrente
AM	100,0	38,9%	59,0%	78,7%	8,6%
ES	96,9	40,6%	58,8%	8,9%	13,1%
RO	92,4	40,7%	62,7%	32,3%	12,2%
PA	92,2	19,8%	71,1%	54,3%	6,1%
AL	91,5	40,8%	62,2%	39,1%	8,3%
CE	90,3	28,2%	63,5%	52,7%	7,0%
PB	83,2	43,1%	66,9%	43,8%	7,6%
AP	81,4	61,4%	52,0%	26,4%	19,3%
RN	80,4	37,4%	63,5%	126,2%	16,5%
BA	75,5	32,5%	72,0%	49,4%	3,8%
PR	73,5	31,9%	71,7%	54,1%	7,0%
MS	73,1	40,4%	83,8%	98,5%	5,2%
SE	72,8	34,2%	74,9%	186,2%	3,1%
SP	70,2	41,9%	70,2%	63,6%	5,4%
RR	60,8	100,0%	63,1%	231,0%	7,2%
SC	60,2	33,4%	71,5%	46,8%	3,4%
AC	58,8	43,4%	84,5%	16,9%	4,8%
MA	58,1	19,7%	69,1%	10,2%	-2,9%
PI	50,0	0,0%	86,8%	74,9%	4,8%
DF	49,4	30,7%	69,6%	535,7%	2,1%
GO	49,3	34,8%	70,6%	-1430,4%	2,9%
TO	47,5	24,8%	86,5%	167,1%	0,7%
PE	46,6	38,7%	82,9%	-251,1%	3,9%
MT	38,2	30,4%	85,7%	-379,9%	2,0%
RJ	25,3	35,4%	78,9%	199,4%	2,2%
MG	0,8	25,5%	89,9%	2417,7%	-7,6%
RS	0,0	33,0%	104,0%	636,0%	-1,4%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – I

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Capacidade de Investimento		Resultado Nominal		Solvência Fiscal		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
AM	1	2 ▲	7	11 ▲	9	-1 ▼	8		
ES	2	4 ▲	14	7 ▲	10	-6 ▼	3	1 ▲	
RO	3	14 ▲	9	6 ▲	7	3 ▲	13	2 ▲	
PA	4		2	7 ▲	16	-10 ▼	2	-1 ▼	
AL	5	-4 ▼	3	1 ▲	4	-2 ▼	21	2 ▲	
CE	6	-4 ▼	1		21	-4 ▼	16	-2 ▼	
PB	7	4 ▲	12	-2 ▼	14	-2 ▼	6	-1 ▼	
AP	8	5 ▲	27	-3 ▼	27	-26 ▼	1	1 ▲	
RN	9	14 ▲	11	9 ▲	22	-6 ▼	4	-1 ▼	
BA	10	-3 ▼	10	-4 ▼	18	3 ▲	18	-1 ▼	
PR	11	-1 ▼	18	-2 ▼	15	-10 ▼	10	-4 ▼	
MS	12	8 ▲	4	-2 ▼	5	9 ▲	19	2 ▲	
SE	13	6 ▲	16	3 ▲	1	8 ▲	12	6 ▲	
SP	14	-2 ▼	17	-3 ▼	17	6 ▲	24		
RR	15	9 ▲	25	-3 ▼	2	24 ▲	7	4 ▲	
SC	16	-7 ▼	13	-6 ▼	26	-11 ▼	23	-7 ▼	
AC	17	-1 ▼	8	3 ▲	24	-13 ▼	20		
MA	18		5	-2 ▼	20	-7 ▼	15	-3 ▼	
PI	19	-4 ▼	6	-1 ▼	23	-16 ▼	14	-4 ▼	
DF	20	2 ▲	21	2 ▲	8	12 ▲	9	-2 ▼	
GO	21	-16 ▼	15	-3 ▼	6	16 ▲	22		
TO	22	-1 ▼	20	-7 ▼	3	22 ▲	5	4 ▲	
PE	23	-15 ▼	22	-5 ▼	12	6 ▲	17	2 ▲	
MT	24	-10 ▼	19	-11 ▼	11	8 ▲	11	2 ▲	
RJ	25	2 ▲	24	2 ▲	25	2 ▲	27		
MG	26		26	-1 ▼	13	-10 ▼	25		
RS	27	-2 ▼	23	4 ▲	19	5 ▲	26		

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – II

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Sucesso da Execução Orçamentária		Autonomia Fiscal		Resultado Primário		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
AM	1	2 ▲	7	2 ▲	11	2 ▲	10	-7 ▼	
ES	2	4 ▲	19	-2 ▼	16	-1 ▼	8	-3 ▼	
RO	3	14 ▲	18	3 ▲	17	-5 ▼	7	9 ▲	
PA	4		2	10 ▲	15	2 ▲	25	-14 ▼	
AL	5	-4 ▼	9	-3 ▼	22	-4 ▼	6	-4 ▼	
CE	6	-4 ▼	12	4 ▲	14	2 ▲	22	-10 ▼	
PB	7	4 ▲	13	2 ▲	20		4	2 ▲	
AP	8	5 ▲	25	2 ▲	26	1 ▲	2	-1 ▼	
RN	9	14 ▲	27	-4 ▼	19	2 ▲	12	10 ▲	
BA	10	-3 ▼	6	4 ▲	12	-1 ▼	18	-1 ▼	
PR	11	-1 ▼	22	-9 ▼	6		19	2 ▲	
MS	12	8 ▲	24	-6 ▼	10		9	18 ▲	
SE	13	6 ▲	4	-2 ▼	23	1 ▲	15	5 ▲	
SP	14	-2 ▼	3		3	-1 ▼	5	4 ▲	
RR	15	9 ▲	26	-1 ▼	27	-2 ▼	1	3 ▲	
SC	16	-7 ▼	15	4 ▲	7		16	2 ▲	
AC	17	-1 ▼	8	-3 ▼	25	1 ▲	3	5 ▲	
MA	18		16	-2 ▼	18	1 ▲	26		
PI	19	-4 ▼	14	6 ▲	21	2 ▲	27	-13 ▼	
DF	20	2 ▲	20	6 ▲	1		20	-1 ▼	
GO	21	-16 ▼	10	-3 ▼	8		14	-7 ▼	
TO	22	-1 ▼	23	1 ▲	24	-2 ▼	24	-14 ▼	
PE	23	-15 ▼	1		13	1 ▲	11	4 ▲	
MT	24	-10 ▼	17	-9 ▼	9		21	2 ▲	
RJ	25	2 ▲	21	1 ▲	2	1 ▲	13	11 ▲	
MG	26		11		5		23	2 ▲	
RS	27	-2 ▼	5	-1 ▼	4		17	-4 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – III

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Gasto com Pessoal		Índice de Liquidez		Poupança Corrente		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
AM	1	2 ▲	3		15		5		
ES	2	4 ▲	2		1		3		
RO	3	14 ▲	5		5		4		
PA	4		14		12		11		
AL	5	-4 ▼	4		6		6		
CE	6	-4 ▼	8		10		10		
PB	7	4 ▲	9		7		7		
AP	8	5 ▲	1		4		1		
RN	9	14 ▲	7		17		2		
BA	10	-3 ▼	17		9		17		
PR	11	-1 ▼	16		11		9		
MS	12	8 ▲	21		16		13		
SE	13	6 ▲	18		19		19		
SP	14	-2 ▼	12		13		12		
RR	15	9 ▲	6		21		8		
SC	16	-7 ▼	15		8		18		
AC	17	-1 ▼	22		3		14		
MA	18		10		2		26		
PI	19	-4 ▼	25		14		15		
DF	20	2 ▲	11		21		22		
GO	21	-16 ▼	13		21		20		
TO	22	-1 ▼	24		18		24		
PE	23	-15 ▼	20		21		16		
MT	24	-10 ▼	23		21		23		
RJ	25	2 ▲	19		20		21		
MG	26		26		21		27		
RS	27	-2 ▼	27		21		25		



EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

A discussão expressa no pilar da eficiência da máquina pública traduz uma das motivações centrais para a construção do *Ranking de Competitividade dos Estados*, a saber: a criação de mecanismos de incentivos para a construção do bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública não apenas são centrais na competitividade dos estados, mas partes fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

A melhora da eficiência da máquina do aparato governamental é condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento.

Governos e partidos sem legitimidade não conseguem aprovar políticas públicas e são ingredientes nocivos para a construção da economia de mercado e de um bom ambiente para o desenvolvimento de negócios.

A forma federativa do Estado brasileiro compartilha o poder decisório em diferentes esferas de poder. Isso significa que o agente econômico sofre influência dos três níveis geográficos. Nesse sentido, a distribuição de eficiência e inovação no tocante à gestão pública ajuda a entender a disparidade de competitividade ao longo do território brasileiro. Essa competição pela inovação do setor público é uma das justificativas para a opção federativa. Sendo assim, o ranking de competitividade faz um esforço para criar métricas de comparação que levem em conta os diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social entre os Estados da federação.

O pilar da eficiência da máquina pública guarda relação central com a atual conjuntura política brasileira. A sociedade brasileira assiste aos efeitos políticos do processo de mudanças econômicas e sociais ao longo das últimas décadas. O eleitorado demanda progressivamente a melhoria dos serviços públicos como mecanismo para reforçar seu bem-estar.

Sob a ótica da competitividade, a importância do pilar se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica depende de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia

dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 7,9% no ranking final, foram agregados indicadores de eficiência, custo e transparência do setor público.

A UF mais bem colocada neste pilar foi o Distrito Federal, que subiu 4 posições em relação à edição anterior, graças ao salto da 7ª para a 4ª colocação no indicador de Eficiência do Judiciário. Em segundo lugar, encontra-se o Rio Grande do Sul, que perdeu a liderança do pilar nesta edição, por conta da piora dos indicadores de Eficiência do Judiciário (da 7ª colocação para a 4ª) e Índice de Transparência (da 1ª para a 2ª).

Outras duas UFs que conquistaram ganhos expressivos de posições no pilar de Eficiência da Máquina Pública, nesta edição, foram RN (que saltou da 21ª para a 11ª posição) e MS (da 13ª para a 8ª posição). Enquanto o Rio Grande do Norte beneficiou-se do salto no indicador de Eficiência do Judiciário (que passou da 19ª colocação para a 6ª), o Mato Grosso do Sul apresentou melhora no indicador de Custo do Executivo/PIB (da 16ª para 14ª).

Este pilar é composto por 5 indicadores, listados abaixo.

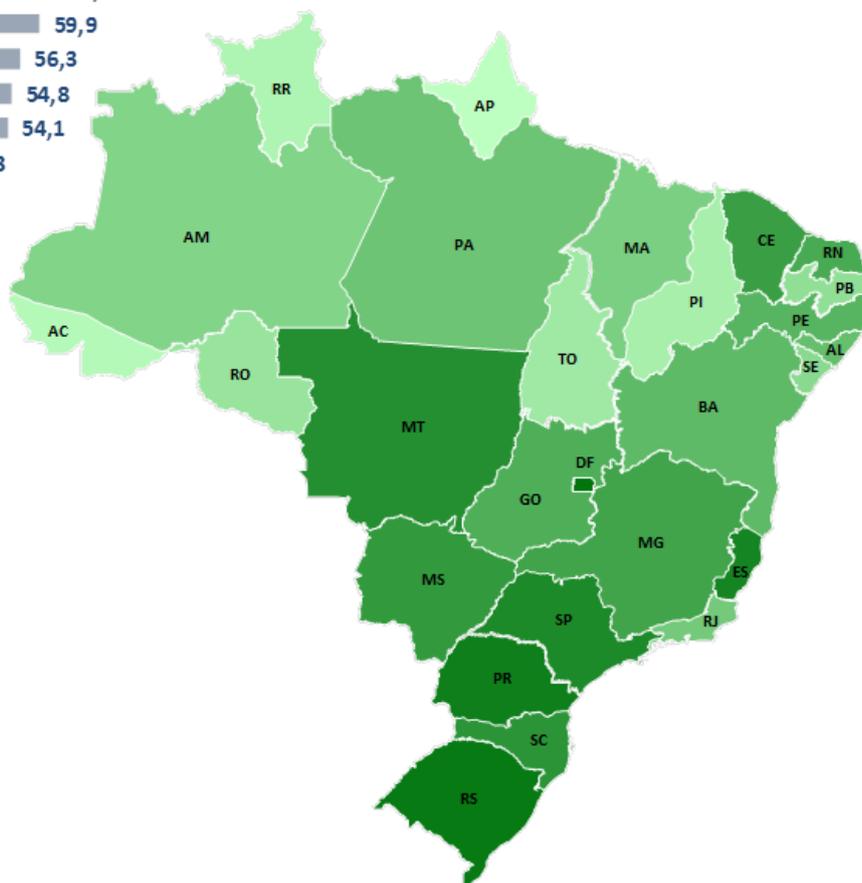
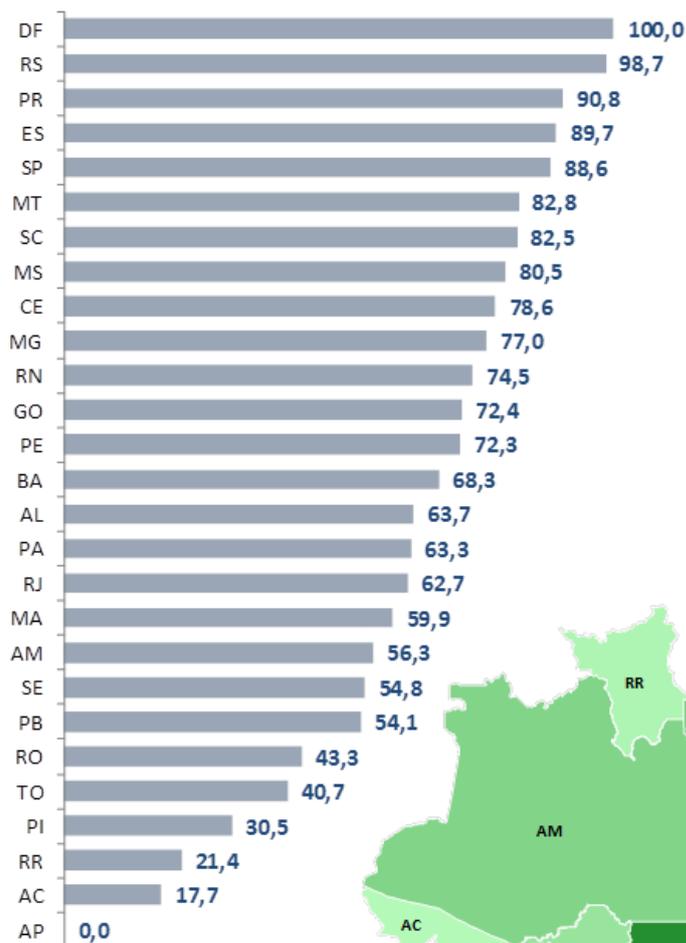
Nesta edição, o indicador de Índice de Transparência sofreu alteração metodológica. A pesquisa Escala Brasil Transparente foi substituída pela versão mais atual, denominada Escala Brasil Transparente 360º, também da Controladoria-Geral da União. Essa nova metodologia inclui, além da visão da Transparência Passiva (em que o cidadão solicita o acesso à informação), a Transparência Ativa (em que os entes públicos fornecem a informação ao cidadão).

Por fim, excluímos o indicador de % de Servidores Comissionados. O indicador que mede a participação de cargos comissionados no total de cargos públicos apresentava um incentivo dúbio. Se por um lado, o comissionamento na Administração Pública serve como mecanismo para contratação de funcionários públicos qualificados, dispostos a atuar em funções de maior responsabilidade e impacto social; por outro, agentes públicos podem o fazer por meio de práticas ilícitas, como nepotismo e admissão de servidores comissionados fantasmas.



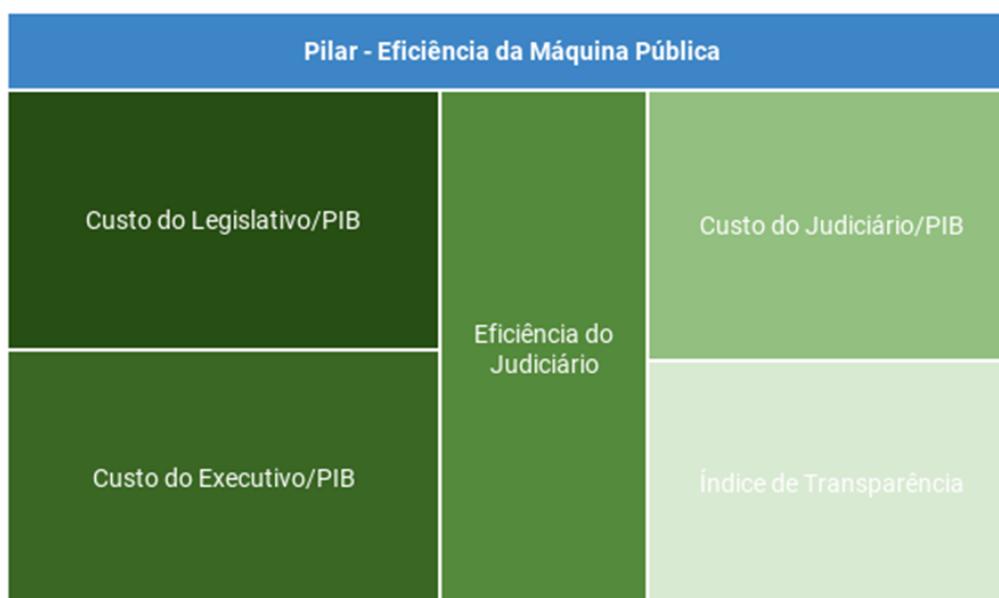
EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

Ranking – Eficiência da máquina pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Eficiência do Judiciário	Taxa de congestionamento = $1 - (\text{processos baixados})/(\text{casos novos} + \text{casos pendentes})$.	Justiça em Números/CNJ	2017
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB.	FINBRA/Siconfi	2018
Custo do Judiciário/PIB	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB.	FINBRA/Siconfi	2018
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB.	FINBRA/Siconfi	2018
Índice de Transparência	Escala Brasil Transparente 360º - Ranking de "Transparência Passiva" e "Transparência Ativa".	Controladoria Geral da União	2018

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UFs em cada indicador

Eficiência da Máquina Pública						
UF	Pilar Nota: 0-100	Eficiência do Judiciário	Custo do Executivo/PIB	Índice de Transparência	Custo do Judiciário/PIB	Custo do Legislativo/PIB
DF	100,0	60,3%	0,8%	9,6	2,0%	0,3%
RS	98,7	70,3%	0,3%	9,3	0,4%	0,1%
PR	90,8	67,1%	0,2%	7,9	0,5%	0,2%
ES	89,7	70,7%	0,3%	9,3	0,7%	0,2%
SP	88,6	77,6%	0,2%	8,8		0,1%
MT	82,8	66,1%	0,6%	8,9	0,8%	0,5%
SC	82,5	78,8%	0,6%	9,4	0,6%	0,2%
MS	80,5	73,4%	0,8%	9,6	0,8%	0,4%
CE	78,6	75,2%	0,7%	9,5	0,8%	0,4%
MG	77,0	69,0%	0,4%	7,4	0,7%	0,2%
RN	74,5	62,9%	1,2%	8,8	1,4%	0,0%
GO	72,4	72,4%	1,1%	9,3	0,9%	0,5%
PE	72,3	76,9%	0,6%	9,4	1,0%	0,4%
BA	68,3	70,4%	0,5%	7,2	0,8%	0,3%
AL	63,7	76,9%	0,9%	9,3	1,1%	0,5%
PA	63,3	77,5%	0,5%	7,5	0,7%	0,5%
RJ	62,7	80,1%	0,5%	7,1	0,6%	0,2%
MA	59,9	69,3%	0,9%	7,7	1,1%	0,6%
AM	56,3	80,4%	0,5%	7,3	0,7%	0,5%
SE	54,8	54,7%	1,6%	7,0	1,3%	0,8%
PB	54,1	71,2%	0,8%	7,5	1,1%	0,7%
RO	43,3	64,9%	2,2%	8,8	1,6%	0,8%
TO	40,7	65,6%	1,8%	8,5	1,7%	0,9%
PI	30,5	74,3%	2,8%	8,7	1,1%	1,0%
RR	21,4	50,6%	1,3%	6,6	1,8%	2,5%
AC	17,7	60,9%	2,0%	6,7	1,7%	1,5%
AP	0,0	57,3%	3,1%	6,0	1,9%	1,4%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – I

Eficiência da Máquina Pública								
UF	Ranking do Pilar		Eficiência do Judiciário		Custo do Executivo/PIB		Custo do Judiciário/PIB	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1	4 ▲	4	3 ▲	15		27	
RS	2	-1 ▼	13	-8 ▼	4	1 ▲	2	
PR	3	-1 ▼	10		2		3	
ES	4	2 ▲	15		3	1 ▲	9	
SP	5	-2 ▼	24	-1 ▼	1		1	
MT	6	3 ▲	9	-1 ▼	11	1 ▲	11	3 ▲
SC	7	1 ▲	25	-1 ▼	10		5	
MS	8	5 ▲	18	-2 ▼	14	2 ▲	12	1 ▲
CE	9	1 ▲	20	-2 ▼	13		10	1 ▲
MG	10	-6 ▼	11	1 ▲	5	1 ▲	7	1 ▲
RN	11	10 ▲	6	13 ▲	20	-3 ▼	21	
GO	12	-1 ▼	17	-3 ▼	19		14	-8 ▼
PE	13	-1 ▼	22	-5 ▼	12	-1 ▼	15	
BA	14	2 ▲	14	13 ▲	7	2 ▲	13	-1 ▼
AL	15	4 ▲	21	1 ▲	17	3 ▲	19	-3 ▼
PA	16	-9 ▼	23	-10 ▼	8	-1 ▼	6	1 ▲
RJ	17	-2 ▼	26	-1 ▼	9	-6 ▼	4	
MA	18	2 ▲	12	8 ▲	18		16	1 ▲
AM	19	-2 ▼	27	-1 ▼	6	2 ▲	8	2 ▲
SE	20	-6 ▼	2	1 ▲	22	-1 ▼	20	
PB	21	-3 ▼	16	-7 ▼	16	-2 ▼	18	
RO	22		7	-1 ▼	25	-1 ▼	22	3 ▲
TO	23	4 ▲	8	3 ▲	23	4 ▲	23	1 ▲
PI	24		19	2 ▲	26		17	2 ▲
RR	25		1	1 ▲	21	1 ▲	25	-2 ▼
AC	26	-3 ▼	5	-1 ▼	24	-1 ▼	24	-2 ▼
AP	27	-1 ▼	3	-2 ▼	27	-2 ▼	26	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 – II

Eficiência da Máquina Pública						
UF	Ranking do Pilar		Custo do Legislativo/PIB		Índice de Transparência	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1	4 ▲	9		2	-1 ▼
RS	2	-1 ▼	3	-1 ▼	6	-5 ▼
PR	3	-1 ▼	4	-1 ▼	16	5 ▲
ES	4	2 ▲	8	-1 ▼	8	-7 ▼
SP	5	-2 ▼	2	-1 ▼	13	-12 ▼
MT	6	3 ▲	17		10	5 ▲
SC	7	1 ▲	6	-1 ▼	4	9 ▲
MS	8	5 ▲	11	1 ▲	1	
CE	9	1 ▲	12	-1 ▼	3	-2 ▼
MG	10	-6 ▼	7	-1 ▼	20	-5 ▼
RN	11	10 ▲	1	17 ▲	11	2 ▲
GO	12	-1 ▼	15	-7 ▼	8	7 ▲
PE	13	-1 ▼	13	1 ▲	4	-3 ▼
BA	14	2 ▲	10		22	-21 ▼
AL	15	4 ▲	16		7	-6 ▼
PA	16	-9 ▼	14	-1 ▼	19	2 ▲
RJ	17	-2 ▼	5	-1 ▼	23	3 ▲
MA	18	2 ▲	19		17	-16 ▼
AM	19	-2 ▼	18	-3 ▼	21	2 ▲
SE	20	-6 ▼	21		24	-9 ▼
PB	21	-3 ▼	20		18	5 ▲
RO	22		22		11	-10 ▼
TO	23	4 ▲	23		15	-14 ▼
PI	24		24		14	1 ▲
RR	25		27		26	-1 ▼
AC	26	-3 ▼	26	-1 ▼	25	-5 ▼
AP	27	-1 ▼	25	1 ▲	27	



CAPITAL HUMANO

Reconhecidamente, o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País.

Enquanto o trabalhador brasileiro possui 7,8 anos de escolaridade em média, nos países da OCDE a escolaridade média é de 11,9 anos, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Embora este pilar não esteja entre os de maior peso (8,2%), isso se justifica em função da complementariedade com o pilar educação, cujo peso é de 11,3%. Enquanto o primeiro pilar avalia o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia, o segundo analisa as condições atuais da educação no País, que irão determinar a qualidade dos futuros profissionais dos Estados.

No pilar capital humano, foram considerados indicadores de qualificação dos trabalhadores (medido pelo número de anos de escolaridade e pela proporção de trabalhadores com ensino superior) e a relação com a produtividade (dada pela razão entre o PIB e a população ocupada).

Em contrapartida, foram considerados também os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada estado, é também um indicador relevante para a tomada de decisão de investimentos por parte das empresas. De todo modo, ressalta-se que os indicadores de qualificação e produtividade possuem de modo combinado um peso significativamente maior dentro do pilar do que o indicador de custo de mão de obra.

As UFs mais bem colocadas no pilar são DF e RJ, que mantiveram respectivamente a 1ª e 2ª posições. A 3ª posição passou a ser ocupada por Amapá, representando o grande destaque desta edição no pilar, após avanço de 18 posições. É interessante notar que a posição de destaque do AP, no pilar de Capital Humano, não se deve ao seu baixo custo com mão de obra (indicador no qual o estado está, na verdade, apenas na 16ª posição — ainda que tenha subido 5 posições), mas, sim, aos níveis relativamente elevados de escolaridade de seus trabalhadores. O estado passou da 8ª para a 5ª posição no indicador de PEA com Ensino Superior e da 7ª para a 6ª posição na Qualificação dos Trabalhadores.

De todo o modo, cabe notar que Amapá não é o único estado da região Norte que tem posição de destaque neste pilar, sendo acompanhado por RR, que alcançou a 5ª posição, além de AM, que permanece na 6ª posição.

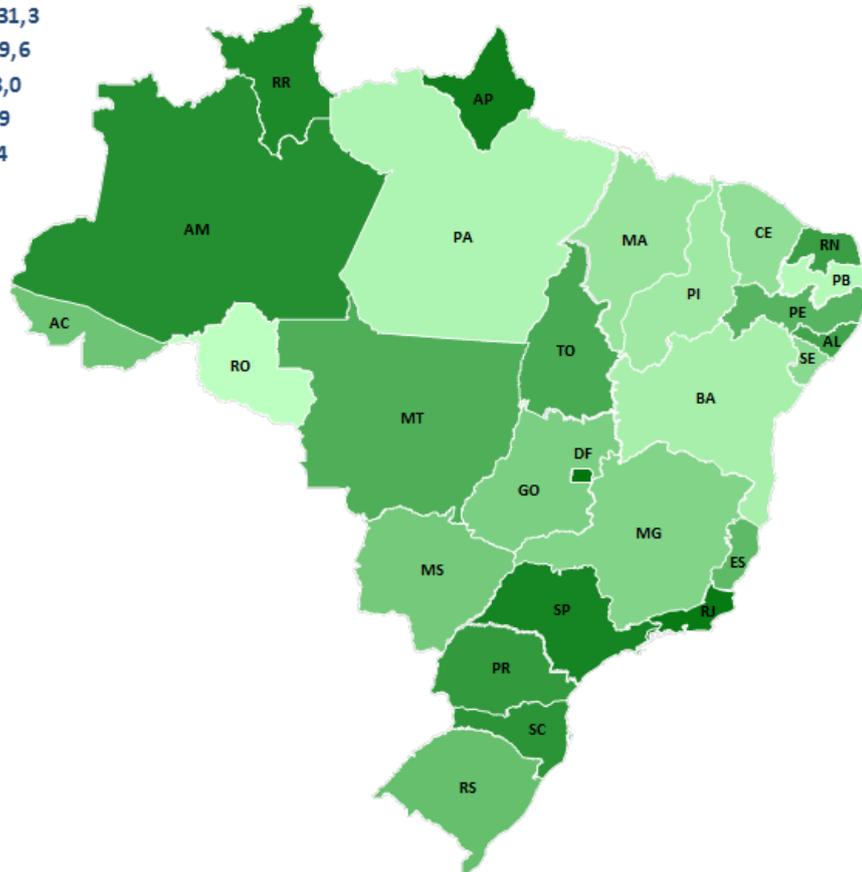
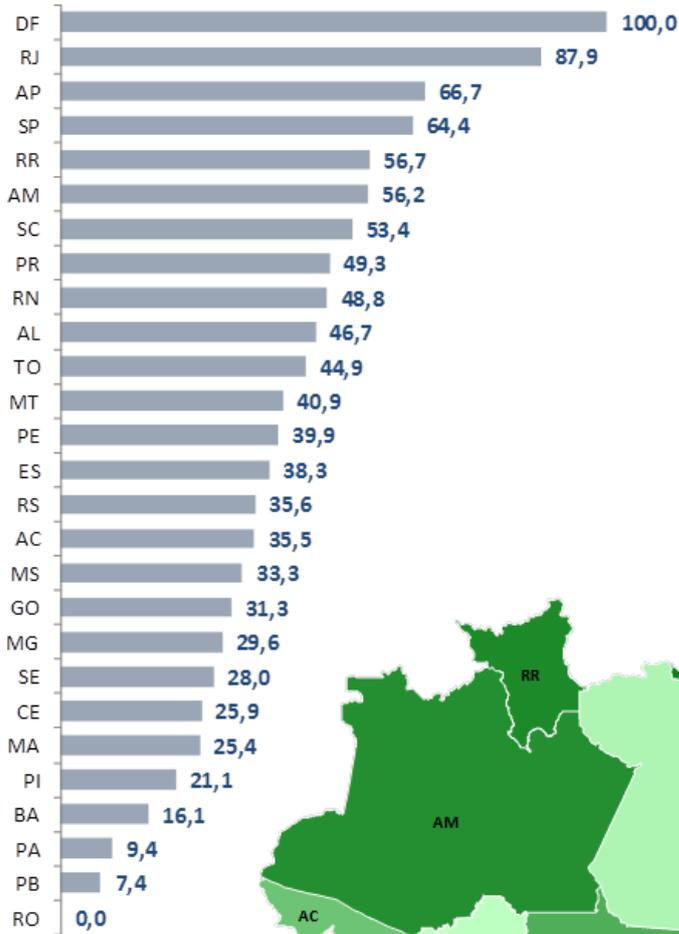
Os outros dois estados que obtiveram os maiores avanços no ranking de Capital Humano foram AC e AL, que obtiveram avanços de 9 e 7 posições, respectivamente, atingindo a 16ª e 10ª posições.

Em contraposição, as UFs que sofreram as maiores quedas de posição foram CE, que perdeu 9 posições, acompanhada de MG e PB, que perderam 8 e 7 posições, respectivamente. Como resultado, CE passou para a 21ª posição no pilar, MG para a 19ª e PB para a 26ª.



CAPITAL HUMANO

Ranking – Capital humano



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.	PNAD / IBGE	2018
PEA com Ensino Superior	Pessoas de 14 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo/população economicamente ativa (acima de 14 anos).	PNAD / IBGE	2018
Produtividade do Trabalho	PIB pelo total de pessoas ocupadas no período.	PNAD / IBGE	2018
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudos da população economicamente ativa (acima de 14 anos de idade).	PNAD / IBGE	2018

Distribuição dos Indicadores no Pilar

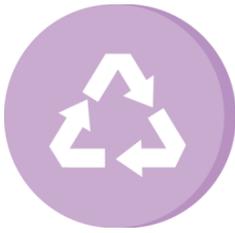


Desempenhos das UFs em cada indicador

Capital Humano					
UF	Pilar Nota: 0-100	Custo de Mão de Obra	PEA com Ensino Superior	Produtividade do Trabalho	Qualificação dos Trabalhadores
DF	100,0	R\$ 3.973	32,6%	R\$ 176,6	12,1
RJ	87,9	R\$ 2.499	24,4%	R\$ 91,8	11,5
AP	66,7	R\$ 1.956	22,6%	R\$ 50,8	11,0
SP	64,4	R\$ 2.844	23,9%	R\$ 100,9	11,5
RR	56,7	R\$ 2.193	23,0%	R\$ 57,1	11,1
AM	56,2	R\$ 1.678	17,1%	R\$ 65,3	10,3
SC	53,4	R\$ 2.402	21,5%	R\$ 80,8	11,0
PR	49,3	R\$ 2.388	21,4%	R\$ 80,7	10,9
RN	48,8	R\$ 1.604	18,7%	R\$ 48,0	10,2
AL	46,7	R\$ 1.479	17,7%	R\$ 53,0	9,8
TO	44,9	R\$ 1.841	18,8%	R\$ 55,5	10,4
MT	40,9	R\$ 2.256	19,5%	R\$ 87,9	10,3
PE	39,9	R\$ 1.689	17,4%	R\$ 51,3	10,2
ES	38,3	R\$ 2.044	18,2%	R\$ 65,7	10,5
RS	35,6	R\$ 2.425	19,2%	R\$ 82,5	10,8
AC	35,5	R\$ 1.695	18,8%	R\$ 46,5	10,0
MS	33,3	R\$ 2.241	19,7%	R\$ 77,8	10,3
GO	31,3	R\$ 2.067	18,2%	R\$ 59,6	10,6
MG	29,6	R\$ 1.933	17,5%	R\$ 59,0	10,3
SE	28,0	R\$ 1.590	17,0%	R\$ 48,2	9,8
CE	25,9	R\$ 1.480	15,1%	R\$ 41,8	9,9
MA	25,4	R\$ 1.315	13,2%	R\$ 42,3	9,7
PI	21,1	R\$ 1.365	15,9%	R\$ 37,6	9,4
BA	16,1	R\$ 1.536	13,6%	R\$ 48,9	9,7
PA	9,4	R\$ 1.509	13,7%	R\$ 45,1	9,5
PB	7,4	R\$ 1.601	16,8%	R\$ 41,4	9,4
RO	0,0	R\$ 1.942	16,0%	R\$ 55,3	9,8

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018

Capital Humano										
UF	Ranking do Pilar		Custo de Mão de Obra		PEA com Ensino Superior		Produtividade do Trabalho		Qualificação dos Trabalhadores	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1		27		1		1		1	
RJ	2		25	-1 ▼	2	2 ▲	3		2	1 ▲
AP	3	18 ▲	16	5 ▲	5	3 ▲	18	-2 ▼	6	1 ▲
SP	4		26		3		2		3	-1 ▼
RR	5	-2 ▼	19	-1 ▼	4	-2 ▼	13	-2 ▼	4	
AM	6		10	3 ▲	19	-2 ▼	10		14	
SC	7	-2 ▼	23		6	-1 ▼	6	-2 ▼	5	
PR	8		22		7	-1 ▼	7	-1 ▼	7	1 ▲
RN	9	1 ▲	9	-1 ▼	13	1 ▲	21	-1 ▼	17	
AL	10	7 ▲	3	-1 ▼	16	7 ▲	16	3 ▲	20	6 ▲
TO	11	-2 ▼	13	1 ▲	12	-2 ▼	14		11	2 ▲
MT	12	3 ▲	21	-2 ▼	9	4 ▲	4	1 ▲	13	2 ▲
PE	13	3 ▲	11	-1 ▼	18	2 ▲	17	1 ▲	16	
ES	14	-7 ▼	17	-1 ▼	15	-4 ▼	9		10	-1 ▼
RS	15	-1 ▼	24	1 ▲	10	-3 ▼	5	2 ▲	8	-2 ▼
AC	16	9 ▲	12	-1 ▼	11	8 ▲	22	-7 ▼	18	2 ▲
MS	17	-4 ▼	20		8	1 ▲	8		12	-1 ▼
GO	18		18	-1 ▼	14	2 ▲	11	1 ▲	9	1 ▲
MG	19	-8 ▼	14	1 ▲	17	-2 ▼	12	1 ▲	15	-3 ▼
SE	20	4 ▲	7	2 ▲	20	1 ▲	20	1 ▲	21	2 ▲
CE	21	-9 ▼	4		24	-2 ▼	25	-1 ▼	19	-1 ▼
MA	22	1 ▲	1		27	-1 ▼	24	2 ▲	24	
PI	23	-1 ▼	2	1 ▲	23	-5 ▼	27		26	1 ▲
BA	24	-4 ▼	6		26	-1 ▼	19	4 ▲	23	-2 ▼
PA	25	1 ▲	5		25	2 ▲	23	-1 ▼	25	
PB	26	-7 ▼	8	-1 ▼	21	-9 ▼	26	-1 ▼	27	-5 ▼
RO	27		15	-3 ▼	22	2 ▲	15	2 ▲	22	-3 ▼



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nosso padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento econômico.

Para medirmos a sustentabilidade ambiental dos Estados, foram utilizados cinco indicadores:

1. Emissões de CO₂: áreas verdes e de conservação são fundamentais para a preservação do equilíbrio de diversos ecossistemas. Ações humanas orientadas para objetivos econômicos podem, em muitos casos, gerar prejuízos ambientais irreversíveis. Desmatamentos, inundação de áreas para formação de represas e queimadas são exemplos de ações que diminuem as áreas de conservação e ampliam a emissão de gás carbônico, o que aumenta o efeito estufa e desequilibra o meio ambiente. Assim, quanto maior a emissão de CO₂, pior colocado fica o Estado nesse indicador.
2. Serviços urbanos: indicador medido pela oferta de serviços municipais para coleta de materiais especiais e limpeza urbana. Em muitos casos, a capacidade de os governos ofertarem soluções e serviços eficazes depende de cooperação e coordenação intergovernamental. Ainda que a limpeza urbana seja uma competência fundamentalmente municipal, os problemas em muitos casos transcendem os limites de um município, surgindo assim problemas intermunicipais e regionais. Nesses casos, os governos estaduais têm papel fundamental na coordenação de soluções conjuntas com diversos municípios. Entendemos que os governos estaduais devem ampliar suas responsabilidades sobre questões intermunicipais e regionais como essas. Neste caso, quanto maior for a oferta de serviços de coleta de materiais especiais e limpeza urbana, melhor será a pontuação do Estado.
3. Destinação do lixo: indicador medido pela destinação adequada para tipos de resíduos sólidos e qualidade das unidades de destino em solo. Da mesma forma que no item anterior, entendemos que a solução para o tratamento do lixo e dos resíduos sólidos passa por uma atuação conjunta dos governos estadual e municipal.
4. Tratamento de esgoto: indicador medido pela parcela de água tratada sobre o total de água consumida no Estado. O tratamento do esgoto não é só uma

questão ambiental, mas também de saúde pública, principalmente em aglomerações, centros urbanos e regiões metropolitanas, em que o adensamento populacional impõe pressão sobre a disponibilidade de água tratada de qualidade. Parte significativa do tratamento de água no País é feita por empresas estatais estaduais. Quando feita por empresas locais (privadas ou públicas), ainda assim o governo estadual tem grande responsabilidade sobre a oferta da água, através de concessões, regulações e outorgas.

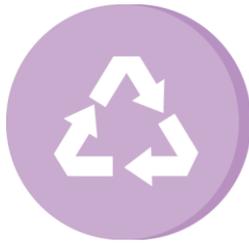
Além disso, houve a inclusão de um novo indicador, apresentado a seguir:

5. Perda de Água: o indicador que mede as perdas na distribuição de água é importante por refletir o investimento em Saneamento Básico e a preocupação em combater o desperdício de recursos naturais. Processos de abastecimento de água por meio de redes de distribuição sofrem perdas, através de vazamentos, roubos e ligações clandestinas, falta de medição ou medições incorretas no consumo, gerando impactos negativos à sociedade e ao meio ambiente — além de comprometerem o faturamento das empresas e a própria expansão das redes.

O Distrito Federal permanece sendo a UF mais bem colocada neste pilar. Em segundo lugar, encontra-se o estado de São Paulo, que ganhou 2 posições no pilar, graças à melhora nos indicadores de Serviços Urbanos e Destinação do Lixo, que passaram igualmente da 14^a para a 2^a colocação. O estado do Paraná segue como o terceiro colocado no pilar.

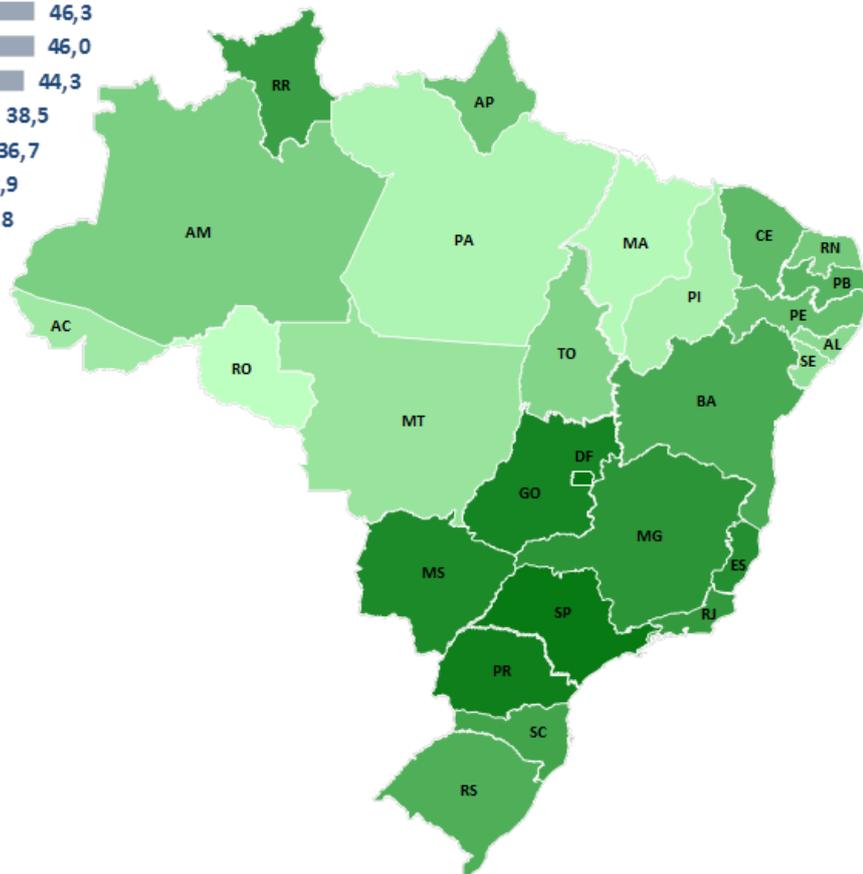
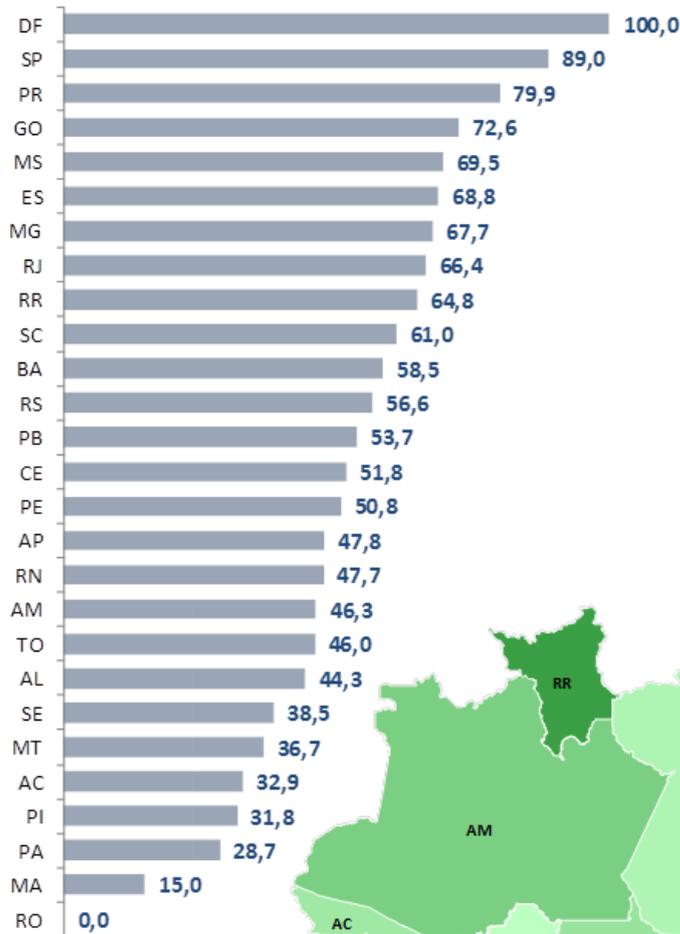
Outras duas UFs que conquistaram ganhos expressivos de posições no pilar de Sustentabilidade Ambiental, nesta edição, foram MS (que saltou da 17^a para a 5^a posição) e BA (da 19^a para a 11^a posição), em virtude da melhora nos indicadores de Serviços Urbanos e Destinação do Lixo.

Nesta edição, o indicador Emissões de CO₂ sofreu alteração metodológica. O denominador foi alterado de População para Produto Interno Bruto Total, uma vez que os fatores geradores do CO₂ estão mais atrelados à dimensão econômica de um Estado, do que à demográfica.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ranking – Sustentabilidade ambiental



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Emissões de CO ₂	CO ₂ emitido e derivado de remoção de unidades de conservação pelo PIB Total.	SEEG/OC	2017
Serviços Urbanos	Oferta de serviços municipais para coleta de materiais especiais e limpeza urbana (Nota: 0-2 a partir da agregação dos dados municipais).	SNIS	2017
Destinação do Lixo	Destinação adequada para o tipo de resíduo sólido e qualidade das unidades de destino em solo.	SNIS	2017
Tratamento de Esgoto	Parcela de esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado.	SNIS e IBGE	2017
Perda de Água	Índice de perdas na distribuição.	SNIS	2017

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UFs em cada indicador

Sustentabilidade Ambiental						
UF	Pilar Nota: 0-100	Emissões de CO2	Serviços Urbanos	Destinação do Lixo	Tratamento de Esgoto	Perda de Água
DF	100,0	22,4	2,0	0,5	78,9%	33,8%
SP	89,0	48,1	1,3	0,6	62,2%	35,3%
PR	79,9	107,5	1,0	0,4	64,2%	34,5%
GO	72,6	160,7	0,8	0,4	41,3%	26,4%
MS	69,5	251,3	1,1	0,5	37,3%	32,6%
ES	68,8	249,2	0,9	0,6	35,8%	38,6%
MG	67,7	214,1	1,0	0,5	33,8%	35,6%
RJ	66,4	85,5	0,5	0,6	29,7%	31,0%
RR	64,8	-990,6	0,0	0,4	64,0%	75,4%
SC	61,0	145,3	0,9	0,5	23,7%	36,6%
BA	58,5	234,4	0,6	0,3	42,8%	36,8%
RS	56,6	160,7	0,8	0,5	22,9%	38,2%
PB	53,7	168,5	0,7	0,3	28,0%	37,9%
CE	51,8	130,9	0,9	0,3	29,7%	45,5%
PE	50,8	116,8	0,7	0,5	24,3%	52,0%
AP	47,8	-788,5	1,2	0,4	7,3%	66,2%
RN	47,7	120,1	0,9	0,3	25,1%	49,8%
AM	46,3	-476,6	0,1	0,4	33,0%	68,9%
TO	46,0	620,8	0,4	0,4	25,4%	34,2%
AL	44,3	78,4	0,8	0,3	15,6%	44,9%
SE	38,5	149,6	0,8	0,1	26,5%	47,7%
MT	36,7	924,6	0,5	0,4	26,8%	46,0%
AC	32,9	552,0	0,9	0,5	10,2%	60,1%
PI	31,8	217,8	0,5	0,2	9,5%	48,1%
PA	28,7	509,1	0,6	0,2	3,1%	40,0%
MA	15,0	474,1	0,4	0,1	6,6%	59,8%
RO	0,0	1877,8	0,2	0,3	3,7%	55,8%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 - I

Sustentabilidade Ambiental									
UF	Ranking do Pilar		Emissões de CO ₂		Serviços Urbanos		Destinação do Lixo		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
DF	1		4	2 ▲	1		10	-1 ▼	
SP	2	2 ▲	5		2	12 ▲	2	12 ▲	
PR	3		8	5 ▲	5	1 ▲	15	-9 ▼	
GO	4	1 ▲	14	-7 ▼	12	3 ▲	11	-4 ▼	
MS	5	12 ▲	21	-6 ▼	4	23 ▲	7	13 ▲	
ES	6	3 ▲	20	-2 ▼	10	10 ▲	1	2 ▲	
MG	7	6 ▲	17	2 ▲	6	6 ▲	4	6 ▲	
RJ	8	7 ▲	7	4 ▲	22	-18 ▼	3	16 ▲	
RR	9	-7 ▼	1	1 ▲	27	-24 ▼	14	-6 ▼	
SC	10	-2 ▼	12	2 ▲	11	-3 ▼	5	-3 ▼	
BA	11	8 ▲	19	2 ▲	18	7 ▲	22	2 ▲	
RS	12	-2 ▼	15	2 ▲	14	-1 ▼	9	-8 ▼	
PB	13	3 ▲	16	-6 ▼	16		18	3 ▲	
CE	14	-3 ▼	11	5 ▲	8	1 ▲	21	-10 ▼	
PE	15	-3 ▼	9	-1 ▼	17	4 ▲	6	-2 ▼	
AP	16	-9 ▼	2	-1 ▼	3	-1 ▼	12	1 ▲	
RN	17	1 ▲	10	2 ▲	7	3 ▲	19	-4 ▼	
AM	18	-12 ▼	3		26	-19 ▼	13	-8 ▼	
TO	19	3 ▲	25	-1 ▼	23	-6 ▼	16	2 ▲	
AL	20	-6 ▼	6	-2 ▼	15	-4 ▼	20	-4 ▼	
SE	21		13	-4 ▼	13	5 ▲	27	-2 ▼	
MT	22	2 ▲	26		21	2 ▲	17	5 ▲	
AC	23	-3 ▼	24	-2 ▼	9	-4 ▼	8	4 ▲	
PI	24	3 ▲	18	7 ▲	20	4 ▲	24	3 ▲	
PA	25	-2 ▼	23		19	3 ▲	25	-2 ▼	
MA	26	-1 ▼	22	-2 ▼	24	2 ▲	26		
RO	27	-1 ▼	27		25	-6 ▼	23	-6 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018 - II

Sustentabilidade Ambiental						
UF	Ranking do Pilar		Tratamento de Esgoto		Perda de Água	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1		1		4	
SP	2	2 ▲	4	-1 ▼	7	
PR	3		2		6	
GO	4	1 ▲	6		1	
MS	5	12 ▲	7		3	
ES	6	3 ▲	8	2 ▲	13	
MG	7	6 ▲	9		8	
RJ	8	7 ▲	12		2	
RR	9	-7 ▼	3	1 ▲	27	
SC	10	-2 ▼	19	-2 ▼	9	
BA	11	8 ▲	5		10	
RS	12	-2 ▼	20	-2 ▼	12	
PB	13	3 ▲	13	-5 ▼	11	
CE	14	-3 ▼	11	2 ▲	16	
PE	15	-3 ▼	18	-3 ▼	21	
AP	16	-9 ▼	24	1 ▲	25	
RN	17	1 ▲	17	2 ▲	20	
AM	18	-12 ▼	10	11 ▲	26	
TO	19	3 ▲	16	4 ▲	5	
AL	20	-6 ▼	21	-10 ▼	15	
SE	21		15	-1 ▼	18	
MT	22	2 ▲	14	2 ▲	17	
AC	23	-3 ▼	22		24	
PI	24	3 ▲	23	1 ▲	19	
PA	25	-2 ▼	27	-1 ▼	14	
MA	26	-1 ▼	25	-2 ▼	23	
RO	27	-1 ▼	26	1 ▲	22	



POTENCIAL DE MERCADO

Neste pilar, foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos 4 anos e também o crescimento potencial da força de trabalho nos 10 próximos anos.

Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de localização de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores Unidades da Federação.

Ao mesmo tempo, estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar em razão do critério de ponderação denominado de 'dispersão' (ver anexo 2), evitando assim que os maiores estados do País em termos de PIB — SP possui mais de três vezes o tamanho do segundo maior Estado (RJ) — adquiram uma vantagem excessiva no Ranking como um todo, por conta de um único indicador.

Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (7,8%). Desse modo, o grande desequilíbrio entre as UFs em termos de tamanho de PIB acaba tendo um impacto limitado no pilar e, principalmente, no ranking geral. Evidência disso é que algumas das menores UFs do País e que, conseqüentemente, estão nas últimas colocações no indicador de tamanho de mercado (como TO, AC e RR) ocupam posições de destaque no pilar, respectivamente, 5ª, 10ª e a 1ª colocações.

A principal explicação é que os menores estados do País se caracterizam também por apresentarem elevadas taxas de crescimento demográfico, particularmente, de população em idade de trabalho, indicador que também compõe o pilar de Potencial de Mercado (Crescimento potencial da Força de Trabalho), no qual RR está na 1ª posição, AC na 3ª e TO na 6ª.

Completam as primeiras posições no pilar o estado de SP e do PA. Enquanto São Paulo beneficia-se do primeiro lugar no indicador de Tamanho de mercado, o estado do Pará — que contou com queda de 2 posições no pilar — posiciona-se na 4ª e 5ª colocação nos indicadores de Taxa de crescimento e Crescimento potencial da Força de Trabalho, respectivamente.

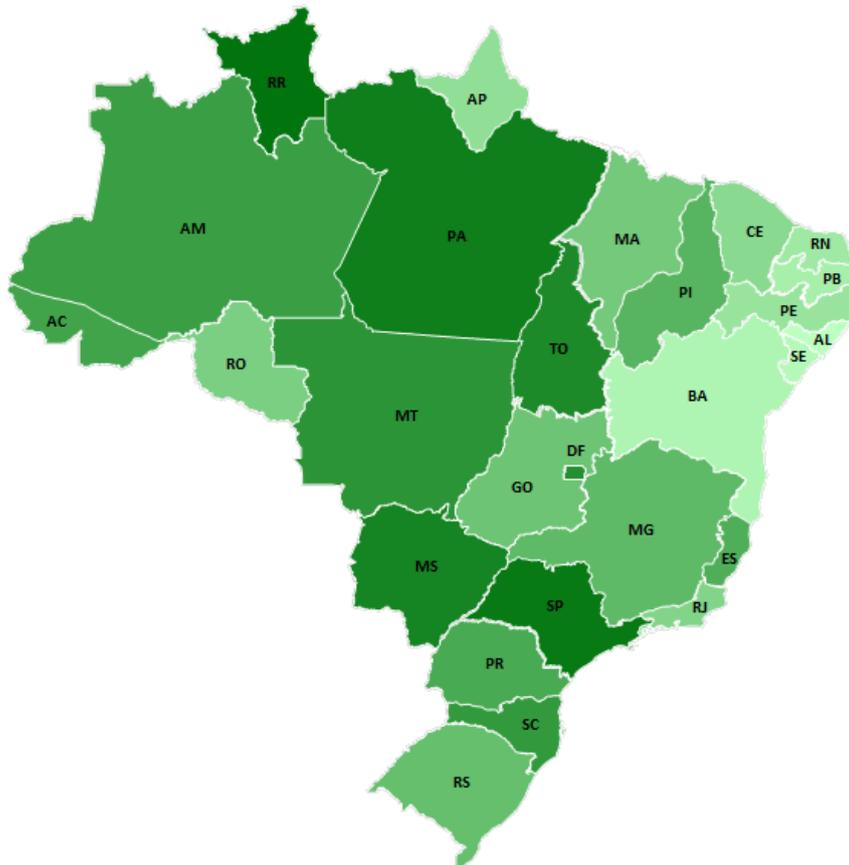
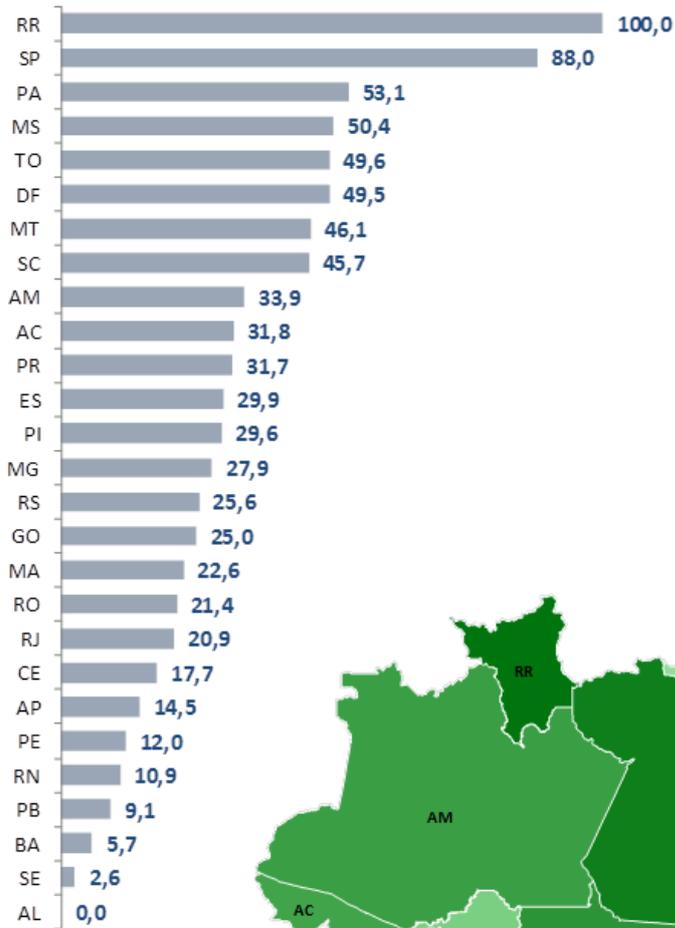
Os estados que mais ganharam posições no ranking foram ES e RS, que ganharam 12 e 10 posições, respectivamente, alcançando a 12ª e 15ª colocações. Em ambos os casos, o impulso se deu pelo avanço no indicador de Taxa de crescimento, ao obterem 15 e 8 posições, respectivamente.

Por outro lado, os estados que mais perderam competitividade no pilar foram Amapá (que passou da 10ª para a 21ª posição), Rondônia (da 11ª para 18ª) e Alagoas (da 20ª para a última posição no pilar). Aqui a origem do deslocamento também está no indicador de Taxa de crescimento, uma vez que esses estados saíram de posições relativamente favoráveis no indicador apurado na edição anterior do ranking para posições mais desfavoráveis.



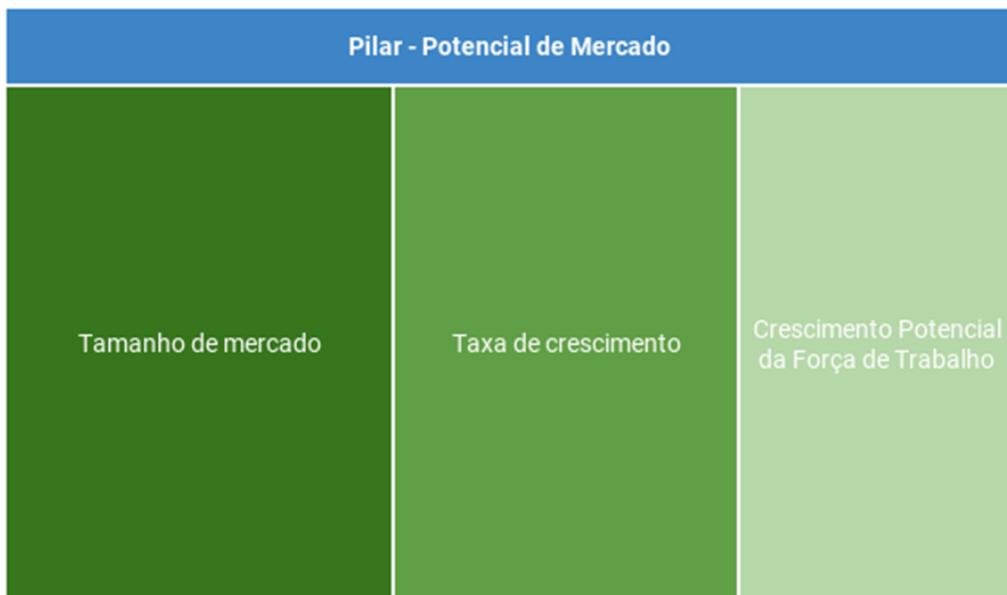
POTENCIAL DE MERCADO

Ranking – Potencial de mercado



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Tamanho de mercado	Nível do Produto Interno Bruto (PIB) em R\$ bilhões.	IBGE	2018
Taxa de crescimento	Média Móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB.	IBGE	2018
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos).	IBGE	2018

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UFs em cada indicador

Potencial de Mercado				
UF	Pilar Nota: 0-100	Tamanho de mercado	Taxa de crescimento	Crescimento Potencial da Força de Trabalho
RR	100,0	R\$ 12,2	1,0%	3,3%
SP	88,0	R\$ 2.215,0	-1,3%	0,4%
PA	53,1	R\$ 153,9	-0,1%	1,3%
MS	50,4	R\$ 102,0	0,3%	0,7%
TO	49,6	R\$ 35,2	0,0%	1,2%
DF	49,5	R\$ 250,4	-0,4%	1,1%
MT	46,1	R\$ 142,4	-0,1%	0,9%
SC	45,7	R\$ 288,9	-0,2%	0,6%
AM	33,9	R\$ 101,6	-1,4%	1,7%
AC	31,8	R\$ 14,4	-1,5%	1,9%
PR	31,7	R\$ 439,1	-0,9%	0,2%
ES	29,9	R\$ 121,6	-0,8%	0,7%
PI	29,6	R\$ 47,0	-0,3%	0,3%
MG	27,9	R\$ 587,7	-1,3%	0,2%
RS	25,6	R\$ 452,0	-0,9%	-0,2%
GO	25,0	R\$ 197,6	-1,5%	1,1%
MA	22,6	R\$ 95,3	-1,3%	0,9%
RO	21,4	R\$ 43,0	-1,3%	0,9%
RJ	20,9	R\$ 684,6	-1,8%	0,0%
CE	17,7	R\$ 151,0	-1,3%	0,5%
AP	14,5	R\$ 15,3	-2,6%	2,2%
PE	12,0	R\$ 178,9	-1,7%	0,6%
RN	10,9	R\$ 63,2	-1,7%	0,8%
PB	9,1	R\$ 62,7	-1,6%	0,5%
BA	5,7	R\$ 280,5	-2,0%	0,3%
SE	2,6	R\$ 41,4	-2,2%	0,8%
AL	0,0	R\$ 50,6	-2,1%	0,6%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018

Potencial de Mercado									
UF	Ranking do Pilar		Tamanho de mercado		Taxa de crescimento		Crescimento potencial da Força de Trabalho		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
RR	1	2 ▲	27		1	1 ▲	1	1 ▲	
SP	2		1		16	7 ▲	21	2 ▲	
PA	3	-2 ▼	11		4	-3 ▼	5	1 ▲	
MS	4	5 ▲	15	1 ▲	2	4 ▲	14	-1 ▼	
TO	5	-1 ▼	24		3		6	1 ▲	
DF	6	-1 ▼	8		8	2 ▲	7	-2 ▼	
MT	7		13	1 ▲	5	-1 ▼	10	2 ▲	
SC	8		6		6	1 ▲	16	-1 ▼	
AM	9	3 ▲	16	-1 ▼	17	2 ▲	4		
AC	10	-4 ▼	26		18	-10 ▼	3		
PR	11	8 ▲	5		11	6 ▲	24		
ES	12	12 ▲	14	-1 ▼	9	15 ▲	15	2 ▲	
PI	13	2 ▲	21		7	-2 ▼	23	-1 ▼	
MG	14	7 ▲	3		14	11 ▲	25		
RS	15	10 ▲	4		10	8 ▲	27		
GO	16	-3 ▼	9		19	-5 ▼	8		
MA	17	-1 ▼	17		12	1 ▲	11		
RO	18	-7 ▼	22	1 ▲	13	-4 ▼	9	1 ▲	
RJ	19	-2 ▼	2		23	-7 ▼	26		
CE	20	-6 ▼	12		15	-4 ▼	19		
AP	21	-11 ▼	25		27	-5 ▼	2	-1 ▼	
PE	22	4 ▲	10		22	4 ▲	17	1 ▲	
RN	23	-1 ▼	18	1 ▲	21	-1 ▼	13	1 ▲	
PB	24	-6 ▼	19	-1 ▼	20	-8 ▼	20	-4 ▼	
BA	25	-2 ▼	7		24	-3 ▼	22	-1 ▼	
SE	26	1 ▲	23	-1 ▼	26	1 ▲	12	-3 ▼	
AL	27	-7 ▼	20		25	-10 ▼	18	2 ▲	



INOVAÇÃO

Num sentido amplo, a inovação envolve a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores. A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é à toa que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa, e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

O pilar Inovação contempla quatro indicadores que refletem de modo claro a importância dos setores privado e público e das universidades como promotores da inovação:

1. Investimentos em P&D: indicador medido pelo investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em proporção do PIB. É uma síntese do quanto a renda produzida em determinado Estado (seja ele rico ou pobre) é destinada à pesquisa científica. A divisão pelo PIB é importante para evitar comparações injustas, uma vez que é natural que Estados mais ricos invistam mais do que os mais pobres.
2. Patentes: indicador medido pelo número de registros de patentes de invenção, modelos de utilidade e certificados de adição como proporção do PIB (em bilhões de reais). Medir a inovação a partir do número de patentes baseia-se na premissa de que os retornos econômicos e sociais de uma inovação somente produzirão efeitos quando efetivamente aplicadas e introduzidas nos processos produtivos. O registro de patentes é etapa fundamental desse processo, pois garante retornos mínimos aos investimentos feitos em P&D pelos proprietários da ideia. Mais uma vez, dada a forte associação entre inovação e a presença do setor

privado — o que, por sua vez, está associada à renda —, optamos por dividir o número de patentes pelo PIB de forma a capturar o quanto se registra de patentes para cada unidade de renda (medida em R\$) gerada no Estado. Quanto maior o número de patentes registradas, melhor.

Além disso, incluímos dois novos indicadores:

3. Bolsa de Mestrado e Doutorado: o indicador mede a proporção de estudantes de Mestrado e Doutorado beneficiados pela Bolsa CNPq ou CAPES e evidencia a vocação do Estado em incentivar a pesquisa acadêmica e a produção científica de universidades, departamentos, laboratórios e institutos de todas as áreas do conhecimento.

4. Empreendimentos Inovadores: o indicador mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital.

As UFs mais bem colocadas neste pilar permanecem sendo SP, RS e SC.

São Paulo segue em 1º lugar no indicador de investimentos em P&D. Ademais, o estado atingiu a 4ª colocação no indicador de Patentes, após perder uma posição em relação à edição anterior, e a 6ª colocação no de Bolsa de Mestrado e Doutorado.

O Rio Grande do Sul destacou-se em 1º lugar em Patentes (após o avanço de uma posição em relação à edição anterior) e em 2º em Empreendimentos Inovadores. Contudo, no indicador de investimentos em P&D, o estado piorou sua posição, de 17ª para 20ª colocação.

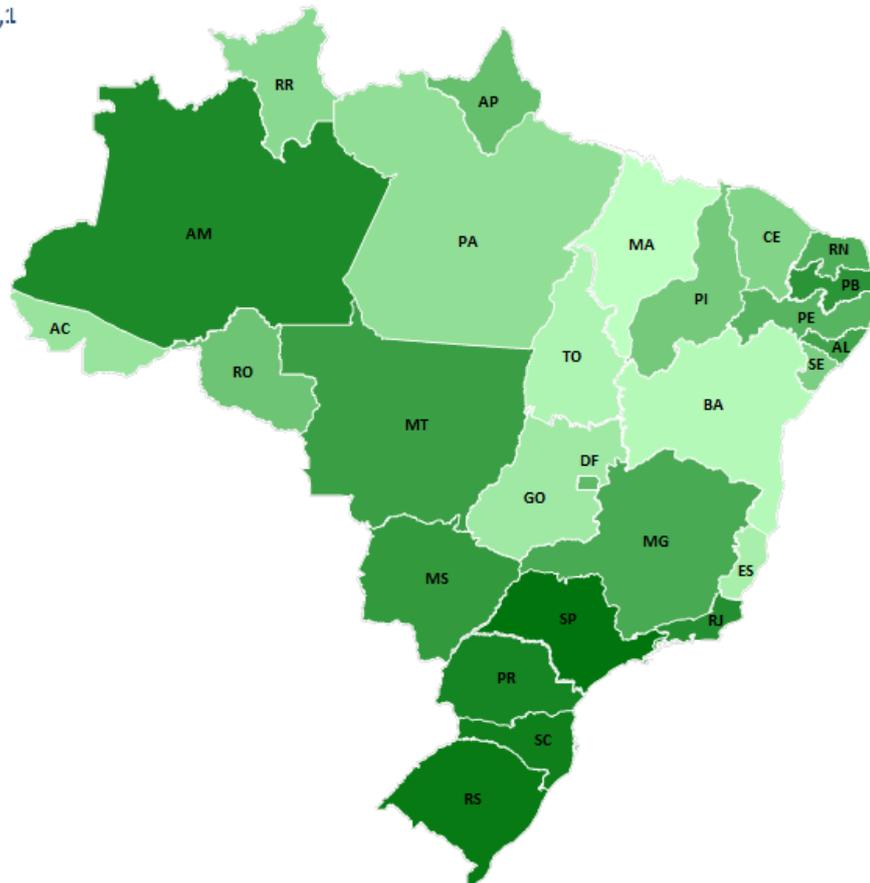
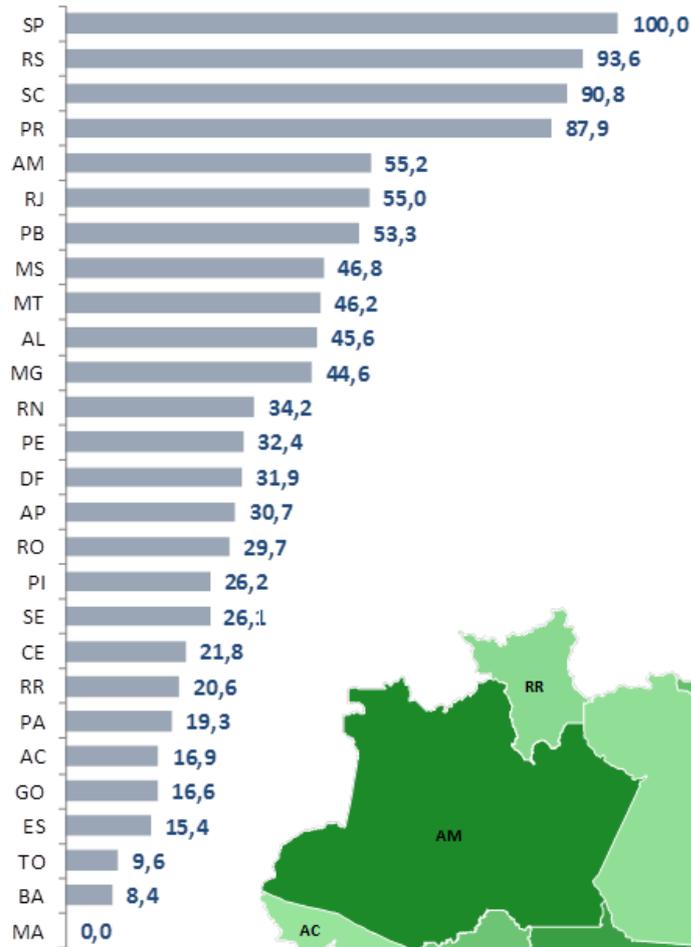
Os destaques do pilar, nesta edição, foram os estados de AL, RO e AP. Alagoas avançou 11 posições (da 21ª para 10ª colocação), devido à boa posição nos novos indicadores de Bolsa de Mestrado e Doutorado (3ª posição) e Empreendimentos Inovadores (11ª posição). Rondônia também avançou 11 posições (da última para 16ª colocação), graças à boa posição no novo indicador de Empreendimentos Inovadores (4ª posição). Amapá avançou 10 posições (da 25ª para 15ª colocação), também em virtude da boa posição no indicador de Empreendimentos Inovadores (8ª posição).

Por fim, excluímos o indicador de Produção Acadêmica. O indicador que media o total de documentos publicados em periódicos acadêmicos indexados no Scopus, em relação à população total, não é mais divulgado publicamente. O último ano disponível era 2014.



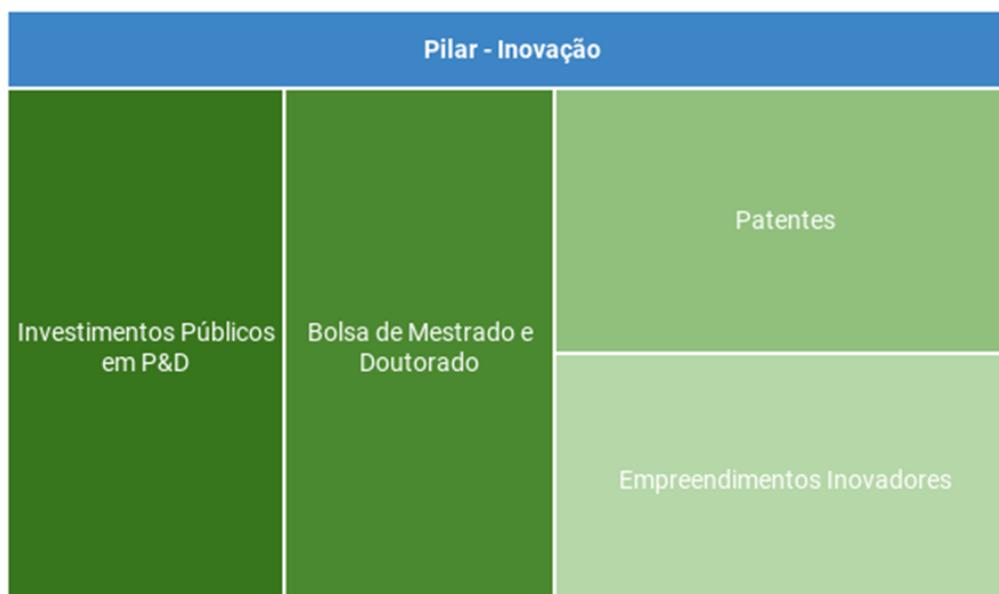
INOVAÇÃO

Ranking – Inovação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.	Min.CT&I	2016
Patentes	Total de concessões de patentes, englobando os tipos: "Patente de Invenção", "Modelo de Utilidade" e "Certificado de Adição" em relação ao PIB.	INPI	2017
Bolsa de Mestrado e Doutorado	Proporção de estudantes de Mestrado e Doutorado beneficiados pela Bolsa CNPq ou CAPES.	CNPQ/CAPES	2017
Empreendimentos Inovadores	Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.	Anprotec	2019

Distribuição dos Indicadores no Pilar



Desempenhos das UFs em cada indicador

Inovação					
UF	Pilar Nota: 0-100	Investimentos Públicos em P&D	Patentes	Bolsa de Mestrado e Doutorado	Empreendiment os Inovadores
SP	100,0	0,52%	0,32	35,1%	1,3
RS	93,6	0,03%	0,47	36,5%	3,4
SC	90,8	0,10%	0,39	34,7%	3,5
PR	87,9	0,24%	0,34	32,8%	2,8
AM	55,2	0,11%	0,08	33,6%	2,8
RJ	55,0	0,16%	0,18	31,8%	1,9
PB	53,3	0,19%	0,02	41,5%	0,8
MS	46,8	0,07%	0,04	30,5%	3,4
MT	46,2	0,06%	0,01	39,2%	1,8
AL	45,6	0,03%	0,02	38,1%	2,1
MG	44,6	0,06%	0,21	32,3%	1,5
RN	34,2	0,14%	0,02	30,8%	1,7
PE	32,4	0,10%	0,03	31,5%	1,6
DF	31,9	0,00%	0,08	29,7%	2,4
AP	30,7	0,02%	0,00	31,1%	2,4
RO	29,7	0,01%	0,00	29,3%	2,9
PI	26,2	0,11%	0,00	26,8%	2,1
SE	26,1	0,00%	0,12	32,4%	0,9
CE	21,8	0,10%	0,11	27,3%	0,9
RR	20,6	0,11%	0,00	25,6%	1,9
PA	19,3	0,04%	0,02	32,7%	0,7
AC	16,9	0,01%	0,00	36,7%	0,0
GO	16,6	0,06%	0,04	29,0%	0,9
ES	15,4	0,04%	0,17	24,0%	1,0
TO	9,6	0,01%	0,00	21,8%	2,6
BA	8,4	0,15%	0,06	23,1%	0,5
MA	0,0	0,08%	0,01	24,7%	0,3

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2018

Inovação										
UF	Ranking do Pilar		Investimentos Públicos em P&D		Patentes		Bolsa de Mestrado e Doutorado		Empreendimentos Inovadores	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		4	-1 ▼	6		18	
RS	2		20	-3 ▼	1	1 ▲	5		2	
SC	3		11	-5 ▼	2	-1 ▼	7		1	
PR	4		2		3	1 ▲	9		5	
AM	5	8 ▲	8	-5 ▼	10	1 ▲	8		6	
RJ	6	-1 ▼	4	1 ▲	6		13		13	
PB	7	1 ▲	3	1 ▲	18	3 ▲	1		23	
MS	8	4 ▲	14	-3 ▼	14	-4 ▼	17		3	
MT	9	8 ▲	17	-1 ▼	21	-2 ▼	2		14	
AL	10	11 ▲	21	1 ▲	17	1 ▲	3		11	
MG	11	-5 ▼	16	-3 ▼	5		12		17	
RN	12	-3 ▼	6	4 ▲	19	1 ▲	16		15	
PE	13	-3 ▼	10	4 ▲	15	-6 ▼	14		16	
DF	14	-7 ▼	27	-2 ▼	11	-3 ▼	18		9	
AP	15	10 ▲	22	1 ▲	22		15		8	
RO	16	11 ▲	24	3 ▲	22		19		4	
PI	17	1 ▲	7	8 ▲	22	-7 ▼	22		10	
SE	18	-3 ▼	26	-5 ▼	8	6 ▲	11		21	
CE	19	-8 ▼	12	-4 ▼	9	-2 ▼	21		20	
RR	20	3 ▲	9		22		23		12	
PA	21	1 ▲	19		16	6 ▲	10		24	
AC	22	4 ▲	23	1 ▲	22		4		27	
GO	23	-4 ▼	15	3 ▲	13	4 ▲	20		22	
ES	24	-8 ▼	18	2 ▲	7	6 ▲	25		19	
TO	25	-1 ▼	25	1 ▲	22		27		7	
BA	26	-12 ▼	5	2 ▲	12		26		25	
MA	27	-7 ▼	13	-1 ▼	20	-4 ▼	24		26	

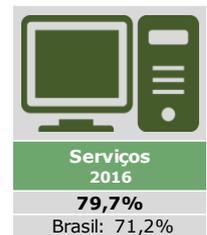
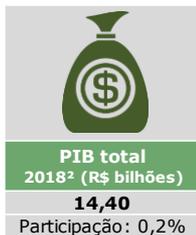
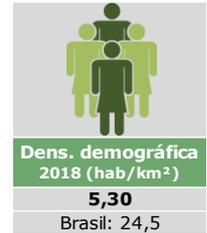


PERFIL DOS ESTADOS

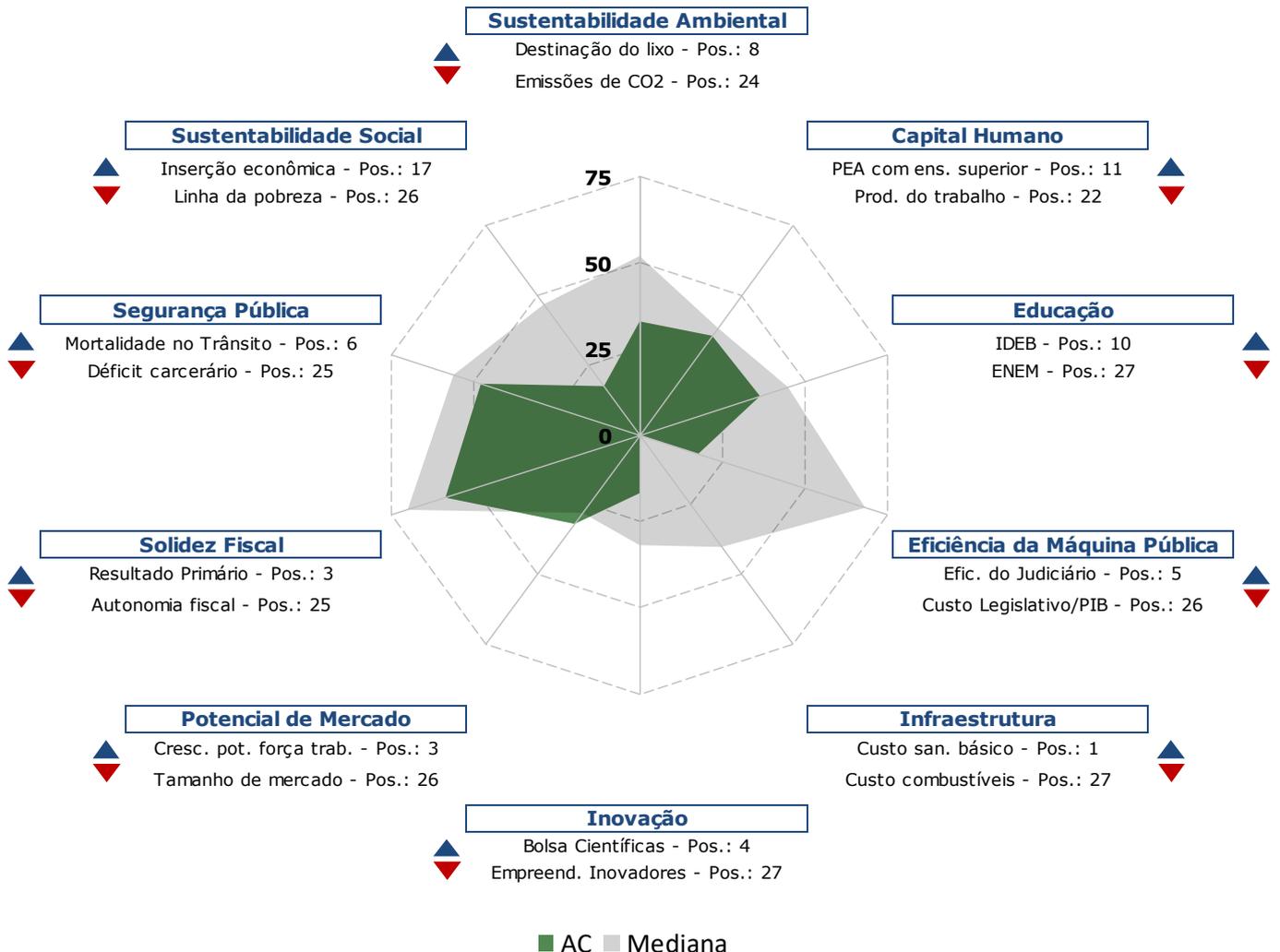


Acre

Posição no Ranking Geral: 27



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

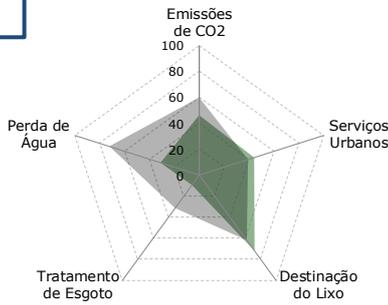


Acre

Posição no Ranking Geral: 27

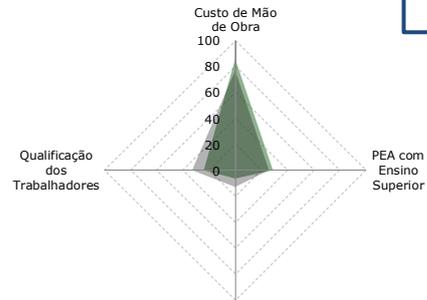
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
23



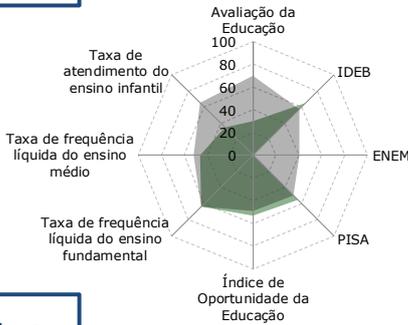
Capital Humano

Posição:
16



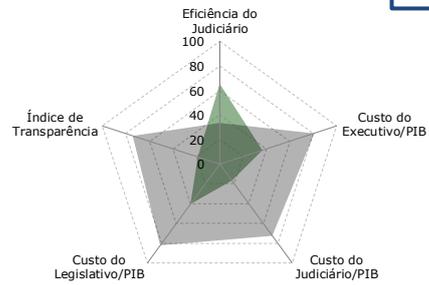
Educação

Posição:
18



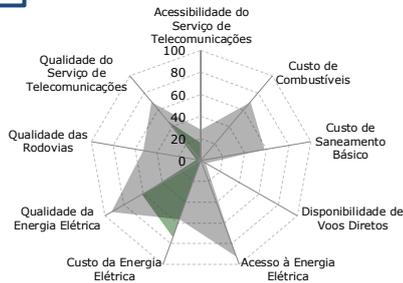
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
26



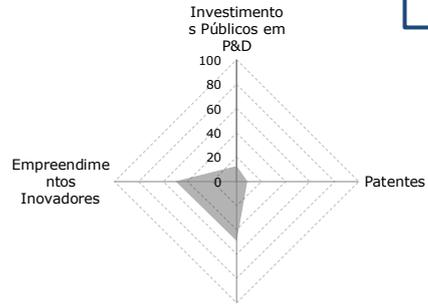
Infraestrutura

Posição:
27



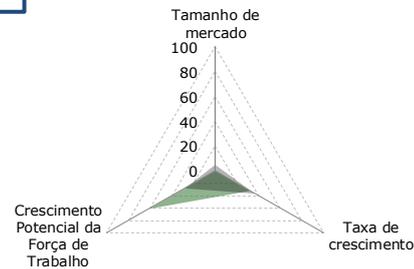
Inovação

Posição:
22



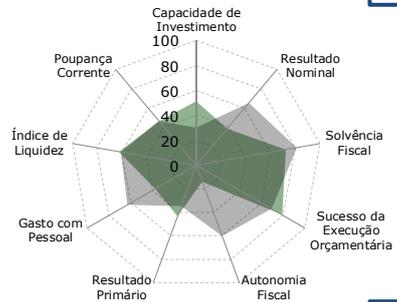
Potencial de Mercado

Posição:
10



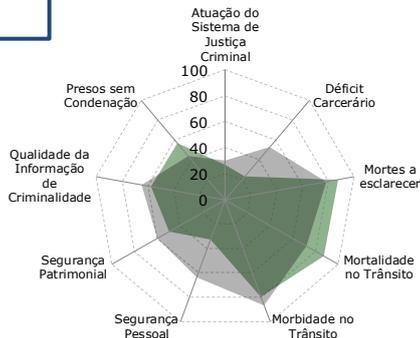
Solidez Fiscal

Posição:
17



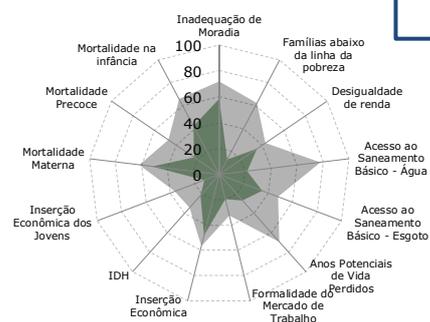
Segurança Pública

Posição:
19



Sustentabilidade Social

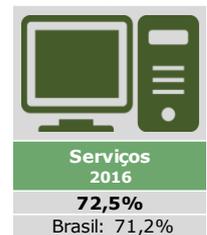
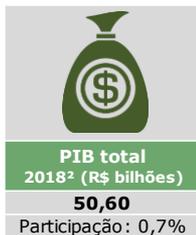
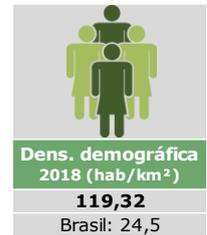
Posição:
24





Alagoas

Posição no Ranking Geral: 14



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

Emissões de CO2 - Pos.: 6
Tratamento de esgoto - Pos.: 21

Sustentabilidade Social

Mortalidade materna - Pos.: 2
IDH - Pos.: 27

Capital Humano

Custo de mão de obra - Pos.: 3
Qualif. trabalhadores - Pos.: 20

Segurança Pública

Mortes a esclarecer - Pos.: 1
Déficit carcerário - Pos.: 23

Educação

Avaliação da educação - Pos.: 11
PISA - Pos.: 27

Solidez Fiscal

Capacidade invest. - Pos.: 3
Autonomia fiscal - Pos.: 22

Eficiência da Máquina Pública

Índice Transparência - Pos.: 7
Efic. do Judiciário - Pos.: 21

Potencial de Mercado

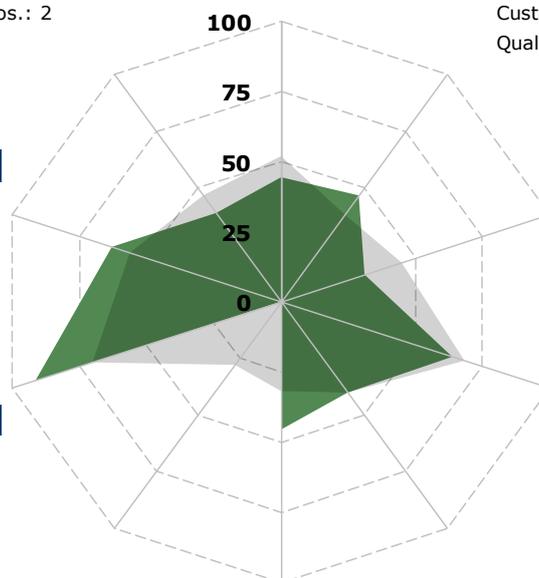
Cresc. pot. força trab. - Pos.: 18
Taxa de crescimento - Pos.: 25

Infraestrutura

Qualidade telecom. - Pos.: 2
Acess. telecom. - Pos.: 25

Inovação

Bolsa Científicas - Pos.: 3
Invest. públicos P&D - Pos.: 21



■ AL ■ Mediana

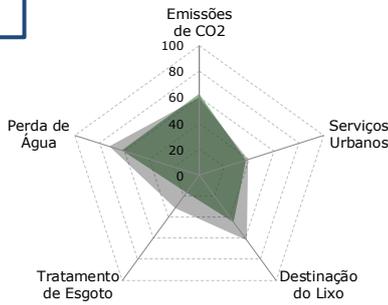


Alagoas

Posição no Ranking Geral: 14

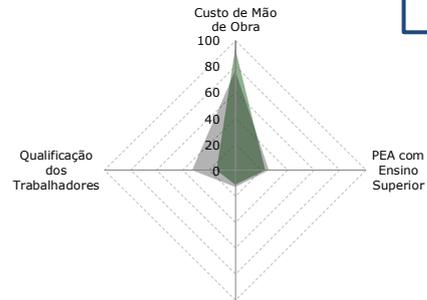
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
20



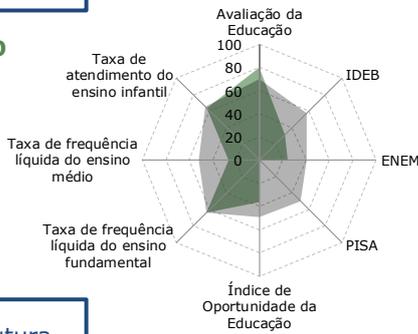
Capital Humano

Posição
10



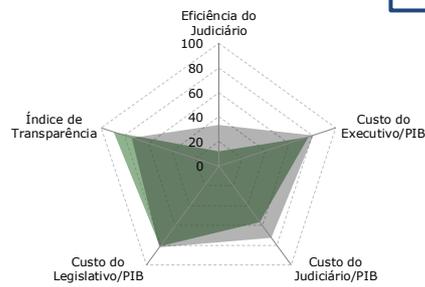
Educação

Posição
20



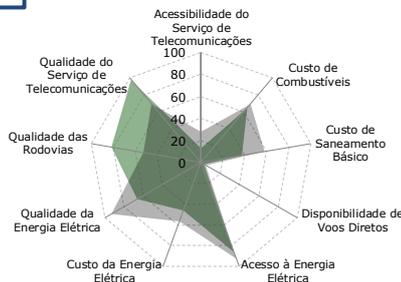
Eficiência da Máquina Pública

Posição
15



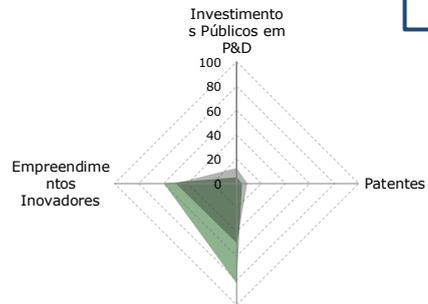
Infraestrutura

Posição
14



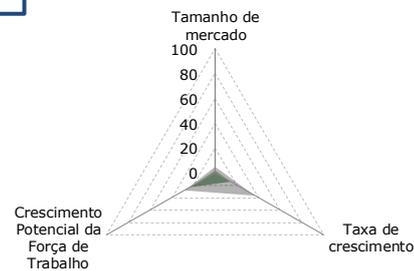
Inovação

Posição
10



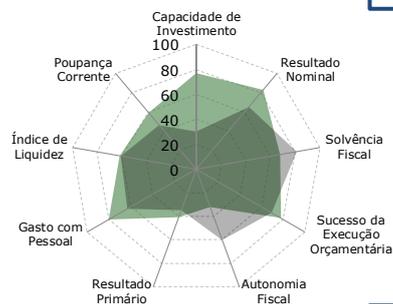
Potencial de Mercado

Posição
27



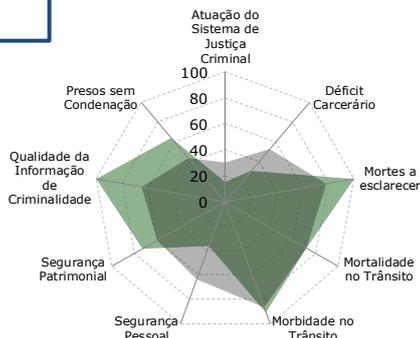
Solidez Fiscal

Posição
5



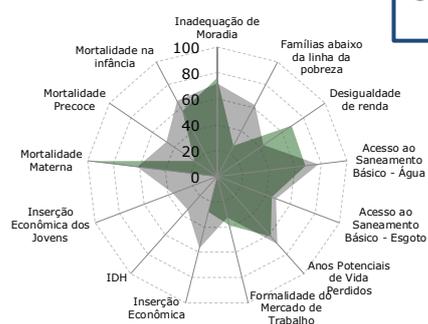
Segurança Pública

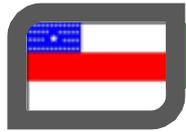
Posição
12



Sustentabilidade Social

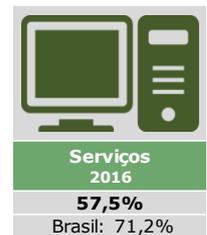
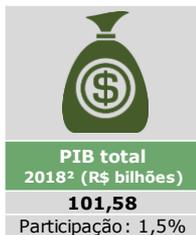
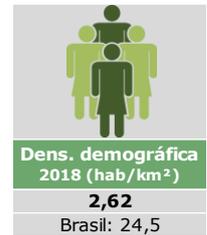
Posição
16



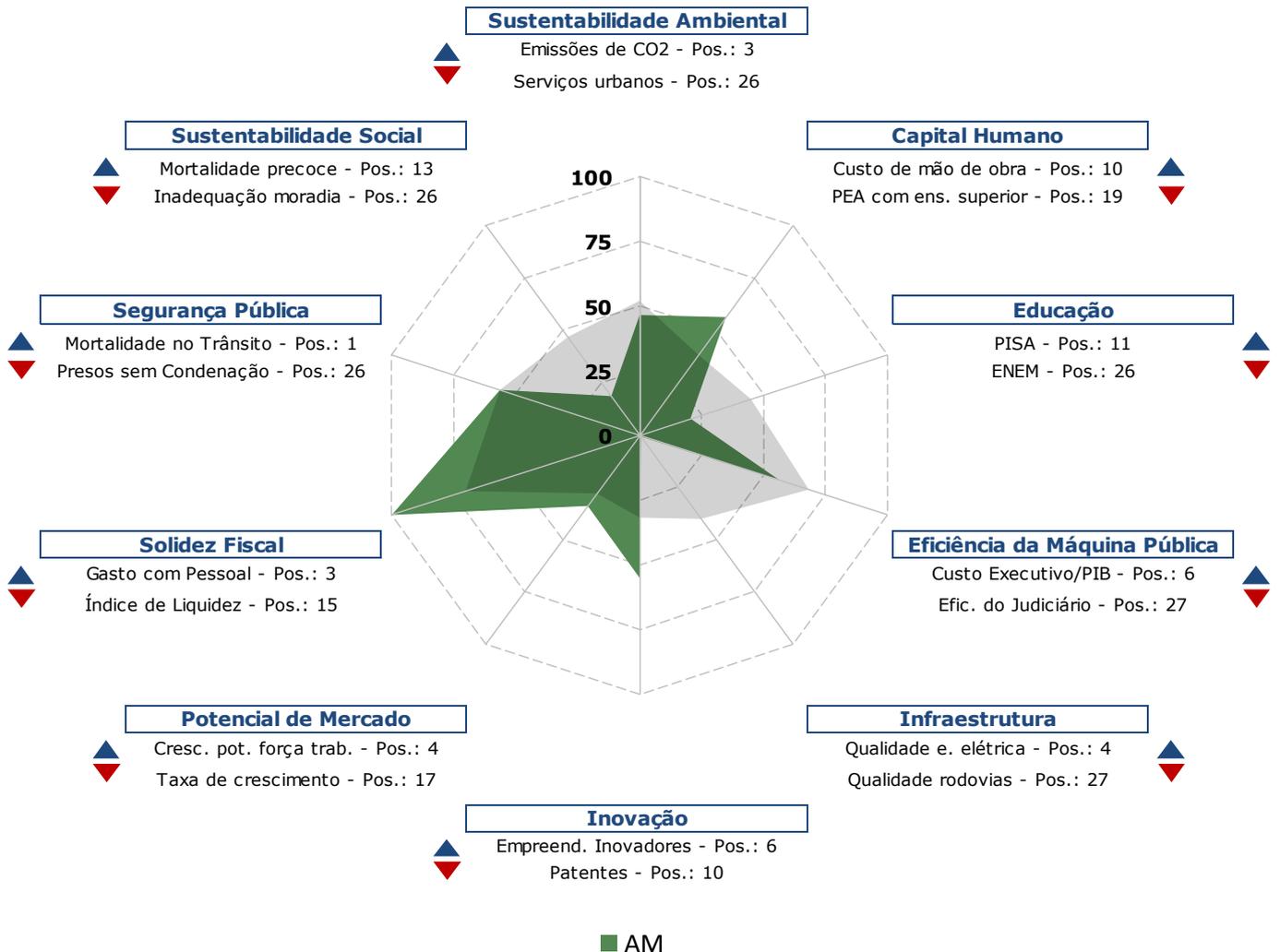


Amazonas

Posição no Ranking Geral: 16



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

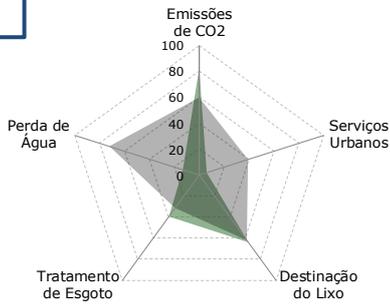


Amazonas

Posição no Ranking Geral: 16

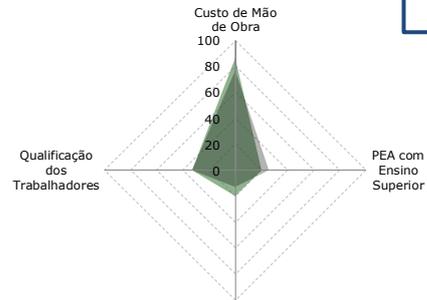
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
18



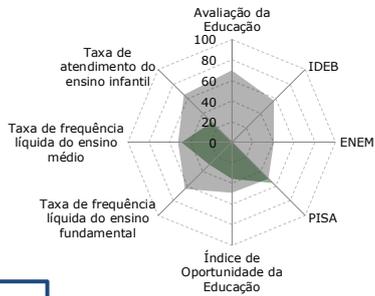
Capital Humano

Posição
6



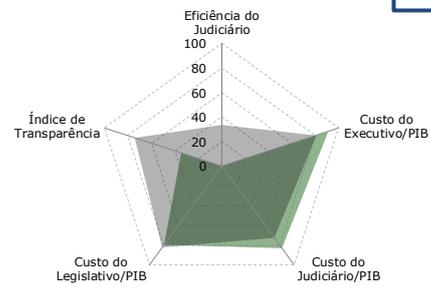
Educação

Posição
21



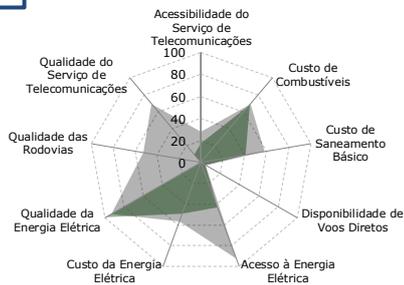
Eficiência da Máquina Pública

Posição
19



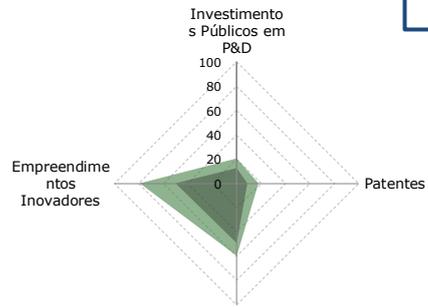
Infraestrutura

Posição
26



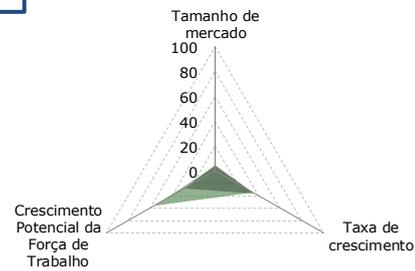
Inovação

Posição
5



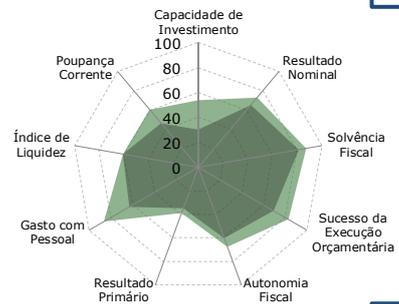
Potencial de Mercado

Posição
9



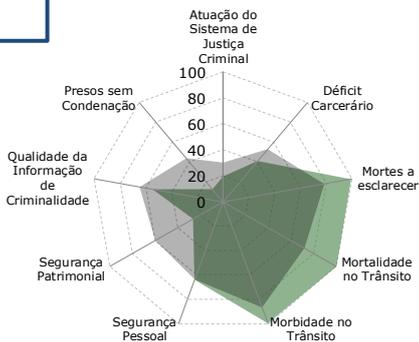
Solidez Fiscal

Posição
1



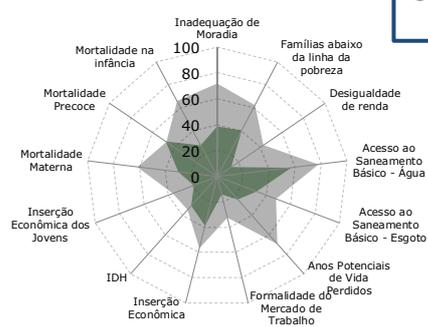
Segurança Pública

Posição
14



Sustentabilidade Social

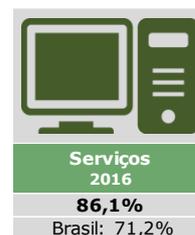
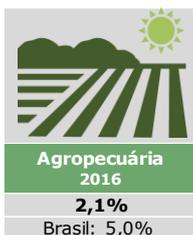
Posição
23





Amapá

Posição no Ranking Geral: 24



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

Emissões de CO2 - Pos.: 2
Perda de água - Pos.: 25

Sustentabilidade Social

Mortalidade materna - Pos.: 13
Anos pot. vida perd. - Pos.: 27

Capital Humano

PEA com ens. superior - Pos.: 5
Prod. do trabalho - Pos.: 18

Segurança Pública

Mortalidade no Trânsito - Pos.: 2
Segurança pessoal - Pos.: 26

Educação

Tx. Freq. Ens. Médio - Pos.: 18
IDEB - Pos.: 27

Solidez Fiscal

Solvência fiscal - Pos.: 1
Capacidade invest. - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

Efic. do Judiciário - Pos.: 3
Custo Executivo/PIB - Pos.: 27

Potencial de Mercado

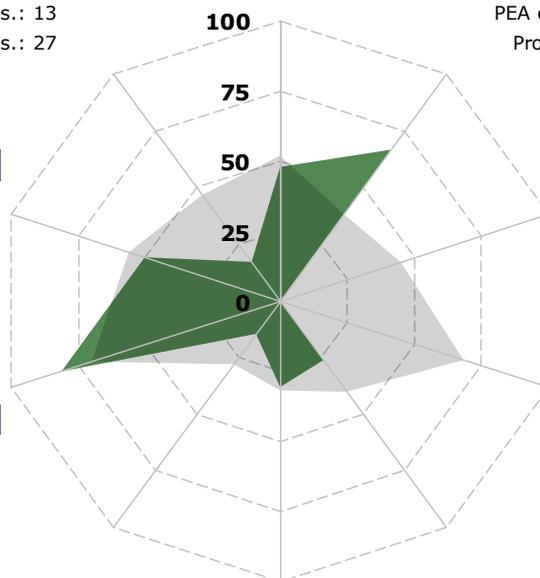
Cresc. pot. força trab. - Pos.: 2
Taxa de crescimento - Pos.: 27

Infraestrutura

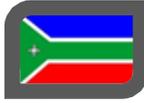
Acesso energia elétrica - Pos.: 2
Qualidade telecom. - Pos.: 27

Inovação

Empreend. Inovadores - Pos.: 8
Invest. públicos P&D - Pos.: 22



■ AP ■ Mediana

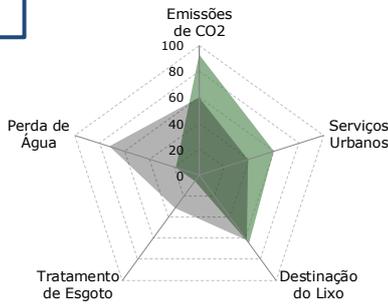


Amapá

Posição no Ranking Geral: 24

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
16



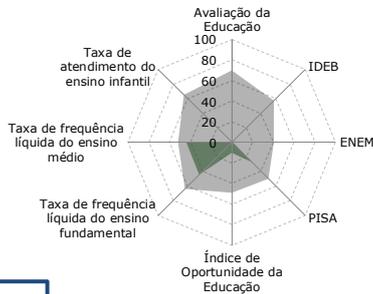
Capital Humano

Posição
3



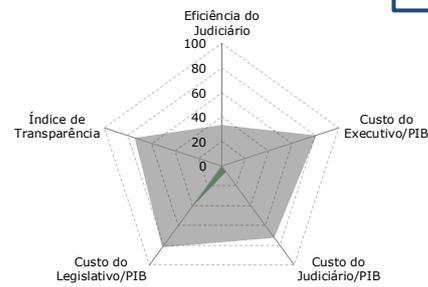
Educação

Posição
27



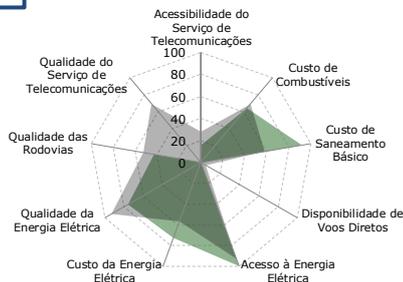
Eficiência da Máquina Pública

Posição
27



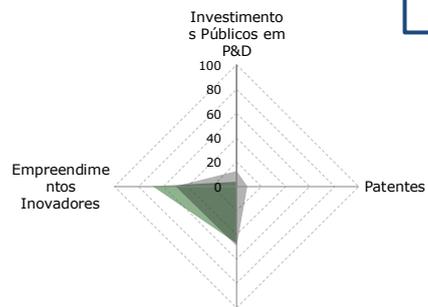
Infraestrutura

Posição
19



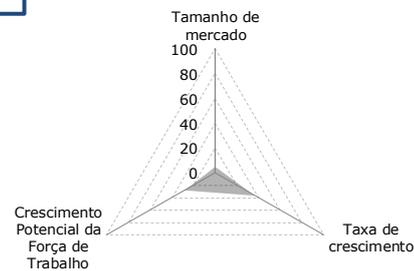
Inovação

Posição
15



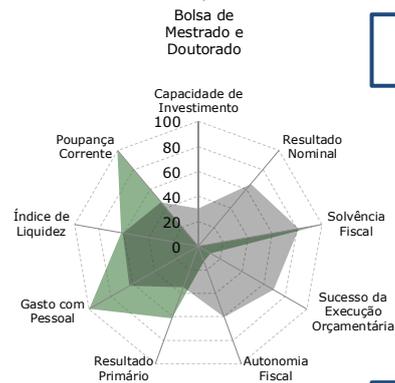
Potencial de Mercado

Posição
21



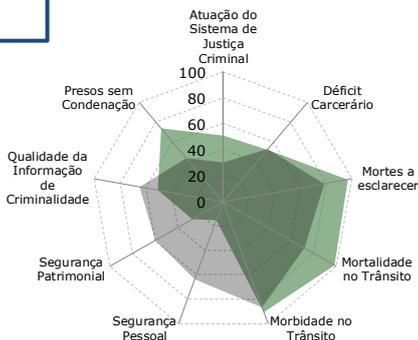
Solidez Fiscal

Posição
8



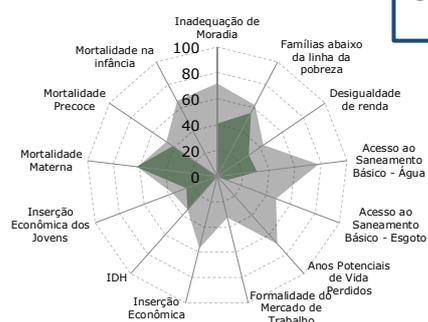
Segurança Pública

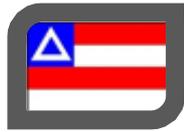
Posição
18



Sustentabilidade Social

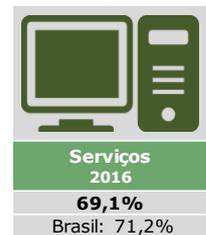
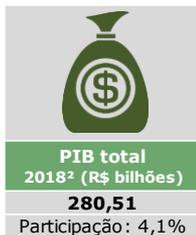
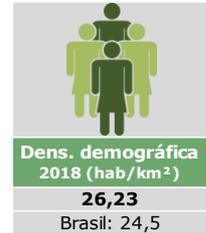
Posição
25





Bahia

Posição no Ranking Geral: 20



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Tratamento de esgoto - Pos.: 5
- ▼ Destinação do lixo - Pos.: 22

Sustentabilidade Social

- ▲ San. básico - Esgoto - Pos.: 9
- ▼ Desigualdade renda - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Custo de mão de obra - Pos.: 6
- ▼ PEA com ens. superior - Pos.: 26

Segurança Pública

- ▲ Morbidade no Trânsito - Pos.: 5
- ▼ Mortes a esclarecer - Pos.: 27

Educação

- ▲ Tx. Atend. Ens. Infantil - Pos.: 11
- ▼ PISA - Pos.: 26

Solidez Fiscal

- ▲ Sucesso ex. orçamento - Pos.: 6
- ▼ Resultado Nominal - Pos.: 18

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Custo Executivo/PIB - Pos.: 7
- ▼ Índice Transparência - Pos.: 22

Potencial de Mercado

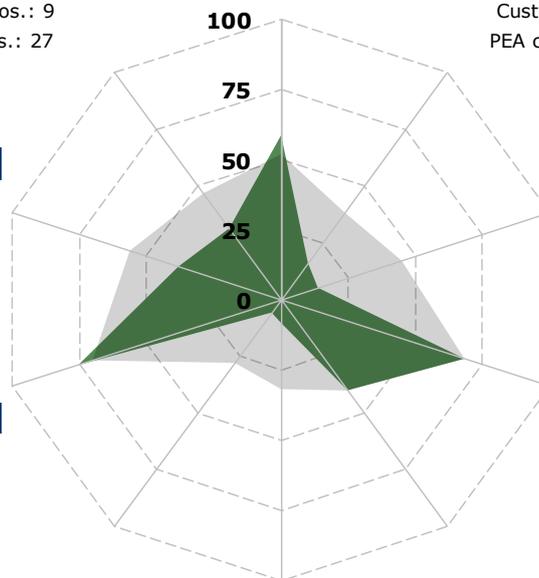
- ▲ Tamanho de mercado - Pos.: 7
- ▼ Taxa de crescimento - Pos.: 24

Infraestrutura

- ▲ Voos diretos - Pos.: 6
- ▼ Acesso energia elétrica - Pos.: 22

Inovação

- ▲ Invest. públicos P&D - Pos.: 5
- ▼ Bolsa Científicas - Pos.: 26



■ BA ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

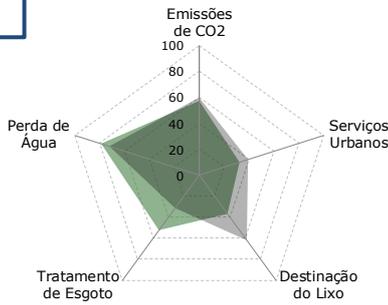


Bahia

Posição no Ranking Geral: 20

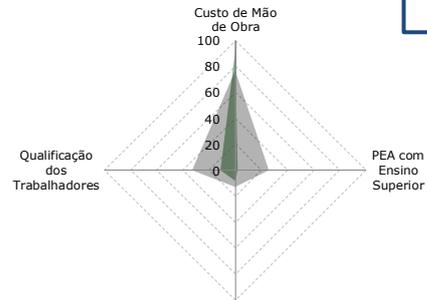
Sustentabilidade Ambiental

Posição: 11



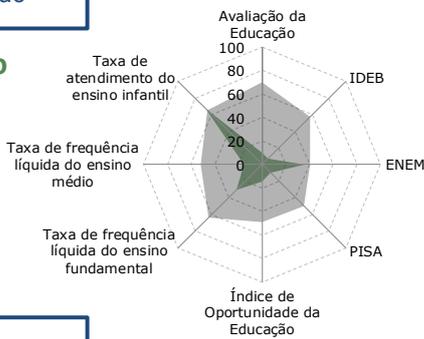
Capital Humano

Posição: 24



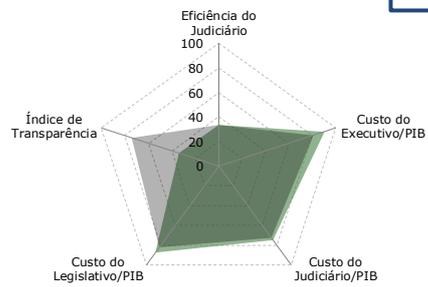
Educação

Posição: 25



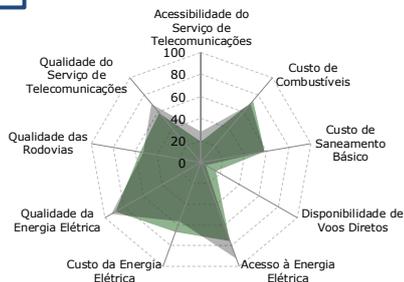
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 14



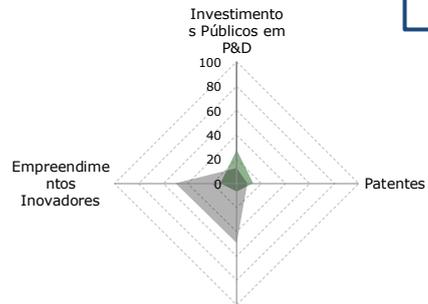
Infraestrutura

Posição: 15



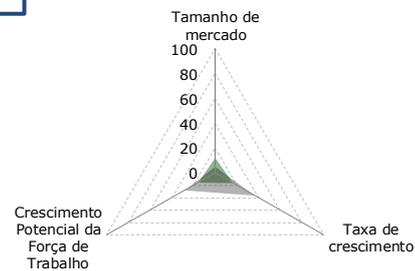
Inovação

Posição: 26



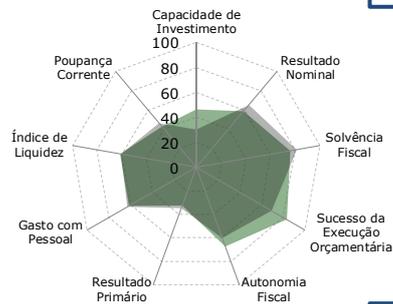
Potencial de Mercado

Posição: 25



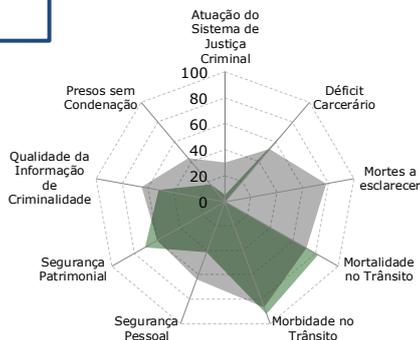
Solidez Fiscal

Posição: 10



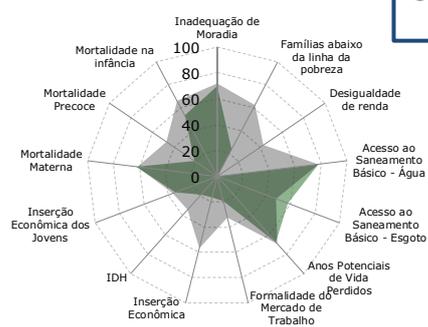
Segurança Pública

Posição: 22



Sustentabilidade Social

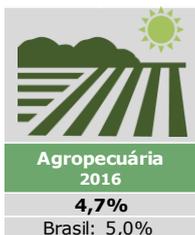
Posição: 20



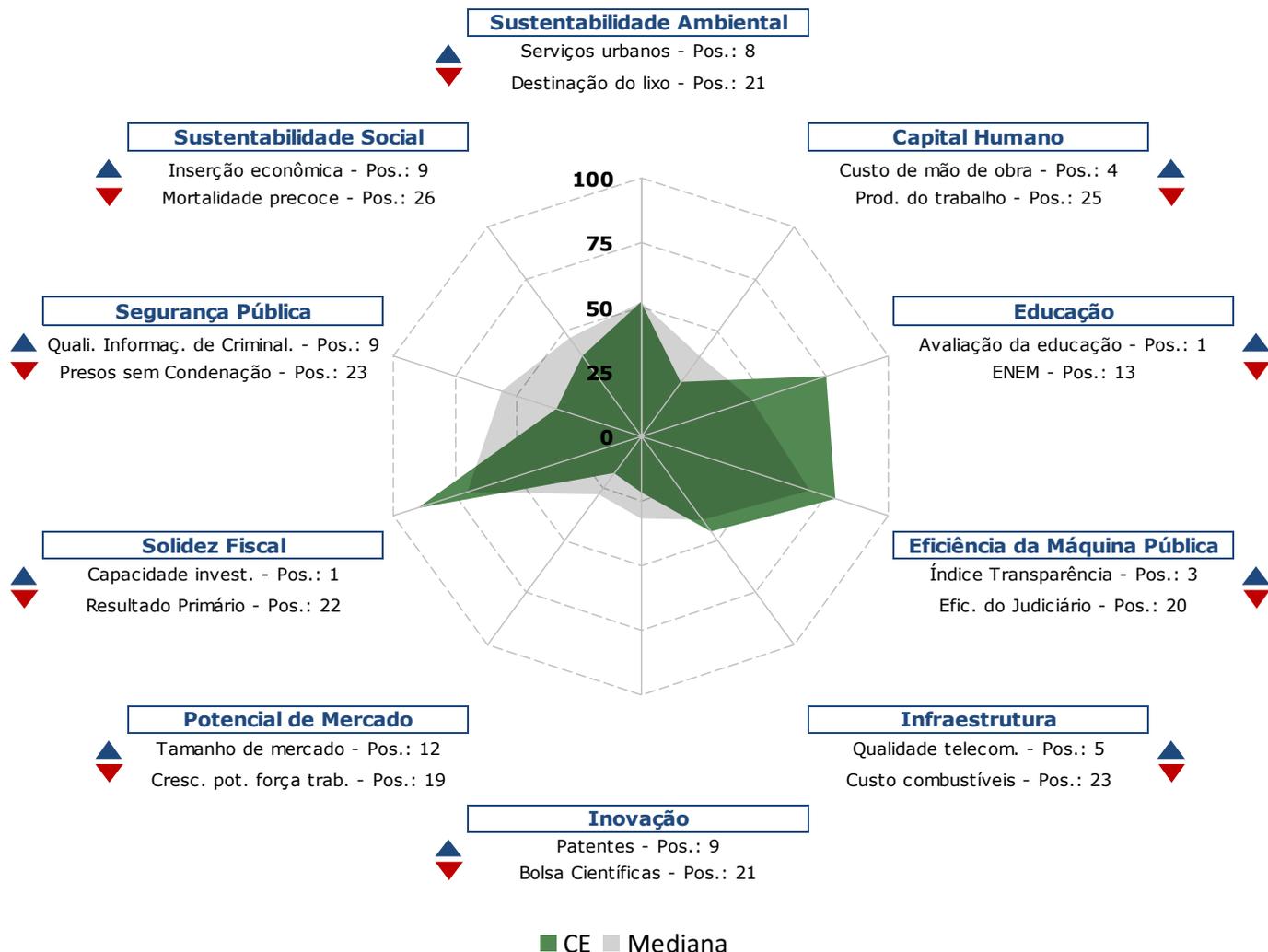


Ceará

Posição no Ranking Geral: 12



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

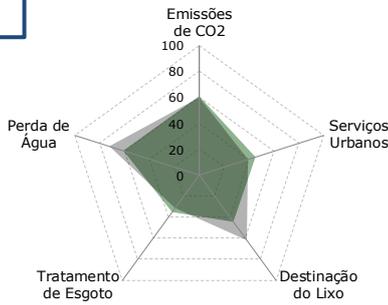


Ceará

Posição no Ranking Geral: 12

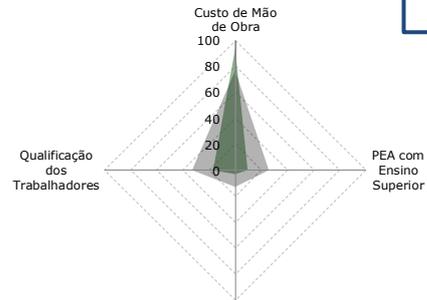
Sustentabilidade Ambiental

Posição: 14



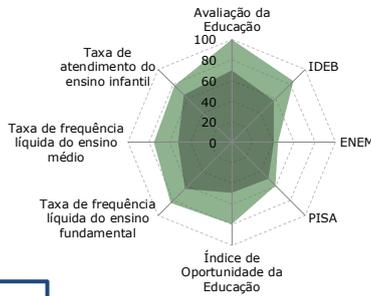
Capital Humano

Posição: 21



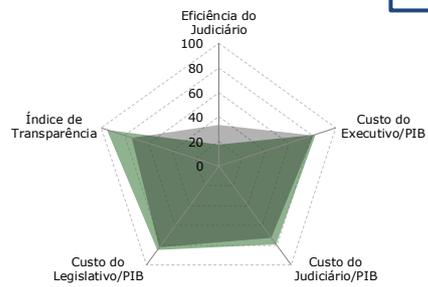
Educação

Posição: 5



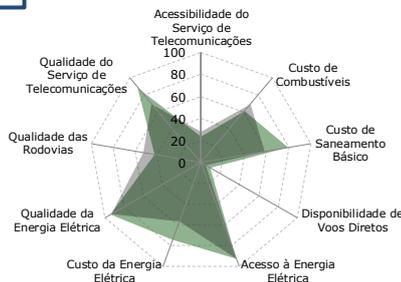
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 9



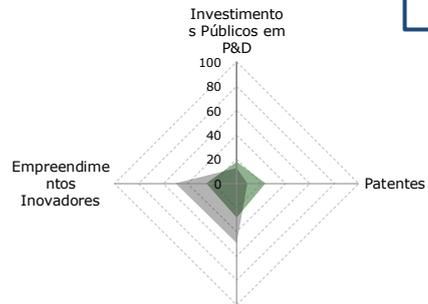
Infraestrutura

Posição: 9



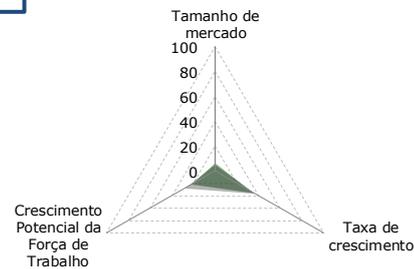
Inovação

Posição: 19



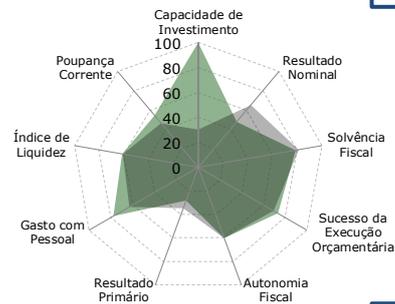
Potencial de Mercado

Posição: 20



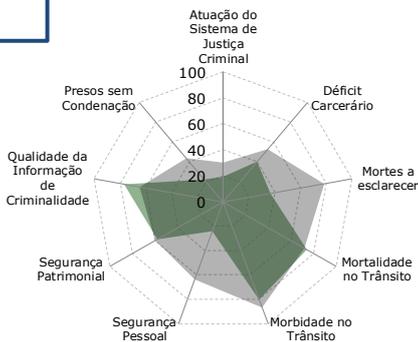
Solidez Fiscal

Posição: 6



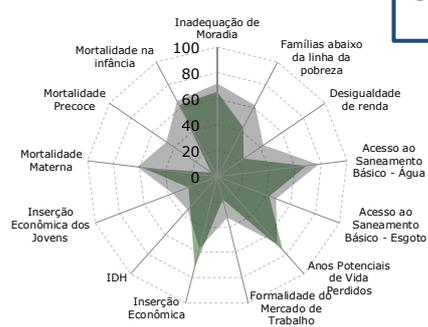
Segurança Pública

Posição: 26



Sustentabilidade Social

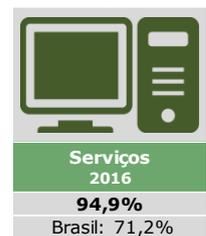
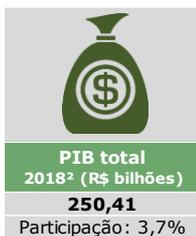
Posição: 17



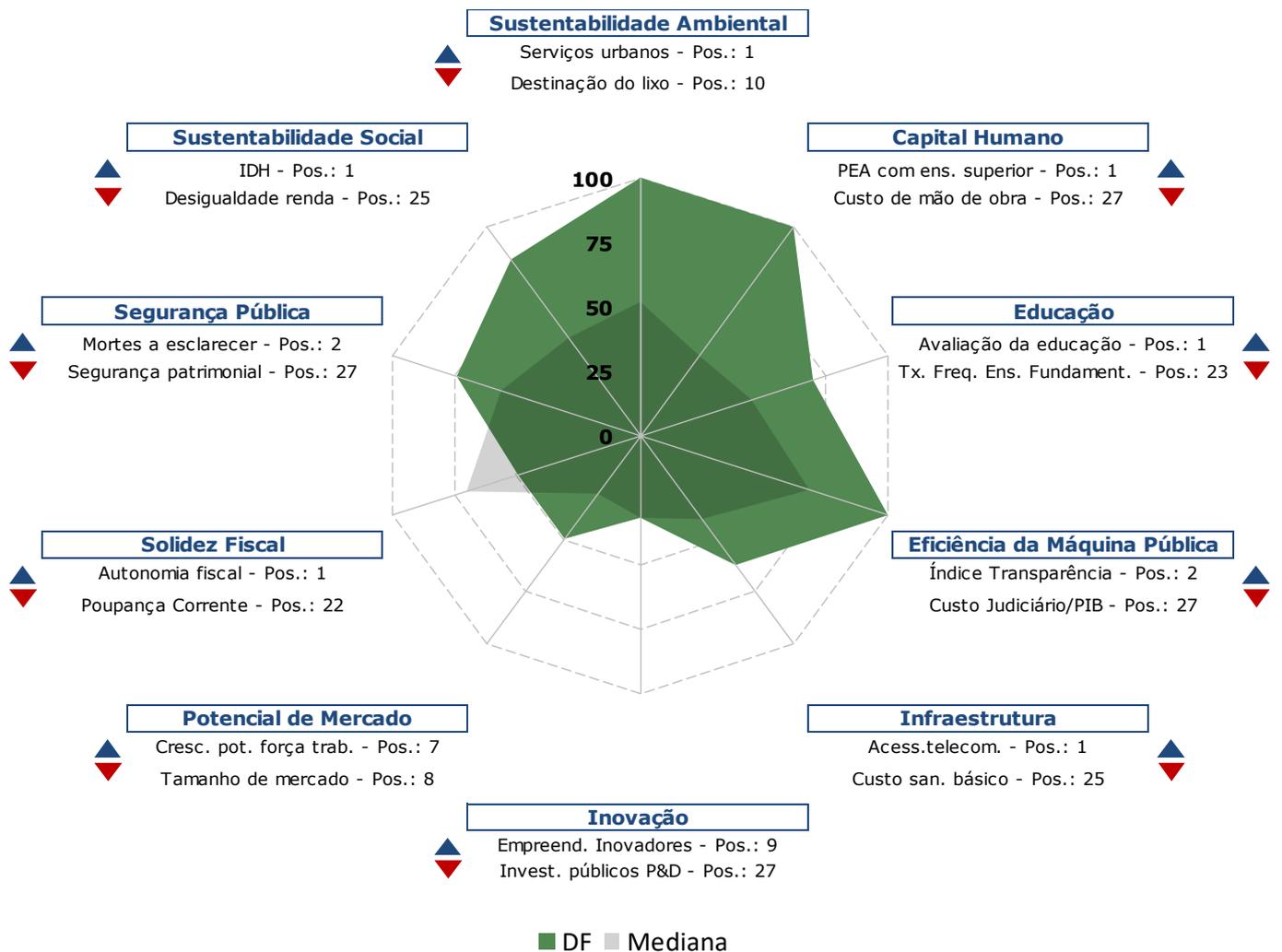


Distrito Federal

Posição no Ranking Geral: 3



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

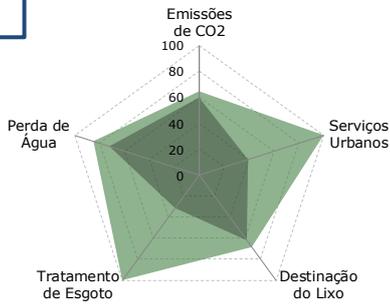


1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

Distrito Federal **Posição no Ranking Geral: 3**

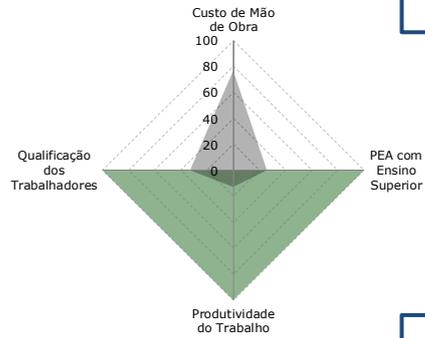
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
1



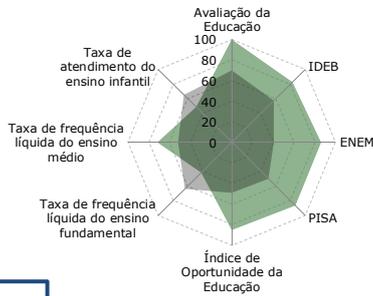
Capital Humano

Posição
1



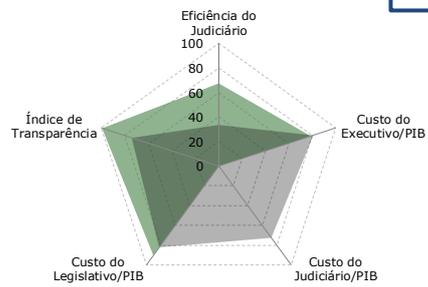
Educação

Posição
6



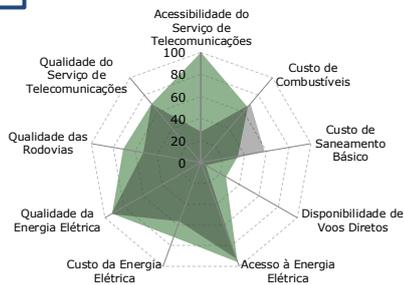
Eficiência da Máquina Pública

Posição
1



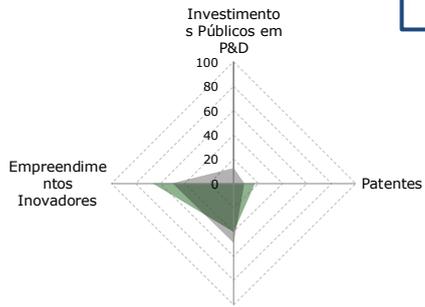
Infraestrutura

Posição
2



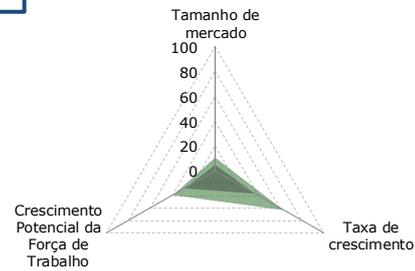
Inovação

Posição
14



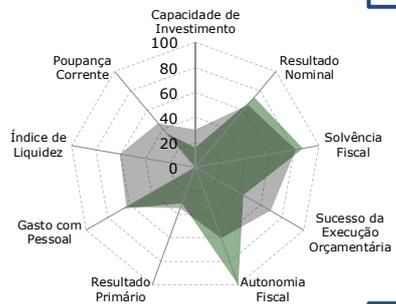
Potencial de Mercado

Posição
6



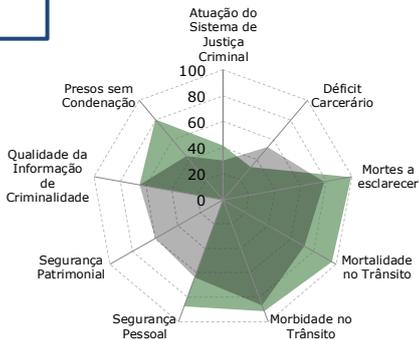
Solidez Fiscal

Posição
20



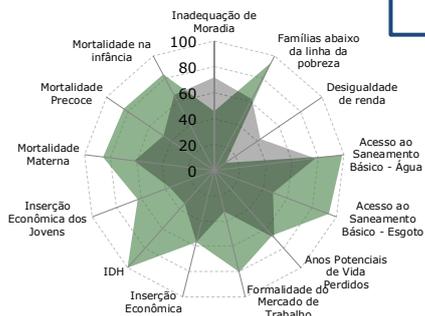
Segurança Pública

Posição
6



Sustentabilidade Social

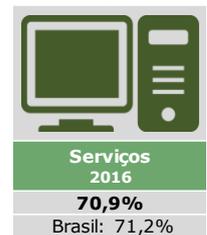
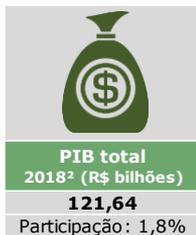
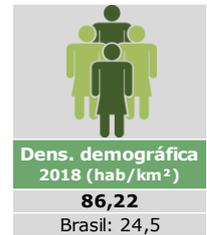
Posição
6





Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 6



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

Destinação do lixo - Pos.: 1
Emissões de CO2 - Pos.: 20

Sustentabilidade Social

Inadequação moradia - Pos.: 4
Mortalidade precoce - Pos.: 18

Capital Humano

Prod. do trabalho - Pos.: 9
Custo de mão de obra - Pos.: 17

Segurança Pública

Déficit carcerário - Pos.: 6
Mortalidade no Trânsito - Pos.: 21

Educação

Avaliação da educação - Pos.: 1
Tx. Freq. Ens. Médio - Pos.: 20

Solidez Fiscal

Índice de Liquidez - Pos.: 1
Sucesso ex. orçamento - Pos.: 19

Eficiência da Máquina Pública

Custo Executivo/PIB - Pos.: 3
Efic. do Judiciário - Pos.: 15

Potencial de Mercado

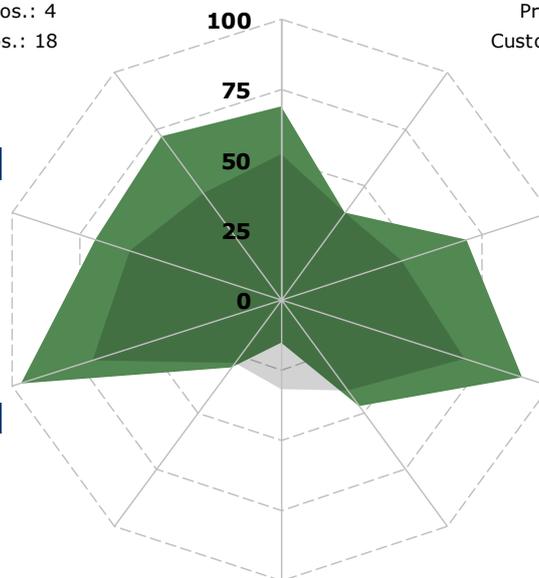
Taxa de crescimento - Pos.: 9
Cresc. pot. força trab. - Pos.: 15

Infraestrutura

Qualidade rodovias - Pos.: 5
Custo energia elétrica - Pos.: 22

Inovação

Patentes - Pos.: 7
Bolsa Científicas - Pos.: 25



■ ES ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

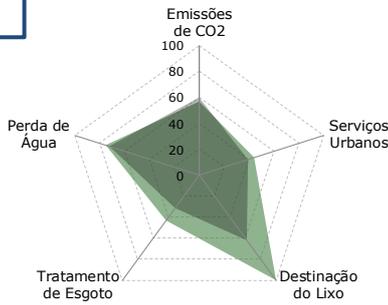


Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 6

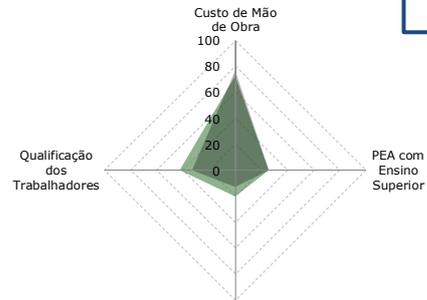
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
6



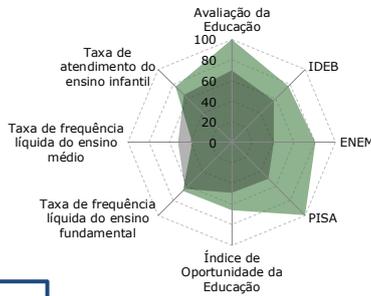
Capital Humano

Posição
14



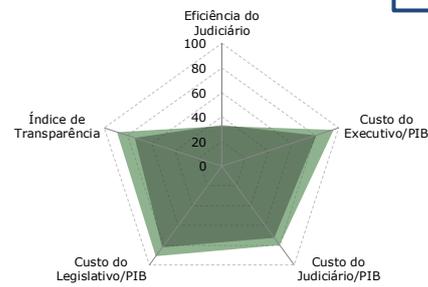
Educação

Posição
7



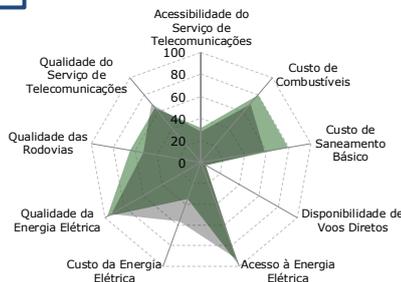
Eficiência da Máquina Pública

Posição
4



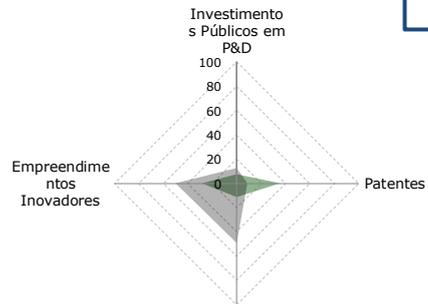
Infraestrutura

Posição
8



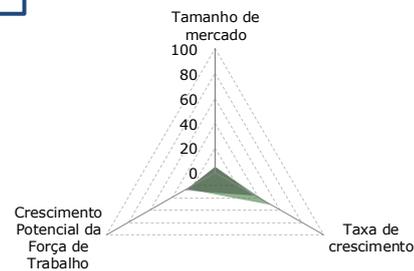
Inovação

Posição
24



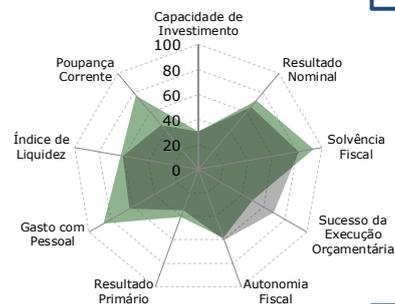
Potencial de Mercado

Posição
12



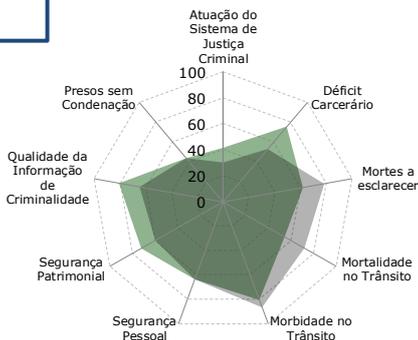
Solidez Fiscal

Posição
2



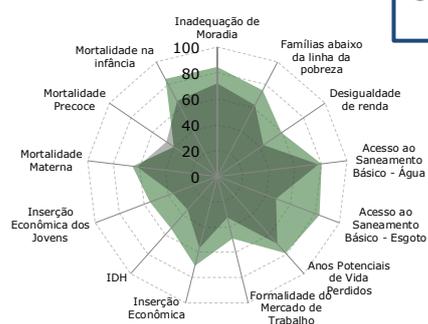
Segurança Pública

Posição
10



Sustentabilidade Social

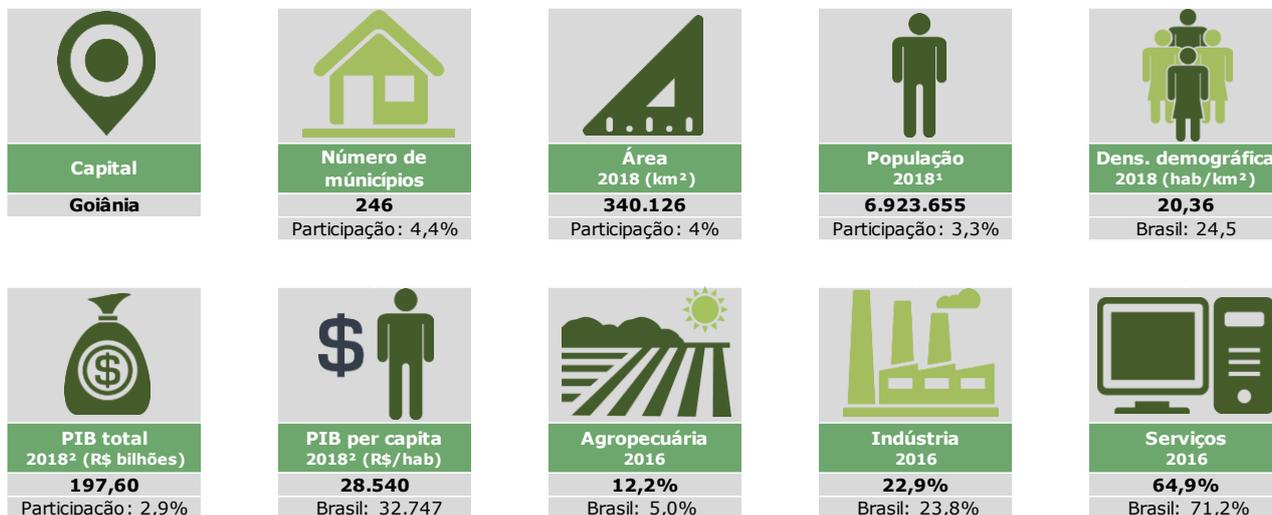
Posição
9



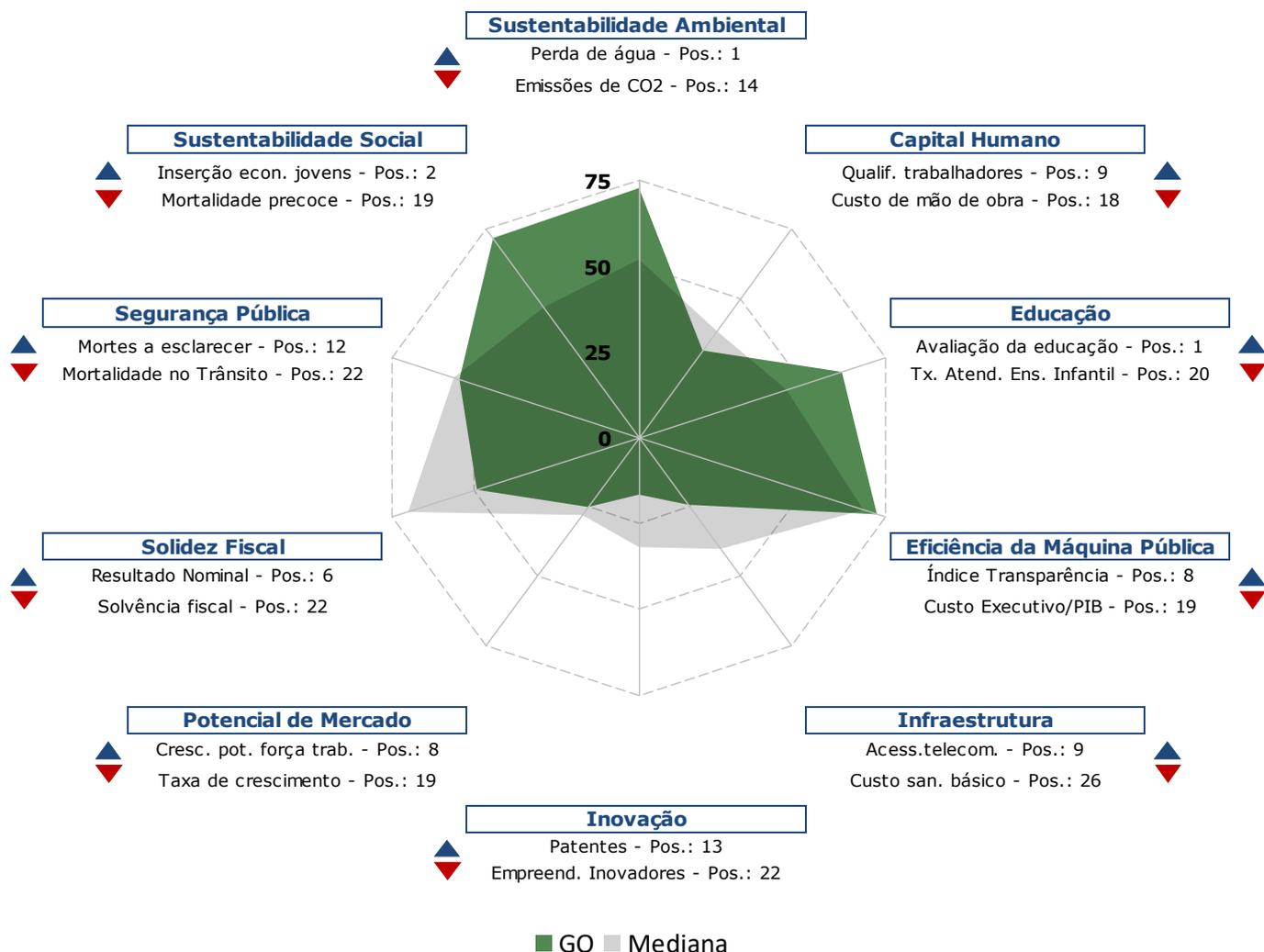


Goiás

Posição no Ranking Geral: 13



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

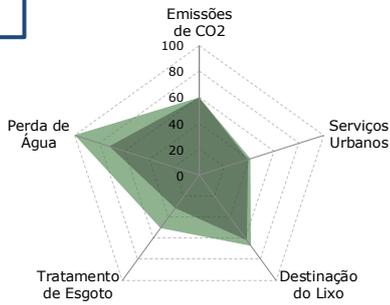


Goiás

Posição no Ranking Geral: 13

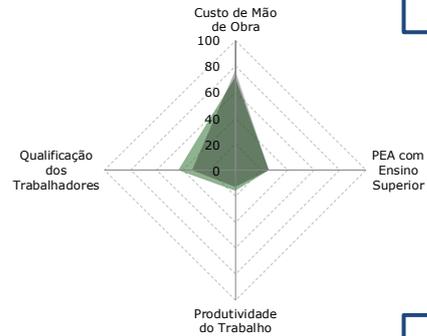
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
4



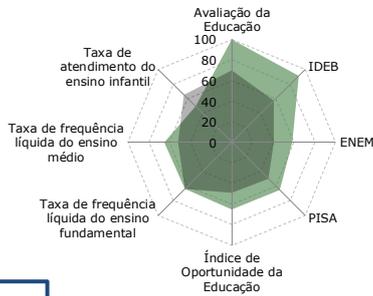
Capital Humano

Posição
18



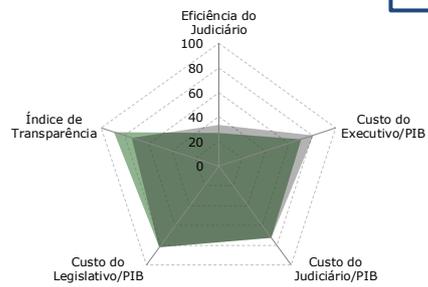
Educação

Posição
8



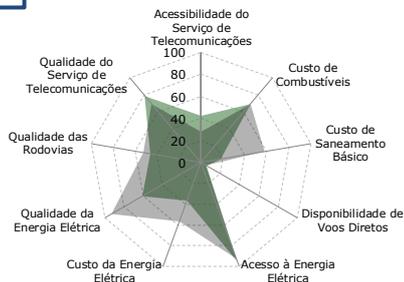
Eficiência da Máquina Pública

Posição
12



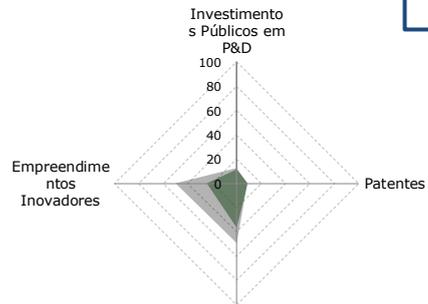
Infraestrutura

Posição
22



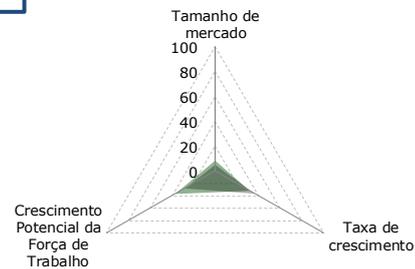
Inovação

Posição
23



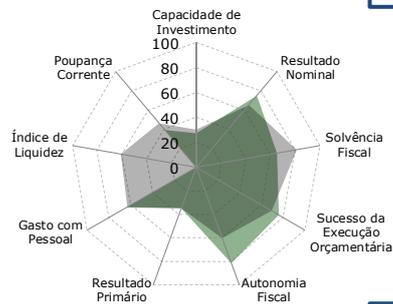
Potencial de Mercado

Posição
16



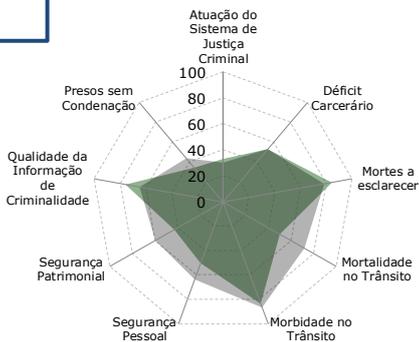
Solidez Fiscal

Posição
21



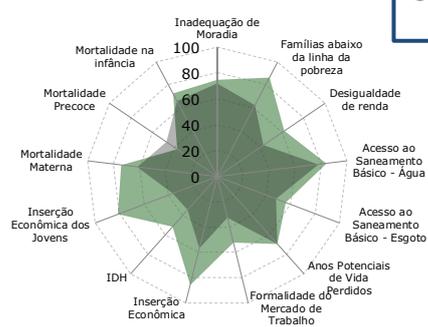
Segurança Pública

Posição
16



Sustentabilidade Social

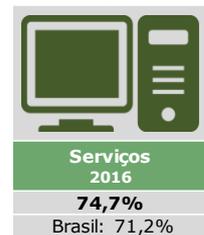
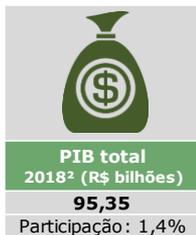
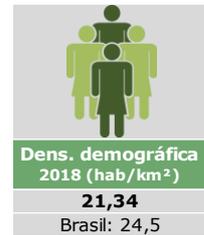
Posição
10



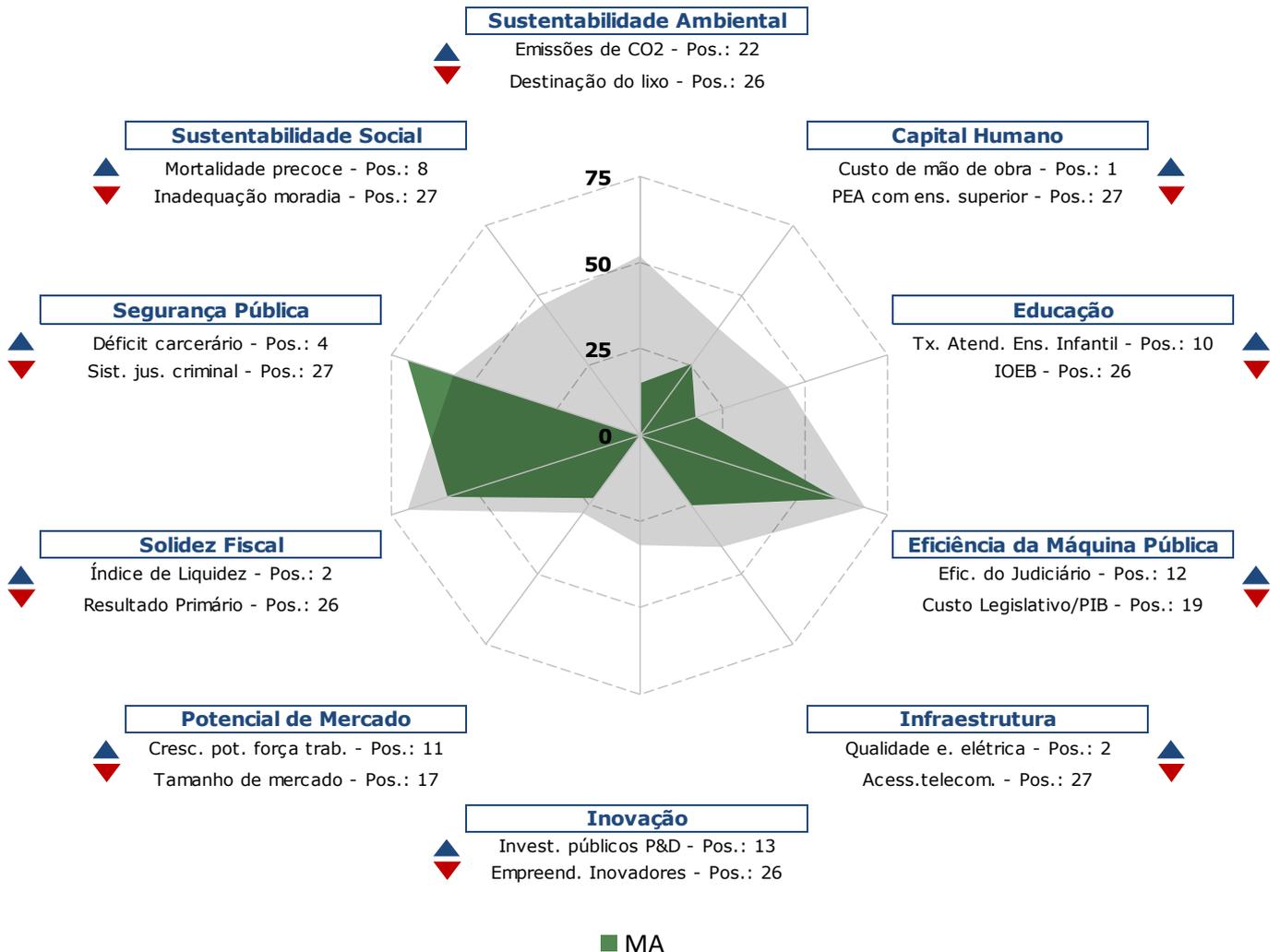


Maranhão

Posição no Ranking Geral: 26



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1.Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

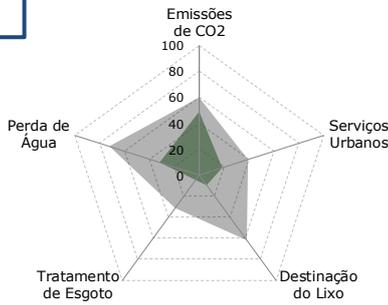


Maranhão

Posição no Ranking Geral: 26

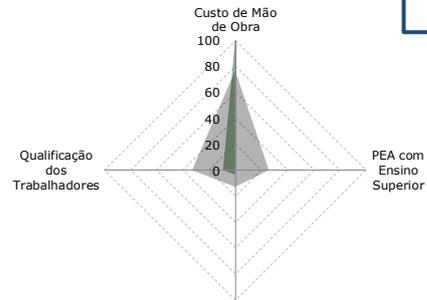
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
26



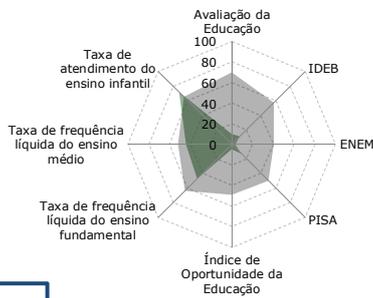
Capital Humano

Posição
22



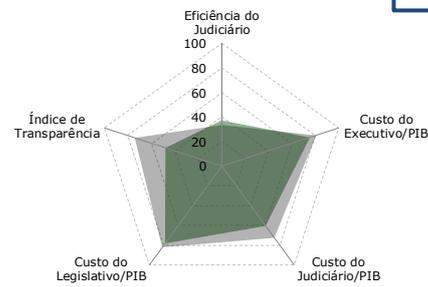
Educação

Posição
24



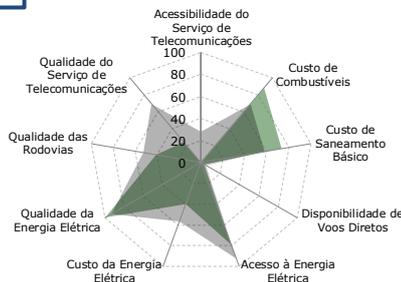
Eficiência da Máquina Pública

Posição
18



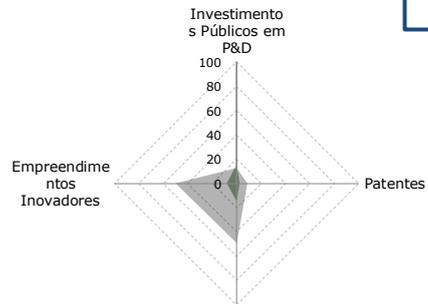
Infraestrutura

Posição
20



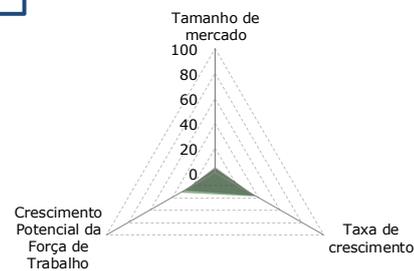
Inovação

Posição
27



Potencial de Mercado

Posição
17



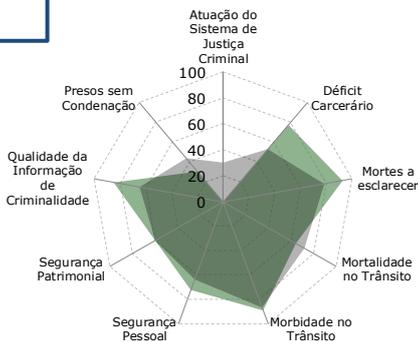
Solidez Fiscal

Posição
18



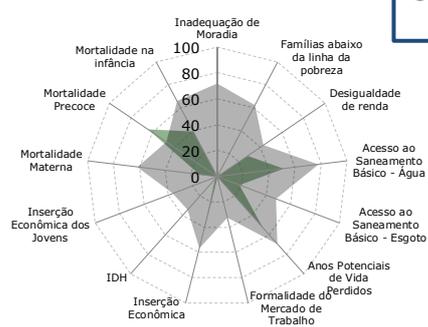
Segurança Pública

Posição
8



Sustentabilidade Social

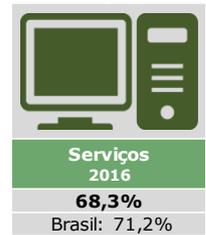
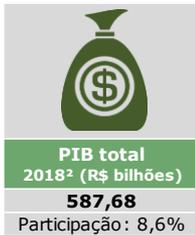
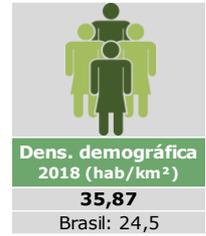
Posição
27





Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 8



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

Destinação do lixo - Pos.: 4
Emissões de CO2 - Pos.: 17

Sustentabilidade Social

Anos pot. vida perd. - Pos.: 3
Desigualdade renda - Pos.: 11

Capital Humano

Prod. do trabalho - Pos.: 12
PEA com ens. superior - Pos.: 17

Segurança Pública

Segurança pessoal - Pos.: 3
Mortes a esclarecer - Pos.: 25

Educação

Avaliação da educação - Pos.: 1
IDEB - Pos.: 7

Solidez Fiscal

Autonomia fiscal - Pos.: 5
Poupança Corrente - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

Custo Executivo/PIB - Pos.: 5
Índice Transparência - Pos.: 20

Potencial de Mercado

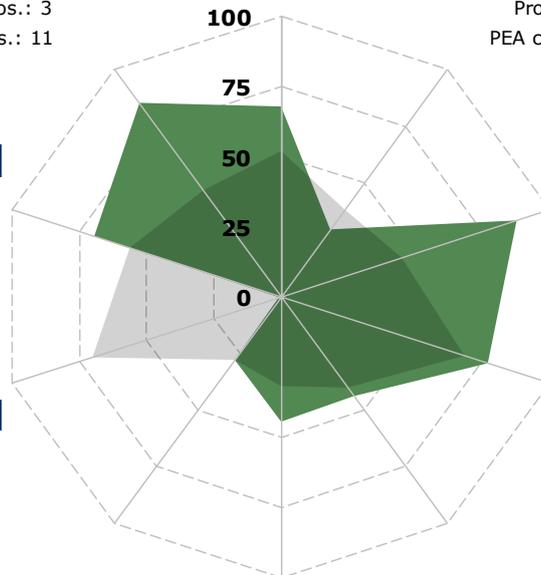
Tamanho de mercado - Pos.: 3
Cresc. pot. força trab. - Pos.: 25

Infraestrutura

Voos diretos - Pos.: 4
Custo energia elétrica - Pos.: 25

Inovação

Patentes - Pos.: 5
Empreend. Inovadores - Pos.: 17



■ MG

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

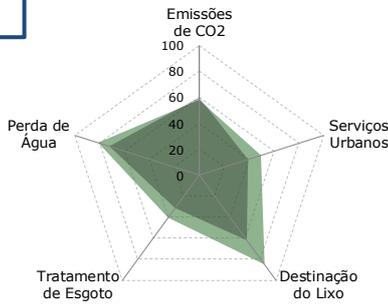


Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 8

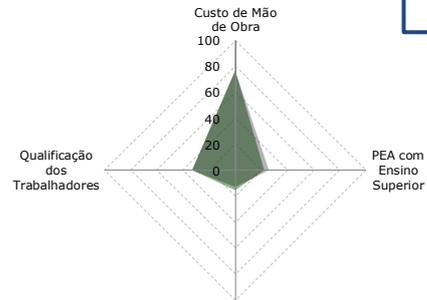
Sustentabilidade Ambiental

Posição: 7



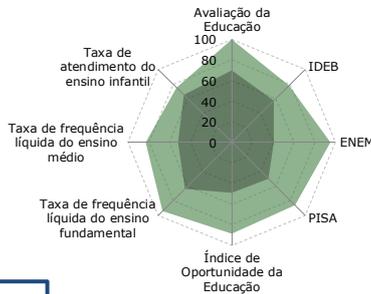
Capital Humano

Posição: 19



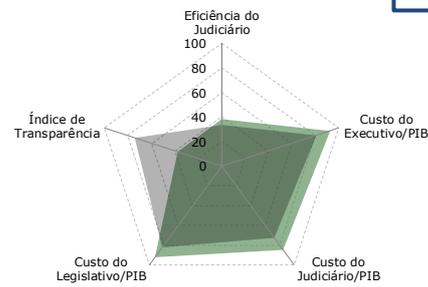
Educação

Posição: 2



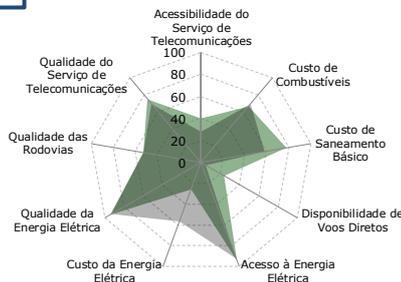
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 10



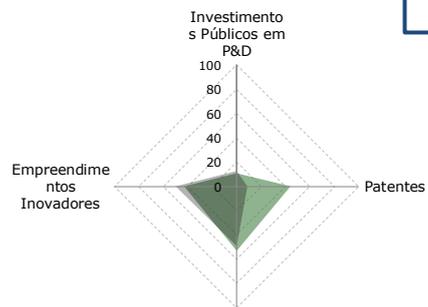
Infraestrutura

Posição: 12



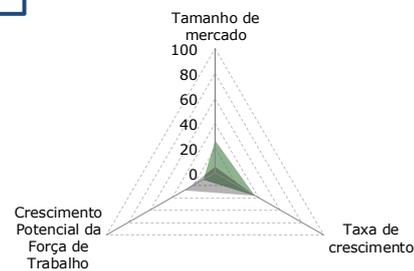
Inovação

Posição: 11



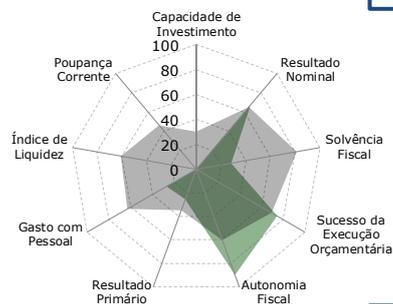
Potencial de Mercado

Posição: 14



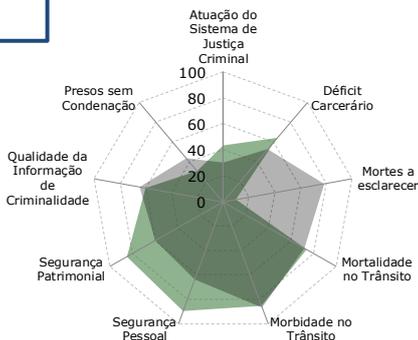
Solidez Fiscal

Posição: 26



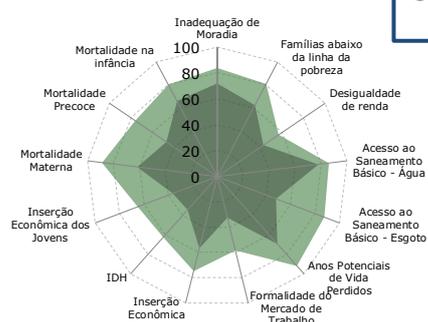
Segurança Pública

Posição: 9



Sustentabilidade Social

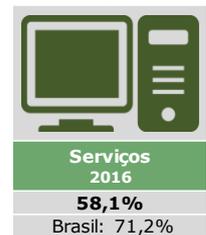
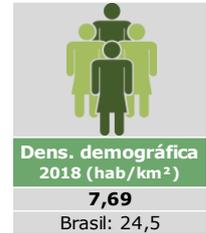
Posição: 5





Mato Grosso do Sul

Posição no Ranking Geral: 5



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

Perda de água - Pos.: 3
Emissões de CO2 - Pos.: 21

Sustentabilidade Social

Inserção econômica - Pos.: 3
San. básico - Esgoto - Pos.: 14

Capital Humano

PEA com ens. superior - Pos.: 8
Custo de mão de obra - Pos.: 20

Segurança Pública

Sist. jus. criminal - Pos.: 1
Quali. Informaç. de Criminal. - Pos.: 23

Educação

Tx. Atend. Ens. Infantil - Pos.: 8
IOEB - Pos.: 13

Solidez Fiscal

Capacidade invest. - Pos.: 4
Sucesso ex. orçamento - Pos.: 24

Eficiência da Máquina Pública

Índice Transparência - Pos.: 1
Efic. do Judiciário - Pos.: 18

Potencial de Mercado

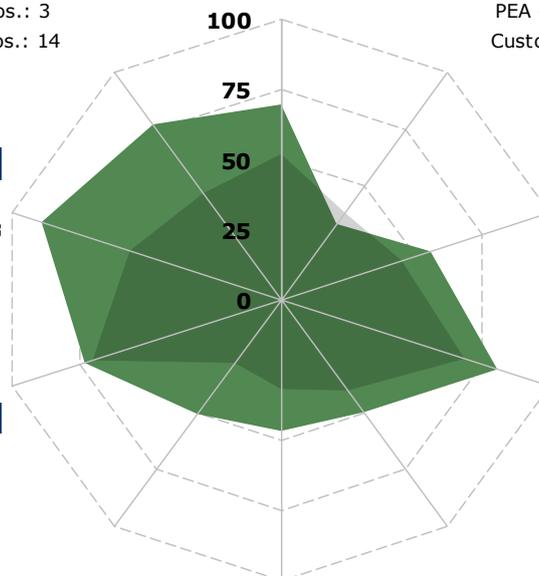
Taxa de crescimento - Pos.: 2
Tamanho de mercado - Pos.: 15

Infraestrutura

Acesso energia elétrica - Pos.: 4
Custo san. básico - Pos.: 24

Inovação

Empreend. Inovadores - Pos.: 3
Bolsa Científicas - Pos.: 17



■ MS ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

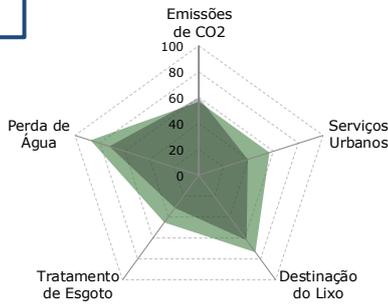


Mato Grosso do Sul

Posição no Ranking Geral: 5

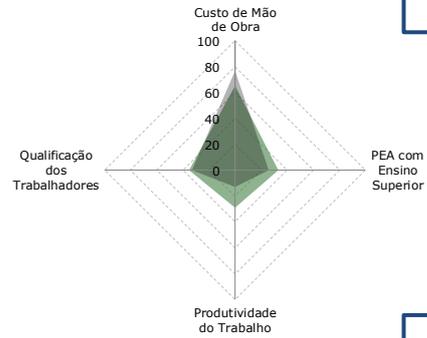
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
5



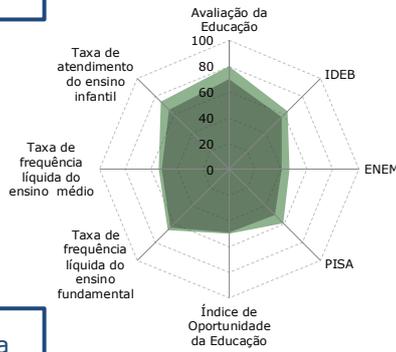
Capital Humano

Posição
17



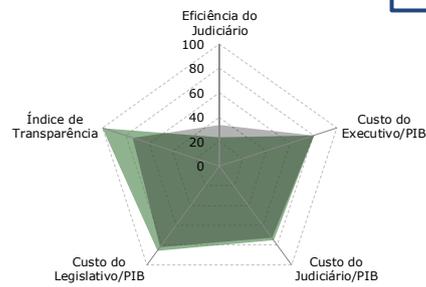
Educação

Posição
9



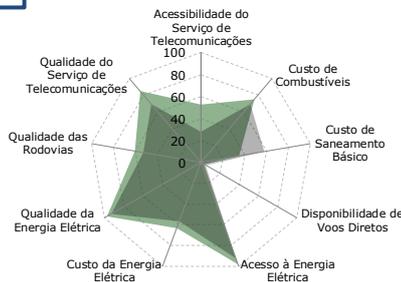
Eficiência da Máquina Pública

Posição
8



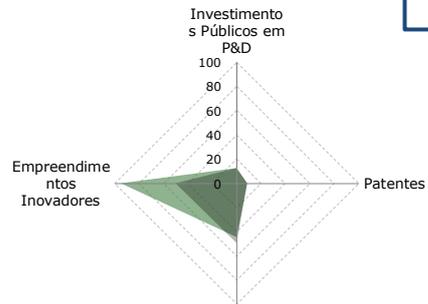
Infraestrutura

Posição
5



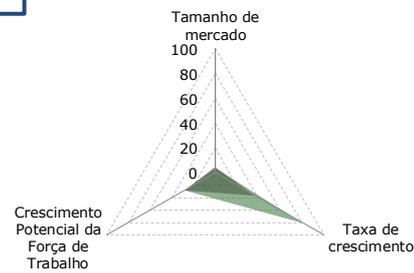
Inovação

Posição
8



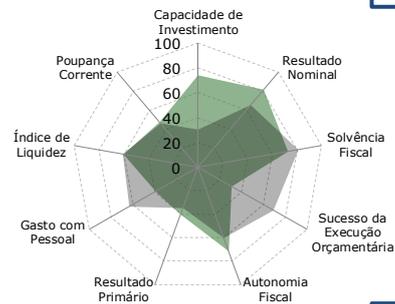
Potencial de Mercado

Posição
4



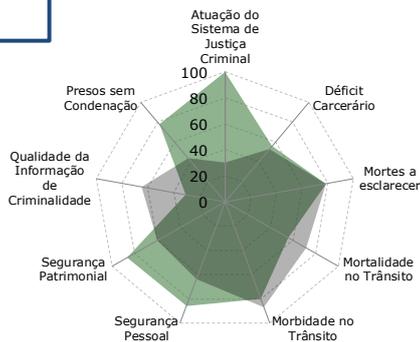
Solidez Fiscal

Posição
12



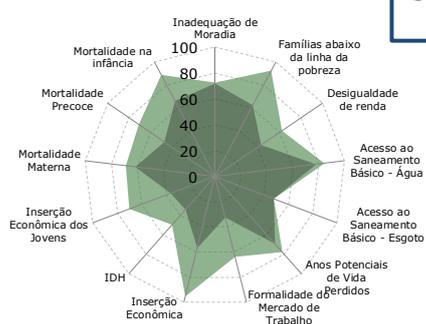
Segurança Pública

Posição
2



Sustentabilidade Social

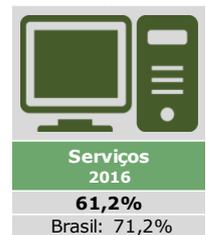
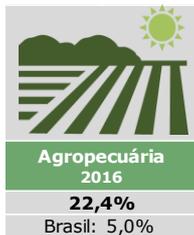
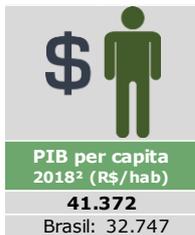
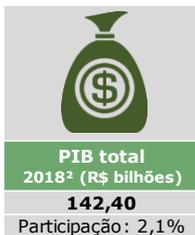
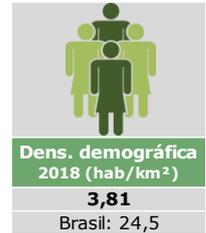
Posição
7





Mato Grosso

Posição no Ranking Geral: 9



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

▲ Tratamento de esgoto - Pos.: 14
▼ Emissões de CO2 - Pos.: 26

Sustentabilidade Social

▲ Inserção econômica - Pos.: 2
▼ Anos pot. vida perd. - Pos.: 20

Capital Humano

▲ Prod. do trabalho - Pos.: 4
▼ Custo de mão de obra - Pos.: 21

Segurança Pública

▲ Déficit carcerário - Pos.: 4
▼ Mortalidade no Trânsito - Pos.: 25

Educação

▲ Tx. Freq. Ens. Médio - Pos.: 2
▼ Tx. Freq. Ens. Fundament. - Pos.: 19

Solidez Fiscal

▲ Autonomia fiscal - Pos.: 9
▼ Gasto com Pessoal - Pos.: 23

Eficiência da Máquina Pública

▲ Efic. do Judiciário - Pos.: 9
▼ Custo Legislativo/PIB - Pos.: 17

Potencial de Mercado

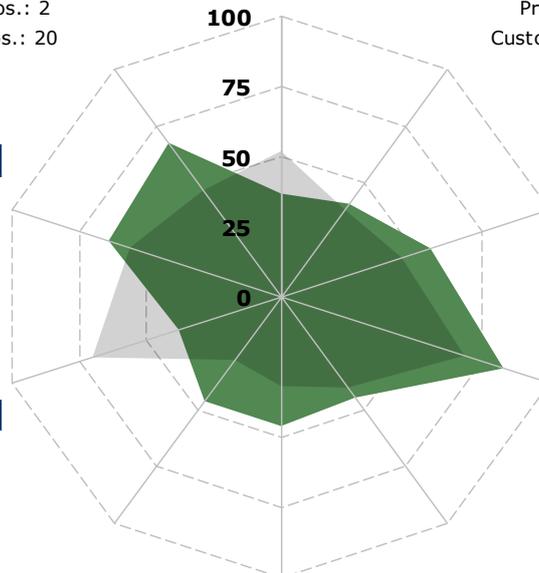
▲ Taxa de crescimento - Pos.: 5
▼ Tamanho de mercado - Pos.: 13

Infraestrutura

▲ Qualidade e. elétrica - Pos.: 3
▼ Custo energia elétrica - Pos.: 20

Inovação

▲ Bolsa Científicas - Pos.: 2
▼ Patentes - Pos.: 21



■ MT ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências .

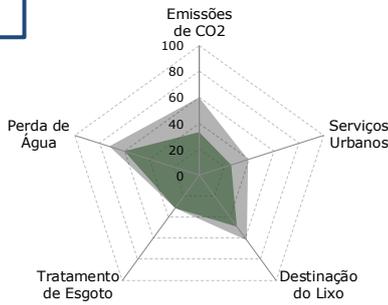


Mato Grosso

Posição no Ranking Geral: 9

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
22



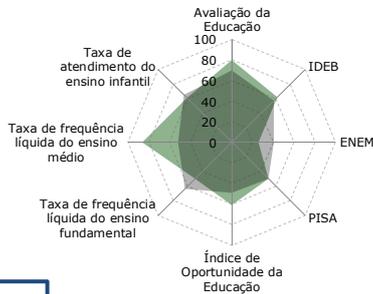
Capital Humano

Posição
12



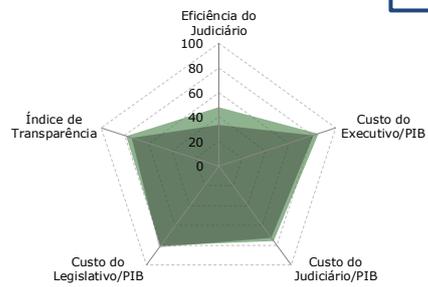
Educação

Posição
10



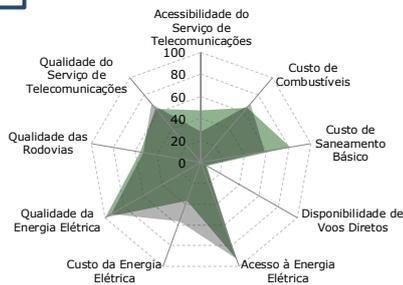
Eficiência da Máquina Pública

Posição
6



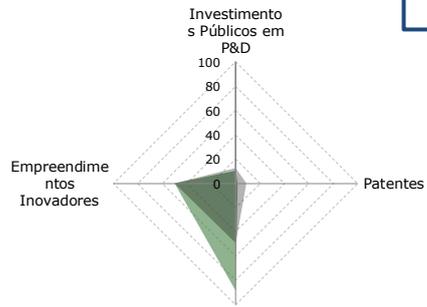
Infraestrutura

Posição
11



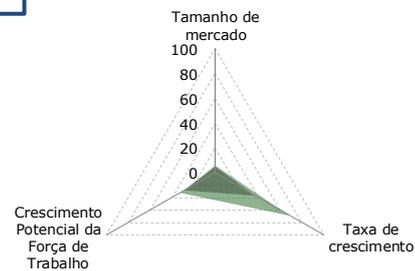
Inovação

Posição
9



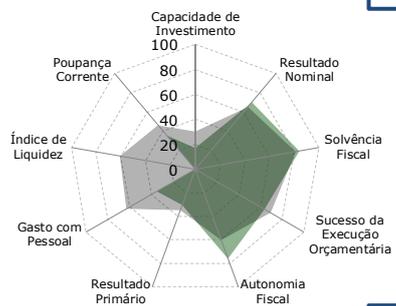
Potencial de Mercado

Posição
7



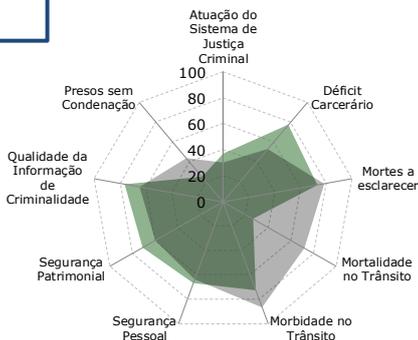
Solidez Fiscal

Posição
24



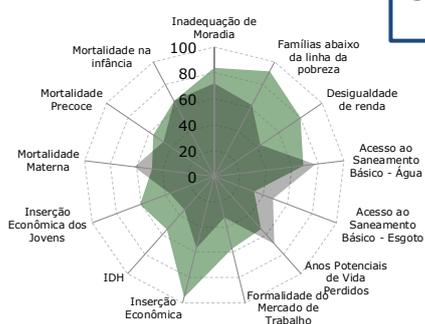
Segurança Pública

Posição
11



Sustentabilidade Social

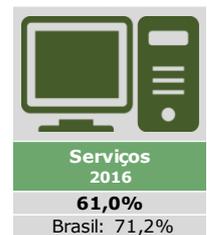
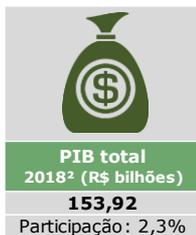
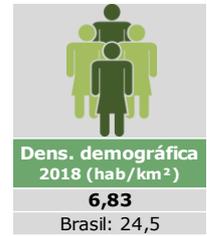
Posição
11





Pará

Posição no Ranking Geral: 25



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Perda de água - Pos.: 14
- ▼ Tratamento de esgoto - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

- ▲ Inserção econômica - Pos.: 10
- ▼ Mortalidade materna - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Custo de mão de obra - Pos.: 5
- ▼ PEA com ens. superior - Pos.: 25

Segurança Pública

- ▲ Quali. Informaç. de Criminal. - Pos.: 2
- ▼ Sist. jus. criminal - Pos.: 24

Educação

- ▲ Avaliação da educação - Pos.: 15
- ▼ IOEB - Pos.: 27

Solidez Fiscal

- ▲ Capacidade invest. - Pos.: 2
- ▼ Resultado Primário - Pos.: 25

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Custo Judiciário/PIB - Pos.: 6
- ▼ Efic. do Judiciário - Pos.: 23

Potencial de Mercado

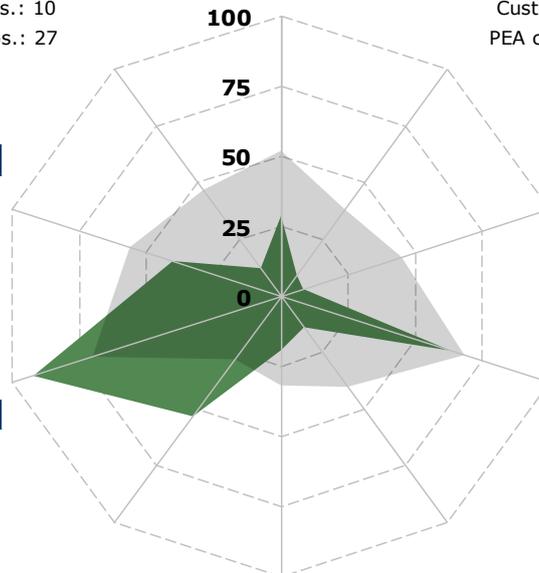
- ▲ Taxa de crescimento - Pos.: 4
- ▼ Tamanho de mercado - Pos.: 11

Infraestrutura

- ▲ Custo san. básico - Pos.: 2
- ▼ Acess.telecom. - Pos.: 26

Inovação

- ▲ Bolsa Científicas - Pos.: 10
- ▼ Empreend. Inovadores - Pos.: 24



■ PA ■ Mediana

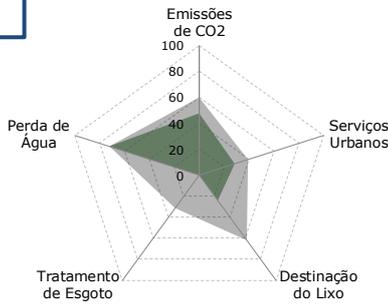


Pará

Posição no Ranking Geral: 25

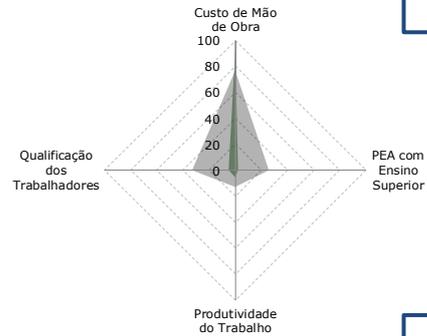
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
25



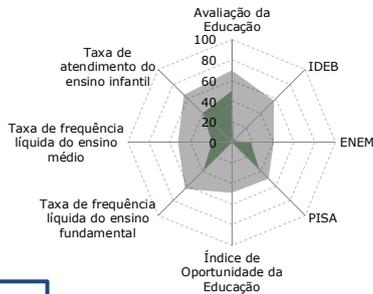
Capital Humano

Posição
25



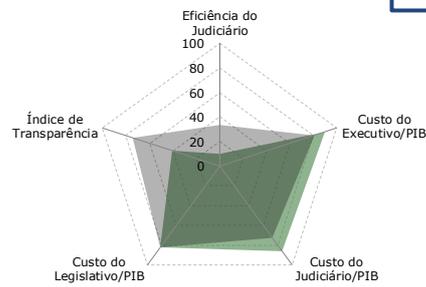
Educação

Posição
26



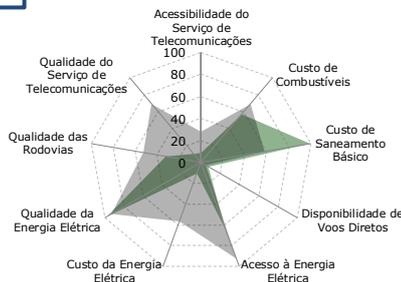
Eficiência da Máquina Pública

Posição
16



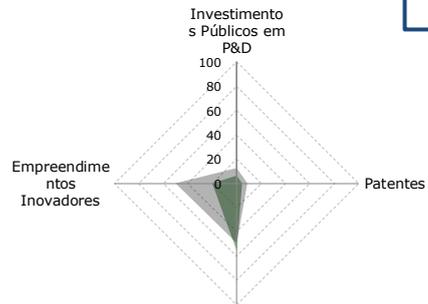
Infraestrutura

Posição
25



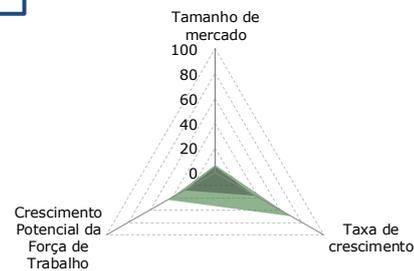
Inovação

Posição
21



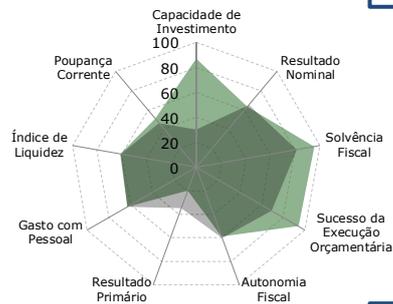
Potencial de Mercado

Posição
3



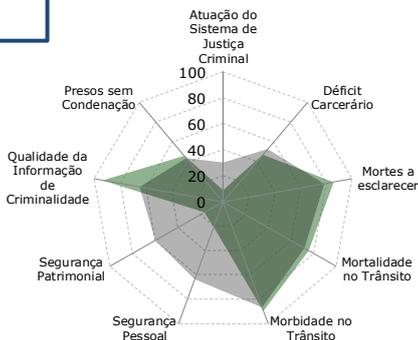
Solidez Fiscal

Posição
4



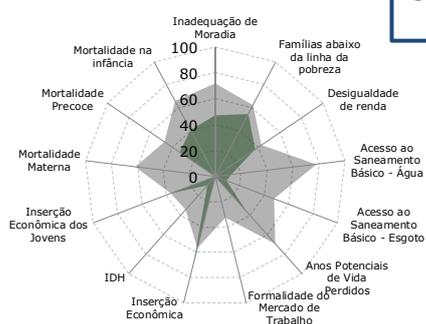
Segurança Pública

Posição
21



Sustentabilidade Social

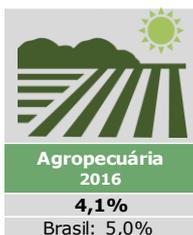
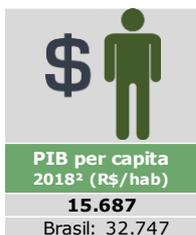
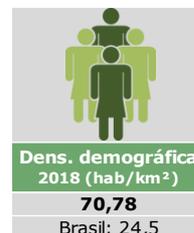
Posição
26



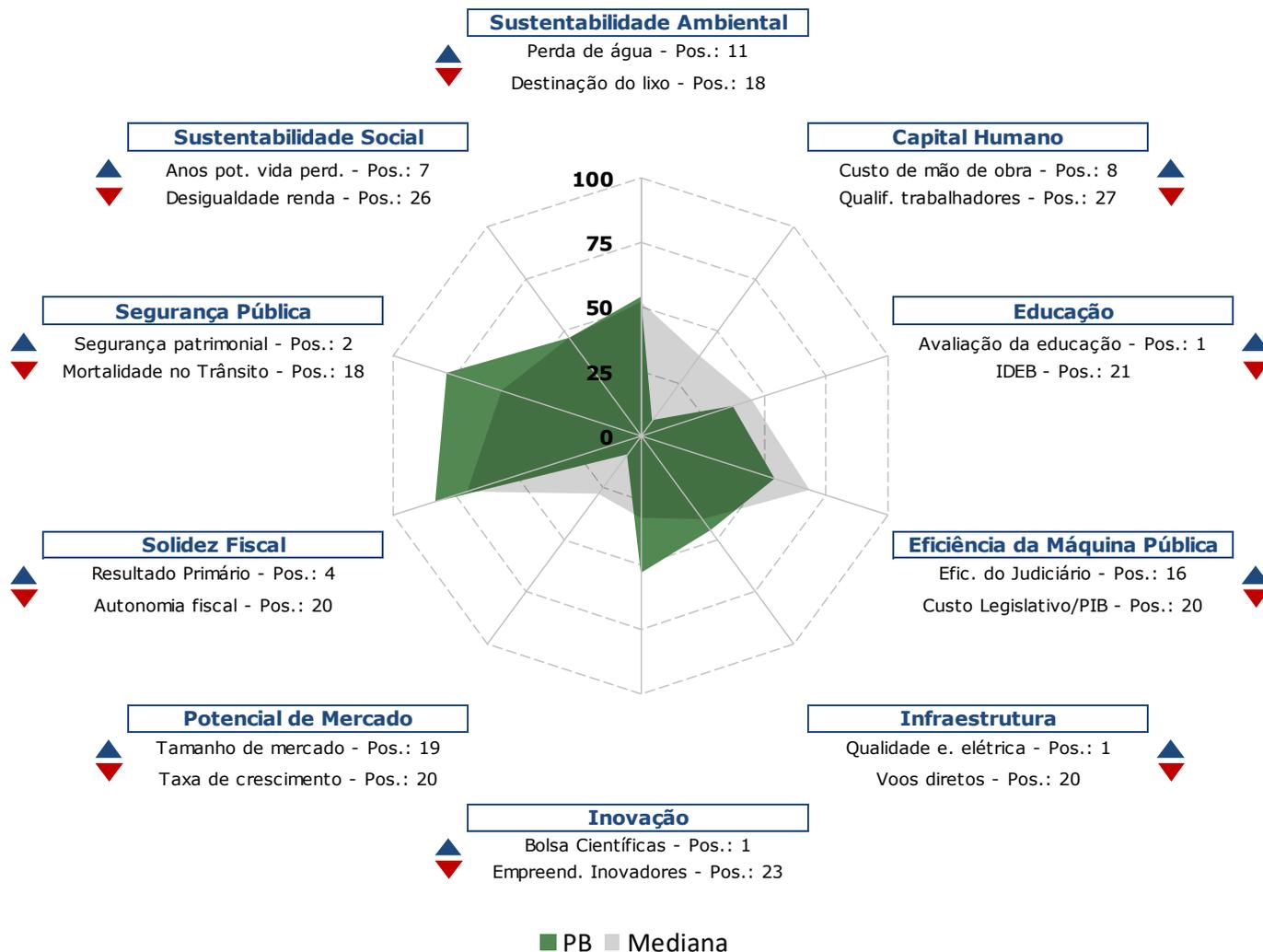


Paraíba

Posição no Ranking Geral: 11



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

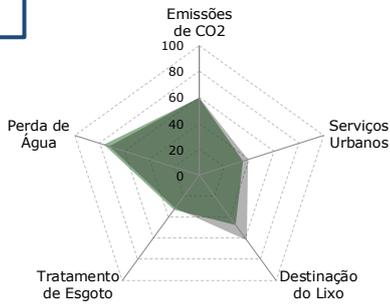


1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

Paraíba Posição no Ranking Geral: 11

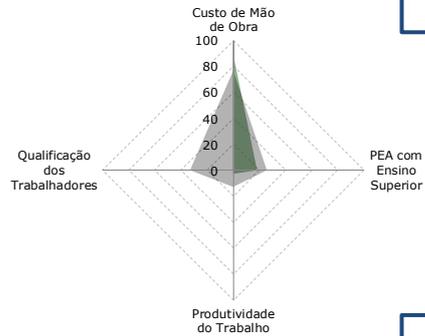
Sustentabilidade Ambiental

Posição: **13**



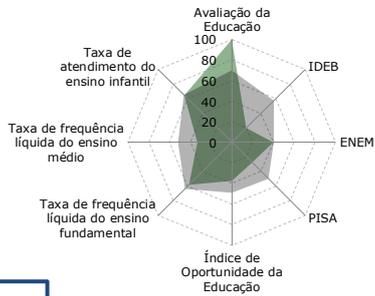
Capital Humano

Posição: **26**



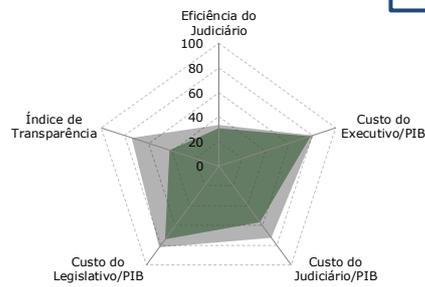
Educação

Posição: **17**



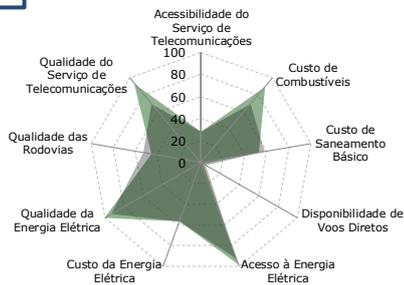
Eficiência da Máquina Pública

Posição: **21**



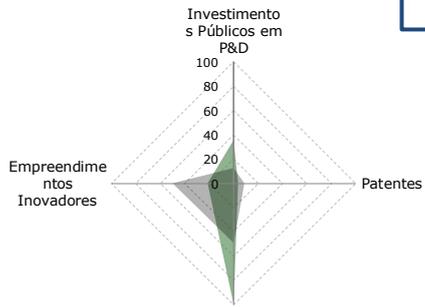
Infraestrutura

Posição: **10**



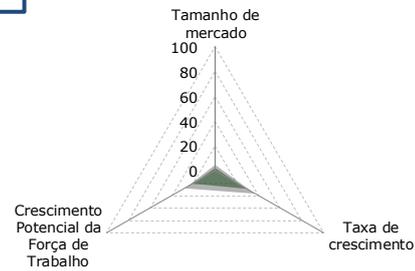
Inovação

Posição: **7**



Potencial de Mercado

Posição: **24**



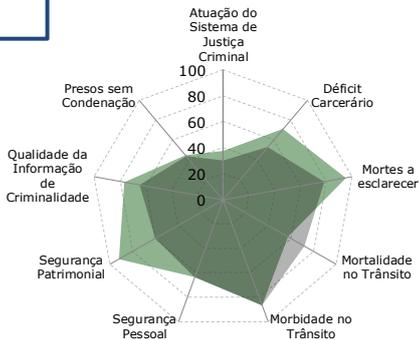
Solidez Fiscal

Posição: **7**



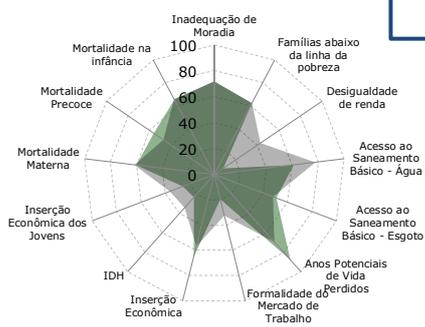
Segurança Pública

Posição: **4**



Sustentabilidade Social

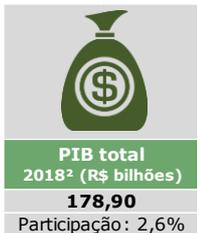
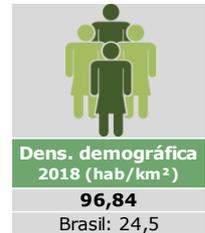
Posição: **14**





Pernambuco

Posição no Ranking Geral: 17



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

Destinação do lixo - Pos.: 6
Perda de água - Pos.: 21

Sustentabilidade Social

San. básico - Esgoto - Pos.: 10
Inserção econ. jovens - Pos.: 25

Capital Humano

Custo de mão de obra - Pos.: 11
PEA com ens. superior - Pos.: 18

Segurança Pública

Morbidade no Trânsito - Pos.: 4
Déficit carcerário - Pos.: 26

Educação

Avaliação da educação - Pos.: 1
Tx. Freq. Ens. Médio - Pos.: 19

Solidez Fiscal

Sucesso ex. orçamento - Pos.: 1
Capacidade invest. - Pos.: 22

Eficiência da Máquina Pública

Índice Transparência - Pos.: 4
Efic. do Judiciário - Pos.: 22

Potencial de Mercado

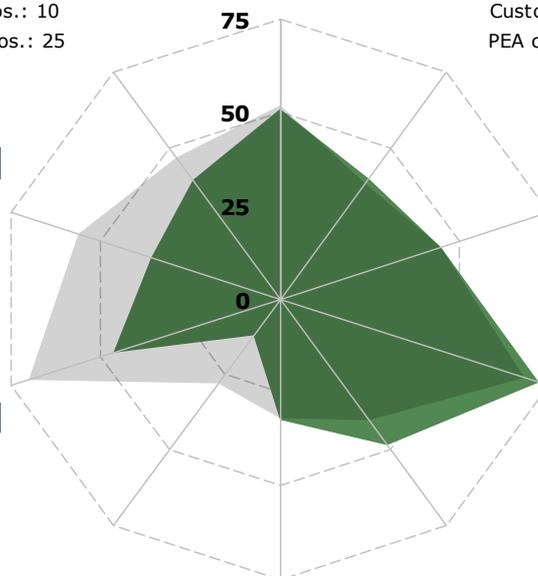
Tamanho de mercado - Pos.: 10
Taxa de crescimento - Pos.: 22

Infraestrutura

Qualidade telecom. - Pos.: 4
Acesso energia elétrica - Pos.: 19

Inovação

Invest. públicos P&D - Pos.: 10
Emprend. Inovadores - Pos.: 16



■ PE ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

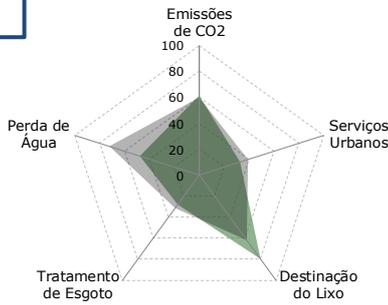


Pernambuco

Posição no Ranking Geral: 17

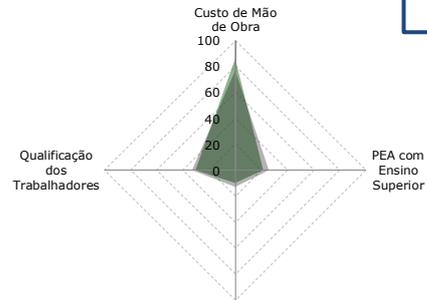
Sustentabilidade Ambiental

Posição: 15



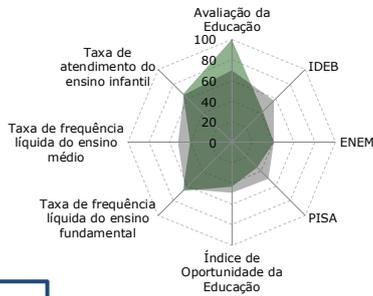
Capital Humano

Posição: 13



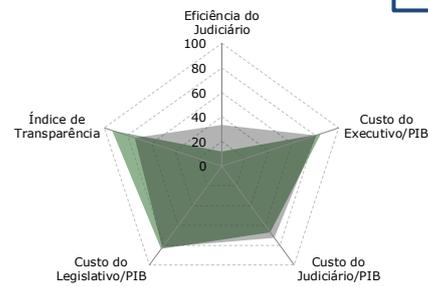
Educação

Posição: 14



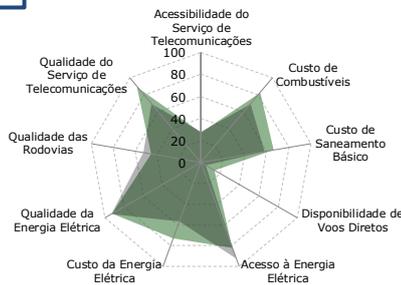
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 13



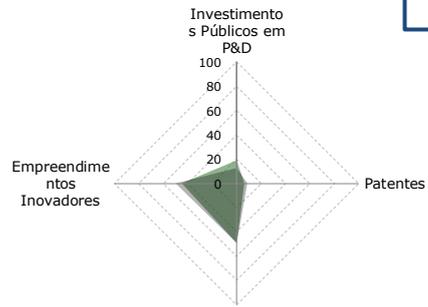
Infraestrutura

Posição: 6



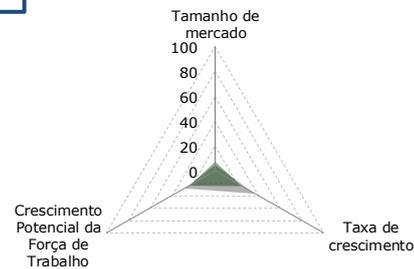
Inovação

Posição: 13



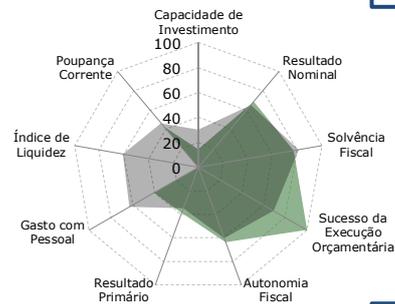
Potencial de Mercado

Posição: 22



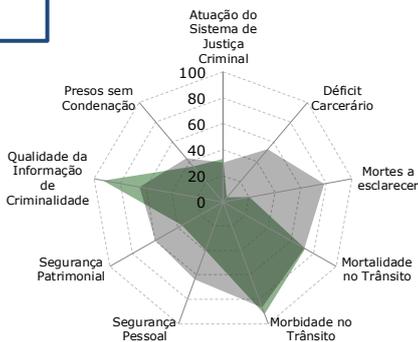
Solidez Fiscal

Posição: 23



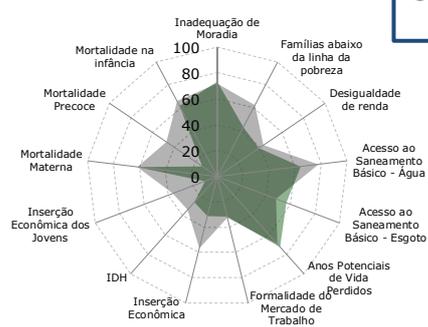
Segurança Pública

Posição: 24



Sustentabilidade Social

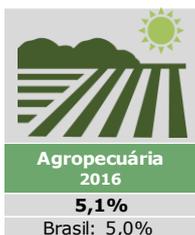
Posição: 15



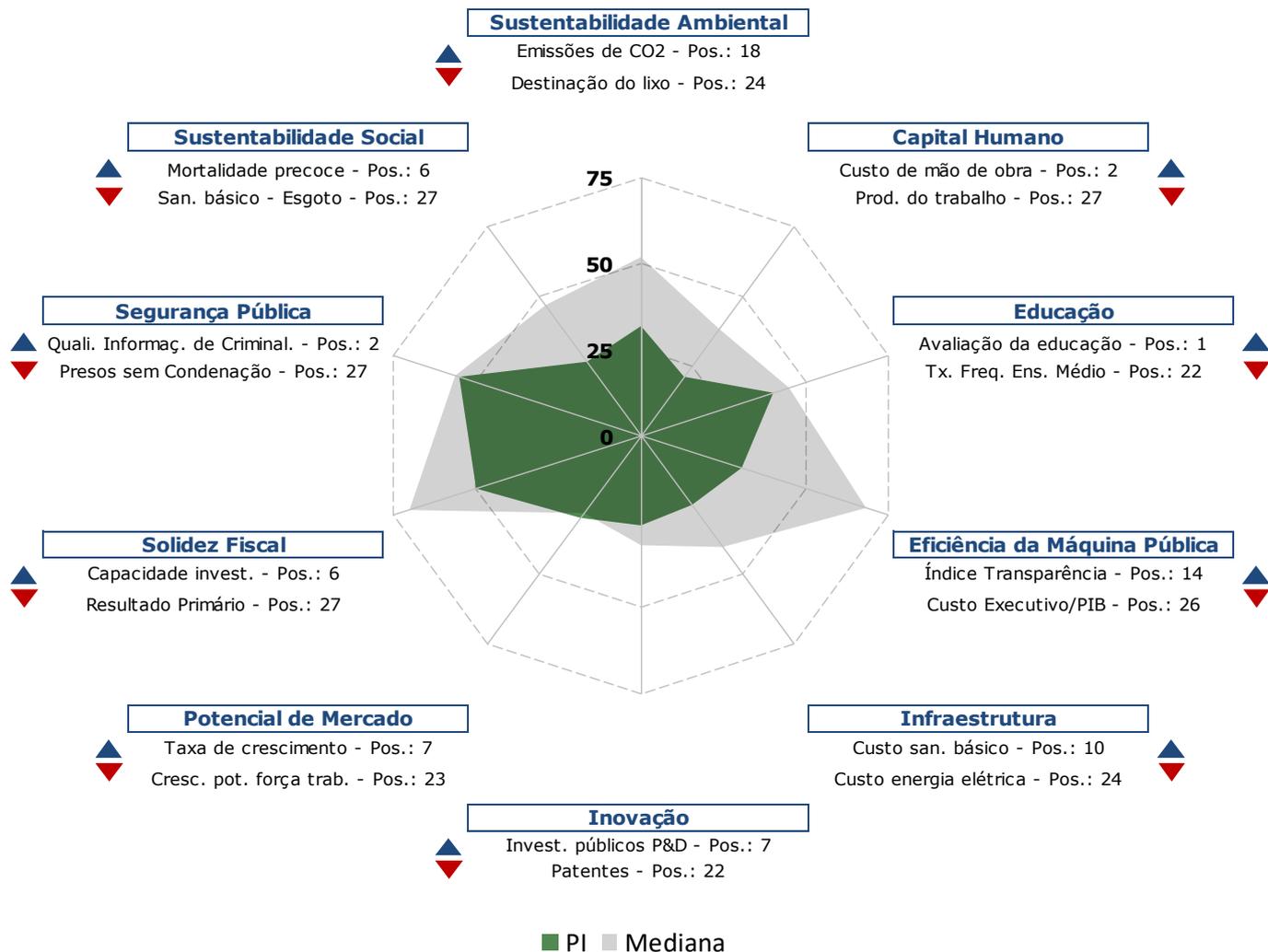


Piauí

Posição no Ranking Geral: 23



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

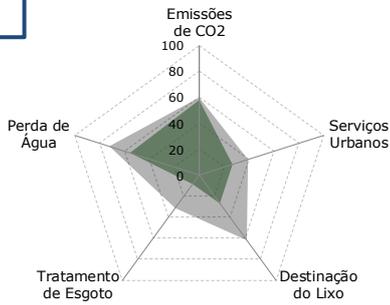


Piauí

Posição no Ranking Geral: 23

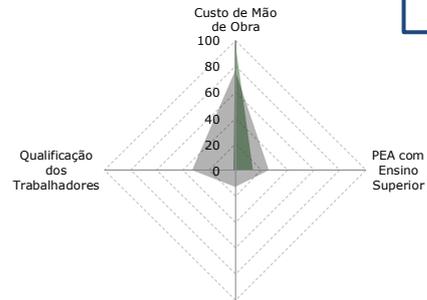
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
24



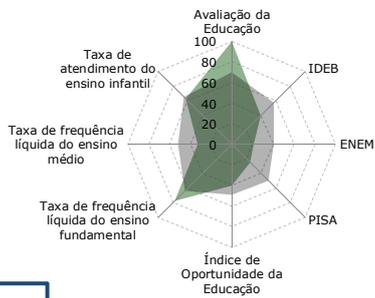
Capital Humano

Posição:
23



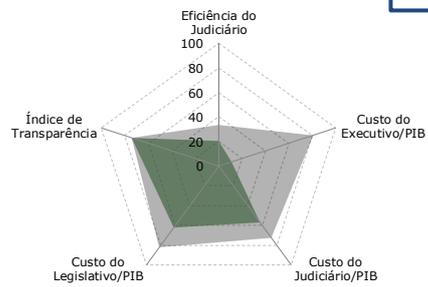
Educação

Posição:
16



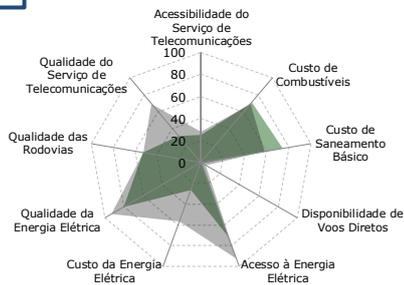
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
24



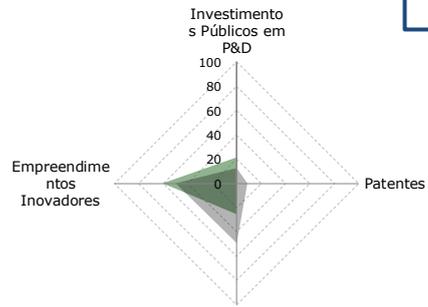
Infraestrutura

Posição:
21



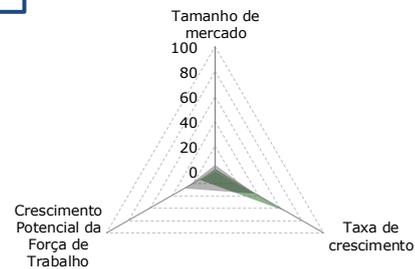
Inovação

Posição:
17



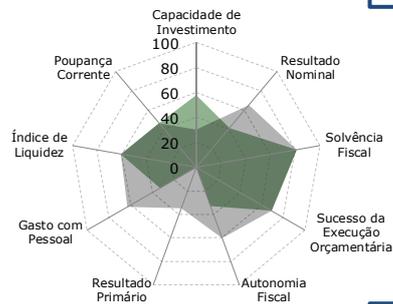
Potencial de Mercado

Posição:
13



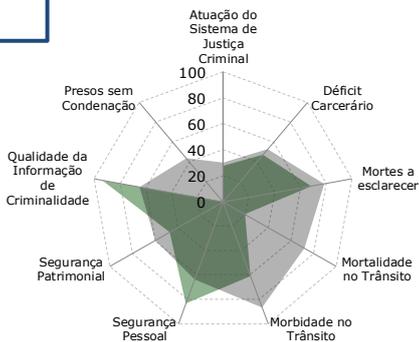
Solidez Fiscal

Posição:
19



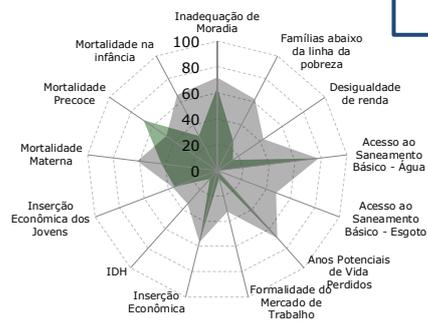
Segurança Pública

Posição:
15



Sustentabilidade Social

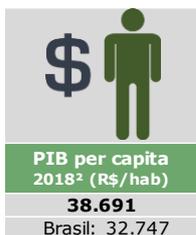
Posição:
22





Paraná

Posição no Ranking Geral: 4



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Tratamento de esgoto - Pos.: 2
- ▼ Destinação do lixo - Pos.: 15

Sustentabilidade Social

- ▲ Mortalidade materna - Pos.: 1
- ▼ Desigualdade renda - Pos.: 9

Capital Humano

- ▲ PEA com ens. superior - Pos.: 7
- ▼ Custo de mão de obra - Pos.: 22

Segurança Pública

- ▲ Presos sem Condenação - Pos.: 1
- ▼ Déficit carcerário - Pos.: 27

Educação

- ▲ PISA - Pos.: 2
- ▼ Avaliação da educação - Pos.: 14

Solidez Fiscal

- ▲ Autonomia fiscal - Pos.: 6
- ▼ Sucesso ex. orçamento - Pos.: 22

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Custo Executivo/PIB - Pos.: 2
- ▼ Índice Transparência - Pos.: 16

Potencial de Mercado

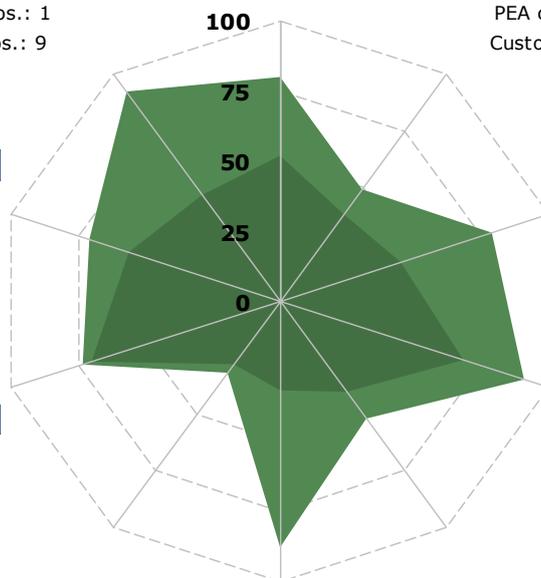
- ▲ Tamanho de mercado - Pos.: 5
- ▼ Cresc. pot. força trab. - Pos.: 24

Infraestrutura

- ▲ Custo combustíveis - Pos.: 2
- ▼ Custo san. básico - Pos.: 17

Inovação

- ▲ Invest. públicos P&D - Pos.: 2
- ▼ Bolsa Científicas - Pos.: 9



■ PR ■ Mediana

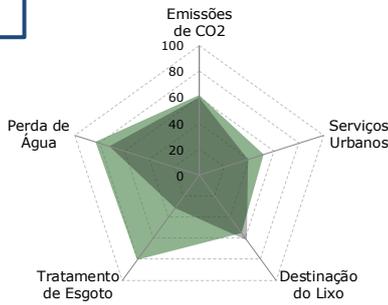


Paraná

Posição no Ranking Geral: 4

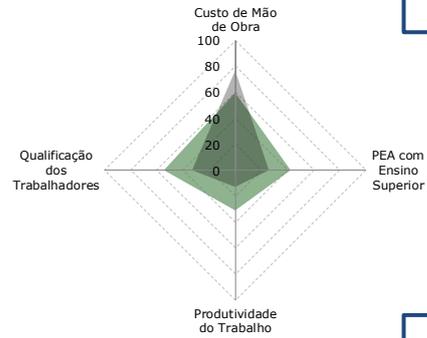
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
3



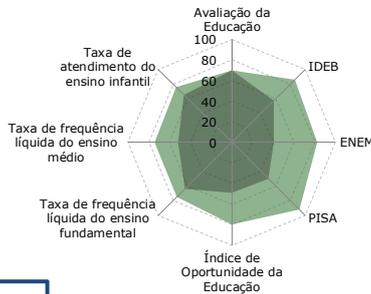
Capital Humano

Posição
8



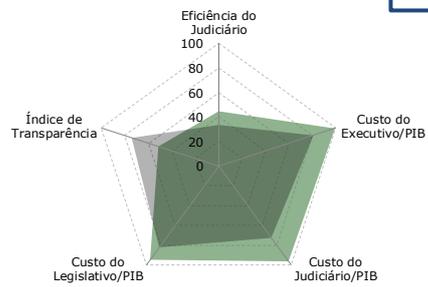
Educação

Posição
4



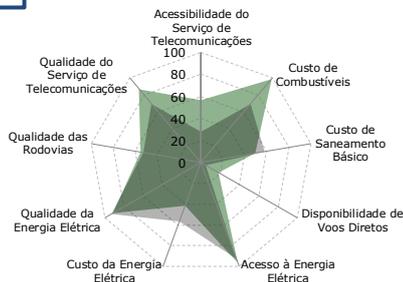
Eficiência da Máquina Pública

Posição
3



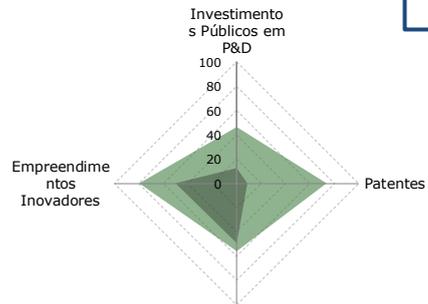
Infraestrutura

Posição
4



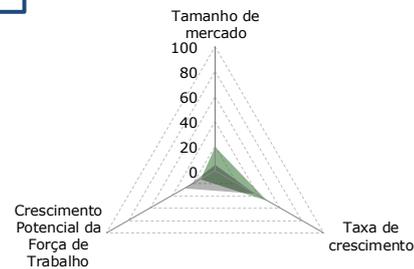
Inovação

Posição
4



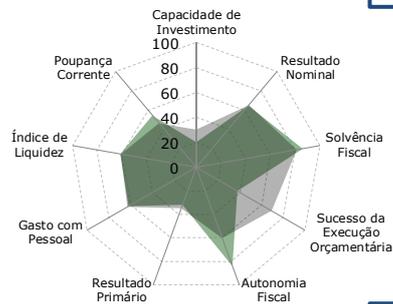
Potencial de Mercado

Posição
11



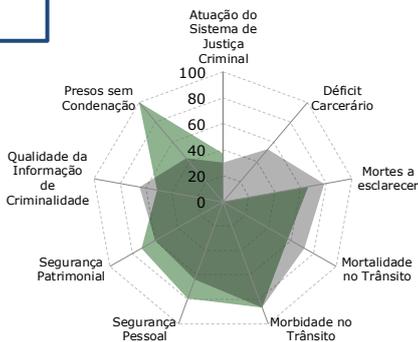
Solidez Fiscal

Posição
11



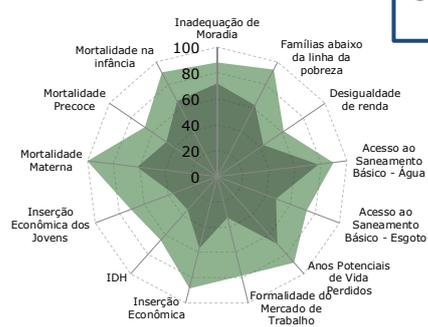
Segurança Pública

Posição
7



Sustentabilidade Social

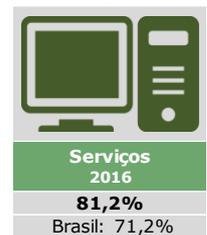
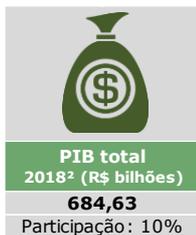
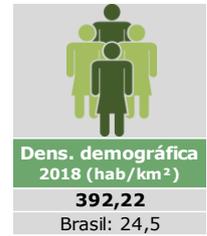
Posição
2





Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 10



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

Perda de água - Pos.: 2
Serviços urbanos - Pos.: 22

Sustentabilidade Social

San. básico - Esgoto - Pos.: 2
Inserção econômica - Pos.: 22

Capital Humano

PEA com ens. superior - Pos.: 2
Custo de mão de obra - Pos.: 25

Segurança Pública

Morbidade no Trânsito - Pos.: 3
Mortes a esclarecer - Pos.: 26

Educação

ENEM - Pos.: 2
Avaliação da educação - Pos.: 23

Solidez Fiscal

Autonomia fiscal - Pos.: 2
Solvência fiscal - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

Custo Judiciário/PIB - Pos.: 4
Efic. do Judiciário - Pos.: 26

Potencial de Mercado

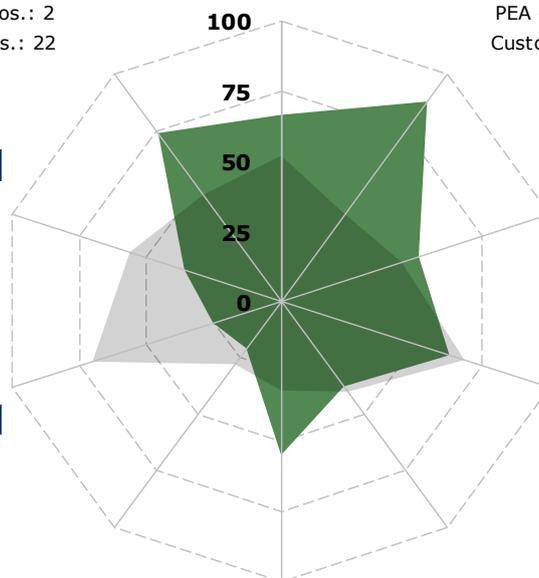
Tamanho de mercado - Pos.: 2
Cresc. pot. força trab. - Pos.: 26

Infraestrutura

Acesso energia elétrica - Pos.: 1
Custo energia elétrica - Pos.: 27

Inovação

Todos os indicadores ocupam a posição 4.



■ RJ ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

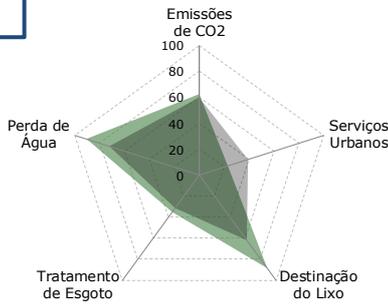


Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 10

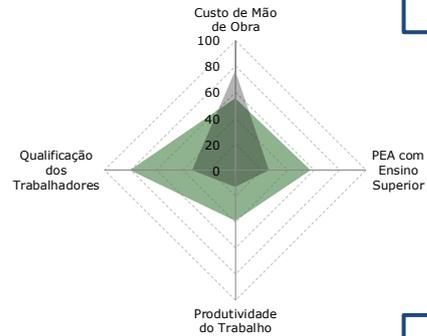
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
8



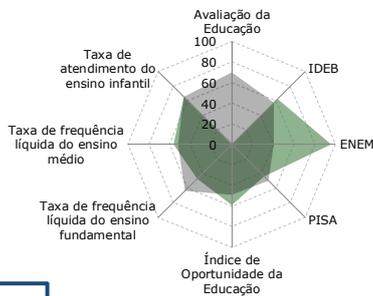
Capital Humano

Posição:
2



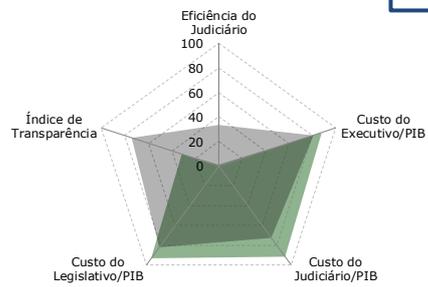
Educação

Posição:
12



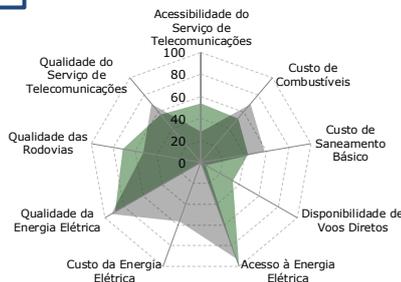
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
17



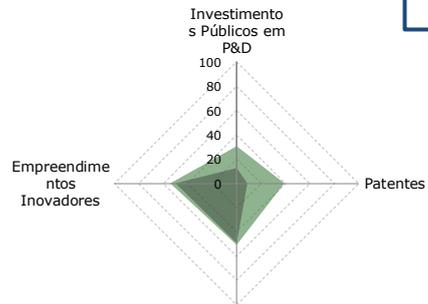
Infraestrutura

Posição:
16



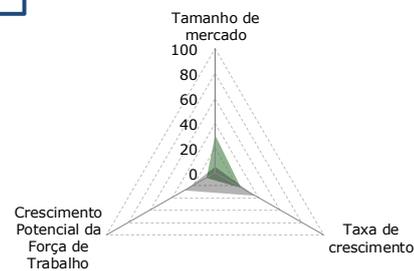
Inovação

Posição:
6



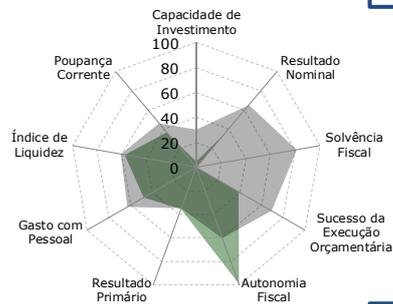
Potencial de Mercado

Posição:
19



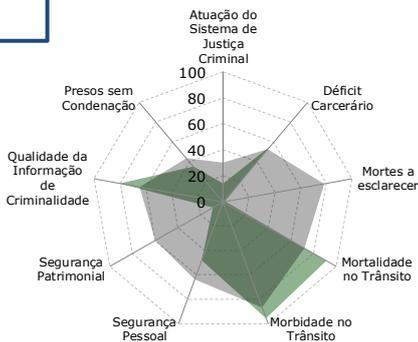
Solidez Fiscal

Posição:
25



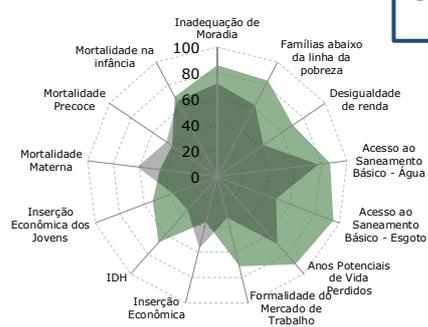
Segurança Pública

Posição:
23



Sustentabilidade Social

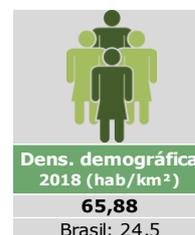
Posição:
8



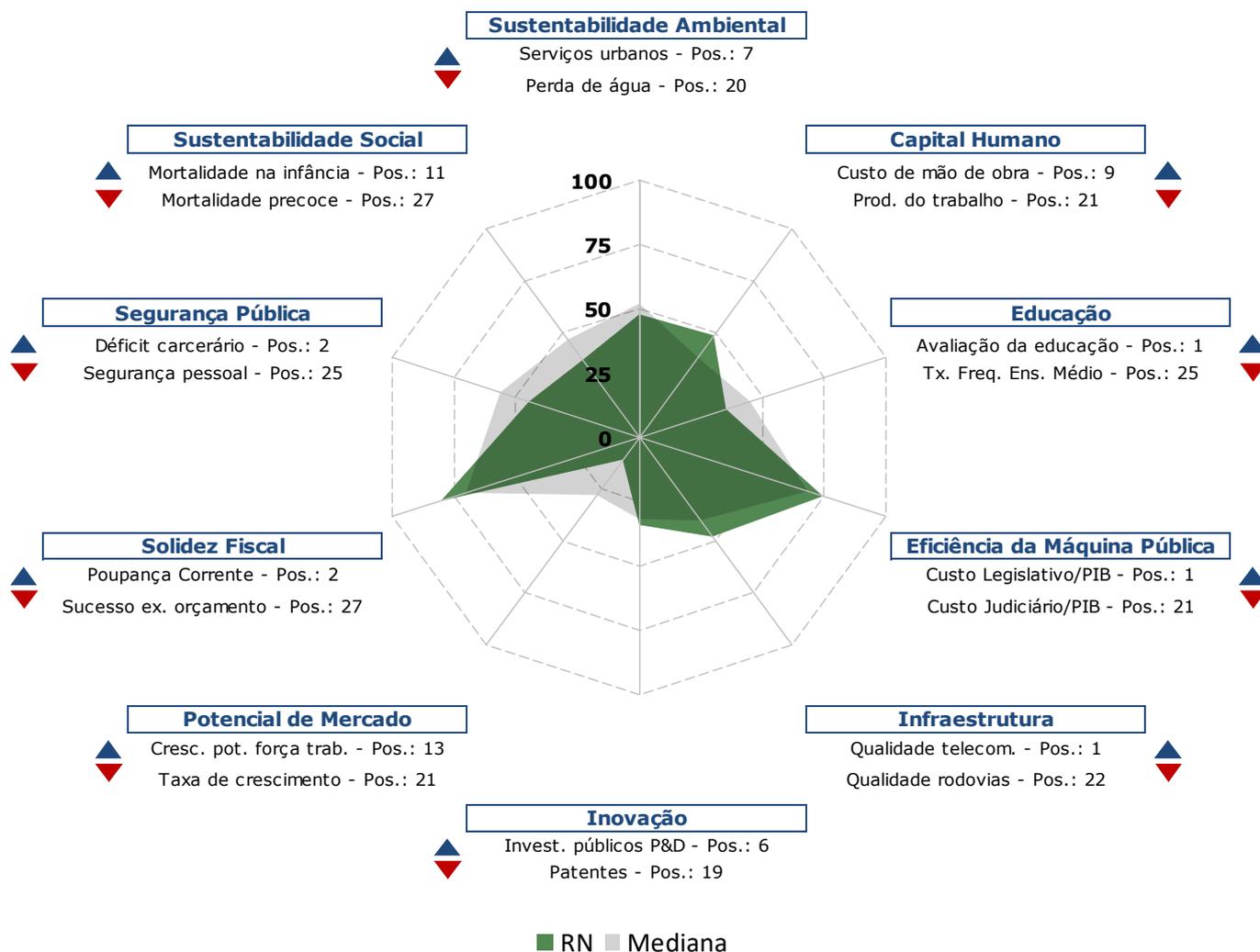


Rio Grande do Norte

Posição no Ranking Geral: 15



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

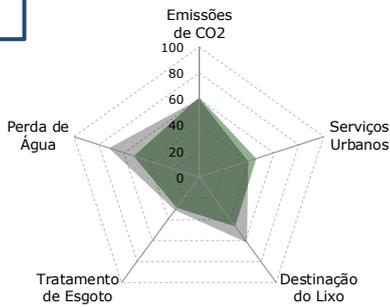


Rio Grande do Norte

Posição no Ranking Geral: 15

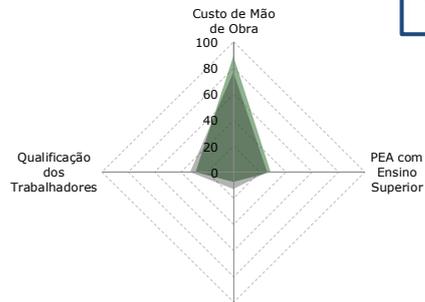
Sustentabilidade Ambiental

Posição: 17



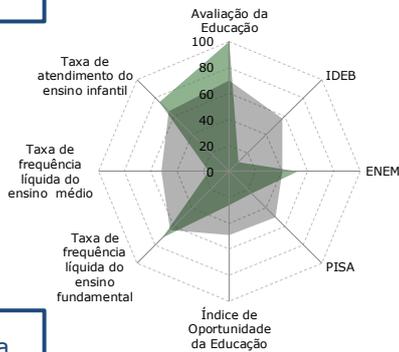
Capital Humano

Posição: 9



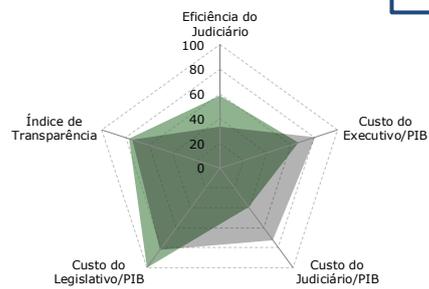
Educação

Posição: 19



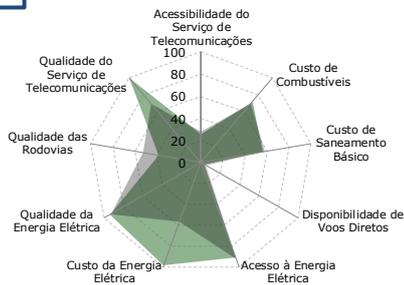
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 11



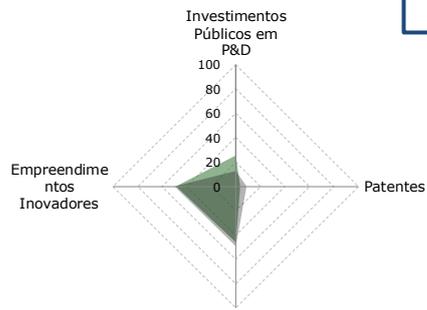
Infraestrutura

Posição: 7



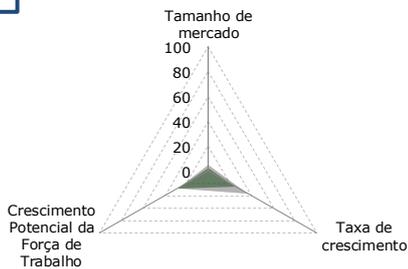
Inovação

Posição: 12



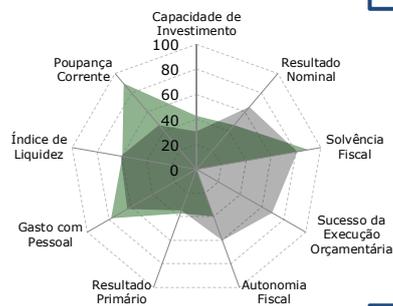
Potencial de Mercado

Posição: 23



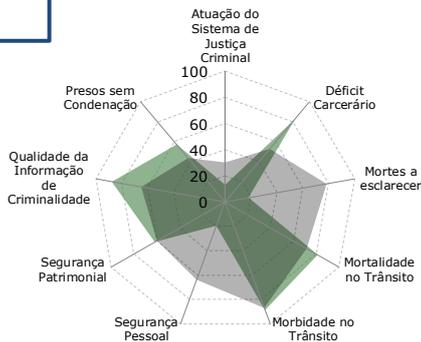
Solidez Fiscal

Posição: 9



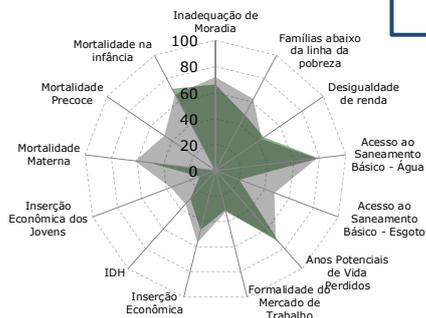
Segurança Pública

Posição: 20



Sustentabilidade Social

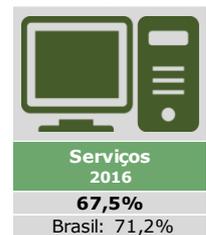
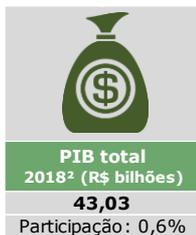
Posição: 18



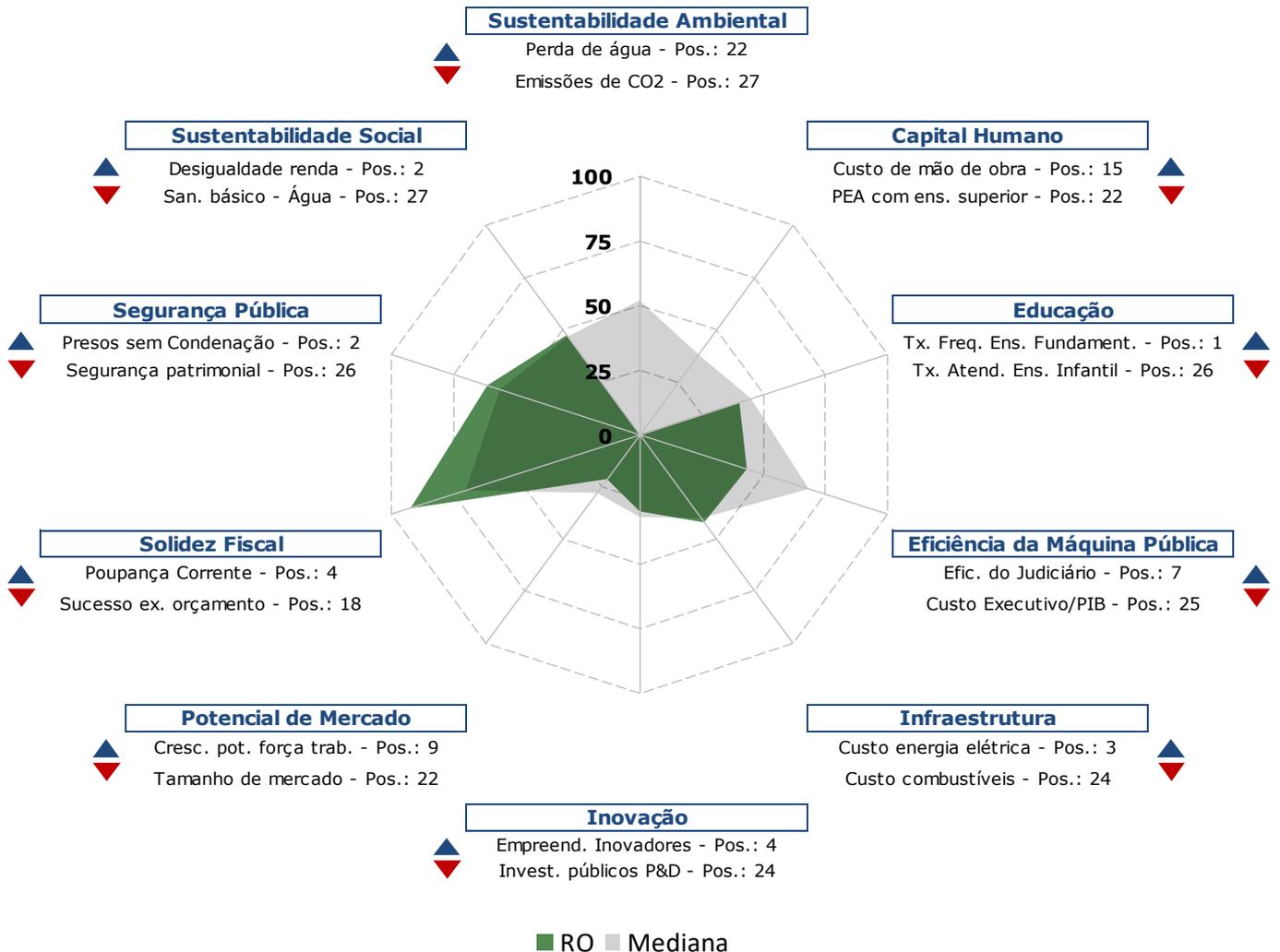


Rondônia

Posição no Ranking Geral: 18



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



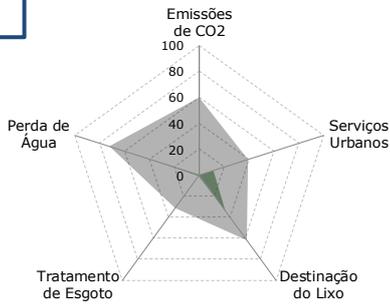


Rondônia

Posição no Ranking Geral: 18

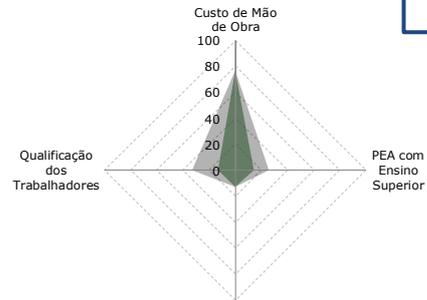
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
27



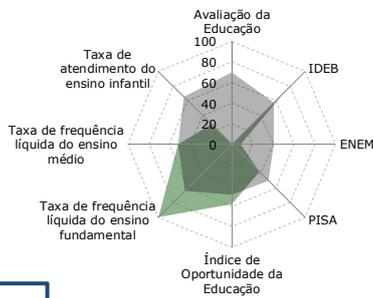
Capital Humano

Posição:
27



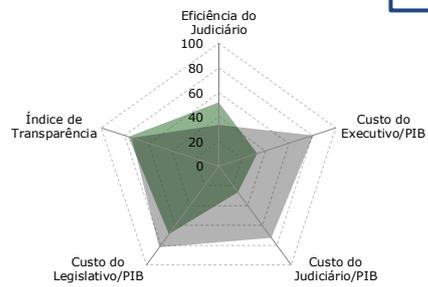
Educação

Posição:
15



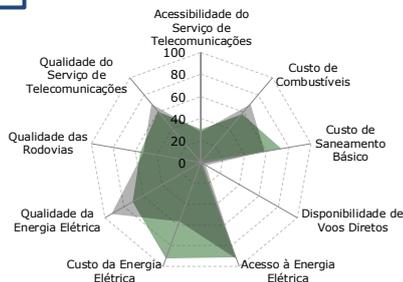
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
22



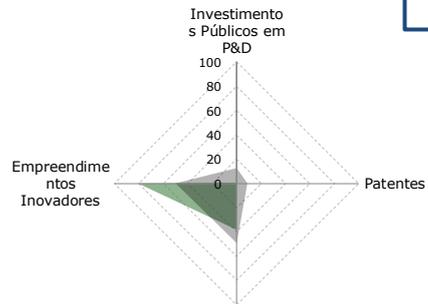
Infraestrutura

Posição:
13



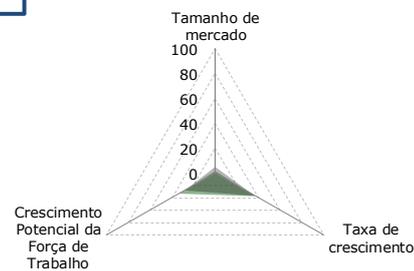
Inovação

Posição:
16



Potencial de Mercado

Posição:
18



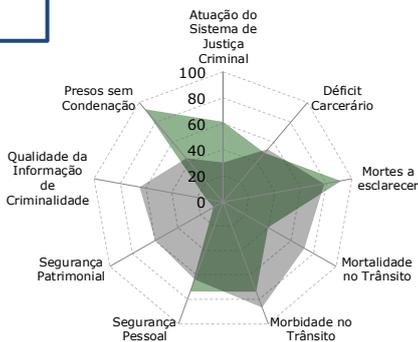
Solidez Fiscal

Posição:
3



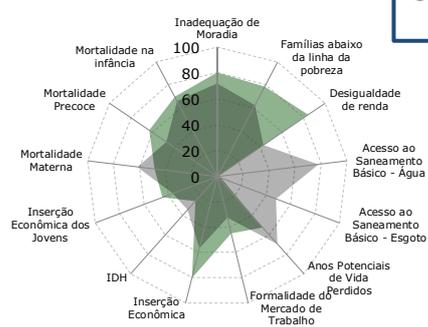
Segurança Pública

Posição:
13



Sustentabilidade Social

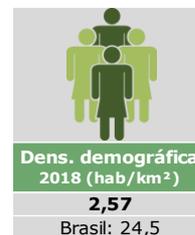
Posição:
12





Roraima

Posição no Ranking Geral: 21



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

Emissões de CO2 - Pos.: 1
Serviços urbanos - Pos.: 27

Sustentabilidade Social

San. básico - Água - Pos.: 11
Anos pot. vida perd. - Pos.: 26

Capital Humano

PEA com ens. superior - Pos.: 4
Custo de mão de obra - Pos.: 19

Segurança Pública

Segurança patrimonial - Pos.: 13
Morbidade no Trânsito - Pos.: 27

Educação

Tx. Freq. Ens. Médio - Pos.: 7
Tx. Freq. Ens. Fundament. - Pos.: 27

Solidez Fiscal

Resultado Primário - Pos.: 1
Autonomia fiscal - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

Efic. do Judiciário - Pos.: 1
Custo Legislativo/PIB - Pos.: 27

Potencial de Mercado

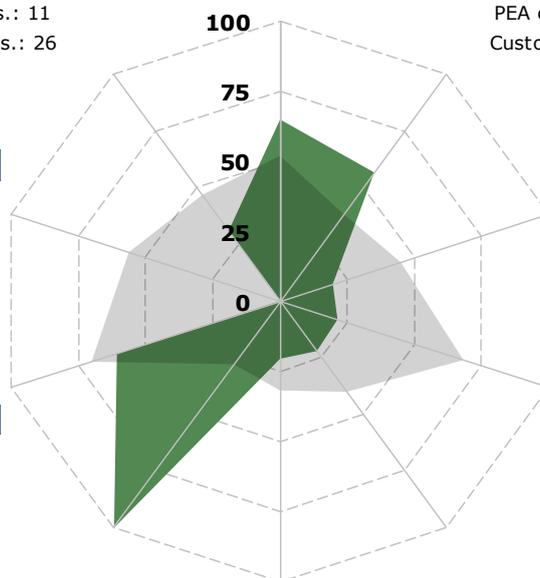
Taxa de crescimento - Pos.: 1
Tamanho de mercado - Pos.: 27

Infraestrutura

Custo energia elétrica - Pos.: 1
Voos diretos - Pos.: 27

Inovação

Invest. públicos P&D - Pos.: 9
Bolsa Científicas - Pos.: 23



■ RR ■ Mediana

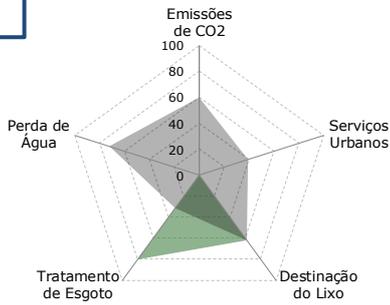


Roraima

Posição no Ranking Geral: 21

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 9



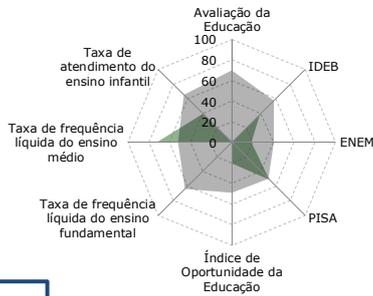
Capital Humano

Posição: 5



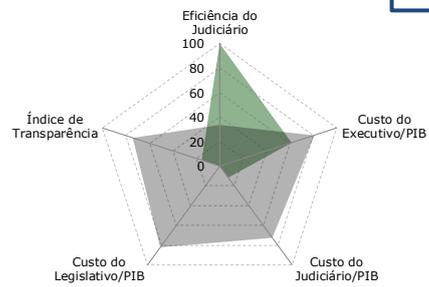
Educação

Posição: 23



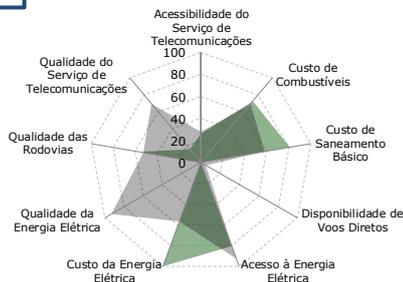
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 25



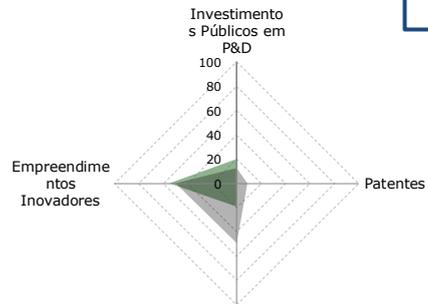
Infraestrutura

Posição: 23



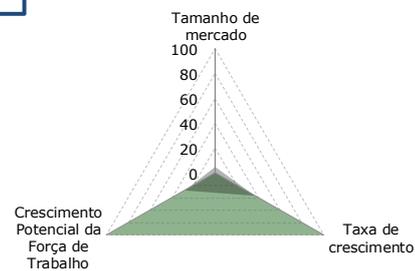
Inovação

Posição: 20



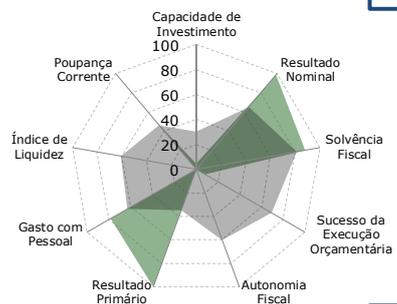
Potencial de Mercado

Posição: 1



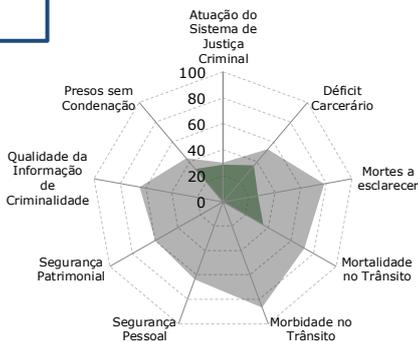
Solidez Fiscal

Posição: 15



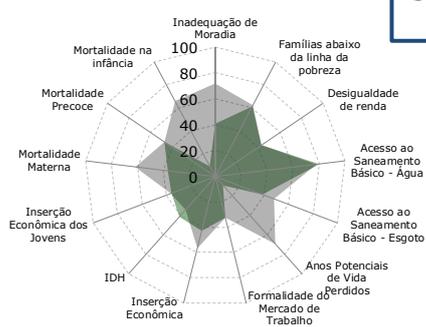
Segurança Pública

Posição: 27



Sustentabilidade Social

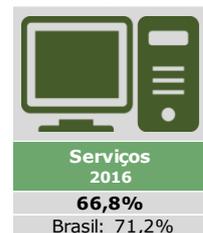
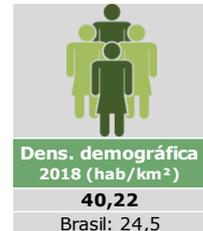
Posição: 21





Rio Grande do Sul

Posição no Ranking Geral: 7



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

- Destinação do lixo - Pos.: 9
- Tratamento de esgoto - Pos.: 20

Sustentabilidade Social

- Inadequação moradia - Pos.: 1
- Desigualdade renda - Pos.: 12

Capital Humano

- Prod. do trabalho - Pos.: 5
- Custo de mão de obra - Pos.: 24

Segurança Pública

- Morbidade no Trânsito - Pos.: 1
- Sist. jus. criminal - Pos.: 26

Educação

- ENEM - Pos.: 7
- Avaliação da educação - Pos.: 15

Solidez Fiscal

- Autonomia fiscal - Pos.: 4
- Gasto com Pessoal - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

- Custo Judiciário/PIB - Pos.: 2
- Efic. do Judiciário - Pos.: 13

Potencial de Mercado

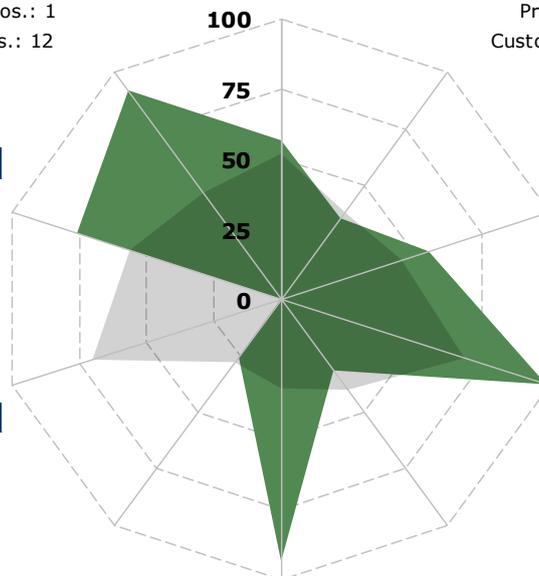
- Tamanho de mercado - Pos.: 4
- Cresc. pot. força trab. - Pos.: 27

Infraestrutura

- Acess.telecom. - Pos.: 5
- Custo san. básico - Pos.: 27

Inovação

- Patentes - Pos.: 1
- Invest. públicos P&D - Pos.: 20



■ RS ■ Mediana

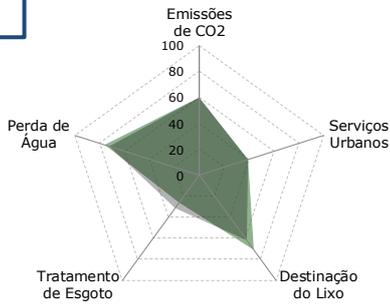


Rio Grande do Sul

Posição no Ranking Geral: 7

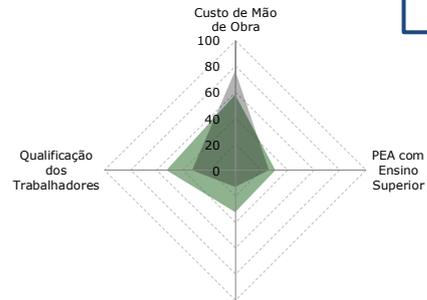
Sustentabilidade Ambiental

Posição: 12



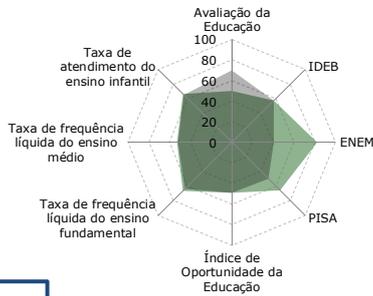
Capital Humano

Posição: 15



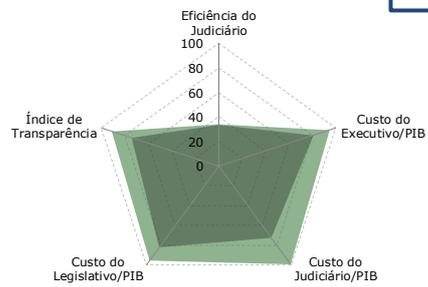
Educação

Posição: 11



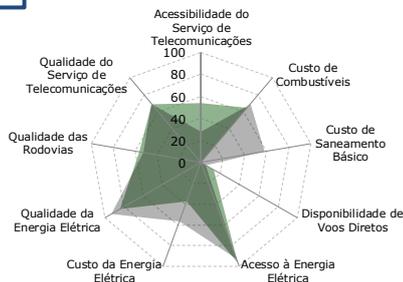
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 2



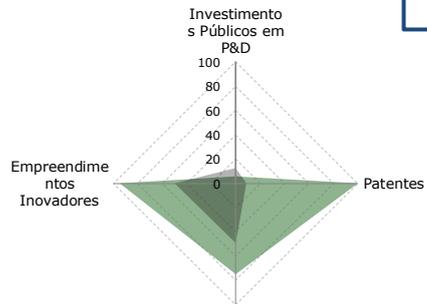
Infraestrutura

Posição: 18



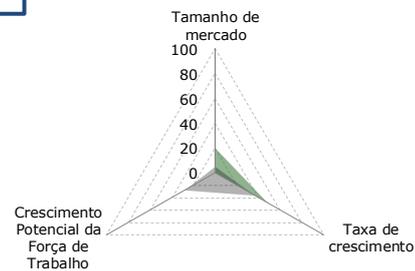
Inovação

Posição: 2



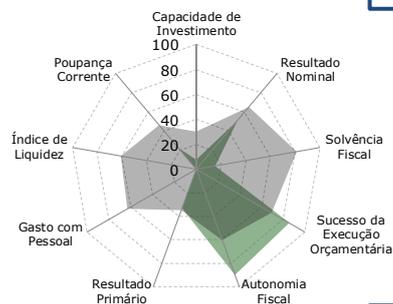
Potencial de Mercado

Posição: 15



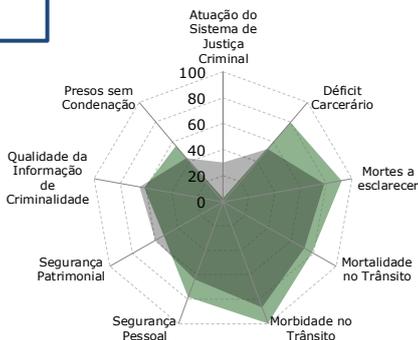
Solidez Fiscal

Posição: 27



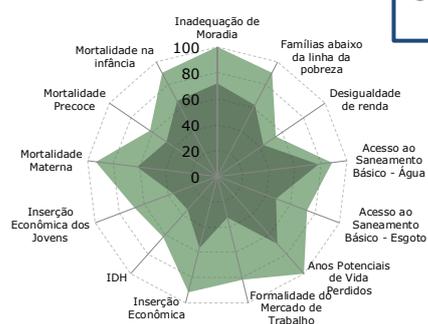
Segurança Pública

Posição: 5



Sustentabilidade Social

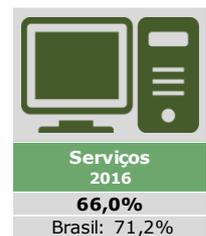
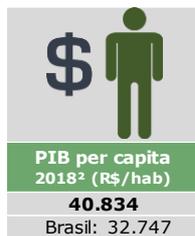
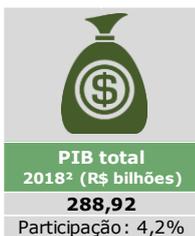
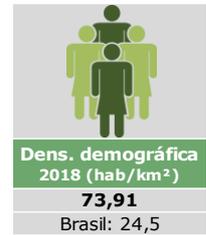
Posição: 3





Santa Catarina

Posição no Ranking Geral: 2



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**

Sustentabilidade Ambiental

- Destinação do lixo - Pos.: 5
- Tratamento de esgoto - Pos.: 19

Sustentabilidade Social

- Linha da pobreza - Pos.: 1
- San. básico - Água - Pos.: 15

Capital Humano

- Qualif. trabalhadores - Pos.: 5
- Custo de mão de obra - Pos.: 23

Segurança Pública

- Déficit carcerário - Pos.: 1
- Mortalidade no Trânsito - Pos.: 17

Educação

- IDEB - Pos.: 2
- Avaliação da educação - Pos.: 19

Solidez Fiscal

- Autonomia fiscal - Pos.: 7
- Resultado Nominal - Pos.: 26

Eficiência da Máquina Pública

- Índice Transparência - Pos.: 4
- Efic. do Judiciário - Pos.: 25

Potencial de Mercado

- Tamanho de mercado - Pos.: 6
- Cresc. pot. força trab. - Pos.: 16

Infraestrutura

- Custo combustíveis - Pos.: 3
- Custo san. básico - Pos.: 18

Inovação

- Empreend. Inovadores - Pos.: 1
- Invest. públicos P&D - Pos.: 11



■ SC ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

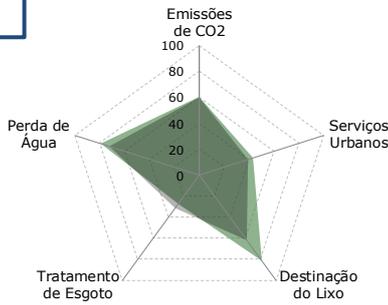


Santa Catarina

Posição no Ranking Geral: 2

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
10



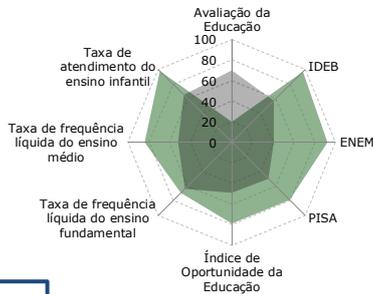
Capital Humano

Posição
7



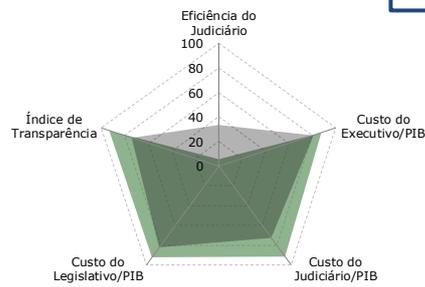
Educação

Posição
3



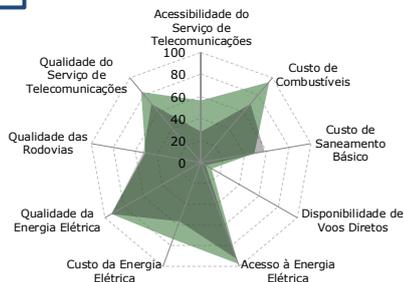
Eficiência da Máquina Pública

Posição
7



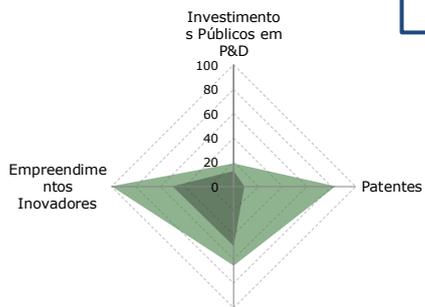
Infraestrutura

Posição
3



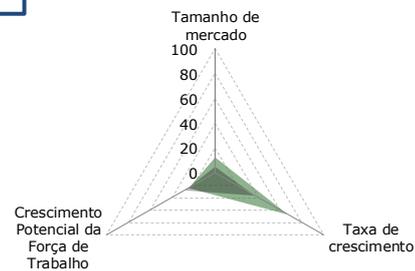
Inovação

Posição
3



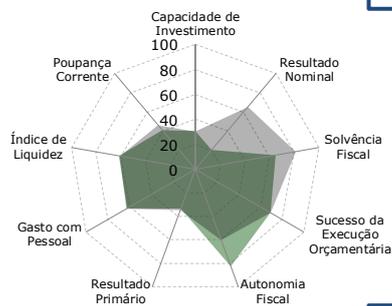
Potencial de Mercado

Posição
8



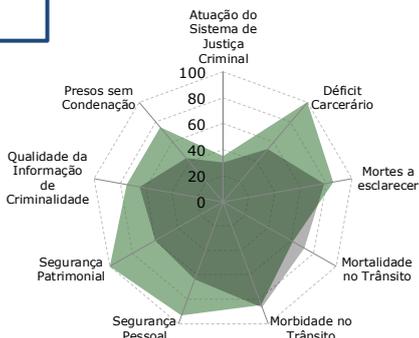
Solidez Fiscal

Posição
16



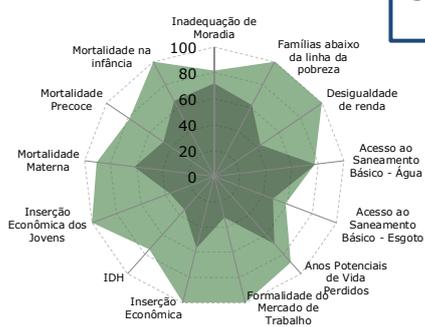
Segurança Pública

Posição
1



Sustentabilidade Social

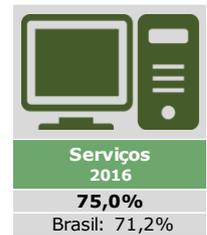
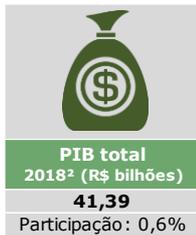
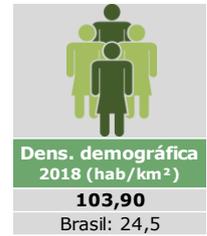
Posição
1



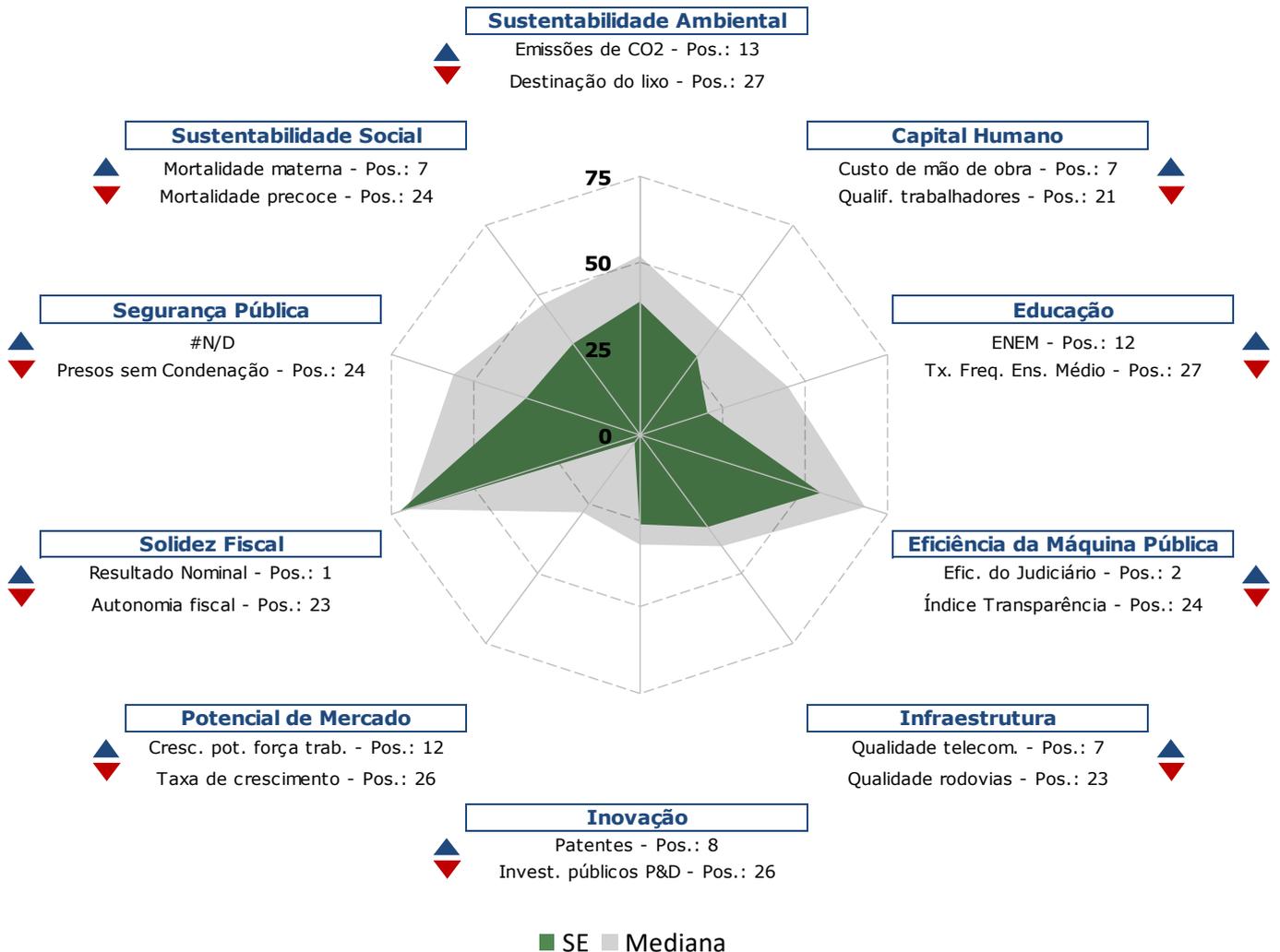


Sergipe

Posição no Ranking Geral: 22



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

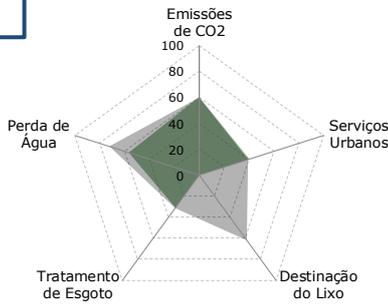


Sergipe

Posição no Ranking Geral: 22

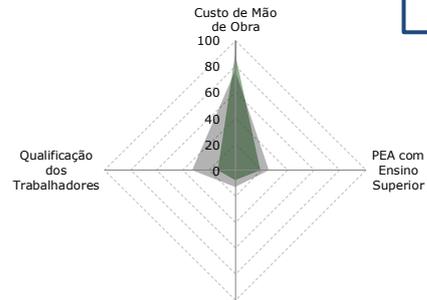
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
21



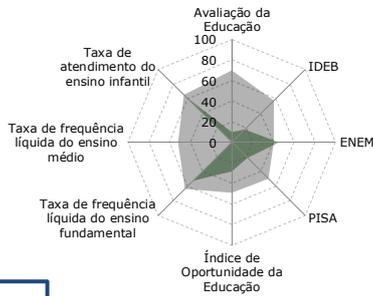
Capital Humano

Posição:
20



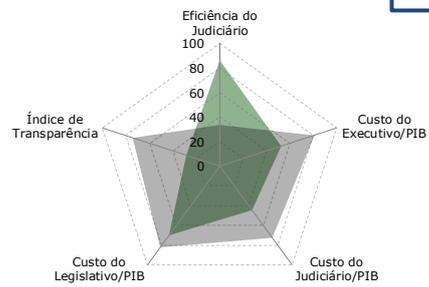
Educação

Posição:
22



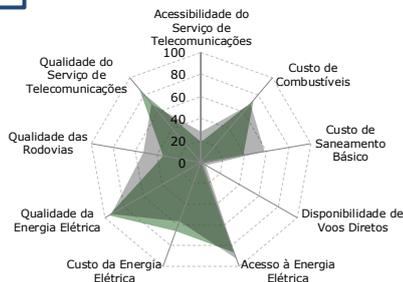
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
20



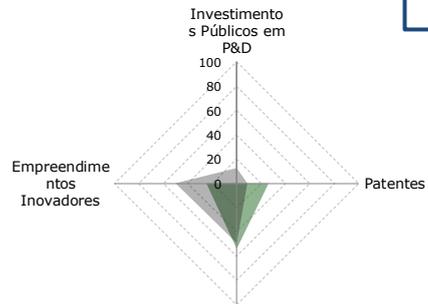
Infraestrutura

Posição:
17



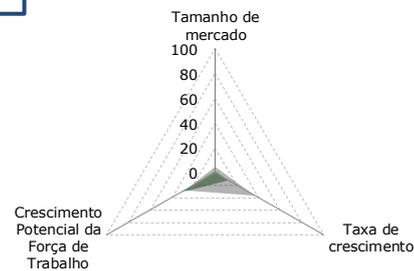
Inovação

Posição:
18



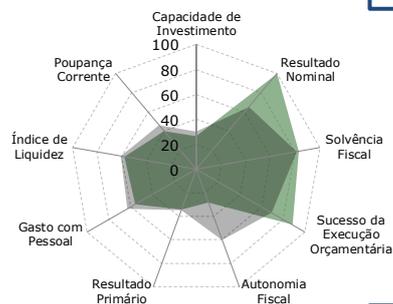
Potencial de Mercado

Posição:
26



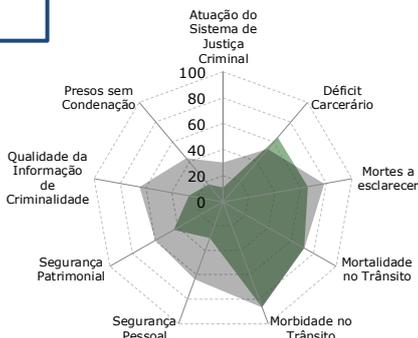
Solidez Fiscal

Posição:
13



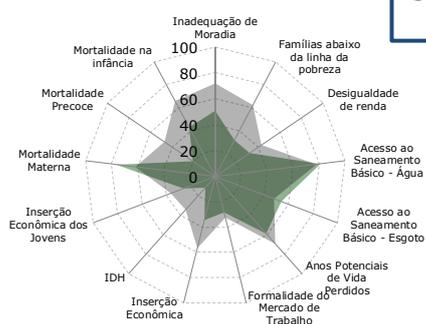
Segurança Pública

Posição:
25



Sustentabilidade Social

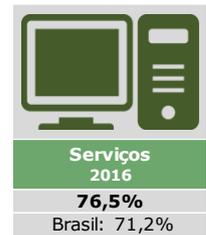
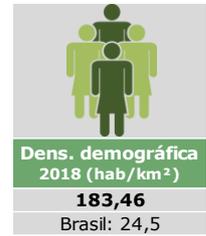
Posição:
19



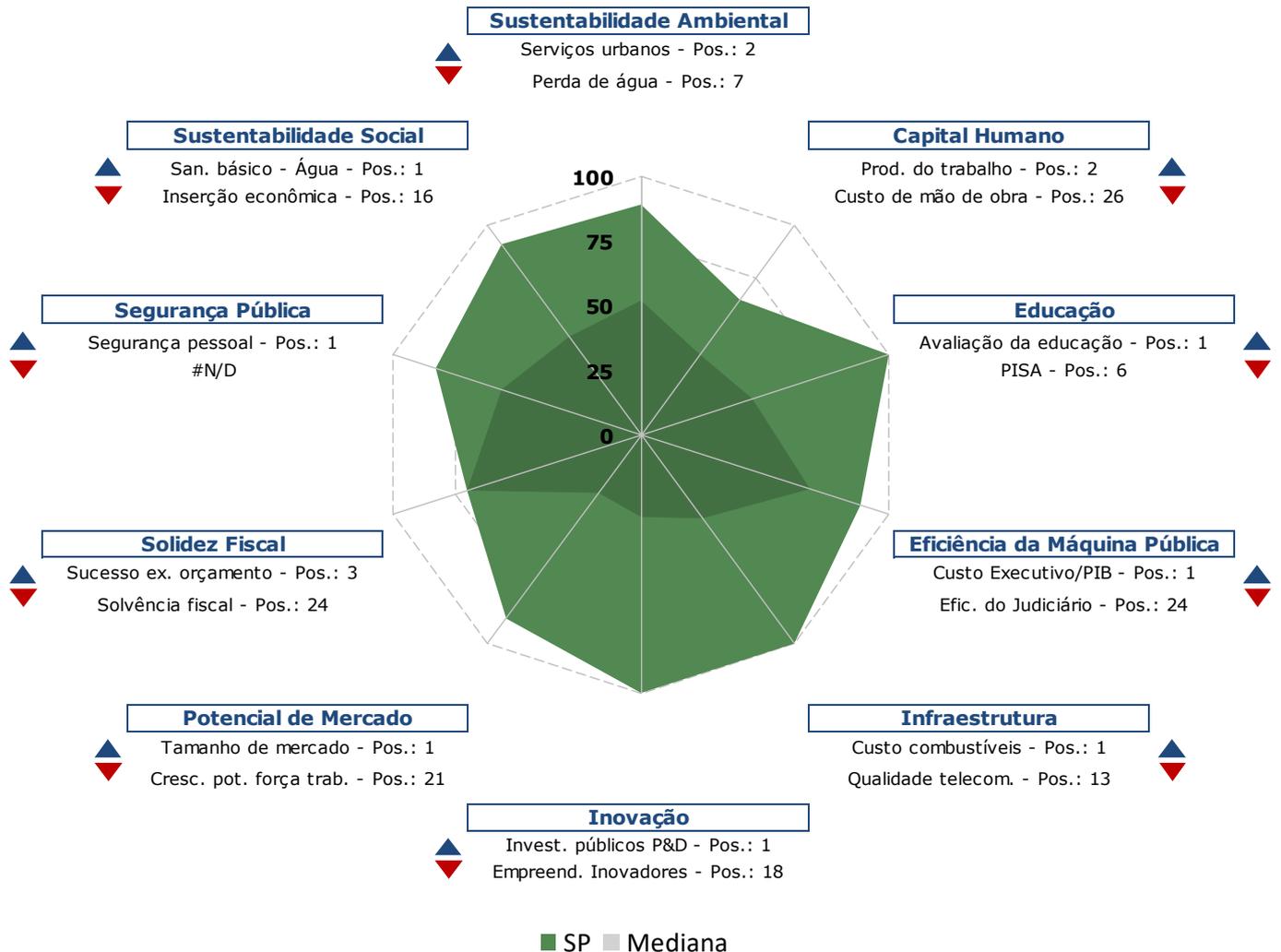


São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

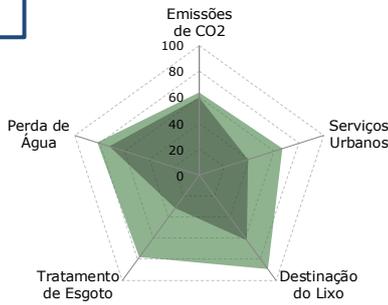


São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 2



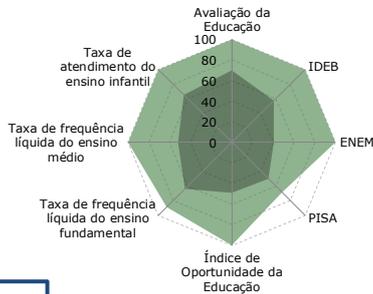
Capital Humano

Posição: 4



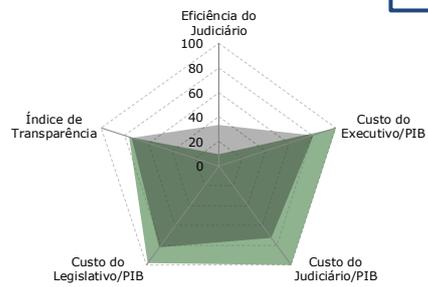
Educação

Posição: 1



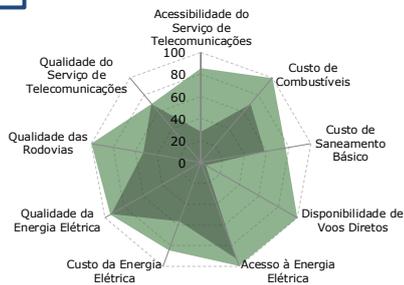
Eficiência da Máquina Pública

Posição: 5



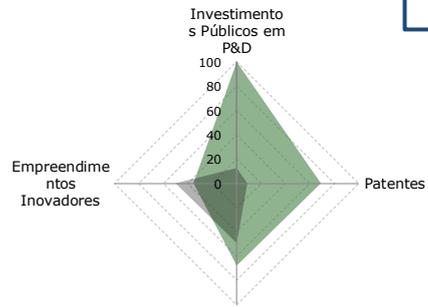
Infraestrutura

Posição: 1



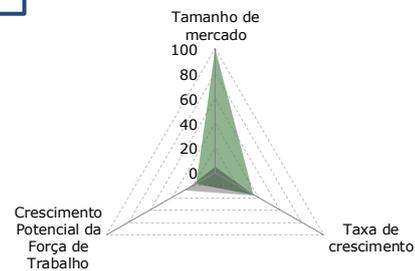
Inovação

Posição: 1



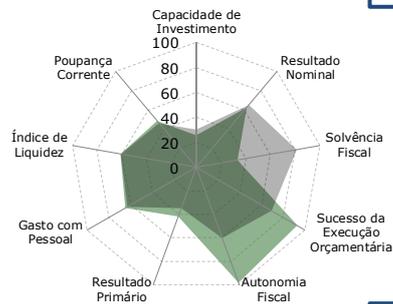
Potencial de Mercado

Posição: 2



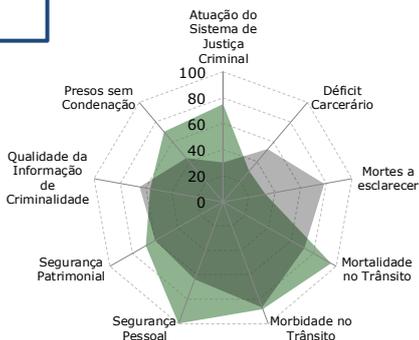
Solidez Fiscal

Posição: 14



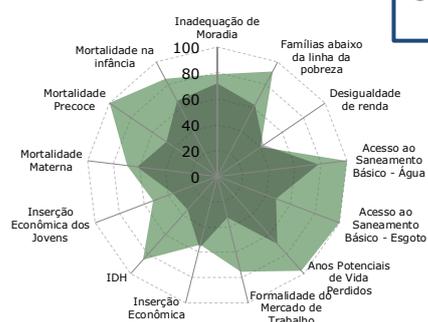
Segurança Pública

Posição: 3



Sustentabilidade Social

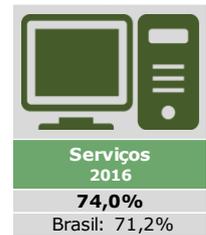
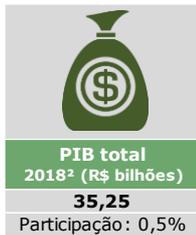
Posição: 4



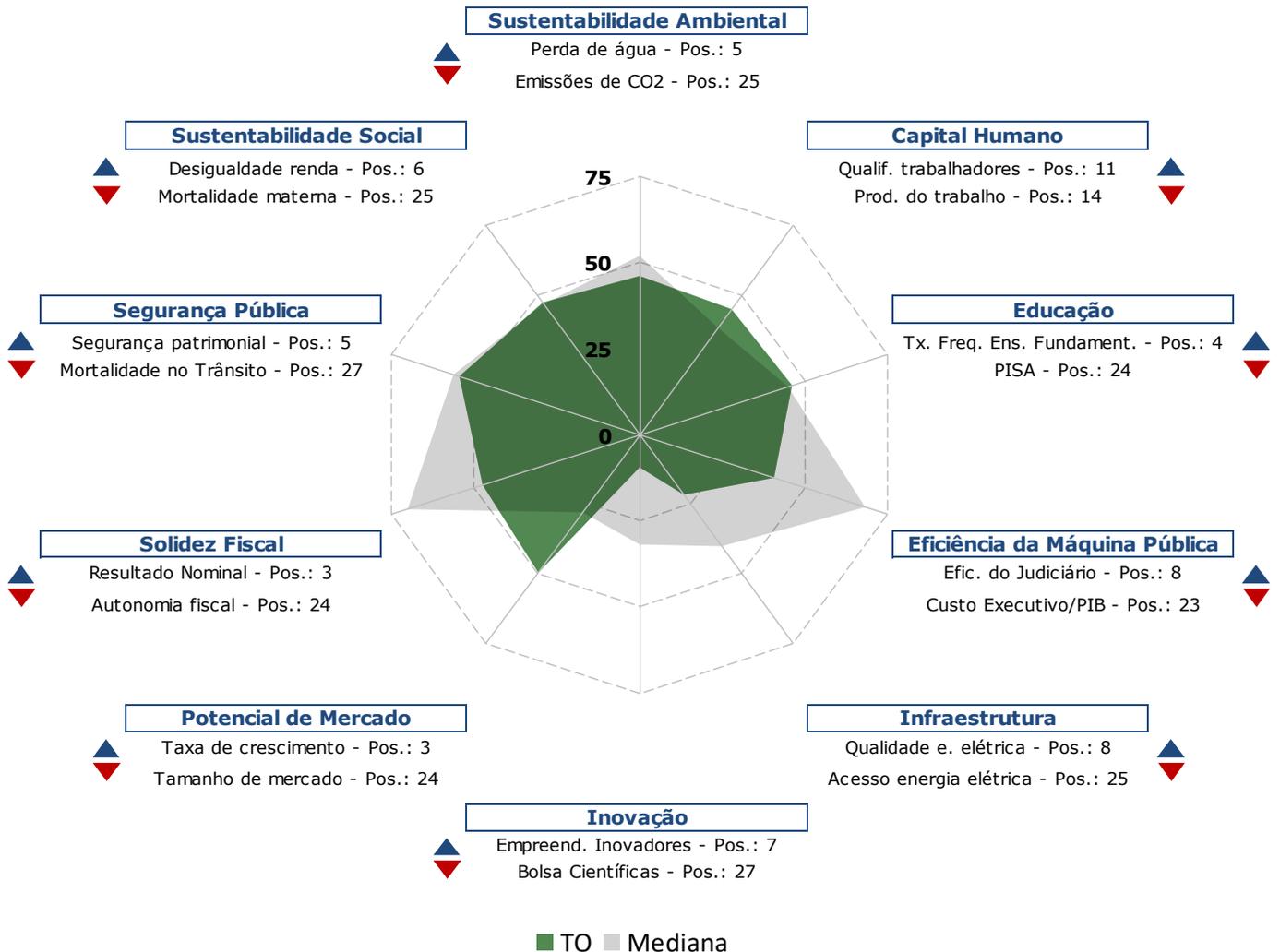


Tocantins

Posição no Ranking Geral: 19



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

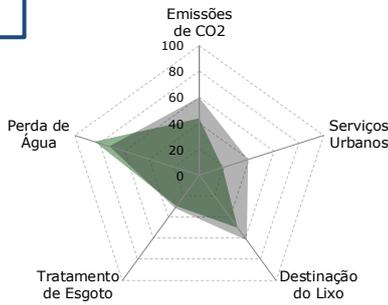


Tocantins

Posição no Ranking Geral: 19

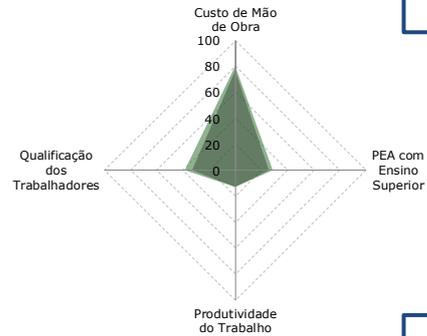
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
19



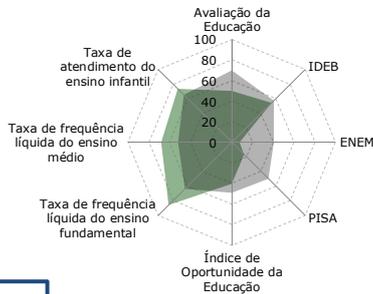
Capital Humano

Posição
11



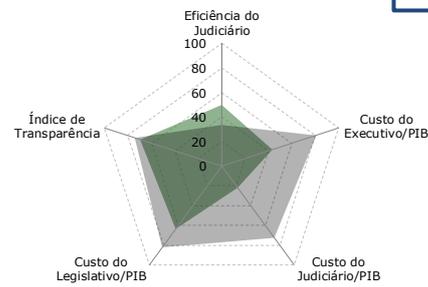
Educação

Posição
13



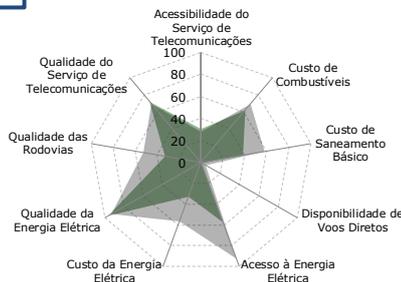
Eficiência da Máquina Pública

Posição
23



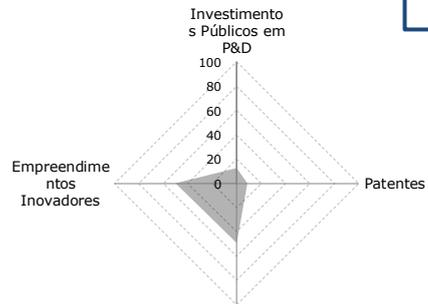
Infraestrutura

Posição
24



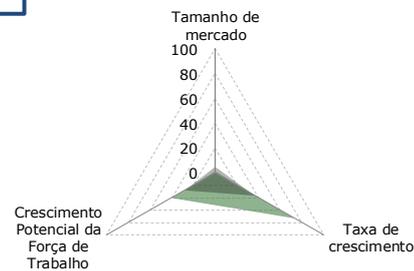
Inovação

Posição
25



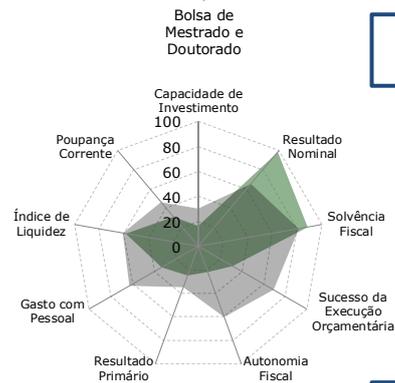
Potencial de Mercado

Posição
5



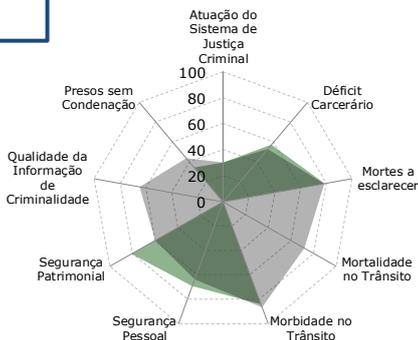
Solidez Fiscal

Posição
22



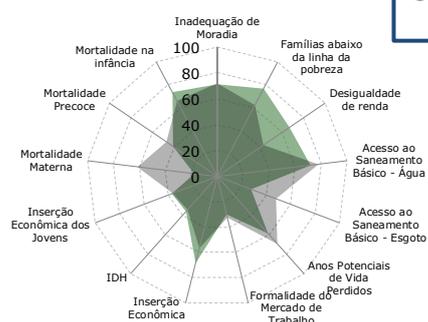
Segurança Pública

Posição
17



Sustentabilidade Social

Posição
13





ANEXOS

Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings

1.1 A relação desempenho socioeconômico x resultado das urnas

Um dos temas principais da ciência política contemporânea é o estudo do comportamento eleitoral e a capacidade de os cidadãos avaliarem seus governantes em regimes democráticos, utilizando-se do voto como instrumento.

A teoria do voto contempla algumas linhas de investigação sobre o assunto, dentre as quais a teoria da escolha racional, que tem por base o modelo downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs. Esta teoria coloca sua mensagem de forma muito simples: *“se tivermos um incentivo econômico ou social compensatório participamos do processo político, caso contrário, é melhor nos ocuparmos com outras coisas”* (DOWNS, 1957¹).

Segundo Downs, partidos políticos e eleitores atuam racionalmente, à semelhança de empresários e consumidores. Partidos definem os objetivos e os meios de sua ação visando maximizar seus votos, enquanto os eleitores decidem como votar e como influir diretamente na formulação de políticas governamentais visando maximizar suas utilidades.

Essa interação entre políticos e eleitores pode ser interpretada, do ponto de vista da teoria econômica, como uma relação agente-principal. O governante pode perseguir seus próprios objetivos (que não são necessariamente os mesmos que os dos eleitores) e não fazer o que foi prometido. Porém, na eleição seguinte, o eleitor poderá decidir se votará ou não no governo atual. Se esse tipo de punição ou premiação funciona, a eleição é uma forma de *accountability* do governo.

Uma maneira pela qual os eleitores conseguem verificar os resultados das políticas públicas do governo passa por observar o desempenho de variáveis socioeconômicas. A teoria econômica do voto defende que um desempenho favorável de variáveis socioeconômicas tende a aumentar as chances de reeleição dos atuais governantes ou de seu sucessor político, uma vez que são vistos como

¹ DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. 1957

responsáveis pelo resultado. Além disso, um bom resultado socioeconômico tende a demonstrar uma boa capacidade administrativa do atual governo.

No entanto, a relação entre o resultado das políticas do governo e o seu desempenho eleitoral, muitas vezes, não é direta. Embora alguns estudos mostrem evidências de conexão entre performance socioeconômica e voto, vários outros não mostram evidências desta teoria ou apresentam resultados frágeis, com grande variação de resultados entre países e ao longo do tempo (BARONE, 2009²).

Uma possível justificativa para a fragilidade nos resultados dos testes de racionalidade econômica no voto seria a existência de elevada assimetria de informação entre os agentes deste mercado – eleitores e governantes. Este problema ocorre quando um dos lados do mercado detém informações qualitativa ou quantitativamente superiores aos da outra parte, gerando distorções no mercado.

Para o eleitor, é relativamente difícil avaliar o desempenho do governante nas diversas áreas de atuação. O eleitor pode não ter fácil acesso ao volume de informações tal que viabilize uma avaliação rápida e ao mesmo tempo abrangente do seu governante. Dessa forma, não consegue exercer com clareza e lucidez seu direito de punir ou premiar o formulador de políticas públicas através do voto.

Rogoff e Sibert (1988³) e Rogoff (1990⁴) defendem que os ciclos políticos eleitorais surgem dessa assimetria de informações, quando o governo que está no poder consegue observar o seu próprio indicador de performance de uma determinada variável (impostos ou gastos do governo) antes que os eleitores o façam e, dessa forma, consegue usar essa assimetria a seu favor. Em períodos eleitorais, a manipulação desse indicador faz com que a imagem do governo e a sua reputação de competência sejam mais favoráveis do que no restante do mandato, levando, portanto, a resultados eleitorais mais favoráveis.

Um segundo fator que também impede o bom funcionamento do 'mercado de votos' é o que a literatura chama de *bounded memory* (memória limitada) (Wilson, 2003⁵ e Monte, 2007⁶). Nos modelos econômicos é frequente a premissa de que os indivíduos possuem memória perfeita. Porém, na realidade, a maioria dos indivíduos não retêm boa parte das informações e fatos ocorridos, frequentemente ignoram ou têm dificuldade para processar um grande volume de informações (que, muitas vezes, mostram direções opostas), ou não se atualizam frequentemente.

² BARONE, L. *Responsabilização Política nos Estados Brasileiros: o voto econômico nas eleições para governador*. FGV, 2009.

³ ROGOFF, K.; SIBERT, A. *Elections and Macroeconomic Policy Cycles*. The Review of Economic Studies, Vol. 55, No. 1, pp. 1-16. 1988.

⁴ ROGOFF, K. *Equilibrium Political Budget Cycles*. The American Economic Review, Vol. 80, No. 1, pp. 21-36. 1990.

⁵ WILSON, A. *Bounded Memory and Biases in Information Processing*. Princeton University, 2003.

⁶ MONTE, D. *Reputation and Bounded Memory in Repeated Games with Incomplete Information*. Yale University, YALE, Estados Unidos. 2007.

Uma das formas levantadas pela literatura para melhorar o funcionamento de mercados com problema de assimetria de informação é através da *sinalização* ao mercado, na qual os ofertantes desenvolvem um modo de conseguir comprovar junto aos consumidores a respeito da qualidade de um determinado produto.

1.2 Justificativa para o uso de sistemas de rankings

O potencial de sistemas de rankings melhorarem o funcionamento de mercados afetados por problemas de assimetria de informação e também por *bounded memory* encontra forte amparo na teoria econômica.

No início dos anos 1980, começou a surgir intensa discussão sobre o papel da competição como um mecanismo de incentivo. Tais discussões começaram a delinear as circunstâncias nas quais a remuneração baseada no desempenho relativo era superior aos pagamentos atrelados ao resultado puramente individual.

O problema essencial que motivou tais discussões decorre do fato de que o desempenho e o esforço dos trabalhadores não são diretamente observáveis.

Um dos primeiros estudos na área, de Lazear e Rosen (1981⁷), trata da relação entre compensação e incentivos em contratos de trabalho, quando há custos elevados para monitorar o esforço e o produto dos empregados. Os autores analisam o pagamento por meio de rankings, em que os empregados são premiados apenas por seu desempenho relativo, sem considerar a diferença em termos de produto entre um agente e outro.

Os autores defendem que quando há baixo custo de monitoramento da produtividade, o ideal é que o pagamento esteja relacionado diretamente ao esforço do agente. Porém, quando o monitoramento é custoso, o pagamento por meio de ranking pode ser uma estrutura de incentivos mais eficiente.

Analogamente, Nalebuff e Stiglitz (1983⁸) analisaram o papel de regimes de compensação no mercado de trabalho, nos quais a remuneração depende da performance relativa dos agentes em economias com assimetria de informação. Em ambientes de elevada incerteza, tais regimes se mostram preferíveis às estruturas de recompensa individualistas.

A maior parte dos estudos, como os citados acima, tratam dos benefícios da performance relativa em relação às estruturas de recompensa individualistas, principalmente no campo de mercado de trabalho. No entanto, poucos estudos tratam da eficiência deste comparativo para a avaliação de governantes e outros campos de pesquisa.

⁷ LAZEAR, E. e ROSEN, S. *Rank-order tournaments as optimum labor contracts*. Journal of Political Economics, Vol. 89. 1981.

⁸ NALEBUFF, B. e STIGLITZ, J. *Prizes and incentives: towards a general theory of compensation and competition*. The Bell Journal of Economics, Vol. 14, No. 1, 1983.

A OCDE divulgou em 2008⁹ um manual em que debate e contribui para um melhor entendimento da complexidade dos indicadores compostos. O estudo mostra que indicadores compostos, como os rankings, propiciam comparações simples de países e/ou regiões para ilustrar assuntos com maior grau de complexidade, em vários campos de interesse, como desenvolvimento ambiental, econômico, tecnológico, entre outros.

O estudo argumenta que, para o público em geral, indicadores compostos são mais fáceis de interpretar do que identificar tendências comuns entre vários indicadores individuais. Porém, devem ser vistos como uma discussão inicial, como um farol para um assunto muito complexo e, assim, estimular o interesse público.

A OCDE ainda ressalta que indicadores compostos podem mostrar resultados enganosos se forem mal construídos, induzindo os usuários a análises e conclusões muito simplistas. O manual da OCDE lista os principais argumentos prós e contras dos indicadores compostos:

Argumentos prós e contras dos indicadores compostos

Prós	Contras
Permite resumir assuntos complexos e multidimensionais e dar suporte a tomada de decisões	Podem passar mensagens erradas ou ser mal interpretado, se construído de forma errada.
De mais fácil interpretação do que uma bateria de indicadores individuais	Podem dar margem a conclusões simplistas.
Podem avaliar progressos ao longo do tempo	Podem conduzir a políticas inadequadas se desempenho de dimensões de difícil mensuração são ignoradas.
Facilitam a comunicação com o público leigo em geral	
Promove <i>accountability</i>	
Possibilita aos usuários comparar efetivamente dimensões complexas	

Fonte: OCDE (2008). *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*.

Em que pese o risco de distorções no caso de mal aplicações, a divulgação de sistemas de rankings pode operar como um sistema de sinalização eficiente entre os gestores públicos e eleitores, contribuindo para diminuir a assimetria de informação.

Ranking serviriam, portanto, como um guia para eleitores avaliarem o desempenho dos formuladores de políticas públicas ao longo do mandato. Com mais informação, a qualidade do voto poderia ser melhorada.

Para os próprios agentes públicos, o uso de sistemas de ranking pode ser útil não apenas para a obtenção de um amplo mapeamento dos fatores de competitividade

⁹ OCDE. *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. 2008.

e de fragilidade das políticas públicas do seu estado, mas também como um sistema de incentivo para melhorarem suas posições relativas.

Anexo 2: Estrutura e Metodologia

A estrutura e metodologia adotadas no *Ranking de Competitividade dos Estados* foram geradas após um amplo estudo da literatura acadêmica, bem como da experiência nacional e internacional na elaboração de rankings de competitividade.

A escolha dos pilares e indicadores contou também com intensa contribuição de notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking.

1.1 Estrutura

A classificação dos Estados foi feita pela compilação de 69 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos:

Segurança Pública	Eficiência da Máquina Pública
Sustentabilidade Social	Capital Humano
Infraestrutura	Inovação
Educação	Potencial de Mercado
Solidez Fiscal	Sustentabilidade Ambiental

Além do ranking geral, os Estados foram classificados em cada pilar e cada indicador.

Para a seleção dos indicadores, foram priorizados aqueles que atendessem aos seguintes critérios:

- i) Mensuração de atividades-fim
- ii) Mensuração objetiva e quantitativa
- iii) Abrangência e representatividade
- iv) Incorporação de situações de *trade-off* (acesso x qualidade x custo)
- v) Apurados por fonte externa e de referência
- vi) Atualização periódica

Dessa forma, foram evitados indicadores de atividades-meio, índices *ad-hoc*, (*presentes, por exemplo, apenas em estudos pontuais e temporários*), pesquisas de opinião, indicadores com interpretação dúbia ou que pudessem carregar algum viés ideológico.

As informações utilizadas para a elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* são provenientes de bases de dados públicas, ou então calculadas com base em informações primárias públicas.

A Tendências Consultoria empregou os melhores esforços para a coleta dos dados contidos no presente trabalho, visando que fossem os mais atualizados, corretos e precisos. A elaboração deste Ranking, no entanto, não incluiu a verificação independente ou qualquer tipo de auditoria dos dados e das informações utilizadas.

1.2 Metodologia

A construção do ranking contou com duas etapas:

- i) Tratamento dos dados
- ii) Ponderação dos indicadores e pilares

Tratamento dos dados

O tratamento dos dados é importante para possibilitar a agregação de indicadores de natureza heterogênea, haja a vista as diversas unidades de medida encontradas nos 66 indicadores.

Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados.

Este critério é amplamente adotado em diversos índices e rankings, como o IDH, e amplamente abordado na literatura acadêmica (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006¹⁰; OCDE, 2008; BARROS, 2003¹¹).

A partir dos indicadores selecionados, $\{B_i: i = 1, \dots, m\}$, normalizamos os dados através da seguinte fórmula:

$I_i = ((B_i - \min_i) / (\max_i - \min_i)) * 100$, onde \max_i e \min_i são, respectivamente, o limite superior e inferior para o indicador i .

Os dados foram normalizados entre 0 e 100, sempre obedecendo ao critério de quanto mais perto de 100, melhor. Assim, para indicadores que mensuram malefícios – ou seja, que quanto maior o índice, pior –, a normalização foi invertida. Como exemplo, no indicador de segurança pessoal, a UF com menor taxa de homicídio recebeu a nota 100 e o Estado com a maior taxa de mortalidade recebeu 0.

Além disso, foi implementado um ajuste nos indicadores nos quais houve omissão de informação por parte de alguns Estados. Com a intenção de incentivar a transparência na divulgação dos dados de interesse, foram penalizadas com o

¹⁰ CHOWDHURY, S. e SQUIRE, L. *Setting weights for aggregate indices: an application to the commitment to development index and human development index. Journal of Development Studies* 42(5):761-771, 2006.

¹¹ BARROS, R., CARVALHO, M., e FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*. IPEA. Texto para discussão nº 986. 2003.

último lugar no ranking as UFs que não disponibilizaram informações para o referido indicador.

Ponderação dos indicadores e pilares

Foram adotados quatro critérios de ponderação dos indicadores do ranking:

- i) Penalização de redundância: foram penalizados com redução do respectivo peso os indicadores que mostraram alta correlação com os demais indicadores do mesmo pilar, a partir de testes de correlação. Tal tratamento possibilitou que fosse incluído no ranking um maior número de indicadores, evitando, ao mesmo tempo, uma maior arbitrariedade na seleção dos indicadores.
- ii) Penalização de indicadores com grande dispersão: foram penalizados com redução do respectivo peso os indicadores com elevada variância, apurada com base no coeficiente de variação de Person (obtido pela razão entre o desvio-padrão e a média). Tal tratamento teve por objetivo evitar uma influência excessivamente elevada dos indicadores de maior dispersão no resultado final do respectivo pilar.
- iii) Bonificação de indicadores com maior carência: foram bonificados com aumento do respectivo peso os indicadores para os quais o desempenho médio das UFs mostrou-se mais desfavorável em relação ao *benchmark* internacional (dado pela média dos países da OCDE). Tal tratamento teve por objetivo incentivar os gestores públicos a priorizarem políticas públicas voltadas ao avanço dos indicadores nos quais os Estados brasileiros mostram maior carência.
- iv) Avaliação de especialistas: por fim, a metodologia previa ainda o uso, em caráter parcimonioso, do chamado critério normativo, bastante utilizado em outros rankings e na literatura (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006; DECANQ e LUGO, 2008¹²). Foram consultados especialistas das diversas áreas para avaliarem se os pesos atribuídos mostravam-se consistentes, tendo em vista a vasta experiência deles no estudo destas áreas.

¹² DECANQ, K. e LUGO, M. *Setting weights in multidimensional indices of well-being and deprivation*. OPHI-workshop on Weighting Dimensions. Oxford, 2008.

Depois de analisar todos os critérios, os pesos finais dos pilares ficaram os seguintes:

Peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados (Edição 2019)



Comparação de peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados

	Pesos (Edição 2015)	Pesos (Edição 2016)	Pesos (Edição 2017)	Pesos (Edição 2018)	Peso (Edição 2019)
Segurança Pública	12,4%	13,4%	13,3%	13,3%	13,4%
Infraestrutura	14,0%	13,2%	13,0%	12,9%	12,7%
Sustentabilidade Social	13,0%	12,5%	12,4%	12,3%	12,2%
Solidez Fiscal	11,9%	11,7%	11,8%	12,1%	12,0%
Educação	12,1%	11,5%	11,4%	11,4%	11,3%
Capital Humano	7,7%	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%
Eficiência da Máquina Pública	7,3%	7,6%	7,6%	7,8%	7,9%
Potencial de Mercado	7,2%	7,6%	7,7%	7,7%	7,7%
Sustentabilidade Ambiental	7,4%	7,6%	7,6%	7,7%	7,8%
Inovação	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%

Critérios de desempate

Para alguns indicadores específicos, houve empate na nota final entre UFs.

Quando os Estados apresentam dados originais iguais, não houve diferenciação ordinal entre eles, aparecendo em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. Em *IDH*, por exemplo, Acre e Pernambuco possuíam a mesma pontuação no índice calculado em 2015 (ano-base do indicador) – a 17ª maior pontuação do Brasil. Deste modo, os Estados assumiram esta posição com a

aparição do Acre seguida da aparição do Pernambuco e nenhum Estado ocupa, portanto, a 18ª posição.

Quando os Estados são penalizados por omissão de dados, também não houve diferenciação ordinal entre eles, de modo que compartilham a última posição e aparecem em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. A imposição da última colocação visa incentivar a transparência nas próximas edições.

Na tabela abaixo, estão listados os Estados que apresentaram resultados iguais para um dado indicador:

	Estado (Posição)
Avaliação da Educação	CE (1), DF (1), ES (1), GO (1), MG (1), PB (1), PE (1), PI (1), RN (1), SP (1), AL (11), MS (11), MT (11), PA (15), RS (15), TO (15), BA (20), MA (20), SE (20), AM (23), AP (23), RJ (23), RO (23) e RR (23)
PISA	PA (16) e RO (16)
Taxa de frequência líquida do ensino fundamental	ES (10), MS (10), PE (10), RS (10), AC (14), AL (14), GO (14), MA (20), RJ (20), AM (25) e BA (25)
Índice de Transparência	PE (4), SC (4), ES (8), GO (8), RN (11) e RO (11)
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	DF (13) e SP (13)
Custo de Saneamento Básico	CE (6) e ES (6)
Qualidade da Energia Elétrica	MS (5), PA (5), CE (12), RN (12), DF (15) e PE (15)
Patentes	AC (22), AP (22), PI (22), RO (22), RR (22) e TO (22)
Índice de Liquidez	DF (21), GO (21), MG (21), MT (21), PE (21), RR (21) e RS (21)
Déficit Carcerário	MA (4), MT (4), PA (17), PI (17), AL (23) e SP (23)
Qualidade da Informação de Criminalidade	PA (2), PI (2), RR (26) e TO (26)
Inadequação de Moradia	MG (5), MT (5), AP (24) e RR (24)
Desigualdade de renda	GO (7) e MS (7)
IDH	MG (6) e RS (6)

Mudanças metodológicas (Edição 2019):

Além de permitir a comparação entre as Unidades Federativas, os indicadores também oferecem insumos para o acompanhamento da evolução de dado Estado no tempo. A acurácia da avaliação de competitividade depende da identificação das melhores experiências, com as quais se podem repercutir as boas práticas, esperando que outros Estados não tão bem posicionados possam elencar suas prioridades e reaproveitar casos de sucesso. Portanto, o holofote não apenas deve ser colocado sobre aqueles cujo status se sobressai, pois também convém destacar aqueles que demonstraram avanços relevantes independentemente do seu posto na distribuição.

Deste modo, ainda que sejam desejáveis aprimoramentos contínuos na metodologia do Ranking, existe — e frequentemente prepondera — a preocupação

de que os resultados sejam comparáveis entre diferentes edições. O compromisso técnico de coletar os dados mais recentes, bem como tratá-los de maneira a retratar a realidade local com o máximo possível de fidelidade e representatividade, deve ser compatível com a comparabilidade entre edições.

Sendo assim, as regras de ponderação e os critérios de agregação seguem a mesma lógica aplicada na edição de 2015. Porém, alguns ajustes necessários e inevitáveis foram pontualmente realizados. Abaixo estão listadas tais mudanças:

Nesta edição, após intensos debates com especialistas da área, incluímos sete novos indicadores:

- i) Perda de Água: o indicador que mede as perdas na distribuição de água é importante por refletir o investimento em Saneamento Básico e a preocupação em combater o desperdício de recursos naturais.
- ii) Bolsa de Mestrado e Doutorado: o indicador que mede a proporção de estudantes de Mestrado e Doutorado beneficiados pela Bolsa CNPq ou CAPES evidencia a vocação do Estado em incentivar a pesquisa acadêmica e a produção científica de universidades, departamentos, laboratórios e institutos de todas as áreas do conhecimento.
- iii) Empreendimentos Inovadores: o indicador que mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital.
- iv) Gasto com Pessoal: o gasto bruto com Pessoal como proporção da receita corrente líquida, além de ser uma variável crítica de gestão fiscal no nível estadual, abarcando todo tipo de gasto com servidores ativos, aposentados e pensionistas, é uma métrica clássica presente na LRF desde os anos 2000 e ganhou importância ainda maior em meio ao debate sobre a reforma da Previdência. Sabe-se que nos estados onde o gasto com servidores inativos representa parcela importante do gasto com a folha, esse tende a ser mais elevado em relação à receita líquida e em relação à média dos demais estados. Em outras palavras, há uma correlação positiva entre o percentual de inativos e pensionistas sobre a folha e o tamanho total da folha.
- v) Índice de Liquidez: a razão entre obrigações financeiras e disponibilidade bruta de caixa é uma métrica presente no atual CAPAG (Capacidade de Pagamento dos Entes Subnacionais), critério usado pela Secretaria do Tesouro Nacional para avaliação fiscal e financeira dos entes subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. A partir dessa análise, cada ente recebe uma classificação que vai de A a D. Para as classificações fiscais “A” ou “B”, o ente pode receber a garantia da União para novos empréstimos, ao passo que entes classificados como “C” ou “D”, não. Tais indicadores são fundamentais para se avaliar riscos de inadimplência e atrasos nas obrigações financeiras dos entes.
- vi) Poupança Corrente: assim como no *Índice de Liquidez*, o saldo entre receitas e despesas correntes dividido pelas receitas correntes é uma métrica presente no atual CAPAG.
- vii) Morbidade no Trânsito: o indicador que mede o número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre, em relação a 100 mil habitantes, é um complemento ao de

Mortalidade no Trânsito, por revelar outro aspecto do ônus social gerado pela falta de segurança no trânsito.

Além disso, alterações metodológicas foram feitas em alguns indicadores:

- viii) Emissões de CO₂: o denominador foi alterado de População para Produto Interno Bruto Total. Os fatores geradores do CO₂ estão mais atrelados à dimensão econômica de um Estado, do que à demográfica.
- ix) Índice de Transparência: substituiu-se a pesquisa Escala Brasil Transparente pela versão mais atual, denominada Escala Brasil Transparente 360º, também da Controladoria-Geral da União. Essa nova metodologia não inclui apenas a Transparência Passiva (em que o cidadão solicita o acesso à informação), mas também a Transparência Ativa (em que os entes públicos fornecem a informação ao cidadão).
- x) Mortalidade no Trânsito: o nome do indicador foi alterado de "Segurança no Trânsito" para "Mortalidade no Trânsito", a fim de se equiparar ao novo *Morbidade no Trânsito*.
- xi) Segurança Patrimonial: substituiu-se o numerador "Roubo e Furto de Veículo" por "Roubo total", o qual inclui Roubo e Furto de Veículo, Roubo a estabelecimento comercial, Roubo a residência, Roubo a transeunte, Roubo a instituição financeira e Roubo de carga, conforme especificado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- xii) IDH: o Radar IDHM passou a utilizar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) na mensuração do Índice de Desenvolvimento Humano, em detrimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também do IBGE.

Por fim, excluímos seis indicadores:

- xiii) % de Servidores Comissionados: o indicador que mede a participação de cargos comissionados no total de cargos públicos apresentava um incentivo dúbio. Se por um lado, o comissionamento na Administração Pública serve como mecanismo para contratação de funcionários públicos qualificados, dispostos a atuar em funções de maior responsabilidade e impacto social; por outro, agentes públicos podem o fazer por meio de práticas ilícitas, como nepotismo e admissão de servidores comissionados fantasmas.
- xiv) Mobilidade Urbana: o indicador que media o tempo gasto no trajeto entre casa e trabalho, em minutos, teve sua divulgação interrompida. O último ano disponível era 2015.
- xv) Produção Acadêmica: o indicador que media o total de documentos publicados em periódicos acadêmicos indexados no Scopus, em relação à população total, não é mais divulgado publicamente. O último ano disponível era 2014.
- xvi) Segurança Alimentar: o indicador que media a participação de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza, mensurada a partir do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, passou a não ser mais calculado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Além de sua defasagem — o último ano disponível era 2014 —, verificamos que o indicador possuía forte relação com o de *Famílias abaixo da linha da pobreza*, ainda mantido na atual edição.
- xvii) Mortes Evitáveis: o indicador que mede o número de mortes abaixo de 50 anos, em relação ao total de óbitos, apresentava forte relação com o de *Mortalidade Precoce*, ainda mantido na atual edição.

- xviii) Previdência Social: a proporção de idosos (mais de 70 anos) que recebem benefícios da Previdência Social não deve ser comparada entre os estados brasileiros. Os gastos previdenciários são uma despesa do governo federal, e a solicitação do benefício é feita diretamente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Períodos de Referência

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de indicadores, no entanto, uma mesma edição do ranking compila várias fontes cujos anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. Em outras palavras, os indicadores são fotografias que não coincidem necessariamente no tempo, podendo ter como referência anos diferentes entre si. Isso acontece, por exemplo, com o pilar de Educação, pois são combinados IDEB, ENEM e PISA, que apresentam frequência e defasagem variadas.

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2019 – Parte I:

	Indicadores	Ed. 2019	Dados novos nessa edição
Infraestrutura	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	2018	Sim
	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	2018	Sim
	Custo de Combustíveis	2018	Sim
	Custo de Saneamento Básico	2017	Sim
	Disponibilidade de Voos Diretos	2018	Sim
	Acesso à Energia Elétrica	2018	Sim
	Custo da Energia Elétrica	2018	Sim
	Qualidade da Energia Elétrica	2018	Sim
	Qualidade das Rodovias	2018	Sim
Sustentabilidade Social	Inadequação de Moradia	2015	Sem dados novos
	Famílias abaixo da linha da pobreza	2017	Sem dados novos
	Desigualdade de renda	2017	Sem dados novos
	Acesso ao Saneamento Básico - Água	2018	Sim
	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	2018	Sim
	Anos Potenciais de Vida Perdidos	2017	Sim
	Formalidade do Mercado de Trabalho	2018	Sim
	Inserção Econômica	2018	Sim
	IDH	2017	Sim
	Inserção Econômica dos Jovens	2018	Sim
	Mortalidade Materna	2017	Sim
	Mortalidade Precoce	2017	Sim
	Mortalidade na infância	2017	Sim
Segurança pública	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	2018	Sim
	Presos sem Condenação	2017	Sim
	Déficit Carcerário	2017	Sim
	Mortes a esclarecer	2017	Sim
	Mortalidade no Trânsito	2017	Sim
	Morbidade no Trânsito	2018	Sim
	Segurança Pessoal	2018	Sim
	Segurança Patrimonial	2018	Sim
Qualidade da Informação de Criminalidade	2017	Sem dados novos	

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2019 – Parte II:

	Indicadores	Ed. 2019	Dados novos nessa edição
Educação	Avaliação da Educação	2019	Sim
	IDEB	2017	Sem dados novos
	ENEM	2018	Sim
	PISA	2015	Sem dados novos
	Índice de Oportunidade da Educação	2019	Sim
	Taxa de frequência líquida do ensino fundamer	2018	Sim
	Taxa de frequência líquida do ensino médio	2018	Sim
	Taxa de atendimento do ensino infantil	2018	Sim
Solidez Fiscal	Capacidade de Investimento	2018	Sim
	Resultado Nominal	2018	Sim
	Solvência Fiscal	2018	Sim
	Sucesso da Execução Orçamentária	2018	Sim
	Autonomia Fiscal	2018	Sim
	Resultado Primário	2018	Sim
	Gasto com Pessoal	2018	Sim
	Índice de Liquidez	2018	Sim
Poupança Corrente	2018	Sim	
Eficiência máquina pública	Eficiência do Judiciário	2017	Sim
	Custo do Executivo/PIB	2018	Sim
	Custo do Judiciário/PIB	2018	Sim
	Custo do Legislativo/PIB	2018	Sim
	Índice de Transparência	2018	Sim
Capital humano	Custo de Mão de Obra	2018	Sim
	PEA com Ensino Superior	2018	Sim
	Produtividade do Trabalho	2018	Sim
	Qualificação dos Trabalhadores	2018	Sim
Sust. ambiental	Emissões de CO2	2017	Sim
	Serviços Urbanos	2017	Sim
	Destinação do Lixo	2017	Sim
	Tratamento de Esgoto	2017	Sim
	Perda de Água	2017	Sim
Potencial de Mercado	Tamanho de mercado	2018	Sim
	Taxa de crescimento	2018	Sim
	Crescimento Potencial da Força de Trabalho	2018	Sim
Inovaç.	Investimentos Públicos em P&D	2016	Sim
	Patentes	2017	Sim
	Bolsa de Mestrado e Doutorado	2017	Sim
	Empreendimentos Inovadores	2019	Sim